

VOLUME  
XXXV  
N.º 1

BOLETIM DO  
ARQUIVO DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

2022

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

## FICHA TÉCNICA

### DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

### CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)

Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)

Ilídio Pereira (AUC - ilidiobp@ci.uc.pt)

José Pedro Paiva (FLUC - leipaiva@fl.uc.pt)

Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)

Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

### COORDENAÇÃO

Gracinda Maria Ferreira Guedes

### SUPERVISÃO EDITORIAL

Mara Alexandra Dias Almeida

### CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)

Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)

Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)

Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)

Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)

António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - arendeao@gmail.com)

Bernard Vincent (EHESS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bves@fcsb.unl.pt)

Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)

Carlos Alberto Ávila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)

Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)

Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museu.ulisboa.pt)

Dallia Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - dalilarodes@gmail.com)

Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)

Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)

Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)

Everton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evertons@gmail.com)

Fátima O Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - m-fatima.oramos@dglab.gov.pt)

Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)

Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)

Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)

Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)

Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)

Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)

Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)

Giuseppe Marocci (Univ. de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)

Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)

Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)

Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)

Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)

Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)

Isabel Vargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)

Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)

Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)

Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)

Joana Antunes (Univ. Coimbra, Portugal - joana.filipa.antunes@gmail.com)

Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)

João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaosalvesdias@gmail.com)

João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)

João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)

José Luis Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)

José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - jardimbr@gmail.com)

José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)

José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)

José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)

Judite Gonçalves de Freitas (Univ. Fernando Pessoa, Porto, Portugal - jfreitas@ufp.edu.pt)

Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)

Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)

Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canadá - luciana.duranti@ubc.ca)

Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)

Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)

Luis Miguel Nunes Corujo (Univ. de Lisboa, Portugal - luiscorujo@campus.ul.pt)

Luis de Vasconcelos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)

Mafalda Soares da Cunha (Univ. de Évora, Portugal - msc@uevora.pt)

Manuel José de Sousa Barbosa (Univ. Lisboa, Portugal - menmanuel@sapo.pt)

Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)

Margarida Sobral Neto (Univ. de Coimbra, Portugal - marnet95@gmail.com)

Maria Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)

Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)

Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)

Maria do Rosário Morujão (Univ. Coimbra, Portugal - mrbmorujao@uc.pt)

Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil - mismatos@pucsp.br)

Maria José Azevedo Santos (Univ. Coimbra, Portugal - mazevedo\_santos@yahoo.com)

Maria Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)

Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)

Maria Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)

Mário Farelo (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - mario.farelo@fcsb.unl.pt)

Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uminho.pt)

Natália Bolfarini Tognoli (Univ. Federal Fluminense, Brasil - nataliatognoli@id.uff.br)

Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)

Patrícia Souza de Faria (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)

Paulo Batista (Univ. Évora, Portugal - pjmb@uevora.pt)

Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)

Renato Rocha Souza (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil - renato.souza@fgv.br)

Rui Casção (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)

Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)

Sandra Costa Saldanha (Univ. Coimbra, Portugal - sandrasaldanha@netcabo.pt)

Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dgpcc.pt)

Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)

Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME  
XXXV  
N.º 1

# BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

## INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

## ISSN

0872-5632  
2182-7974

## DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

## DOI DO VOLUME

[https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_35\\_1](https://doi.org/10.14195/2182-7974_35_1)

## MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra  
Arquivo da Universidade de Coimbra  
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal  
URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

## ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE® Scopus® DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS MIAR





# Sumário

<b>NOTA DE APRESENTAÇÃO</b> .....	7
-----------------------------------	---

## ESTUDOS

The student records of the University of Coimbra (1537-1919): an Open Data Science approach .....	11
Joaquim Ramos de Carvalho	
Gestão urbanística e obras particulares na Época Moderna: o caso de Sines ..	59
Sandra Patrício	
A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos no discurso direto. Ação e atividade programática através dos <i>Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal</i> (1914-1949) .....	81
Maria Beatriz Merêncio	
Bibliofoto: repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: Estudos e procedimentos .....	115
Julia Araujo Donato; André Porto Ancona Lopez	
A custódia arquivística na prática do Poder Executivo Federal brasileiro: cenários retrospectivos de uma realidade custodial e prospectivos de uma proposta pós-custodial .....	131
Thiago de Oliveira Vieira	
Seguindo rastros e encontrando vestígios: um mapeamento da teoria das três idades dos arquivos .....	161
Paola Rodrigues Bittencourt	

## RECENSÕES CRÍTICAS

Almeida, M. B. (2020). *Ontologia em Ciência da Informação: Teoria e Método* (1ª ed., Vol. 1). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978655578679.8>

- Almeida, M. B. (2021). *Ontologia em Ciência da Informação: Tecnologia e Aplicações* (1ª ed., Vol. 2). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978652511477.4>
- Almeida, M. B., & Emygdio, J. L. (2021). *Ontologia em Ciência da Informação: Curso completo com teoria e exercícios* (1ª ed., volume suplementar para professores). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978652511267.1> ..... 191  
 Jorge Revez
- Agustín Lacruz, M. C., & Torregrosa Carmona, J.-F. (2019). *Formas de mirar: usos informativos y documentales de la fotografía* (1.ª ed.). Ediciones Trea.... 199  
 Susana Sofia Cunha
- Corujo, L. (2022). *Introdução aos repositórios digitais* (1ª ed.). Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa..... 209  
 Maria-Manuela Moro-Cabero
- Falk, S. (2021). *A Idade Média: A verdadeira Idade das Luzes* (1ª ed.). Bertrand..... 215  
 Carlos Guardado da Silva

## Nota de Apresentação

Prof. Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas  
Diretora do Arquivo da Universidade de Coimbra

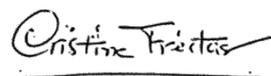
Este primeiro número que integra o volume XXXV do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra apresenta uma novidade. Atendendo às vozes de autores e autoras do BAUC e ao interesse em prosseguir numa linha editorial que aposta na melhoria dos seus indicadores de internacionalização, procedemos à alteração das regras de publicação em vigor, nomeadamente no que respeita às normas de citação e de referenciação bibliográfica que, a partir deste primeiro número regular de 2022, passam a seguir as orientações emanadas da *American Psychological Association*, presentemente, na sua sétima edição (APA 7, datada de 2020).

O atual estilo APA, como facilmente se perceberá, traz benefícios a autores/as e leitores/as, sendo esta uma das fortes razões para a sua adoção por diversas áreas disciplinares e científicas. Trata-se de um modelo amigável, flexível, de fácil compreensão e com uma transversalidade muito positiva, no que respeita aos usos e aplicações permitidos. Todas essas comodidades, associadas à enorme rede de ajudas especializadas *online*, oferecidas pelas suas comunidades de utilizadores/as, traduzidas em *FAQ*, casos de uso e *guidelines*, vêm ao encontro de necessidades e expectativas multidisciplinares. Não sendo estas as suas únicas vantagens, o estilo APA também se encontra “embebido” nos diversos *softwares* de gestão bibliográfica e editores de texto disponíveis em livre acesso<sup>1</sup>, sendo, também este, um alinhamento importante com as práticas de Ciência Aberta e uma vantagem a não desperdiçar pelos/as autores/as, na feitura dos seus manuscritos, pelo facto de poderem elaborar, de forma automatizada, as suas citações e referências.

---

<sup>1</sup> Ferramentas usadas para citar e referenciar, de forma automatizada, textos e autores/as, usualmente vinculadas às bases de dados referenciais internacionais de maior visibilidade, bem como aos *browsers* mais comuns da Internet, por meio da instalação de “*plugins*” ou extensões de livre acesso.

Por estas e por outras razões, que não relevam para o caso, o BAUC aposta nessas alterações e reafirma o compromisso editorial de continuar a apoiar autores e autoras na submissão dos seus manuscritos, colaborando, mais de perto, no processo de adaptação às novas regras. Contem connosco!

A handwritten signature in black ink that reads "Cristine Freitas". The signature is written in a cursive style and is underlined with a single horizontal line.

Coimbra, 27 de junho de 2022.

Estudos



# The student records of the University of Coimbra (1537-1919): an Open Data Science approach

## O ficheiro dos alunos da Universidade de Coimbra (1537-1919): uma abordagem de ciência de dados aberta

JOAQUIM RAMOS DE CARVALHO

Coordinator of the International Portuguese Training Centre

Macao Polytechnic University

[joaquimcarvalho@mpu.edu.mo](mailto:joaquimcarvalho@mpu.edu.mo)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2325-7098>

Artigo entregue em: 11 de maio de 2022

Artigo aprovado em: 13 de junho 2022

### ABSTRACT

The University of Coimbra keeps to this day the academic records of students since 1537. In the years 1940-50 a card file of student information was created, known as the "Ficheiro de Alunos". The catalogue contains records from 1537, when the university was relocated from Lisbon to Coimbra, up to 1908. The amount of information varied over time, containing name, first and last date on record, place of origin, school, years of enrolment, degrees obtained, and results of exams or other proofs of proficiency. Many records also contain notes such as titles (for instance indicating nobility), religious order, and college of residence. In the years 2013-15, the contents of the card files were input into an archival management system, giving the old records a new digital life. Currently, around 105,000 records are available

online, and reachable through search engines. This paper addresses two limitations of the current online catalogue: first, the academic information in the paper cards was transcribed as a single text field preventing the usage of structured queries and any type of non-trivial data analyses; secondly, the opportunity of the University Archive to improve the catalogue through the cooperation of its users lacks a collaborative model that can scale. This article contributes solutions to both issues: we present algorithms to extract information from the records and produce representations in line with current data science paradigms, allowing a wide range of interesting analysis of the data; we also demonstrate how tools and cooperation models developed in the open-source community can provide an environment for collaborative efforts ranging from the notification of simple errors to the addition of semantic web representations for linked data, harnessing the knowledge dispersed by many researchers working on this unique repository of data. All source code and data analysis produced for this paper are available in a public repository at <https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919>.

**KEYWORDS:** University of Coimbra; Students; Database; Open Science; Data Science.

## RESUMO

A Universidade de Coimbra reserva até hoje os registos académicos dos seus alunos desde 1537. Nos anos 1940-50 foi criado um catálogo de fichas de papel, conhecido por “Ficheiro de Alunos”. O catálogo contém registos desde 1537, quando a universidade foi transferida de Lisboa para Coimbra, até 1908. A quantidade de informação variou ao longo do tempo, contendo nome, primeira e última data de registo, local de origem, faculdade, anos de matrícula, graus obtidos, e resultados de exames ou outras provas de proficiência. Muitos registos também contêm notas como títulos (por exemplo, indicando nobreza), ordem religiosa e colégio de residência. Nos anos 2013-15, o conteúdo do catálogo foi inserido num sistema de gestão de arquivos, dando aos antigos registos uma nova vida digital. Atualmente, cerca de 105.000 registos estão disponíveis online, indexados nos motores de busca. Este artigo aborda duas limitações do atual catálogo online: primeiro, as informações académicas nas fichas de papel foram transcritas em um único campo de texto, impedindo consultas estruturadas e qualquer tipo de análise de dados não triviais; em segundo lugar, as oportunidades de melhorar o catálogo através de contributos dos seus utentes carece de um

modelo colaborativo sustentável. Este artigo contribui com soluções para ambas as questões: apresentamos algoritmos para extrair informações dos registros e produzir representações alinhadas com os paradigmas atuais da ciência de dados, permitindo uma ampla gama de análises interessantes dos dados; também demonstramos como ferramentas e modelos de cooperação desenvolvidos na comunidade de código aberto podem fornecer um ambiente para esforços colaborativos que vão desde a notificação de erros simples até aplicações de web semântica e dados ligados, aproveitando o conhecimento disperso por muitos pesquisadores que trabalham neste repositório de dados único. Todo o código-fonte e análise de dados produzidos para este artigo estão disponíveis em um repositório público em <https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919>.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade de Coimbra; Estudantes; Base de Dados; Ciência Aberta; Ciência de Dados.

## Introduction

In the wider context of research in the history of universities, the University of Coimbra constitutes a special case for three reasons: the preserved series of academic records on individual students, from 1537 to the present, which allow for studies over long periods; the fact that Coimbra was the only general-purpose higher education institution in the Portuguese empire until the early 20th century, meaning that those records refer to people who had important roles in many parts of the globe where the Portuguese were present; finally, its unique role in Portuguese history and early European globalization produced many flows of people from outside Portugal that came to Coimbra for a variety of reasons and went on to be important agents of European presence in the world, the Jesuits being the most relevant example.

A further specificity of the University of Coimbra is the existence of a centralised historical archive that doubles as the state archive for the Coimbra administrative area. The dual nature of the *Arquivo da Universidade de Coimbra* (AUC) has contributed to the development of a stable institutional environment. The director of AUC is appointed by the Rector of the University of Coimbra; notable professors with a strong interest in the history of the university and information science have held the post and promoted cataloguing and description of the collection and the development of search tools.

The continued commitment of directors and staff produced, over a long period of time, the “Ficheiro de Alunos” (FA), a set of tens of thousands of paper cards, with information on students from 1537 to 1919, and the parallel description of the collections from which the information was gathered. The FA has become an invaluable tool for locating information about specific people, providing in most cases enough information for identification purposes and allowing the retrieval of the original sources with academic information.

Today the content of the card files is available on the web. The cards were transcribed into an archive management software using what could be called a semi-structured notation. It is now easy to locate a specific person of interest, with search engines handling queries for names and “Universidade de Coimbra” by presenting results directly from the FA (see Figure 1).



Figure 1 – Example of a name search linking directly to “Ficheiro dos alunos”.

However, due to the textual representation of the academic information in the digital version of the catalogue, it is not possible to do structured queries on the information, such as “students entering the university in 1789”, “students from Brazil before 1822”, “students present at the same time as Eça de Queiroz”, and so on.

The work presented here is intended as a contribution to the development of the tools that can foster the development of studies about the history of the University of Coimbra.

Two questions will be addressed: first, is it possible to produce a version of the FA that will allow queries such as those exemplified above, based on data models compatible with data science tools and interoperability standards such as semantic web and linked data; second, how to design an environment that will ease the cooperation of researchers and citizens in the improvement of the FA, using a model inspired by open-source projects.

The software developed for this work is released as open-source on GitHub, including many listings exemplifying the contents of the FA<sup>1</sup>.

## History of the student records file

The catalogue of the students of the University of Coimbra, also known as “Ficheiro dos Alunos”, was produced between 1940 and 1950, under the direction of Mário Brandão, an historian who carried out extensive research on the history of the University of Coimbra and who was, at the time, director of the University archives — *Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC]*.

An overview of the production of the file records and their content is available as part of the online catalogue (*Índice de alunos da Universidade de Coimbra, s.d.*). A more complete guide for researchers can also be obtained online (Bandeira, s.d.). Figure 2 shows an example of a paper record.

Nome completo *P. José Gastão de Abranches*

Nat. de *Oliveira do Hospital* Fac. *Canones*

Datas de matric. *1.º X. 1750. = 1.º X. 1755. = 1.º X. 1754. = 1.º X. 1753. = 1.º X. 1752. = 1.º X. 1751. = 1.º X. 1750. = 1.º X. 1749. = 1.º X. 1748. = 1.º X. 1747. =*

*Instituto. 23. X. 1. 1748. =*

Provas de curso

Actos e graus

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Figure 2 – Example of a file card. Note that pre-printed cards are used which predefine specific items: name, place of birth (nat. de), faculty (Fac.), dates of matriculation, proofs of attendance, acts and degrees.

<sup>1</sup> <https://github.com/joaquimcarvalho/fauc1537-1919>. The repository includes the source code of what here is referred to as the “algorithm” and the Jupyter notebooks used to generate the data supporting this paper, as well as nominal listings of selected variables and statistics.

Between 2013 and 2015, the content of the paper cards was transcribed to an archival management software, which publishes the online version of the original paper cards<sup>2</sup>. From the moment it was converted into digital form the FA became a live catalogue, receiving updates, corrections and additions, diverging progressively from the paper cards.

## José Caetano de Abranches (padre)

Nível de descrição  
📄 Documento simples

Código de referência  
PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/000116

Título  
José Caetano de Abranches (padre)

Datas de produção  
1746-11-23 v a 1757-03-12 v

História administrativa/biográfica/familiar  
Filiação: Simão de Abranches  
Naturalidade: Oliveira do Hospital

Âmbito e conteúdo  
Faculdade: Cânones  
Matricula(s): 01.10.1747  
01.10.1748  
01.10.1749  
01.10.1750  
01.10.1751  
01.10.1752  
01.10.1753  
01.10.1754  
01.10.1755  
01.10.1756  
Instituta: 23.11.1746  
Bacharel: 19.02.1757, Atos 91, fl. 31 v.  
Formatura: 12.03.1757, Atos 91, fl. 73

Figure 3 – Example of the online version of paper card of figure 1 (<https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=140436>): note that the information on degrees, absent in the original card, has been added to the digital record.

The software can export the content of the series in machine-readable format. A “CSV” (*comma separated values*) export file was used, dated February 2020 (with an update in 2022), provided by AUC<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> (Archeevo – Archival management software, s.d.).

<sup>3</sup> The *Archeevo* system can also export in EAD-XML format, which is more convenient for data exchange with other archival management software. See ‘EAD: Encoded Archival Description (EAD Official Site, Library of Congress)’ at <https://www.loc.gov/ead/> [accessed 21 March 2022].

## Methodology

A set of algorithms was created to process the exported information. The most important operations involve parsing semi-structured text with academic information. The Python library *pyparse* was used with a specially developed grammar to identify fields and values, handle variations in date formats and process names with annotations between parenthesis and specific constructs such as the word “vide” to denote cross-references. After a first pass to process meta-data and organise the text information into fields, a second pass applies a set of extractor functions that infer personal and academic information through the application of rules and normalizations. After the inference and normalization of information, a mapping phase generates records for a SQL database, which then supports the more complex forms of analyses presented here. Finally, the results are compared with published research for validation.

## The ISAD-G records

The exported information follows the ISAD(G) model (International Council on Archives Conseil International des Archives, 2000). The student records correspond to a “Sub-series” (ISAD level: SSR). The Sub-series is divided into “units of installation” corresponding to the letters A to Z (level: UI). Each unit of installation contains the students whose last name starts with the corresponding letter, in alphabetical order of the last name.

Each student record in the export file has a six-digit identification number, specific to the *Archeevo* software, and a complete identification code, according to ISAD(G) specifications.

In the example of Figure 3, the complete identification code is PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/000116. The internal identification code is present in the URL of the online record: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=140436><sup>4</sup>.

The export file contains a first row with the SSR record, one row for each letter of the alphabet (no entry for “Y”), and a row for each student. Figure N shows the content of an ISAD record as extracted from the *Archeevo* CSV export (empty fields and control information removed).

---

<sup>4</sup> To refer the reader to specific records in the text, we will use the internal six-digit code, which allows access to the online record at <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=nnnnnn>, by replacing “nnnnnn” with a specific code. In the open-source repository associated with this article, we provide a mapping table between the full ISAD-G identification code and the 6-digit code used at the time of writing.

```

ID:140436
DescriptionLevel:D
CompleteUnitId:PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/000116
UnitId:000116
RepositoryCode: AUC
CountryCode:PT
UnitTitle: José Caetano de Abranches (padre)
AlternativeTitle:
UnitDateInitial:1746-11-23
UnitDateFinal:1757-03-12
UnitDateInitialCertainty: False
UnitDateFinalCertainty: False
AllowUnitDatesInference: False
AllowExtentsInference: False
Repository: Arquivo da Universidade de Coimbra
Producer: Universidade de Coimbra
BiogHist:
    Filiação: Simão de Abranches
    Naturalidade: Oliveira do Hospital
ScopeContent:
    Faculdade: Cânones
    Matricula(s): 01.10.1747
    01.10.1748
    01.10.1749
    01.10.1750
    01.10.1751
    01.10.1752
    01.10.1753
    01.10.1754
    01.10.1755
    01.10.1756
    Instituta: 23.11.1746
    Bacharel: 19.02.1757, Atos 91, fl. 31 v.
    Formatura: 12.03.1757, Atos 91, fl. 73
PublicationDate:22/04/2021 23:55:48

```

Figure 4 – Content of an exported record with ISAD-G fields. In bold face are the fields that contain useful information for historical analytical purposes.

## Relevant fields

For analytical purposes the relevant fields are:

- UnitTitle = Name of the student, which can contain an annotation between parenthesis and a “vide” note, which is a cross-reference to another record.
- UnitDateInitial = first date on the record<sup>5</sup>.
- UnitDateFinal = last date on the record.
- BiogHist = contains the place of birth (“naturalidade”) and the name of the father (in a few cases also the name of the mother).

<sup>5</sup> The fields *UnitDateInitial* and *UnitDateFinal* are not specified in ISAD(G) directly but allow support for structured data representations which are part of the EAD specification, see *Encoded Archival Description Tag Library Version EAD3 1.1.1* (Technical Subcommittee for Encoded Archival Standards of the Society of American Archivists, 219AD), p. 444 (tag: unitdatestructured).

- ScopeContent = contains the academic record with the information on faculty, matriculation dates, proofs of attendance and “acts and degrees” of the paper cards. This is a semi-structured text field, with the type of information, or field, suffixed with “:” followed by the content, but with many variations in the structure, as explained in the text below.

Extracting information from “ScopeContent” is the main challenge of processing the student records. Names of students and “BioHist” are comparatively simpler to handle.

## Number of records

The file exported in February 2022 contained 105,298 student records.

There is a further reference in the file to 49,916 fathers and 93 mothers<sup>6</sup>. Some of the fathers are former students themselves, but there is currently no systematic way to detect those cases.

The relation of the number of records in the FA to the number of real students that studied at the University of Coimbra is affected by three factors: (1) the presence of cross-reference records, (2) the existence of duplicates and (3) possible sub-registration in the FA of students referred to in the base sources.

These issues affect, of course, all operations on the digital FA, putting limits in the type of data processing that can be done and the quality of the results obtained. They deserve careful analysis.

## Cross-references and duplicates<sup>7</sup>

The digital version of the FA carries over a cross-reference mechanism from the card catalogue.

Figure 5 is rather revealing of the original scheme. It shows two of the paper cards linked by cross-references. Clearly, two moments occurred, distinguishable by different handwriting and ink colours on the cards.

---

<sup>6</sup> Ana Maria Bandeira, responsible for the university records in AUC, clarified that the original books do not contain mothers’ names. When, in the scope of specific research, a mother’s name was established, it was added to the record. The FA is continuously evolving.

<sup>7</sup> Data for this section was generated with <https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/notebooks/015-remissivas.ipynb>

Originally two cards were produced. At a later moment, they were found to pertain to the same student. The “vide” references were added compactly, since space in cards is limited. The father’s name from the top card was copied to the bottom card. The single enrolment in the card on the top was crossed out over and added to the enrolments on the second card. In the digital FA two records were generated with names “António da Fonseca Cabral, **vide** Fonseca” and “António da Fonseca, **vide** Cabral”.

Nome completo *António da Fonseca Cabral* *Cabral*  
*f. de Sebastião da Fonseca Cabral (Vid. Fonseca)*  
 Nat. de *Lamodães* Fac. *Cânones*  
 Datas de matric. ~~15.X.1858~~

Provas de curso

Actos e graus

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

---

Nome completo *António da Fonseca* *Fonseca*  
*f. de Sebastião da Fonseca (Vid. Cabral)*  
 Nat. de *Lamodães* Fac. *Cânones*  
 Datas de matric. ~~15.X.11.1855~~ = ~~15.X.1854~~ = ~~15.X.1853~~ =  
~~15.X.1852~~ = ~~15.X.1851~~ = ~~10.X.1.1850~~ = ~~24.X.1849~~ = ~~18.I~~  
~~1858~~ = ~~15.X.1856~~ =

Provas de curso

Actos e graus *Bach., 13.F.1864.*

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Figure 5 – A cross-reference card pair in the original catalogue (now records 128053 and 139670). The “see” record is on top and the full record below. The record on top has the date crossed out with the same ink used in the “vide” expression. Also note that the “vide” expressions, although compact, allow the name of the other side to be inferred; since the rest of the information matches, the link is unambiguous.

These two types of records indicate that the original cross-reference scheme of the FA was designed to solve duplication issues and was bi-directional.

When the digital version was produced, the names with the associated “vide” expression were appended to the name in the “Unit Title” field of the ISAD-G record.

There are 8625 records with “vide” in the name, 8% of the total number of records. This number is significant enough to merit detailed inspection on how it can affect further data analysis.

## Cross-reference expressions

The “name expression” after the word “vide”, in most cases, is not a complete name, but rather a “hint” for a transformation of the “base” name. Here are some examples of names with “vide” expressions:

*António da Fonseca Cabral, vide Fonseca*

*António da Fonseca, vide Cabral*

*Adriano Sisnando Brotero de Avelar Quintino, vide Adriano Sisnando*

*Brotero Quintino de Avelar*

*Francisco António Campos, vide de Novais Campos*

## Types of cross-reference records

The records with “vide” in the name can be classified in two types, according to the type of extra information they contain (Table 1).

Type	Description	Number
Undated records	Almost empty records with a name with “vide” No dates (empty “UnitDateInitial” field) Other than the name: 93% place of birth 27% father’s name 23% faculty	5704

Type	Description	Number
Dated records	Normal records with “vide” in the name Dates (valid “UnitDateInitial” field) Contain all types of information: 97% place of birth 53% father’s name 99% faculty degrees, enrolment, and so on.	3062
TOTAL	Records with “vide” in the name (8% of total number of records)	8625

Table 1 –Types of cross-reference records in the digital FA.

The first type corresponds to what is normally considered a “see” reference: entries which contain very little or no information other than the name and the “vide” expression, and so direct the user “forward”, to the full record under a different name. This is the case of the top record in Figure 5. And 93% of these “see” references contain name and place of birth.

The second type of records are full records. This is the case of the bottom record in Figure 5. In the digital FA they are only distinguishable from ordinary records because of the “vide” expression in the name. It is possible to pair them with matching records of the first type, as we will see below. Here the “vide” expression works as a “back reference” to alternate forms of the name, meaning “also known as” (aka), so that users of the card file who are locating references in the original sources would be informed of the alternative names under which the student appears in the books.

The scheme seems to be intended as bi-directional. If that were the case there should be a similar number of both types of records; however, we have a large imbalance (5563 vs 3062). For some reason, when creating a “see” reference, the “back/aka” was not always registered in the main record<sup>8</sup>.

We also find several cases where the “vide” references links together full records. In these cases the meaning of the reference is “see also”, and two records contain information about the same student, as we will see later.

Further insights on this can be obtained by trying to match the “vide” records in pairs, using the “vide” expression and place of birth as matching keys.

<sup>8</sup> Some records contain multiple “vide” references, e.g.: 130281 *Nuno da Câmara (D.)*, vide *Nuno Casimiro da Câmara e Nuno José da Câmara* which links with 130516 and 130517. At the time of writing 18 such cases were detected. The pattern of registering multiple cross-references varies, and the algorithm of extraction is not currently able to handle these cases.

## Matching cross-references

A simple algorithm was used to find matching pairs of records with “vide” expressions. The goal was to test if the cross-reference scheme was indeed bi-directional and, more specifically, if the cross-reference scheme introduced duplicate records that could affect statistical and data analysis in general. No de-deduplication methods based on probabilistic record linkage were used, and although it can be shown that the FA contains unintentional duplicate records, that is a different endeavour<sup>9</sup>. Here we process records that were specifically marked as a cross-reference to another record by the producers of the catalogue.

The algorithm attempts to generate the “target” name that the “vide” expression implies. Then it will try to find pairs of records in which the “target” name of each one matches the name of the other, as in the example of Figure 5. The matching is restricted by place of birth, which seems to be the original strategy of the catalogue, considering that 93% of the “see” cards also contain place of birth.

The first step is to infer the target name from the “base” name and the “vide” expression.

The following four main transformation patterns were detected experimentally:

1. “Cut”: *António da Fonseca Cabral, vide Fonseca*, result: *António da Fonseca*. The “vide” expression is a family name before the last; the target name is computed as the base name up to, and including, the “vide” expression.
2. “Add”: *António da Fonseca, vide Cabral*, result: *António da Fonseca Cabral*. The “vide” expression is not present in the base name; the target name is the base name with the “vide” expression added at the end. In some cases, the linked record will have an extra particle before the “vide” expression, like “da”, “de” and “do”, which are common in Portuguese when aggregating multiple family names.
3. “Replace”: *Adriano Sisnando Brotero de Avelar Quintino, vide Adriano Sisnando Brotero Quintino de Avelar*, result: *Adriano Sisnando Brotero Quintino de Avelar*. The “vide” expression is a full name. This hap-

---

<sup>9</sup> We did use “similarity” ratios when comparing place names, to allow for frequent variations in spelling.

pens when the transformation of family names cannot be expressed by “cut” and “add”, so the producer of the card wrote the full target name after “vide” for clarity.

4. “Partial replace”: *Francisco António Campos, vide de Novais Campos*, result: *Francisco António de Novais Campos*. The “base name” and the “vide” expression overlap at the end; the matched part in the “base name” is replaced by the “vide” expression.

“Cut” and “add” constitute 87% of the cases, with “replace” representing another 11%. Partial replacements are residual (26 cases).

Not all patterns in the FA are consistent. We find “vide” expressions that are meaningless, such as in record 205772: *Gaspar da Cunha Coutinho, vide Coutinho*. Partial replaces are also difficult to automate: 165045, *Isidoro da Cunha de Eça, vide dos Santos de Eça*, would generate *Isidoro da Cunha dos Santos de Eça*, but the actual target is *Isidoro dos Santos de Eça* in record 165046.

Applying these transformations, “target” names were generated for each of the 8625 records. Additionally, a version of the names without the Portuguese name particles (“de”, “da”, “do”, “dos” and “e”) was produced to facilitate comparisons<sup>10</sup>.

## Simple automated cross-reference resolution

The algorithm examines each record with “vide”, generates the target name according to the transformations above and searches for a record with that name, the same place of birth and with a vide expression that matches the starting record. When all the records are processed, a check is made to detect ambiguous matches.

It was possible to match 3702 records in pairs by applying this set of transformations and checks (see Table 2). This represents 42% of all cross-reference records. More than half (1722/56%) of the full records with “vide” were matched with symmetric “see” records. Slightly more (1747) “see” records were matched with full records, but since there are many

---

<sup>10</sup> The updated list of original names, “vide” expressions and generated target names is available at <https://github.com/joaquimrcarvalho/ucalumni/blob/master/inferences/cross-references/vidematched.csv>. Listings in the repository are updated as the algorithms used here evolve and new analysis of the FA are performed.

more of those, the percentage was lower, 30.6% of the total. This was to be expected since there are, as explained before, more “see” records than “aka”<sup>11</sup>.

Match result	Number of records	% matches	% of vide	% of vide type
Unambiguous matches	3702	97.9%	42.2%	
See to full record matches	1746	47.2%	19.9%	30.6%
Full record to see	1722	46.5%	21.4%	56.2%
Full record to full record	188	5.0%	2.1%	6.1%
See record to see record	10	0.02%	0.01%	0.18%
Records in ambiguous matches	116	0.3%	0.13%	3.0%

Table 2 – Results of cross-reference matching.

Additionally, the process also found 188 full records that matched other full records, 10 “see” to “see” matches and 116 “ambiguous” matches involving more than two records.<sup>12</sup> The 10 cases of match between see records are not relevant and are due to deficiencies in data input, or in the “vide” expression that triggers the algorithmic match.

Another question is the 188 (5%) full record matches. These, albeit few, testify that in certain cases the “vide” mechanism appears to have been used to link two separate full records that were produced separately and, at a later stage, found to pertain to the same person. Instead of creating a new card record consolidating the two, the cataloguer used “vide” expression to create a “see also” reference (see Figure 6). These records hint at a wider problem with duplicates.

<sup>11</sup> A spreadsheet with the matching results is available at [https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/cross-references/vide\\_matched.csv](https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/cross-references/vide_matched.csv) and another with the non-matched records [https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/cross-references/vide\\_non\\_matched.csv](https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/cross-references/vide_non_matched.csv).

<sup>12</sup> Ambiguous matches occur when for a given “vide” more than one record was found, or when transitive matching occurs (record A matches B which matches C, etc.).

## Simão Lourenço, vide Coelho

Nível de descrição

Documento simples

Código de referência

PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/L/004757

Tipo de título

Atribuído

Título

Simão Lourenço, vide Coelho

Datas de produção

1648-10-31 ▶ a 1655-04-30 ▶

Extensões

0 Álbum

História administrativa/biográfica/familiar

Filiação: Teodósio Lourenço  
Naturalidade: Tancos

Âmbito e conteúdo

Faculdade: Leis  
Matriculad(s): 1649.10.02  
1650.10.12  
1651.10.01  
1652.10.31  
Instituta: 1648.10.31  
Exame de Bacharel 1655.04.26  
Formatura 1655.04.30

## Simão Lourenço Coelho, vide Lourenço

Nível de descrição

Documento simples

Código de referência

PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/009442

Tipo de título

Atribuído

Título

Simão Lourenço Coelho, vide Lourenço

Datas de produção

1650-10-12 ▶ a 1655-04-30 ▶

História administrativa/biográfica/familiar

Filiação: Teodósio Lourenço  
Naturalidade: Tancos

Âmbito e conteúdo

Faculdade: Leis  
Matriculad(s): 12.10.1650  
Instituta:  
Bacharel em Leis 26.04.1655  
Formatura 30.04.1655  
Bacharel em Artes 14.03.1650

Figure 6 – Example of two full records of the same student, linked by “vide” expressions (194939, 250513). The record on the left starts in 1648 with the enrolment in the “Instituta” course, continues with enrolments in subsequent years and ends with the degree of “Formatura” in 1655. The record on the right starts with the enrolment in “Leis” in 1650, also in the other record, and contains a reference to “Bacharel em Artes”, absent from the first record. Clearly, the two records pertain to the same student, and, if not merged, will introduce errors in detailed analysis.

Overall, the binary matches between “see” and full records are 93.7% of the matches made, which confirms that the original cross-reference scheme was indeed intended as a bidirectional link between non-preferred forms of the name and preferred forms of the name.

Nevertheless, with 42% of all the “vide” records matched the main question is why the remaining 58%, near 5000 records, failed to be matched.

It is known that there is an imbalance in the type of “vide”, with many more “see” records than full records (5563 vs 3062). A manual search in the entire database starting with a sample of 20 unmatched “see” records, found 18 matches missed by the algorithm. In 14 out of 18, the reason for the miss was that the full record had no “vide” expression indicating the reverse link. Since the matching process was done only between “vide” records, the matching record was outside the search space. The other four cases of matches missed by the algorithm are due to variations or typing errors in the “vide” expressions or place of birth<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> More detailed analysis and many examples can be found in the notebook referred in note 7.

## Effect of cross-references on further analysis

So, to conclude the analysis of cross-references, it can be determined that a cross-scheme exists in the FA to register alternate forms of student names. It was the process used in the original card catalogue to resolve duplicates at an early stage. The scheme produced records that are “see” references, with little information other than name and place-of-birth, that “point” to the main record through a “vide” name expression. These “see” records are easy to detect because they have no values for the “Unit dates” fields. Over 5500 such records exist. In some cases, the full records to which those “see” records point also have a reverse reference, and it is not difficult to match automatically both types with a simple algorithm. A higher rate of matches would be obtained if all records in the matching process were included, and not just those with “vide” expressions, cleaning the many typing errors and variations in geographical names that exist in the dataset and using a more flexible algorithm, tolerant to variations in personal attributes. This was outside the scope of this research.

For the purpose of further exploration of the data it is sufficient to accept that by removing 5563 “see” cross-reference records from the data, we remove a considerable portion of the bias that the cross-reference scheme could introduce in a more fine-grained analysis of the FA. Those records would produce limited impact anyway, since they have no dates and only include, in significant numbers, information about the place of birth and to a lesser degree, father’s name and “faculdade”. Therefore, their impact in further analysis can be controlled.

More detrimental to the usage of FA is the existence of real duplicates: more than one record pertaining to the same student, as the example in Figure 6. 188 such records can be found in the cross-reference set, which means, potentially, 94 students can be counted twice. Although some of them seem to be “accidents” resulting from ambiguous “vide” expressions or “see” records to which dates were added by mistake, or not crossed out, and even completely identical records, we must assume that finding 94 duplicates in 8625 “vide” records hints that many more might exist in the full set of data. But how many more?

A pessimistic view on duplicates would be that 94 duplicates in 3062 (the number of full records examined for matches) is 3% and so, extrapolating, there could be around 3,000 duplicate records in the FA, after removing the “see” references. There maybe even more that this, considering that some of “ambiguous” matches most probably are due to “see” records matching duplicated full records.

An optimistic view could argue that the 188 pairs are the result of an ongoing effort to flag duplications with “vide” cross-references, and so there is an expectation that few remain undetected.

Moving forward it is clear that much can be done to detect duplicate records with the information in the FA and resolve the cross-references into matched records. At this point in time, I think that more sophisticated approaches to deduplication, using available tools in the data science toolset, should wait for further progress in data cleaning and insights provided by analysing the FA after extraction of structured information. Unintentional duplicates are more easily found in alphabetical listings of place-of-birth, father’s name, degrees and other personal and academic attributes that can be produced. Also, it is possible that patterns of duplication emerge that allow some form of automated resolution.

To close this already long discussion on cross-references, the fundamental issue is the future of such schemes in a digital version of the FA, and if it should evolve into modern solutions for this type of problems, in the scope of ISAD(G) related standards.

## Coverage<sup>14</sup>

The analysis of the cross-reference information in the FA allows for an informed, yet cautious, approach to the impact of duplicate records in data analysis.

But there is also the inverse question: To what extent can the FA be trusted to provide adequate coverage of the original sources?

To estimate the reliability of the FA it is necessary to refer to numbers or nominal lists that were obtained directly from the sources, without using the FA as mediation.

A first step is to chart the evolution of intake. This is relatively easy to do using the initial dates on the records. The “see” type cross-reference records do not show in this graph because, as explained previously, they have no date on record.

---

<sup>14</sup> Data for this section was generated with [https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/notebooks/020-students\\_overview.ipynb](https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/notebooks/020-students_overview.ipynb)

Figure 7 shows the overall evolution of student intake from 1537 to 1917, the start and end dates on the FA. The question is how to assess the reliability of these numbers<sup>15</sup>.

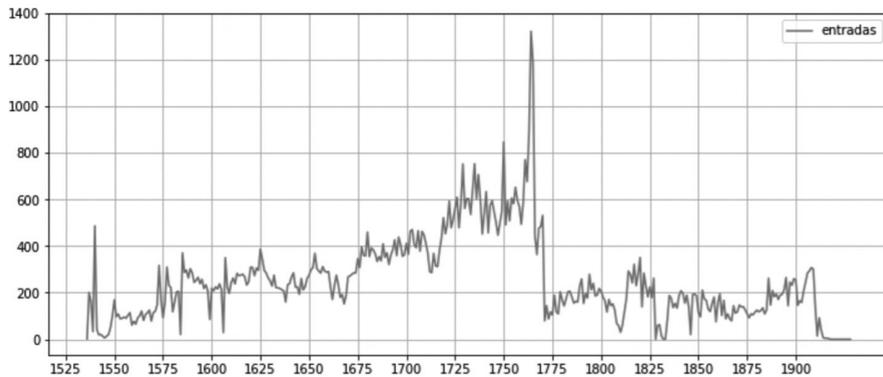


Figure 7 – Evolution of student intake. Yearly totals are obtained from “UnitDateInitial” field in the ISAD(G) record.

## Chronological profile

A first attempt is to compare the chart above to similar charts derived from source data.

Fernando Taveira da Fonseca produced such a chart for the period 1577-1820<sup>16</sup>. We can compare it with a similarly configured plot with data derived from the FA.

<sup>15</sup> For a thorough discussion of the issues related to the reconstruction of the student population of the University of Coimbra see chapter I of (Fonseca, 1995).

<sup>16</sup> (Fonseca, 2007). According to the author: “The figures used here for ‘freshmen’ in Canon and Civil Law were obtained directly from archive records (Arquivo da Universidade de Coimbra, *Livros de Matrículas*) and, for the period 1772 -1820, from Manuel Alberto Carvalho Prata, *Ciência e Sociedade. A faculdade de Filosofia no período pombalino e pós -pombalino (1772-1820)*, Guarda, 1989”. p. 5, n. 16.

Chart 1. First matriculations (1577-1820) and trend lines

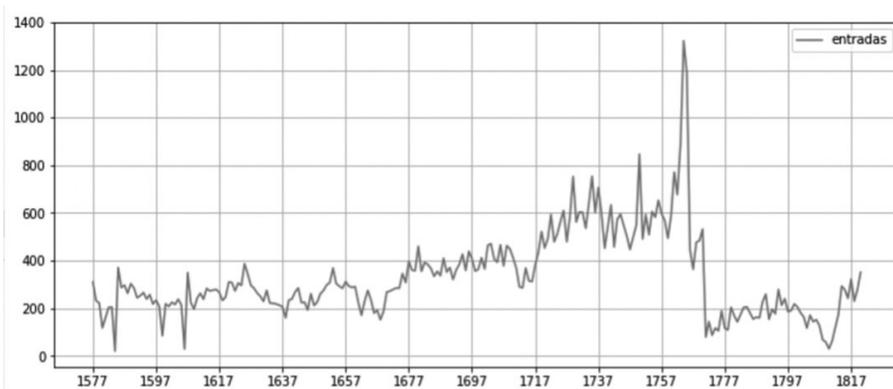
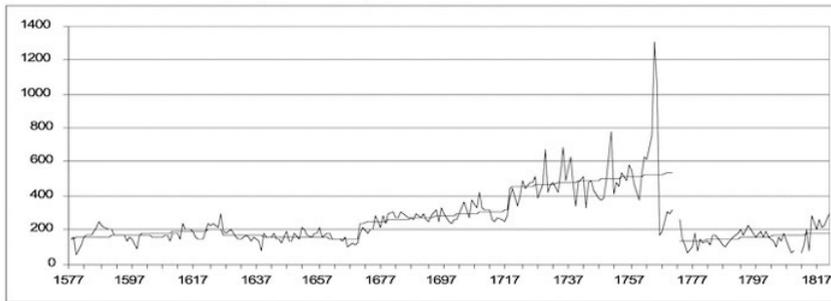


Figure 8 – Comparing data extracted from the sources according to Fonseca, 2007 (top), with data from the FA (bottom). There is a clear overall similarity in the chronological profile, with the FA showing higher numbers, especially in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries, for reasons discussed in the text.

The first obvious conclusion is that the data extracted from the FA broadly maps the shape of data obtained from the “livros de matrículas” by Fonseca. The second conclusion is that the FA numbers are inflated, especially in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. This can be partially explained by the fact that Fonseca counts only the matriculations in Canon and Civil Law, the two main faculties in the number of students, which account on average, according to the author, to 87.3% of all enrolment. The role of duplicates is still an open question, to which there will be further references in this text.

## Student population

Another opportunity for validation comes from the estimates of the student population between 1700 and 1770, also by Fonseca. Estimates of

the total population of students each year were calculated from the matriculations, cross-checked with a variety of sources<sup>17</sup>.

To get comparable numbers, the fields “UnitDateInitial” and “UnitDateFinal” in the FA digital records were used. The fields contain the first and last date on the student record. It is assumed that the first date is the date of the first matriculation (as in the previous chart) and that the second date corresponds to the last year of “activity” of the student in the university.

For each year, the number of students with the first date in that year and with the last date in that year were totalled. The first number represents the year intake and the second number the students that will leave and will not be present in the following year, the outtake. With these two numbers it is possible to estimate the students present, without processing the yearly matriculations, which are complex to extract from the FA in a reliable way.

Again, the FA shows remarkable parallelism with data checked with the sources. And again, the numbers are higher than Fonseca’s, for although this time both series cover all the faculties, they are computed differently.

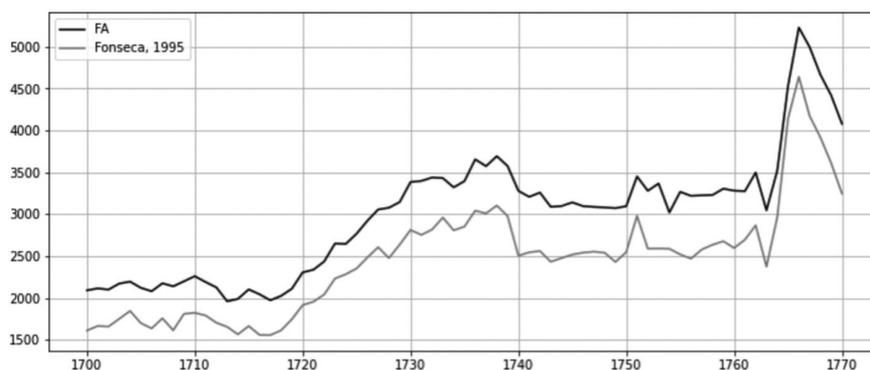


Figure 9 – Comparing student population estimates. In the FA numbers a student is counted for every year between the first and final dates on the record, while Fonseca counts the actual matriculations of each year. Since some students do not enrol every year the FA numbers are naturally higher. Both series show the same general pattern.

Since we have the actual numbers for both series, we can go beyond the visual assessment and do a linear correlation.

<sup>17</sup> *Cit. note 15 supra*, pp. 31-32.

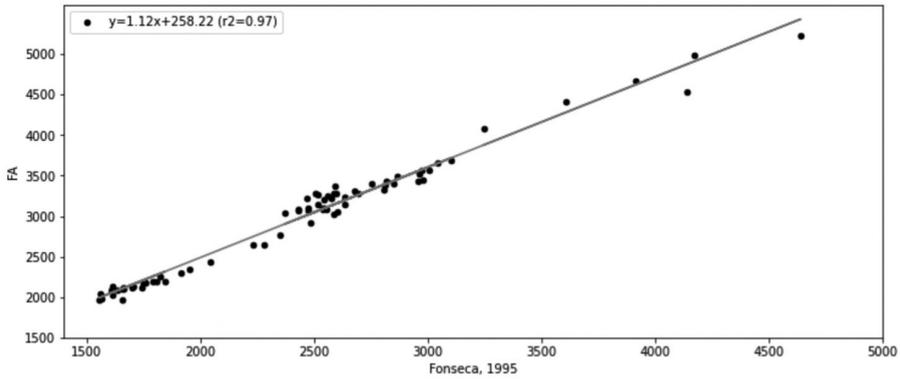


Figure 10 – Estimates of student population 1700-1770, FA vs Fonseca, 1995. On average, the numbers from FA are 23% higher. Considering the different methods of approaching the computation of the student population, the results are remarkably convergent.

Figure 10 shows the scatter plot for the two series. Each dot corresponds to a year, placed according to the values from Fonseca and the FA. The clustering along the regression line shows a strong relationship between the two estimates.

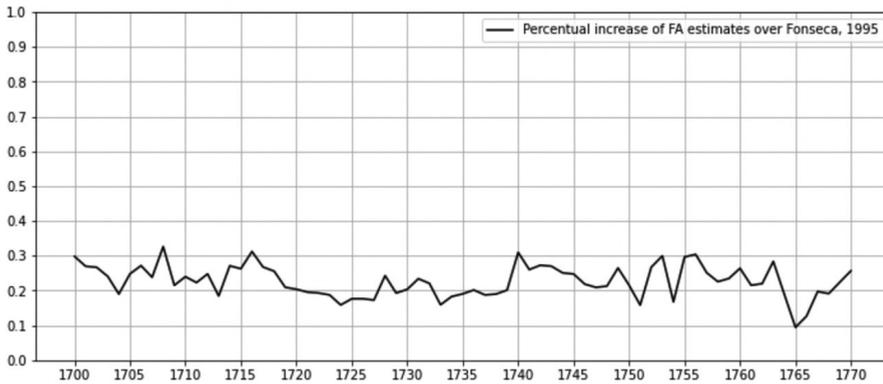


Figure 11 – Evolution over time of the percentual difference between estimates of the student population. There seems to be no obvious pattern over time. The average difference is 23% with a maximum of 33% and a minimum 0.9%, the latter being the outlier in 1765.

To control for the possibility that the divergence was concentrated in certain periods of time, the chronological evolution of the percentual difference over time was plotted. As can be seen in Figure 11, the variation fluctuates without a clear pattern, showing that the FA based estimate is consistently higher, in average 23%.

Note that the method used for computing the student population from the FA implicitly assumes that the students are present every year between the extreme dates on record. Of course, that is not the case, and there are several records that indicate long periods of absence between successive enrolments. So, in some way, the difference between the two estimates represents students that should have enrolled each year but did not and is a function of the combination of absenteeism and retention through suspension of study.

It is also possible that the process of production of the FA generated a steady flow of duplicates because first year students enrolled in pre-requisite studies and only further along their studies enrolled in their desired courses. This introduces a chance of starting a new record when a student first appears in the “faculdade” of graduation. This point will be addressed when analysing the problem of determining the “faculdade” from the FA records.

This section demonstrates that the data from the FA compares well in terms of chronological coverage with comparable data extracted directly from the sources. It also demonstrates that the question of duplicates is an open question, which can only be resolved by extracting as much information as possible from the records.

## Personal attributes of students<sup>18</sup>

### Annotations in the name

Student names can have annotations, between parenthesis. Currently 10,044 such annotations have been detected.

There are 839 variations of the expression used in the annotations. An effort was made to infer normalized values from that diversity of expressions and in this section the main sets of normalized attributes that can currently be extracted are presented and links for tables with nominal lists and statistical information are provided.

Example of a name with note (186633):

*André Botelho (padre frei, colégio dos padres de São Pedro)*

From this note, the algorithm can infer the following attributes:

---

<sup>18</sup> Data for this section was generated with [https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/notebooks/021-students\\_attributes.ipynb](https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/notebooks/021-students_attributes.ipynb).

- Padre (priest)
- Title: Frei (friar)
- College: Colégio de S. Pedro da Ordem Terceira
- Religious order: Ordem Terceira

The most frequent attributes appearing in name notes, in their original forms, are shown in Table 3<sup>19</sup>:

Name note	N	First	Last
padre	5714	1537-00-00	1899-10-02
D.	600	1537-00-00	1910-10-20
frei monge de São Bento	174	1728-10-01	1799-10-29
frei monge de São Bernardo	154	1732-10-01	1827-10-29
padre frei religioso de Nossa Senhora do Carmo	96	1664-10-01	1760-10-01
padre frei religioso de São Bernardo	93	1664-10-01	1751-07-17
frei monge de São Jerónimo	90	1729-11-07	1825-10-25
padre frei religioso de Nossa Senhora da Graça	85	1669-10-01	1759-10-01
frei	71	1537-12-28	1830-10-22
padre frei religioso de São Bento	68	1660-12-17	1751-10-01

Table 3 – Most frequent expressions that appear between parenthesis after the names of students. The dates correspond to the date of first matriculation of the students, e.g., the first student with a note “D.” (Dom) entered in 1537 and the last on 20<sup>th</sup> October 1910.

The notes in the original form are not very useful. Qualifiers such as “padre” (priest) and “frei” (friar) can appear in isolated form or as part of longer expressions. An attempt to normalize the note information was made by detecting the following specific information:

- Priesthood condition.
- Title understood as a qualifier of the person, including the “dom” and specific noble titles, but also religious titles such as “Bispo”, “Cónego”, “Prebítero”, “Beneficiado”, “Frei”.
- College.
- Religious orders.

<sup>19</sup> The full table is available at [https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/name-notes/note\\_originals.csv](https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/name-notes/note_originals.csv)

It would not fit in the scope of this paper to describe at length each of these personal attributes. Instead, listings for the most relevant attributes in the public repository are produced and the main ones are discussed<sup>20</sup>.

## Priests

In total, 6916 records with “padre” in the name note were extracted, the most frequent attribute in the notes. As with other attributes discussed in this section, it is possible to generate nominal lists with other attributes like place of birth, faculty, religious order, etc., as shown in Table 4<sup>21</sup>. From tables such as these, several interesting insights can be produced.

	Name	Entry	Last date	Place of birth	father	Order	Faculty	Title	College	Name note
150020	Manuel Batista	1564-10-01	1568-06-21				Teologia		Colégio de S. João Evangelista	padre do colégio dos Lóios
193400	Jorge	1564-10-01	1565-06-06			Ordem de Cristo	Teologia	frei	Colégio de Tomar	padre frei do colégio de Cristo
205601	António da Trindade	1578-06-30	1588-04-02			Ordem da Santíssima Trindade	Teologia	frei	Colégio da Trindade	padre frei do colégio da Trindade
201701	João da Costa	1580-03-22	1590-01-05	Lisboa	Fernão Nunes da Costa		Cânones	cónego		padre cónego na Sé de Coimbra
193431	Aleixo Jorge	1582-10-22	1594-06-11	Vila Boa	Jorge Gonçalves		Teologia	capelão		padre capelão da Universidade

Table 4 – Sample of students with “Padre” in the name note. Note that the algorithm can extract several attributes from a single note and link them with academic information such as “faculdade”. In the first record, the current algorithm does not infer the religious order from the college because of the absence of the title “frei”.

<sup>20</sup> The tables for religious orders (3437 records), titles (4219) and colleges (379) can be found in the directory “inferences/name-notes” of the repository.

<sup>21</sup> Full table at <https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/name-notes/priests.csv>

## Religious orders

The religious order of the student is the second most frequent information that can be extracted from the name notes, with 3032 occurrences. There is a significant variation in vocabulary used to identify some of the orders; however, the algorithm maps expressions to religious orders with some success<sup>22</sup>.

The college of residence was also used to infer the religious order. For instance, the college of Saint Thomas was the college of Dominicans in Coimbra, and students with the note “frei religioso do colégio de São Tomás” will be associated with the “Ordem de São Domingos”.

The Augustinians are specially complicated because there were different branches in Coimbra. An annotation on record 217564 illustrates the problem, enumerating the different forms the student is referred to “... Frei Domingos de Santo Agostinho, Frei Domingos Eremita de Santo Agostinho ou Frei Domingos do Colégio da Graça”<sup>23</sup>.

Through trial and error, it was possible to normalize this variety of notes into the list of religious orders in table Table 5.

Religious order	N	First	Last
Ordem de São Bernardo	401	1569-00-00	1827-10-29
Ordem de São Bento	374	1548-01-01	1831-06-25
Ordem do Carmo	283	1536-00-00	1829-10-31
Ordem de São Francisco	267	1540-03-09	1816-10-31
Ordem de Santo Agostinho (Graça)	250	1560-10-01	1780-05-30
Ordem da Santíssima Trindade	223	1551-10-00	1820-06-19
Ordem de São Domingos	202	1541-10-20	1827-10-30
Ordem de Santo Agostinho	168	1541-11-29	1829-06-03
Ordem de São Jerónimo	162	1550-03-12	1825-10-25
Ordem de Cristo	146	1563-10-01	1815-10-16
Ordem de Santo Agostinho (Descalços)	83	1734-10-01	1805-10-15
<i>Ordens militares</i>	71	1594-10-08	1815-10-20
Ordem Terceira	71	1632-00-00	1827-10-19
Ordem de São João de Deus	38	1575-10-01	1804-10-09
Ordem de São João Evangelista	36	1575-10-01	1769-10-01

<sup>22</sup> The precise mapping between words in notes and religious orders is at <https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/f033bc9f8bc9faad42f1ae3147256ac49fe39dba/notebooks/ucalumni/extractors.py#L74-L131>

<sup>23</sup> For the Augustinians see (Azevedo, 2011) For the colleges of the religious orders the reference is “Os Colégios universitários de Coimbra” (Vasconcelos, 1987, vol. I, pp. 155-295).

Religious order	N	First	Last
Ordem de São Paulo	35	1670-10-01	1829-10-24
Ordem dos Cónegos Regrantés de Santo Agostinho	25	1543-12-21	1825-05-26
Ordem de São Pedro	16	1670-00-00	1805-11-23
Companhia de Jesus	13	1555-06-06	1557-02-20

Table 5 – List of religious orders with more than 10 occurrences. “Ordens militares” refers to an unspecified military order, except the “Ordem de Cristo”. The “Ordem de Cristo” had its own college in Coimbra, while all the others shared the same college, normally referred as “Colégio dos militares”.

Around 70 expressions have escaped normalization so far, many because of misspellings. A nominal list of all the students with a recognized religious order is provided in the repository<sup>24</sup>.

An interesting detail of Table 5 is the 13 Jesuits between 1555 and 1557. They are certainly related to the transfer of the “Colégio das Artes” to the Society of Jesus in 1555<sup>25</sup>. This created the need to award degrees recognized by the university to its teachers. In the short span of their recorded university life, the Jesuits in the FA followed a fast track to a bachelor’s degree in Arts. Among those few are famous names such Luís de Molina, Nicolau de Gracida and Sebastião de Morais<sup>26</sup>.

Listings for the most relevant attributes have been produced and these are available in the public repository.

## Place of birth

Place of birth is the most common personal attribute in the FA, with 98902 occurrences.

The list of places occurring more than 500 times is shown in Table 6.

<sup>24</sup> <https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/name-notes/religious-orders.csv>.

<sup>25</sup> The “Colégio das Artes” provided the preparatory studies required to attend university degrees, the equivalent of modern secondary education. In the aftermath of a scandalous process involving the Inquisition and teachers of the college, the king reached an agreement with Jesuits for them to take responsibility for the college and provide the teaching staff.

<sup>26</sup> The issues related to the award of university degrees to the Jesuit teachers of the “Colégio das Artes” are described in Brandão e Almeida (1937, vol. I, pp. 220-224). It is interesting that conjunctural episodes leave their imprint in the FA, assuming those 13 name notes were not the result of a *posteriori* interests that found their way into the catalogue.

Place	N
Lisboa	9484
Coimbra	5785
Porto	3591
Braga	1699
Évora	1160
Guimarães	1051
Lamego	1033
Viseu	1031
Aveiro	844
Vila Real	824
Santarém	791
Leiria	697
Ilha da Madeira	623
Portalegre	579
Tomar	568
Viana	566
Castelo Branco	562
Barcelos	552
Beja	532
Baía, Brasil	527
Guarda	519

Table 6 – List of the most common places of birth.

The value of this list is impacted by the inevitable misspellings and by the lack of uniformity in providing a wider geographic or administrative context when needed. For instance, Ponta Delgada, the main city in the Azores archipelago, is registered in eight different forms. Together, the islands of Azores and Madeira generate 142 different place names, and there is no way to query them in a structured way.

The convention of separating successive levels of geographic identity by commas, as in “Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores”, although the most common, coexists with other forms of punctuation based on slashes, hyphens and parenthesis.

Standardization of the geographic names in the FA would greatly increase the applications possible with the structured data, especially mapping and spatial analysis. In the repository, a list of all values for place-of-birth is provided<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> <https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferences/places>.

## Parents

The names of the fathers and mothers were also extracted, albeit the latter is present only in less than a hundred cases. Currently there do not seem to be many usages for this information, except detection of brothers. Transgenerational identification would be interesting, to detected the linages that certainly exist, but is difficult to automate.

## Academic information

Information related to personal attributes of the students has been dealt with, but the core information of interest of the FA lies in the academic information encapsulated in a single text field "ScopeContent". This field records the academic path of the student and can include enrolments, exams and degrees obtained.

Processing the academic information faces two major challenges. The information is recorded in a text field with many variations in notation and terminology. The second is substantive: the FAUC includes information spanning four centuries. Academic procedures, degree structures and record keeping methods varied greatly during that period. Processing the information about the faculty in which students enrolled illustrates these difficulties, due to the impact of changing degree structures, the way the academic path was differently recorded in the sources and how paths involving more than one faculty were interpreted.

## Faculty

Determining the "Faculdade" is the most important step in processing academic information. Without a usable value for that essential element of academic identity, little interest can be done with the information from enrolments, degrees, and exams. More importantly, many errors can be introduced in the downstream analysis if the value of "Faculdade" is wrongly determined.

The field "Faculdade" is the first line of the section with academic information on the FA. Unfortunately, its contents are not adequate for several purposes. There are severe limitations that may not be very important for the human user locating a specific student, which can generate substantial distortions in the bulk data processing.

The main problems with the contents of the “Faculdade” field in the FA are:

- Missing value: no value in field (12,000).
- Inconsistent value: the field value is inconsistent with the rest of the academic information (7,500).
- Inconsistent chronology: the value corresponds to a faculty that did not exist at that date (500).
- Erroneous value: the content of the field does not correspond to a recognizable faculty, mainly due to misspellings or input of information belonging to other fields (700).

Altogether these problems amount to 20% of the records, and therefore considerable effort was invested in exploring to what extent they can be addressed in an automated way.

To understand why there are so many problems, especially of the two first types, it is necessary to understand the relation between the production of the FA and the original records.

The main sources for the FA are the “livros de matrículas”, which, from 1577 onwards, provide the enrolment registry. At the start of each academic year, the students would arrive at Coimbra and enrol. Enrolment was compulsory and several mechanisms were deployed over the years to ensure enrolment on time to check that students remained in the city after signing their “matrícula”.

Until 1834, most of the students aiming for a degree in Civil or Canon Law. The curriculum of the first two years of both degrees consisted of common introductory courses, namely the course “Instituta”. So “Instituta” is the first enrolment on the records for the majority of first year students<sup>28</sup>.

This first enrolment produces a card in the original FA. At that point, it is not clear if the student would continue later to Canon Law or Civil Law. As a result, the information on “Faculdade” is left either blank, with “Direito”, or simply with “Instituta”<sup>29</sup>. Many records of the digital FA also have simply

---

<sup>28</sup> The most important changes in academic structures that impact the understanding of the FAUC are the reforms of 1772 and 1834. The reference work on this matter is Fonseca (1995, chap. I) complemented by Fonseca (2000) for the fine details of academic regulations. A more precise understanding of the changing regulations can be obtained by analysing the various “Estatutos”. See the references for the list of available printed sources.

<sup>29</sup> The faculty of “Direito” is created after the reforms of 1834, by merging “Cânones” and “Leis”. References to “Direito” as “Faculdade” before that date are to be understood as a generic reference to the law faculties and not to be confused with the real faculty of “Direito”.

a question mark for the field “Faculdade” when the information is a single ‘Instituta’ enrolment.

As the student later enrolls in the destination faculty there is a chance that a new record is created. See Figure 6 above as an example of such duplication.

The “Instituta” course disappeared in the profound reformation of 1772. However, a similar situation was created in the new study plans. All students, irrespective of the area of study, should do introductory courses at the Faculty of Mathematics and Philosophy for two years, and only then continue to the school where they would receive their degree. In this context, the first enrolments occur in the faculty of Mathematics or Philosophy despite the students going on to study Civil or Canon Law, Medicine, or Theology. Note that some students did go on to graduate in Mathematics or Philosophy as their first choice.

This means that, after 1772, the first enrolment of a new student in the university is done in a faculty which will necessarily be the one of graduation. These students would be known as “obrigados” to be distinguished from the “ordinários”, those that really wanted to study mathematics and philosophy.

This situation affects badly the semantics of the field “faculdade” on the FA. In a unified catalogue, with one record per student, the content of the field “faculdade” should be the one in which the student graduates, taking care not to miss the double degrees that existed, mainly in Canon and Civil Law.

What we have there is instead is a situation where cards were produced when the information about the main faculty was not available and were left with the field blank or, worse, with a value that was in fact a pre-requisite. Subsequent information was added to the cards without correcting the initial limitations. It is possible that different people, working either in the original catalogue or in the digital version, made different decisions in similar situations and interpreted differently the purpose of the field.

Nevertheless, since the subsequent information is in the record, it is possible to attempt to overcome those limitations.

The algorithm tries to infer the true faculty of every record by analysing all the information available. Using lists of pre-requisites in different periods, it was possible to infer the faculty in cases where it was absent and correct cases where the faculty on the record was inconsistent with the rest of the academic information.

Instead of going into a discussion of decision logic, an example of what is possible to automate might be useful. The case in Figure 12 is interesting because it is complex, and the result can be externally validated. On the left of Figure 12 is the FA record and, on the right, the inferred academic path.

FA Record	Algorithmic reconstruction of academic path		
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Faculdade: Matemática</p> <p>Matricula(s):</p> <p>19.10.1788 (obrigado)</p> <p>03.10.1794</p> <p>Direito:</p> <p>31.10.1794</p> <p>02.10.1795</p> <p>Leis:</p> <p>03.10.1796</p> <p>04.10.1797</p> <p>02.10.1798</p> <p>09.10.1799</p> <p>Filosofia:</p> <p>31.10.1793</p> <p>06.10.1795</p> <p>Exames: 3º 08.07.1797 Aprovado Nemine Discrepante, Atos nº 6, fl. 19v.</p> <p>4º e grau de Bacharel 20.06.1798 Aprovado Nemine Discrepante, Atos nº 6, fl. 95v.</p> <p>Formatura 08.06.1799 Aprovado Nemine Discrepante, Atos nº 6, fl. 186</p> <p>2ª Formatura 03.07.1799 Aprovado Nemine Discrepante</p> <p>Repetição 22.06.1801, Atos grandes nº 2, fl. 10</p> <p>Exame privado e grau de Licenciado 06.07.1801, Atos grandes nº 2, fl. 104</p> <p>Doutoramento 19.07.1801, Atos grandes nº 2, fl. 182v.</p> <p>Graduação em Direito 22.10.1800</p>	<b>Date</b>	<b>type</b>	<b>value</b>
	1788-10-19	faculdade	Leis
	1788-10-19	faculdade-original	Matemática
	1788-10-19	matricula-faculdade	Matemática
	1793-10-31	matricula-faculdade	Filosofia
	1794-10-03	matricula-faculdade	Matemática
	1794-10-31	matricula-faculdade	Direito
	1795-10-02	matricula-faculdade	Direito
	1795-10-06	matricula-faculdade	Filosofia
	1796-10-03	matricula-faculdade	Leis
	1797-10-04	matricula-faculdade	Leis
	1798-06-20	grau	Bacharel em Leis
	1798-10-02	matricula-faculdade	Leis
	1799-06-08	grau	Formatura em Leis
	1799-10-09	matricula-faculdade	Leis
	1801-07-06	grau	Licenciado em Leis
	1801-07-19	grau	Doutor em Leis
	2022-05-01	nota-processamento	Aviso: faculdade corrigida

Figure 12 – Record 215786, João da Rocha Dantas e Mendonça. By considering the pre-requisite rules at the time, the algorithm corrects the field “Faculdade” in the FA and disambiguates both enrolments and degrees awarded. The inferred doctoral degree in “Leis” can be confirmed in Vasconcelos (1987, vol. II, p. 41).

The FA registers faculty as “Matemática” based on the first record on the books of the student as “obrigado” in 1788, meaning it was a pre-requisite enrolment. The FA then notes, six years later, the enrolment in “Direito”, an expression used for the introductory law courses for students of “Cânones” and “Leis”. Only in 1796, the student enrolls in the destination faculty, “Leis”. The enrolment in the pre-requisite “Filosofia” is also recorded.

On the right is the academic path, as inferred by the algorithm. The presence of enrolments in “Leis”, triggers the replacement of “Faculdade: Matemática” with “Faculdade: Leis”. But notice that the two first “matriculas” are correctly attributed to “Matemática” because unspecified enrolments are attributed to the original “faculdade” in the FA record. The process manages to correctly attribute the successive dates of the “matriculas” section, based on the presence of faculty names. Also, the inference allows the process to correctly identify the area in which the degrees were obtained, which is crucial. The result is a clear path that abides by the academic statutes of the time, even if it misses such details as the repetition of “Formatura” and the “Graduação” in 1800 and keeps, for tracing purposes, the expression “Direito” in the enrolment, when “Cursos Jurídicos Comuns” or something similar would be more appropriate.

Incidentally, note the number of years that elapse between the first and the last date on record, and that there are no enrolments between 1788 and 1793. This type of record is responsible for the difference in estimating the student population from start and end dates, instead of adding up enrolments, as was mentioned in the section on coverage above.

In narrative terms, the algorithm checks first if the field “Faculdade” has a value or not; it then proceeds to collect all references to “faculdades” in the rest of the record. In the next step, it removes all the pre-requisites from the collection: if something remains it will be chosen as the corrected “faculdade”; if nothing remains, then the original value is kept<sup>30</sup>.

The same process allows us to “infer” the “faculdade” when the field in the original record is empty and to flag as errors values that are not in the list of schools in each period, and uncommon combinations (Table 7).

Type of changes to “Faculdade”	N
Value inferred (original empty)	11356
Value corrected (original inconsistent)	6980
Uncommon academic path	735

Table 7 – Algorithmic changes to the value of field “Faculdade”.

When attempting to infer the “Faculdade” it is not always possible to solve the ambiguity between “Cânones” and “Leis”. This is due mainly to many records containing only the registration in “Instituta”, but also because the field “Faculdade” was not updated when further information was collected. There are records where it is possible to follow the academic career of a student up to the doctorate level without solving the ambiguity between “Cânones” and “Leis” because the ambiguous expression of “Direito” was never updated<sup>31</sup>. Half of the inferred values for “Faculdade” are still ambiguous.

Inferred values for Faculdade	
Cursos jurídicos (Cânones ou Leis)	6993
Artes	3005
Cânones	764
Leis	386

<sup>30</sup> The algorithm for “Faculdade” is 150 lines long and the version at the time of writing is at <https://github.com/joaquimrcarvalho/fauc1537-1919/blob/f033bc9f8bc9faad42f1ae3147256ac49fe39dba/notebooks/ucalumni/extractors.py#L460-L611>

<sup>31</sup> See, for instance, 206171, Jerónimo José Rodrigues.

Inferred values for Faculdade	
Teologia	352
Medicina	185
Filosofia	28
Matemática	24
Direito	22

Table 8 – Inferred values for empty “Faculdade” field. In more than half the cases it is not possible to determine from the records in which of the law schools the student was enrolled.

Correcting an existing expression is more delicate than inferring missing information because it involves overriding human input. The algorithm currently suggests close to 7,000 changes. These include either changing the name of the faculty or adding a second name to the existing one, assuming a double degree path or a change of main “faculdade”.

The most frequent correspond to what would be expected, but they are also some other combinations that are flagged as “uncommon”, such as Theology with Law and Medicine with Canon Law that require further analysis<sup>32</sup>.

Changes suggested algorithmically	N	First	Last
Cânones → Cânones,Leis.	1254	1536-10-00	1821-11-12
Leis → Cânones,Leis.	1246	1537-00-00	1829-06-13
Matemática → Medicina.	1175	1772-11-28	1909-11-11
Direito → Leis.	1023	1687-01-05	1827-06-16
Filosofia → Medicina.	480	1540-10-25	1909-11-09

Table 9 – Main changes suggested by the processing of “Faculdade”. The most common are related to double degree paths in Canon and Civil Law, the replacement of pre-requisite studies in Mathematics and Philosophy by Medicine and the disambiguation of “Direito” into “Leis” or “Cânones”.

The problems related to the field “Faculdade” can be overcome by inferring missing values and producing suggestions of correction of existing values based on information from the rest of the record.

A more fundamental problem is the definition of what should go into the field “Faculdade”. There are records where all possibilities found on the record are enumerated in the field, separated by slashes. This indicates a

<sup>32</sup> For instance, in record 127769, José Cabaço, the suggestion is made to change “Cânones” to “Cânones, Leis”, because there is a reference to “Formatura em Leis”.

fluctuation of the meaning of the field, which is natural due to the history of the FA, but should be avoided<sup>33</sup>.

## Degrees

Extracting degree information from the FA is relatively simple, because it can be triggered by a very limited set of well-defined terms. Most of the references to degrees do not specify the area, which means that the prior processing of “Faculdade” is necessary. Here are the degrees with over 500 occurrences.

<b>Degree</b>	<b>N</b>
Bacharel em Cânones	21744
Formatura em Cânones	18823
Bacharel em Artes	6342
Bacharel em Leis	5963
Formatura em Leis	5066
Bacharel em Direito	4848
Formatura em Direito	4597
Licenciado em Artes	2834
Formatura em Medicina	2299
Bacharel em Cursos jurídicos (Cânones ou Leis)	2217
Licenciado em Cânones	2131
Formatura em Cursos jurídicos (Cânones ou Leis)	1437
Licenciado em Medicina	1349
Licenciado em Teologia	1127
Doutor em Cânones	965
Formatura em Teologia	834
Bacharel em Teologia	834
Doutor em Teologia	765
Licenciado em Leis	640

Table 10 – Most frequent degrees (with more than 500 students).

The ambiguity in the Law degrees is inherited from the faculty, as explained in the preceding section. In fact, except for “Artes”, it is not very frequent that the record explicitly states the area of the degree. The algorithm will use any explicit reference to the faculty in the degree expression,

<sup>33</sup> The record 202402, Vicente Coelho da Silva Seabra e Teles is an example with “Faculdade: Matemática / Filosofia / Medicina”.

and if none is found, uses the value for “Faculdade”, explicit, inferred or corrected<sup>34</sup>.

## Enrolment (“matrículas”)

Enrolments make up most of the academic information in the records. Unfortunately, the detail of the recording varies greatly. The rules of prerequisites referred above implied that various types of qualifications were added, denoting different “faculdades” and different modes of enrolment (“obrigado”, “ordinário”, “voluntário”). Additionally, in recent years, enrolment information was added with the curricular year and precise references to the original sources. This rich information, easily absorbed by a human mind, poses many challenges to automated processing.

Currently, the algorithm tries to extract different attributes of each enrolment:

- The scope: faculty (explicit, inferred or corrected), year in the study plan, specific course.
- The mode: “ordinário”, “obrigado” or “voluntário”.
- The date: a great variety of date formats are recognized.
- Sources: references to books and page numbers in the original sources.

The “Provas” or proofs, a mechanism to assert that a student had attended the necessary classes before the enrolment system was established, are not currently processed. The student would come to the registrar with two witnesses to declare that the required years of study were fulfilled. In the FA this is recorded with the expression “Provou”, which is easy to detect, but it is hard to process the rest of the sentence.

## Exams

Processing the exam information that has been added recently to the FA is still a work in progress.

---

<sup>34</sup> We provide the list of students with a doctoral degree, in all areas; <https://github.com/joaquimcarvalho/fauc1537-1919/blob/main/inferencias/academic/doutores.csv>

The example in the Appendix shows information of exams correctly recognized by the algorithm, but more fine-tuning is necessary to handle the many variations found in the records. The problem is that no established style exists for important details such as repetition of failed exams.

Moreover, the algorithm does not currently have a representation of which exams were required for each study plan in different periods. As a consequence, it cannot have a “pull” strategy based on a set terminology, like with degrees, and tries to take whatever has the word exam.

Currently, there are close to 54,000 references to exams, most for the period after 1772, so it is worth continuing to perfect the extraction.

## Summary of current extraction capabilities

Table 11 lists the attributes that, at the time of writing, are extracted from FA records and introduced in a database from which tables and lists such as those used here were produced.

Attribute	Number of students	Note
colegio	356	
código-de-referência	105298	ISAD ref. code
data-do-registo	105298	Last change of record
exame	53697	
faculdade	104638	Final after checks
faculdade-original	7167	Original value on record
grau	87112	
instituta	40672	
matricula-classe	2444	Year of study plan
matricula-curso	170	Specific course
matricula-faculdade	313032	
matricula-outra	1373	Scope not understood
matricula-universidade	571	No information on scope
naturalidade	98902	
nome	113923	
nome-apelido	198380	
nome-geografico	107415	Segment of naturalidade
nome-mae	93	
nome-nota	10044	Original name note
nome-pai	49916	
nome-primeiro	105298	First name
nome-vid	8625	Cross-ref. expression

<b>Attribute</b>	<b>Number of students</b>	<b>Note</b>
nota-processamento	20263	Errors and warnings
ordem-religiosa	3081	
padre	7059	
titulo	4207	D., friar, nobility
uc-entrada	105298	
uc-saida	105298	
url	105298	Link to FA record

Table 11 – List of attributes extracted from the FA records. See Appendix for a specific example.

## Evolution of the digital FA, from “cathedral” to “bazaar”

The previous sections demonstrate that it is possible to generate structured information from existing FA records. Although much can still be improved in terms of what an automated process can do, relevant progress is dependent on two key developments: first, increase the quality of the FA through normalization of the information in free-text fields; secondly, correct mistakes and solve ambiguities that the records contain. The last aspect relates to the second aim of this text, which is to propose an approach to the evolution of the FA that incorporates the lessons learned from the open-source model. The argument is that the evolution of the FA should harvest the enormous amount of dispersed knowledge about the students of the University of Coimbra that exists in various forms, by encouraging the development of a community of “contributors” along with the model of open-source projects, as a complement to the centralized institutional efforts (a “bazaar” around the “cathedral”, as explained below). Furthermore, the evolution of the current tools in the data science field and the growing amount of linkable data provide opportunities that should be taken into consideration. The next section argues for an “Open Data Science” approach for the future of the digital FA.

## The evolving tools of Data Science

The results presented here were made possible by the availability of computer tools associated with the emergent field known as “Data Science”. The definition in Wikipedia is particularly adequate here: “Data science is an interdis-

disciplinary field that uses scientific methods, processes, algorithms and systems to extract knowledge and insights from noisy, structured and unstructured data”<sup>35</sup>.

The vast amount of data collected and made accessible on the Internet, together with the importance for many industries of the unstructured information produced daily by millions of social media users, stimulated the production of new computer tools tuned for “noisy structured and unstructured data”.

The chronic shortage of expertise in computer science further ensured that the tools evolved to be userfriendly and easy to master so that a “data scientist” is potentially a larger demographic than the traditional computer programmer. Although most practitioners have a background in Computer Science, Mathematics or Statistics there is no lack of encouragement for people of the most diverse areas to join the new discipline<sup>36</sup>.

Even more significantly, big software corporations have invested heavily in a new generation of easy-to-use tools. Visual Studio Code by Microsoft is becoming the Microsoft Word for data science projects, allowing users to write text intermixed with data processing instructions, graphs and maps, in the form of “notebooks” that can be shared and reused by others<sup>37</sup>.

The trend also includes a high degree of standardization of data representation formats. The popularity of the Pandas data analysis software, specially designed to coexist with “notebooks”, has eclipsed more traditional statistical software <sup>38</sup>. Once one’s data is imported into a Panda “dataframe”, it is a short path for obtaining statistics, graphs, maps, and network analysis. The production of something such as the section above on coverage is relatively straightforward.

## Open Science as Open-Source

Another development of relevance to the future of the FA is the popularization of collaborative tools initially developed for open-source coding projects. These started as “version control systems” that allowed several

---

<sup>35</sup> (Data science, 2022). The recent multiplication of bachelor’s and master’s degrees on data science in Portugal is a testimonial of the mainstreaming of a field that until recently was a “community of practice” sharing a set of new software tools. For an example see *Licenciatura em Engenharia e Ciência de Dados - Departamento de Engenharia Informática – Cursos – Universidade de Coimbra*, s.d.

<sup>36</sup> (Kim, 2021).

<sup>37</sup> (Jupyter Notebooks in Visual Studio Code, n.d.).

<sup>38</sup> (*Pandas – Python Data Analysis Library*, n.d.).

people to cooperate in producing computer software, facilitating the merging of different versions while tracing precisely who did what and when. These early systems evolved into environments where collective text-based cooperation happens spontaneously between people that are complete strangers and under no formal authority.

In a famous, albeit somewhat dated book, “The Cathedral and the Bazaar”, Eric Raymond described the impact of the early “version control systems” in how some of the most complex computer software was produced, replacing the highly planned, hierarchically organized model of the cathedral by the more spontaneous, self-organized and ultimately more successful way of the bazaar<sup>39</sup>.

What was an argument for the “hacker” community in 1999, has become the dominant model today. The acquisition in 2018 by Microsoft of GitHub, the biggest host of open-source projects, increased a trend already underway to spread the usage of open-source collaborative tools by a wider community. The integration of GitHub in Visual Studio code makes collaborative data science an accessible reality. The great classroom and helpdesk of the Internet, with its abundance of high-quality tutorials, answers to frequent questions, recipes for all types of data manipulation and visualization, contributes enormously to lowering the difficulties of adoption of the new approaches to data processing and collaboration.

## **The FA as an Open Data Science Opportunity**

The FA is an amazing data set. The academic information, for a period of near 400 centuries, of the intellectual elites of a country whose language and culture has a global presence, is no common database. The accumulated knowledge of the FA, the result of generations of patient and highly competent archivists and historians, is a treasure that still has many untapped gems in this new age of data science, collaborative tools and linked data.

## **Maintaining a single source of truth**

The exploratory work presented here was often faced with a difficult trade-off: automated correction of problems vs correction of the original records.

---

<sup>39</sup> (Raymond, 1999).

There is an irrefutable argument in favour of correcting the original records: they constitute the necessary “single source of truth” about the students of the University of Coimbra<sup>40</sup>. But, at the same time, thousands of corrections can be done downstream from the original FA and enable many interesting analyses that can contribute to the improvement of the catalogue and more efficient usage of the human resources allocated to it.

Additionally, the milestone publication online of the FA, with known limitations, was done to stimulate further research by people who would not easily come to the archive to search the old paper catalogue. It certainly enabled the detection of errors by the large community that uses it as a starting point for studies of all types, from family biographies to post-graduate theses and history books.

## Managing contributions

The argument is that the model for managing a large collaborative effort while maintaining a reference “implementation” already exists in the open-source environment. The counterargument that those tools are too technical and difficult is losing ground; all well-managed open-source projects have a clear policy on “how to contribute” that starts normally with the very non-technical but crucial tasks of reporting “bugs”, revising the manuals and producing tutorials. On top of the increased ease of use of those tools, there is also a hierarchy of contributions that can be defined in our context.

It is suggested that the standard open-source concept of “issues” be used to harvest contributions. An issue is a report of a problem in software, data or documentation. An issue starts with a description of the problem, normally in a predefined form, and initiates a discussion about how to solve it until a new version is released that “closes” the issue.

The typology in the case of the FA is not difficult to define:

- Problems that do not require examining in the original cards: misspellings, and punctuation issues that impact data extraction.
- Problems that require checking with the paper original, such as place of birth registered in the field “faculdade”, or badly formed dates.

---

<sup>40</sup> (Single source of truth, 2022).

- Problems that require revisiting the sources, such as records with missing information about “faculdade” but with references to the original books where the information should be available.
- Problems that are detected because of information in other sources, external to the university archive, for instance, a student with place of birth “Loure” was detected who was in fact born in “Soure”. The two words can be impossible to distinguish in manuscript records, but the mistake is easily detected by someone who happens to have researched the person in question in other archives. Many errors of this type could be reported by many users of the FA.
- Normalization, especially of place names.

A platform like GitHub has easy to use interfaces and guidelines for the management of issues, both from the point of view of the reporter as well as of the people responsible for the corrections<sup>41</sup>. The record ID provides an easy way to tag the issue and keep track of the problems of specific records. In addition, issues can be prioritized for better planning with the tools available. Using a public open-source repository where various listings are made available and support documents for normalization are shared is an important complement.

## Recommendations

To prepare the FA for a new life in the Open Data Science world there are a few simple things that could be done.

1. Keep the punctuation of the academic record consistent by following the most common format of “field: value”.
2. Adopt a general structure for the record, based on the most common format and apply it consistently. The best records to process have a section/field structure, with “Matricula(s):” introducing a part with dates preceded by names of school, or year of study. The same should be used for exams and degrees.
3. Clearly define the semantics of the field “Faculdade”. Our suggestion is that the field should correspond to the faculty of graduation.

---

<sup>41</sup> (About issues, n.d.).

Cases of double degrees, such as Canon and Civil Law, should produce two values in the field, separated by a slash.

4. Minimize the uncertainty of the field “Faculdade”. When the field has no value or “direito” was used as a placeholder for Civil or Canon Law, and the record is being updated for some reason, it is worth the extra effort to disambiguate “faculdade”.
5. Ensure that each student has a stable and simple identification number, such as the six-digit number that the current software provides in the URL of the web records. The existence of a stable “id” for each student is a basic requirement to take advantage of linked data opportunities in the future.

Other not so simple recommendations relate to cross-references and the normalization of place names.

1. Explore the possibility of migrating the cross-reference information to authority records as defined by the ISAAR standard and implemented in the *Archeevo* software.
2. Likewise, explore the possibility of normalizing the list of placenames that can be easily extracted from the records and processed for variations.
3. Consider enabling the OAI-PMH interface to the FA, so that undertakings such as the one presented here are not dependent on direct exports from the archival management software in use<sup>42</sup>.

## Conclusion

There is much more about the structuring of the information of the FA and the possibilities opened by the new world of data science that could not find space in this paper.

This paper hopes to demonstrate that it is possible to structure information collected in cards decades ago and bring them to the modern world of data science tools.

The repository associated with this paper will provide further information of interest to those who would like to take the challenge of improving a data set which is a core element of the intangible heritage of an institution that deserved the UNESCO World Heritage listing.

---

<sup>42</sup> (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting, n.d.).

## Acknowledgements

I wish to thank the Director of the Archives of the University of Coimbra, Cristina Freitas, for supporting the idea behind this project and facilitating an export file of the FA. Ana Maria Bandeira, the archivist in charge of the university collection, was an invaluable source of insights and expert knowledge about the FA and the sources behind it. I join with the gratitude of numerous researchers and students who like me always found a welcoming smile and wise from her. Catarina Macedo helped in overcoming the limitations of distance in a period when travelling to Coimbra was impossible, helping in the validation of results and procuring photographs of the original cards when a fine point needed to be understood. David Sansom generously reviewed the manuscript and made many suggestions that greatly improved the final text. Finally, I am much indebted to Macao Polytechnic University for providing the working environment that made this work possible.

## Bibliography

- Archeevo – Arquivo da Universidade de Coimbra. (2021). *Índice de alunos da Universidade de Coimbra*. <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=264605>
- Azevedo, C. A. M. (2011). *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal: 1256-1834, História religiosa* (1ª ed.). Centro de Estudos de História Religiosa.
- Bandeira, A. M. (s.d.). *Percurso académico na Universidade de Coimbra, nos séculos XVI a XX (orientações para pesquisa)*. Arquivo da Universidade de Coimbra. [https://www.uc.pt/auc/orientacoes/UC\\_GuiaPercursoAcademico.pdf](https://www.uc.pt/auc/orientacoes/UC_GuiaPercursoAcademico.pdf)
- Brandão, M., & Almeida, M. L de. (1937). *A Universidade de Coimbra: esboço da sua história* (1ª ed.). Por Ordem da Universidade.
- Fonseca, F. T. da. (1995). *A Universidade de Coimbra 1700-1771: estudo social e económico, Acta Universitatis Conimbricensis* (1ª ed.). Por Ordem da Universidade.
- Fonseca, F. T. da. (2000). A dimensão pedagógica da reforma de 1772: alguns aspectos. In A. C. Araújo (Coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade* (1ª ed.) (pp. 43-68). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/32748>
- Fonseca, F. T. da. (2007). The social and cultural roles of the University of Coimbra (1537-1820): some considerations. *e-journal of Portuguese History*, 5(1).
- Ghdocs – prod.azurewebsites. (n.d.). *About issues*. <https://ghdocs-prod.azurewebsites.net/en/issues/tracking-your-work-with-issues/about-issues>
- International Council on Archives Conseil International des Archives. (2000). *ISAD(G): General international standard archival description; adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 Sept. 1999. ICA Standards* (2nd ed.). International Council of Archives.

- Keep Solutions. (2022). *Archeevo – Archival management software for the semi-active and inactive stages of information*. <https://www.keep.pt/en/products/archeevo-archival-management-software/>
- Kim, D. (2021). *Transitioning from Social Science to Data Science* (1st ed.). <https://towardsdatascience.com/transitioning-from-social-science-to-data-science-7e22501b5a3b>
- Open Archives. (n.d.). *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*. <https://www.openarchives.org/pmh/>
- Pandas – Python Data Analysis Library. (n.d.). <https://pandas.pydata.org/>
- Raymond, E. S. (1999). *The Cathedral and the Bazaar: Musings on Linux and Open Source by an Accidental Revolutionary* (O’Reilly Linux) (1st ed.). O’Reilly.
- Universidade de Coimbra. (2020). *Cursos / Departamento de Engenharia Informática – Licenciatura em Engenharia e Ciência de Dados*. <https://apps.uc.pt/courses/PT/course/8502>
- Vasconcelos, A. de. (1987). *Escritos vários* (reed.). Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Visual Studio Code. (2022). *Jupyter Notebooks*. <https://code.visualstudio.com/learn/educators/notebooks>
- Wikipédia. (2022). *Data science*. [https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Data\\_science&oldid=1087062839](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Data_science&oldid=1087062839)
- Wikipédia. (2022). *Single source of truth*. [https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Single\\_source\\_of\\_truth&oldid=1084162596](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Single_source_of_truth&oldid=1084162596)

## Sources for academic structures, curricula, and regulations

- Estatutos da Vniuersidade de Coimbra confirmados por el rey Dom Phelippe primeiro deste nome, nosso Senhor em o anno de 1591-*. (1593). Em Coimbra [sic]: por Antonio de Barreira.
- Estatutos Da Universidade De Coimbra: Compilados Debaixo Da Immediata E Suprema Inspeção De El Rei D. José I. Nosso Senhor Pela Junta De Providencia Literaria ... Deste Presente Anno de 1772*. (1773). Regia Officina Typografica.
- Leite, S. (1963). *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559), Acta universitatis conimbrigenis* (1ª ed.). Por ordem da Universidade.
- Rodrigues, M. A., & Arquivo da Universidade de Coimbra (1991). *Universidade De Coimbra. Os primeiros estatutos da Universidade de Coimbra* (1ª ed.). Arquivo da Universidade de Coimbra.

## Appendix

Example of the current capabilities of the algorithm including correction of “Faculdade”, extraction of religious order, titles, different scope of enrolments, exam results and degrees. Some limitations in interpreting enrollments can be seen, regarding the two unqualified dates.

# José Doutél (frei monge de São Bernardo)

## Nível de descrição

 Documento simples

## Código de referência

PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/D/001409

## Tipo de título

original

## Título

José Doutél (frei monge de São Bernardo)

## Datas de produção

1798-10-15 v a 1807-01-15 v

## História administrativa/biográfica/familiar

Filiação: António Venceslau Doutel

Naturalidade: Rio Bom

## Âmbito e conteúdo

Faculdade: Matemática

Matrícula(s): 15.10.1798 (obrigado)

2º ano - 02.10.1799

Filosofia - 15.10.1798

2º ano - 03.10.1799

3º ano - 03.10.1800

09.10.1802

22.10.1803

Teologia - 20.10.1800 (ordinário)

2º ano - 23.10.1801

3º ano - 15.10.1802

4º ano - 03.10.1803

5º ano - 06.10.1804

Graduação - 31.10.1805

Exames: 1º ano: 11.06.1801, Aprovado Nemine Discrepante, Atos n.º 3, fl. 5

2º: 18.06.1802, Aprovado Nemine Discrepante, Atos n.º 3, fl. 34

3º exame: 08.06.1803, Aprovado Nemine Discrepante, Atos e Grau n.º 4, fl. 55

4º exame e Grau de Bacharel: 13.06.1804, Aprovado Nemine Discrepante, Atos e Grau n.º 4, fl. 96

5º exame: 06.06.1805, Aprovado Nemine Discrepante, Atos n.º 4, fl. 135

Exame Privado e Grau de Licenciado: 18.07.1806, Atos Grandes n.º 3, fl. 26

Grau de Doutoramento: 15.01.1807, fl. 29 v.

## Idioma e escrita

Português

## Data de publicação

21/04/2021 00:38:35

<b>id</b>	<b>Date</b>	<b>Attribute</b>	<b>Value</b>	<b>obs</b>
163686	1798-10-15	faculdade	Teologia	Faculdade corrigida
163686	1798-10-15	faculdade-original	Matemática	
163686	1798-10-15	matricula-faculdade	Filosofia	15.10.1798
163686	1798-10-15	matricula-faculdade	Matemática	(obrigado)
163686	1798-10-15	naturalidade	Rio Bom	
163686	1798-10-15	nome	José Doutél	
163686	1798-10-15	nome-apelido	Doutél	
163686	1798-10-15	nome-geografico	Rio Bom	
163686	1798-10-15	nome-nota	frei monge de São Bernardo	
163686	1798-10-15	nome-pai	António Venceslau Doutel	
163686	1798-10-15	nome-primeiro	José	
163686	1798-10-15	ordem-religiosa	Ordem de São Bernardo	frei monge de São Bernardo
163686	1798-10-15	titulo	frei	frei monge de São Bernardo
163686	1798-10-15	titulo	monge	frei monge de São Bernardo
163686	1798-10-15	uc-entrada	1798-10-15	
163686	1799-10-02	matricula-classe	Matemática, 2º ano	02.10.1799
163686	1799-10-02	matricula-faculdade	Matemática	02.10.1799
163686	1799-10-03	matricula-classe	Filosofia, 2º ano	03.10.1799
163686	1799-10-03	matricula-faculdade	Filosofia	03.10.1799
163686	1800-10-03	matricula-classe	Filosofia, 3º ano	03.10.1800
163686	1800-10-03	matricula-faculdade	Filosofia	03.10.1800
163686	1800-10-20	matricula-faculdade	Teologia	(ordinário)
163686	1801-06-11	exame	1º ano	Aprovado Nemine Discrepante, Atos n.º 3, fl. 5
163686	1801-10-23	matricula-classe	Teologia, 2º ano	23.10.1801
163686	1801-10-23	matricula-faculdade	Teologia	23.10.1801
163686	1802-06-18	exame	2º	Aprovado Nemine Discrepante, Atos n.º 3, fl. 34
163686	1802-10-09	matricula-classe	Filosofia, 3º ano	09.10.1802
163686	1802-10-09	matricula-faculdade	Filosofia	09.10.1802
163686	1802-10-15	matricula-classe	Teologia, 3º ano	15.10.1802
163686	1802-10-15	matricula-faculdade	Teologia	15.10.1802
163686	1803-06-08	exame	3.º exame	Aprovado Nemine Discrepante, Atos e Grau n.º 4, fl. 55
163686	1803-10-03	matricula-classe	Teologia, 4º ano	03.10.1803
163686	1803-10-03	matricula-faculdade	Teologia	03.10.1803

<b>id</b>	<b>Date</b>	<b>Attribute</b>	<b>Value</b>	<b>obs</b>
163686	1803-10-22	matricula-classe	Filosofia, 3º ano	22.10.1803
163686	1803-10-22	matricula-faculdade	Filosofia	22.10.1803
163686	1804-06-13	exame	4º exame e Grau de Bacharel	Aprovado Nemine Discrepante, Atos e Grau n.º 4, fl. 96
163686	1804-06-13	grau	Bacharel em Teologia	4º exame e Grau de Bacharel: 13.06.1804, Aprovado Nemine Discrepante, Atos e Grau n.º 4, fl. 96
163686	1804-10-06	matricula-classe	Teologia, 5º ano	06.10.1804
163686	1804-10-06	matricula-faculdade	Teologia	06.10.1804
163686	1805-06-06	exame	5º exame	Aprovado Nemine Discrepante, Atos n.º 4, fl. 135
163686	1806-07-18	exame	Exame Privado e Grau de Licenciado:	Atos Grandes n.º 3, fl. 26
163686	1806-07-18	grau	Licenciado em Teologia	Exame Privado e Grau de Licenciado: 18.07.1806, Atos Grandes n.º 3, fl. 26
163686	1807-01-15	exame	Doutoramento	fl. 29 v
163686	1807-01-15	grau	Doutor em Teologia	Doutoramento: 15.01.1807, fl. 29 v.
163686	1807-01-15	uc-saida	1807-01-15	
163686	2021-04-21	código-de-referência	"PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/D/001409"	
163686	2021-04-21	data-do-registo	2021-04-21	
163686	2021-04-21	url	"https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=163686"	
163686	2022-05-01	nota-processamento	Aviso: faculdade corrigida	Matemática para Teologia.

# Gestão urbanística e obras particulares na Época Moderna: o caso de Sines

## Urban management and private works in the Modern Age: the case of Sines

SANDRA PATRÍCIO<sup>1</sup>

Responsável pelo Arquivo Municipal de Sines  
Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos  
NOVA FCSH, História, Território e Comunidades  
sandrapatricio2@sapo.pt  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4613-1036>

Artigo entregue em: 17 de março de 2022

Artigo aprovado em: 13 de maio 2022

### RESUMO

A partir dos documentos produzidos pela Câmara Municipal de Sines durante a Época Moderna, e em confronto com os procedimentos e as normas existentes para a gestão urbanística do mesmo período, este artigo tem como objetivo conhecer as práticas no caso de Sines, vila periférica e pouco povoada situada no litoral da comarca de Campo de Ourique. Procura-se identificá-las nos documentos coevos produzidos pela Câmara de Sines, nomeadamente as vereações e os provimentos, sendo que no caso de Sines o licenciamento é uma área pouco documentada, ao contrário da gestão do espaço, no âmbito da gestão urbanística.

---

<sup>1</sup> Agradeço aos revisores anónimos os comentários e sugestões muito pertinentes e desafiantes, que procurei integrar no artigo e que melhoraram muito o seu conteúdo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Época Moderna; Sines; Ciência da Informação; Gestão Urbanística; Obras particulares.

**ABSTRACT**

Based on documents produced by the Municipality of Sines during the Modern Period, and in comparison with the existing procedures and norms for urban management, this article aims to know the practices in the case of Sines, a peripheral and small town located on the coast of the region of Campo de Ourique. It seeks to identify it in the contemporary documents produced by the Câmara de Sines, namely the *vereações* and *provimentos*, and in the case of Sines licensing is a poorly documented area, unlike space management, within the scope of urban management.

**KEYWORDS:** Modern Age; Sines; Information Science; Urban Management; Building processes.

## Introdução

Na primeira parte do artigo analisam-se os ainda raros trabalhos científicos e o estado atual do conhecimento acerca do licenciamento de obras particulares no âmbito da Ciência da Informação, tendo em conta que o interesse dos arquivistas ainda se centra na gestão dos processos de obras contemporâneas.

Segue-se uma breve caracterização da vila e do concelho de Sines dos pontos de vista jurisdicional e demográfico. O objetivo é contextualizar a produção administrativa da Câmara Municipal em relação com as necessidades de gestão do território, durante a Época Moderna.

Na terceira parte o caso de Sines é estudado a partir dos documentos conservados no Arquivo Municipal. São pontos de partida quer as normas existentes e os procedimentos do concelho de Lisboa, adotados no Reino, quer o contexto específico de uma vila periférica e pouco povoada. A este respeito, são tidas em conta as evidências presentes no sistema de informação da Câmara Municipal de Sines e o seu carácter determinante para o conhecimento da gestão urbanística. As principais fontes documentais são as *vereações* e os *provimentos* dos séculos XVII até aos anos 30 do século XIX, dado que não se conservaram unidades documentais específicas relativas a esta área de atuação municipal.

O conceito de sistema de informação adotado para este trabalho inclui não só a produção documental e os elementos entidades, meios e procedi-

mentos que permitem a sua gestão (António & Silva, 2006, p. 112), mas também os fluxos de informação, os agentes e as relações com outros sistemas produtores (*ibidem*, p. 162).

## Revisão de literatura

A literatura sobre o licenciamento de obras particulares durante a Época Moderna ainda não é abundante. Em 2016, Sandra M. G. Pinto, num dos poucos artigos escritos sobre o tema, notava que «(...) o estudo do funcionamento do licenciamento de obras particulares de Lisboa no período moderno não tinha, ainda, sido objeto de estudo dirigido» (Pinto, 2016, p. 260, nota de rodapé n.º 3). Este panorama não parece ter mudado desde então, apesar dos vários trabalhos da autora sobre a regulação das operações urbanísticas na Época Moderna (Pinto, 2012); o licenciamento de obras particulares em Lisboa (*idem*); «a regulação jurídica das fachadas» (Pinto, 2016a) e as normas relativas a edifícios em ruínas (Pinto, 2018). De notar que, embora Pinto, na sua tese de doutoramento (2012, pp. 192-201), tenha feito uma extensa compilação e a respetiva análise das normas locais, os estudos de caso, com recurso aos documentos de arquivo, limitam-se a Lisboa (Pinto, 2016 e 2016a). Em relação ao Porto, Vale e Abrantes estudaram o licenciamento de uma área específica da cidade, mas somente para a primeira metade do século XX (Vale & Abrantes, 2010).

A atenção dos arquivistas centra-se no século XX, quando a gestão dos processos de licenciamento das obras particulares se tornou uma das áreas de maior intervenção autárquica. Como consequência, os processos de obras particulares são os conjuntos documentais mais representados nos arquivos municipais (por exemplo, Brito, 2001 e Viegas & Batista, 2015, sobre o Arquivo Municipal de Lisboa), e aqueles mais consultados, quer por utilizadores externos quer internos (Batista, 2019). Aguarda-se, a este respeito aliás, a publicação da tese de doutoramento de Paulo Batista sobre a gestão arquivística dos processos de obras particulares nos arquivos municipais portugueses.

Portanto, os trabalhos que podem orientar o estudo do licenciamento de obras particulares na Época Moderna portuguesa resumem-se às escritas por Sandra M. G. Pinto, proveniente da área da arquitetura. A sua dissertação de doutoramento, precisamente naquela área científica, teve como objetivo a compreensão dos processos que levaram à disposição dos elementos que formam o espaço urbano, nomeadamente a rua, a parcela e o edifício, entre meados do século XII e meados do século XIX. Incidiu particularmente nas

operações urbanísticas, entendidas como «ações de urbanização, parcelamento e edificação» (Pinto, 2012, p. 4).

A autora recorreu às fontes disponíveis nos arquivos sobre a regulação das operações urbanísticas, desde posturas e vereações, a compilações legislativas e contratos de transferência de propriedade e adjudicação de obras, bem como as indispensáveis *Ordenações Manuelinas e Filipinas*. Além de ter caracterizado as práticas urbanísticas, confrontando a norma com os atos, apresenta uma útil compilação e discussão das normas existentes na Parte IV, intitulada «Regulação: as normas jurídicas e o oficial responsável», enquanto na Parte V examina a «Ação e Verificação: os componentes, as interações e os processos».

Depois da defesa desta dissertação, a autora prosseguiu o estudo do licenciamento de obras particulares na Época Moderna a partir do caso de Lisboa, que publicou em revistas jurídicas. No artigo «Veer e midir. O licenciamento de obras particulares em Lisboa no período moderno» (Pinto, 2016), apresentam-se os instrumentos jurídicos existentes e a sua aplicação na cidade de Lisboa, cuja vereação de 29 de janeiro de 1504 estabeleceu a «primeira norma portuguesa conhecida para o controlo prévio da atividade construtiva dos particulares», com o objetivo de impedir a usurpação de área pública (Pinto, 2016, pp. 265-267). A autora apresentou a evolução dos procedimentos em Lisboa até ao terramoto de 1755, acontecimento que determinou que a competência de licenciamento até aí da Câmara de Lisboa fosse transferida para a Casa da Suplicação, entidade responsável pela jurisdição relativa ao plano de reconstrução da cidade, em 1758. Essa jurisdição apenas foi retomada em 1835 (Pinto, 2016, pp. 281-283).

As suas fontes foram as posturas, regulamentos e diplomas legais entretanto transcritos e publicados, mas também a consulta dos documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, alguns deles também já do conhecimento público. Eram atos informacionais em livros de registo, como os Livros do Cordeamento entre 1614 e 1789, para o registo das vistorias para o alinhamento (cordeamento) dos edifícios (Pinto, 2016, p. 268, nota de rodapé n.º 37). O registo, enquanto inscrição sequencial de atos ou factos cuja autenticidade e integridade é garantida pela sucessão cronológica, é a base de sistemas de informação da Época Moderna, como o da Câmara de Sines (Patrício, 2021, pp. 134, 308).

No artigo «A regulação jurídica das fachadas em Portugal», também publicado em 2016 (Pinto, 2016a), o foco é a fachada, a «parte principal e exterior que confinava com os espaços públicos de circulação viária», o «espaço mediador entre o interior e o exterior» (*idem*, p. 150). O trabalho

discute a evolução da regulação das fachadas desde o período medieval, quando a ordem jurídica começou por reprimir os abusos e conter as paredes exteriores para garantir a separação entre o público e o privado. Seguiu-se a regulamentação da atividade construtiva sempre que limitasse ou prejudicasse a circulação e a propriedade públicas.

Mais recentemente, no catálogo editado por Carita e Garcia (2019) intitulado *A imagem de Lisboa: O Tejo e as Leis Zenonianas da Vista do Mar*, especialmente a introdução de Hélder Carita, traz novas informações acerca dos limites da construção em cidades ribeirinhas.

A regulação do espaço público, até ao terramoto de 1755, teve como influência as chamadas «Leis Zenonianas», com impacto na relação da cidade de Lisboa com o rio enquanto cidade que era capital de um império e sede da corte. Estas normas derivam da Antiguidade Tardia, das regras instituídas pelo imperador romano do Oriente, César Zenão (474-491) para a reconstrução de Constantinopla após a sua destruição por um incêndio. Foram integradas através da herança clássica, que influenciou a jurisprudência, a doutrina e o direito portugueses, entre os séculos XVI e XVIII. De facto, as *Ordenações Manuelinas* e as *Ordenações Filipinas* prescreviam que no caso de o texto ser omissivo em relação a uma questão, era válido o direito romano, o que se verificou nesta questão (Carita & Garcia, 2019, pp. 9-10).

Era exigido um distanciamento mínimo entre os edifícios de doze pés (dado que o pé media cerca de 33 centímetros, 396 centímetros). Era também proibida a construção que impedisse a vista de mar do vizinho, exceto quando existisse uma distância de cem pés entre as construções. As «Leis Zenonianas» vigoraram até 1758, quando o decreto de 12 de junho de 1758 instituiu as novas regras para a reconstrução de Lisboa e aboliu essas normas, embora ainda estivessem presentes nas práticas de licenciamento no país (Carita & Garcia, 2019, p. 7). Apesar disso, a ideia de preservação da vista de mar teve importantes reflexos não só em Lisboa, «assim como nos pressupostos estéticos do urbanismo português da Época Moderna» (*ibidem*, p. 8).

As leituras de Pinto (2016) e de Vale e Abrantes (2010), permitem conhecer melhor a evolução da legislação no século XIX. Neste último século começaram as preocupações com a composição e estética da fachada, bem como as questões sanitárias (Pinto, 2016a, pp. 174-175). Em 1836, quando a Câmara de Lisboa recuperou a jurisdição no que respeita à autorização e fiscalização de obras de particulares, além dos procedimentos já conhecidos, o edital de 20 de fevereiro de 1836 tornou obrigatória a apresentação, para a deliberação conducente à licença, de um prospeto do edifício, isto é, os alçados dos edifícios.

Este procedimento alargou-se a todos os municípios a partir do Código Administrativo de 1842 (Pinto, 2016, pp. 282-283), que determinou terem as câmaras competência «para regular o prospeto dos edifícios dentro das povoações», através de posturas e regulamentos (Vale & Abrantes, 2010, p. 2).

Por outro lado, o Código Administrativo de 1836 (artigo 82, parágrafo 19) mantém a competência das câmaras municipais em relação à demolição de edifícios particulares em ruína que ameacem desastre e que afetem propriedades vizinhas, sendo a decisão antecedida pela vistoria. O Código Administrativo de 1842, 18 de março, no seu artigo 120, reforça essa competência, ao prescrever que é competência municipal fazer posturas e regulamentos para ordenar a demolição dos edifícios arruinados, após vistoria (Pinto, 2018, pp. 96-97).

O Arquivo Municipal de Lisboa conserva o «Livro índice dos prospectos». Encontra-se na secção Gestão de Expediente Geral e nele registaram-se 2270 prospectos aprovados entre 1846 e 1875<sup>2</sup>. Mas os processos de obra, enquanto agregações de todos os documentos resultantes do procedimento de fiscalização e licenciamento de obras particulares, apenas são identificados em Lisboa nos anos 40 do século XX (Brito, 2001; Viegas & Batista, 2015).

Já no Porto, Vale e Abrantes (2010, pp. 1-2) localizaram cerca de «2000 licenças de obras emitidas pela Câmara Municipal de Porto entre o final do século XIX e o final do século XX». A pesquisa na base de dados do Arquivo Municipal do Porto a partir da tipologia documental «Processo de Obras» recupera resultados desde o século XVIII<sup>3</sup>. As descrições dos documentos dos séculos XVIII e XIX revelam plantas, prospectos e licenças, muitas vezes de forma individual, não agregados em documentos compostos. Segundo Vale e Abrantes (*ibidem*, p. 3), os «processos de licenciamento» da Câmara Municipal de Porto, começaram a organizar-se de forma muito próxima do processo de obra atual no início do século XX. Segundo os autores, os «processos de licenciamento na Câmara Municipal do Porto» são constituídos pelo requerimento, termo de responsabilidade sobre a segurança dos operários, memória descritiva e peças desenhadas à escala 1/100.

Na nossa tese de doutoramento foi estudado o sistema de informação da Câmara de Sines entre 1655 e 1855 e a sua relação com outros sistemas locais hoje extintos (Patrício, 2021). O licenciamento, durante a Época Moderna,

---

<sup>2</sup> Descrição do Arquivo Municipal de Lisboa, disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>, consultado em 2022-04-23.

<sup>3</sup> Descrição do Arquivo Municipal do Porto, disponível em [https://gisaweb.cm-porto.pt/forms/25140/documents/?creator=&order\\_by=DATEASC&q=](https://gisaweb.cm-porto.pt/forms/25140/documents/?creator=&order_by=DATEASC&q=), consultado em 2022-04-23.

não foi uma área de atuação municipal em Sines que se destacasse na documentação. As posturas municipais emitidas, analisadas de acordo com a tipologia proposta para Lisboa por Homem e Homem (*apud* Patrício, 2021, p. 167) foram, na sua maior parte, respeitantes à proteção da agricultura. A área de licenciamento não se encontrava na tipologia prevista para Lisboa, mas também em Sines não se revelou importante, ao contrário de áreas inexistentes na capital, mas que sobressaem nesta vila, como o abastecimento de água (8% das posturas), e a pesca (4%) (*ibidem*, pp. 167-168).

A questão do licenciamento foi tratada enquanto área de intervenção do Concelho durante o período liberal, mas era mais relevante no que respeita ao desvio de caminhos, a utilização de pedra e de barro, atividades económicas e a localização de chiqueiros (*ibidem*, pp. 102-104). Quanto ao licenciamento de obras particulares, apenas se localizaram pedidos de alinhamento de edifícios, para a edificação de uma casa num quintal foreiro e para a construção de uma barraca (*ibidem*, p. 104). Por outro lado, foi neste período que se autorizaram obras de particulares em propriedade pública, nomeadamente as obras nos caminhos, nos armazéns e nas muralhas da Ribeira, pelos industriais da cortiça Biester, Falcão e Companhia (*ibidem*, pp. 104-105).

No entanto, na Época Moderna, se não houve nenhuma postura ou provimento do ouvidor/corregedor a esse respeito, houve atos registados nas vereações, como se verá adiante, no sentido da demolição ou reedificação de edifícios que pudessem pôr em risco a circulação na via pública.

Também não se conservaram os prospetos previstos pelo Código Administrativo de 1842. Após a promulgação do código, as câmaras municipais publicaram posturas que se referem à demolição, noutras a reparação. Há ainda uma «terceira via» identificada por Pinto (2018, p. 97), a de Sines. Nesse regulamento de 1849 permitia-se que portas e janelas fossem atulhadas para reforçar as paredes interiores e não permitir acesso ao exterior: «41<sup>a</sup> Obrigando, sob a pena de 1\$000 réis de multa, a quem tiver casarões ameaçando ruínas, ou a reedificá-los ou a demoli-los ou a tapar-lhes as portas e janelas, e não o fazendo será o ultimo alvitre feito á sua custa» (Silva, 1869, p. 142). No entanto, também esta postura não gerou informação autónoma no sistema de informação.

## A vila e o concelho de Sines

A vila de Sines foi criada em 1362 e o seu termo foi delimitado em 1364, pertencente ao senhorio da Ordem de Santiago de Espada. A partir de 1551, com a união dos mestrados das ordens militares à coroa, foi possível a doação

e a concessão das justiças e alçadas das terras da Ordem de Santiago a várias casas nobres. No caso de Sines, foi a Casa de Aveiro o senhorio jurisdicional do concelho entre 1554 e 1758, com vários períodos de vacatura em que a jurisdição regressou à Coroa (Patrício, 2021, pp. 23-30).

Entretanto, o concelho, que inicialmente incluía a foz do Mira e Colos, viu-se diminuído territorialmente com a desanexação dos concelhos de Vila Nova de Milfontes e de Colos, entre 1486 e 1499 (Patrício & Pereira, 2017, p. 75). A sua condição de único porto natural entre Setúbal e o Algarve permitiu-lhe o ponto de entrada e saída dos produtos de Campo de Ourique para Lisboa. No entanto, as limitações do seu porto mantiveram a vila regionalmente secundária, na área menos povoada do Alentejo e periferia do Reino (*ibidem*, pp. 74-75).

Durante a Época Moderna, apesar de os dados existentes serem lacunares, notou-se uma tendência de crescimento demográfico até aos anos vinte do século XVII, a que se seguiram momentos de regressão que apenas a partir do século metade do século XVIII se inverteu. Apesar disso, o número de vizinhos manteve-se numa média de 500, só ultrapassando essa marca no século XIX, quando a macrocefalia da vila foi desafiada pela nova aldeia do Porto Covo, fundada nos finais do século XVIII (Patrício & Pereira, 2017, pp. 109, 164).

Trata-se, portanto, de um concelho escassamente povoado e com uma única localidade que concentrava as atividades económicas, administrativas e sociais, a sede do concelho. Neste contexto, não surpreende que as áreas de jurisdição municipal vislumbradas através dos documentos conservados fossem a fiscalização económica e garantia do abastecimento alimentar; a gestão do espaço; as obras públicas, a guarda e gestão dos bens do concelho; a administração da justiça, a armação e as pescas; a defesa militar em terra de fronteira marítima; as medidas sanitárias e a criação de expostos (Patrício, 2021, pp. 47-73).

## **Gestão do espaço em Sines**

A realidade de um concelho pequeno e periférico como o de Sines, em que a oralidade prevalecia, não tem paralelo com as regras existentes noutros concelhos desde a Época Moderna, especialmente em Lisboa, a capital do reino, no que respeita à gestão urbanística.

As primeiras normas jurídicas que deram origem ao procedimento de autorização e fiscalização prévia da construção de particulares datam do século XVI e tinham como objetivo «impedir a usurpação privada de áreas públicas de circulação urbana» (Pinto, 2016, p. 260). No entanto, as primei-

ras medidas contra a usurpação privada dos bens comuns nos espaços públicos de circulação urbana datam em Portugal do período medieval: os almotacés e juízes tinham a jurisdição sobre a edificação, os arruamentos e as servidões nos primeiros séculos do Reino de Portugal, sendo as suas decisões «sumárias, orais e gratuitas, não podendo levar custas do processo, apenas o correspondente ao registo das escrituras, que eram produzidas quando as partes pretendiam apelar, tendo como única instância superior os juízes concelhios» (*ibidem*, pp. 260-261). Compreende-se assim a inexistência de registos escritos das ações construtivas, que só quando geravam disputas judiciais alcançavam a escrita, mesmo quando, a partir do século XIV, essas competências foram delegadas nos vereadores, que deveriam registar as principais deliberações em livro próprio (*ibidem*, p. 262).

A postura da Câmara de Lisboa de 29 de janeiro de 1504, que determinou que qualquer obra de reconstrução de edifícios devia ser antecedida de comunicação à câmara e vistoria à obra, foi a primeira a regular o licenciamento de obras de reconstrução (Pinto, 2016a, pp. 158-159). De contrário, a obra seria ilegal e podia ser demolida e encoimada. Apenas a reconstrução de paredes que ladeassem as ruas e as serventias estavam incluídas, mas rapidamente se alargou a obras novas e aos rossios. Outros concelhos também tomaram estas disposições, nomeadamente Braga, e, nos Açores, Horta, Velas e Santa Cruz das Flores (Pinto, 2012, p. 196). O despacho da vereação tornou-se obrigatório para o início de uma nova obra em Lisboa, assim como a obrigatoriedade do registo dos atos em livro próprio, exigido por uma provisão régia de 1592.

Mesmo que ao longo da Época Moderna os procedimentos se tenham alterado no sentido da redução a escrito, é possível que em Sines boa parte dos mesmos se tenha mantido oral, apenas chegando ao registo em caso de disputa. De facto, os vereadores intervinham especialmente quando estava em causa a ocupação de espaços públicos de circulação ou a intervenção causasse dano em bem concelhio. Ainda no século XVIII também os almotacés fiscalizavam as obras de particulares e pediam reuniões à vereação para dirimir conflitos. Assim fez Francisco do Nascimento Camarão, almota-cé em dezembro de 1748, que levou à consideração da Câmara o facto de José da Cunha de Vasconcelos ter feito um caminho no Terreiro da Godinha, derrubando o valado que aí tinha sido feito para proteger a vila das areias e enchendo de novo o local com a areia que a Câmara tinha mandado limpar<sup>4</sup>. Propôs que o infrator pagasse 4000 reis para o concelho e a vistoria

---

<sup>4</sup> Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Vereações, liv. 9, fls. 39-40v., 31 de dezembro de 1748.

do seu bolso. A Câmara deliberou notificar o infrator, mas não foi registado o desfecho da acusação. A limpeza da areia tinha sido feita meses antes pelos almotacés, que recrutaram pessoas da vila e do termo para fornecerem homens e animais para o trabalho, sob pena de pagarem 500 reis ou 1000 reis, no caso dos lavradores<sup>5</sup>.

O Regulamento da Almotacaria de Lisboa, compilado em 1444, permitia a fiscalização de ramadas, alpendres e escadas colocados nas fachadas dos edifícios, a edificação de sacadas e balcões, sempre tendo em atenção que as ruas eram propriedade do concelho (Pinto, 2016, pp. 262-263). De facto, a preocupação inicial das câmaras municipais em relação às obras particulares consistia em verificar se os espaços públicos estavam a ser usurpados pelos particulares, desde as *Ordenações Manuelinas* de 1521. A carta régia de 25 de abril de 1624 confirmou-a. As vereações tinham a jurisdição completa sobre a matéria, dado que não havia ações de apelo ou de agravo e o único recurso possível era para o monarca, através do Desembargo do Paço, que podia ou não atender aos interesses da Câmara, ou antes atender aos pedidos de privilegiados (*ibidem*, pp. 278-281).

Dentro deste ambiente legal, nos períodos medieval e moderno, conhecem-se em Lisboa e Santarém licenças para a ocupação parcial dos espaços públicos e a apropriação total de vias, argumentando que as vias tinham pouca circulação ou «encontravam-se sujos ou convertidos em focos de maus cheiros e de doenças» (*ibidem*, p. 263).

Em Sines, este argumento foi ainda utilizado na primeira metade do século XX, embora não se tenham localizado exemplos da Época Moderna. Foi aduzido como justificação para acrescentar à propriedade municipal propriedade do Estado em 1920, quando se reconheceu a necessidade de acabar com o «foco de infeção na Cerca do Castelo». Para atingir esse objetivo, propôs-se adquirir a propriedade ao Ministério da Guerra para que se pudesse vedá-la com um muro de alvenaria<sup>6</sup>. O castelo de Sines estava arrendado pela Câmara para uso civil desde 1914<sup>7</sup>.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a Câmara de Lisboa, por vezes com intervenção régia, regrou a obrigatoriedade de apresentação da licença pelos donos da obra, a altura mínima de elementos salientes que pudessem impedir

<sup>5</sup> AMSNS. CMSNS. *Provimientos*, liv. 2, fls. 2-7v., 21 de março de 1748.

<sup>6</sup> AMSNS. CMSNS. *Atas da Câmara Municipal de Sines*, liv. 16, fls. 100-101, 6 de abril de 1920.

<sup>7</sup> AMSNS. CMSNS. *Notariado, Documentos de Escrituras Diversas, contrato de arrendamento da Casa do Governador, no Castelo para servir de instalação à Câmara Municipal de Sines*, maço 3, 23 de julho de 1914.

a circulação e a largura das ruas (*ibidem*, pp. 268-269). Com exceção de Lisboa, Porto e Vila Real de Santo António, com forte intervenção régia, que incluiu mesmo, no caso da capital, a retirada de competências urbanísticas, no restante país a jurisdição do poder local no que respeita à gestão urbanística manteve-se até após as mudanças trazidas pelo século XIX (Pinto, 2016a, p. 167).

Graças ao registo de licenças, vistorias e outros atos foi possível reconstituir o procedimento seguido em Lisboa, o que não se verificou em Sines. Quando se pretendia fazer uma nova edificação, refazer uma estrutura existente ou ocupar parte do espaço público o interessado devia fazer uma petição oral ou escrita, acompanhada por vezes de certidão da propriedade ou carta de aforamento e peças desenhadas. Apesar da deliberação da câmara, a última palavra em relação ao licenciamento cabia ao rei, ao contrário do que sucedia no resto do país (Pinto, 2016, pp. 270-274).

Pelo contrário, em Sines este procedimento apenas no século XX foi sistematicamente registado e guardado até aos nossos dias. É possível que tenha sido um procedimento eminentemente oral, mas, dado que as evidências do subsistema de informação da Almotaçaria apenas podem ser reconstruídas a partir das vereações, já que o «livro das coimas» e o «livro de almotacaria» não sobreviveram (Patrício, 2021, pp. 189-192), pode ter sido mais relevante do que o que a documentação permite concluir.

Em relação à almotaçaria, vejamos os procedimentos previstos pelas *Ordenações Filipinas*, no título 68 do Livro I. Não se previa a redação de *grandes escrituras*, os processos deviam ser resolvidos com brevidade, com duas audiências por semana na Casa da Câmara em presença do escrivão da almotaçaria, onde deveriam aparecer os rendeiros ou outros acusadores e as partes acusadas. Apresentavam-se autos, escritos pelo procurador e assinados pelo rendeiro e decididos pelos almotacés. Após a sentença o zelador ou o rendeiro da almotaçaria executava a sentença, a qual podia implicar a penhora de bens. O recurso à escrita não invalidava a existência de fraudes e abusos, no entanto, não sobreviveram em Sines os livros de registo dos autos, embora se conheçam livros de registo de coimas de outros concelhos (Silva, 2018, vol. I, p. 247). As deliberações da vereação relativas aos feitos da almotaçaria eram designados acórdãos e respeitavam a penas para quem vindimasse fora do tempo previsto nas posturas, para quem atalhasse caminho pelas hortas e vinhas, para quem não trouxesse as suas medidas para serem aferidas pelo aferidor do concelho e cominaram penas em dinheiro e prisão (*ibidem*, p. 340).

Quadro 1 – *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título 68, Dos Almotacés.

Parágrafo	Conteúdo
22	Os almotacés conhecem demandas sobre obras particulares
23	Os almotacés podem embargar qualquer obra até «se determinar a causa por Direito»
24	Regulação da abertura de vãos
25	Se alguém faz um vão com peitoral quando não estava autorizado, a parte interessada não podia obrigá-lo a desfazer após um ano e um dia
26	Num beco não pode abrir janelas ou portais sem licença dos almotacés e oficiais da câmara. Será dada a licença «sem virem que tem necessidade, e não fez muito prejuízo»
27	Não se pode fazer janelas ou portais sem licença dos almotacés e oficiais da câmara
28	Quem tiver janela ou beirais de telhado numa parede sobre a casa de outrem, e se essa parede for demolida ou cair, só pode refazê-la «como dantes tinha»
29	Se uma pessoa tiver casa numa parte da rua, e outro vizinho quiser fazer casa na outra parte da rua, e o primeiro quiser abrir uma abertura, só o poderá fazer se for uma reabertura ou se estiver “desviado do outro»
30	Ninguém pode fazer uma escada no portal que impeça a passagem do vizinho
31	Não pode fazer nem escadas, nem ramada nem alpendre que faça impedimento para serventia da rua, de contrário será demolida
32	Quem tiver duas casas em cada ponta de uma rua, e se tiver lançado traves e feito um balcão com sobrado ou abóboda, e a outra parte da rua é de outro senhorio, ambos podem alteá-lo e fazer vãos sobre o balcão. Mas o «ar de cima, fica do concelho» e este pode demolir o balcão.
33	Se alguém tiver janela sobre quintal ou campo de outrem, o senhorio não pode fazer a casa com a parede tão alta que tape a janela do vizinho, a não ser que fizer uma azinhaga de largura de uma vara e quarta de medir
34	Quando uma casa tem dois senhorios, um que tenha o sótão e outro o sobrado, o que tem este último não pode fazer janela sobre a edificação dos outros
35	Não é permitido colocar trave nas paredes em que o interessado não tiver parte

36	Se alguém tiver colocado traves numa parede entre dois vizinhos, mas que é sua, pode colocar mais traves abaixo, mas não acima, salvo se comprar metade da parede
37	Se dois vizinhos tiverem uma casa comum e um quiser dividi-la, poderá fazê-lo, mesmo que o outro não queira. No caso de haver diferenças entre eles sobre o material a usar na feitura da parede (tabuado, pedra ou taipa), os almotacés dirimem o que for mais proveitoso para as partes. Se não houver acordo sobre o pagamento os custos da parede, o que requereu a partilha, fá-lo à sua custa, mas o vizinho só tem algo a dizer se pagar metade da despesa
38	Se alguém tiver casa que lance água do telhado sobre a do vizinho, e se este quiser fazer uma parede, pode quebrar os beirais, cimalthas e encanamentos e alteá-la, assim como pode «tomar-lhe as águas» sem dano para o vizinho
39	Se existir uma parede de permeio com outro vizinho e a casa de um for mais alta e tiver um cano e o que tem a casa mais baixa quiser alteá-la, pode colher a água do telhado do que tiver a casa mais alta, desde que não traga dano ao vizinho
40	Se um morador quiser lançar as águas da sua casa para a rua, pode fazê-lo através de um cano, desde que não seja tão longo que traga danos à circulação e aos vizinhos
41	Quem tiver campo ou pardieiro a par do muro da vila, pode fazer casa sobre ele, mas terá que derrubá-la em caso de cerco ou guerra
42	Se alguém tiver algum assunto relativo à «serventia de casa, ou qualquer cousa de serventia» que pertença à Almotaçaria mas que ignora durante três meses, não será mais ouvido

Estes artigos das *Ordenações Filipinas* tinham como objetivo regular a relação entre os privados e os espaços públicos, impedido a sua apropriação; dirimir conflitos entre vizinhos à conta de obras particulares. A exigência de licença é pressuposta, mas não é exigida taxativamente e cabia aos almotacés os assuntos que pertenciam à «serventia de casa, ou qualquer cousa de serventia» (*Ordenações Filipinas*, Livro I, título 68, § 42). Cabia ao procurador do concelho tomar conhecimento junto do tesoureiro da almotaçaria e executar as penas ou coimas devidas ao concelho (*Ordenações Filipinas*, Livro I, título 69).

Não há, na descrição das competências dos almotacés, qualquer referência à proteção da vista de mar, o que não invalida que as «leis zenonianas» fossem conhecidas, pois eram referidas nas obras dos juristas e na jurisprudência (Carita & Garcia, 2019, pp. 12-13).

No caso de Sines, porém, pelo menos durante a Época Moderna, não foi identificado nenhum caso concernente às vistas de mar. Talvez esta

omissão se deva ao facto de a garantia da vista de mar, em Lisboa, ser uma marca de privilégio (Carita & Garcia, 2019, p. 15), o que em Sines, vila sem nobreza residente, não tinha ocasião de se verificar. Além disso, segundo Francisco Luís Lopes em 1849, metade das casas era térrea («As casas térreas orçam quase em número pelas altas», Lopes, 2016, p. 80), o que diminuía a ocasião para limitar as vistas aos vizinhos.

Por outro lado, é possível que a governança de uma vila periférica como a de Sines desconhecesse a literatura que suportava a conceção das vistas de mar, que exigia capacidades de leitura e interpretação não só da língua portuguesa, mas também da latina, assim como conhecimentos jurídicos. No que respeita à alfabetização dos membros da governança, a maioria dos membros da vereação assinava o seu nome (Silva, 2018, vol. I, pp. 230-232), o que não é indicador, contudo, de capacidades de leitura e interpretação de textos mais complexos. De facto, somente os juízes de fora, dentro da governança de Sines, poderiam ter conhecimentos mais abrangentes, mas a sua presença nas vereações foi muito reduzida (*ibidem*, p. 166). As vereações da Época Moderna portuguesa eram ainda dominadas pelo direito consuetudinário, do domínio da oralidade (Hespanha, 1988).

O registo mais antigo relativo a obras particulares em Sines data de 1747, e encontra-se nas vereações, não se constituindo nenhuma tipologia específica ou uma unidade de instalação própria. No caso de terem existido livros de registo autónomos para as licenças os mesmos não foram conservados (Patrício, 2021, pp. 319-322).

Nesse ano de 1747, o procurador do concelho denunciou que João Leitão Rajão fizera uma casa numa rua pública «chamada o Terreyro da Godinha» sem licença da câmara e que «punha em prejuízo do povo»<sup>8</sup>. Na mesma sessão, o juiz vereador mais velho e os restantes vereadores deliberaram esperar pelo juiz de fora para proceder ao embargo da obra e possível demolição, no cumprimento das *Ordenações Filipinas* (Livro I, título 69, parágrafo 23). A deliberação do juiz de fora não foi registada nas vereações. O Terreiro da Godinha, atualmente o Largo Pêro de Alenquer, é a localização dada, mas não é precisa.

João Leitão Rajão e a sua casa são assunto novamente em 1752, quando se deliberou notificar o vizinho para que demolisse a casa e a parede que tinha construído sem licença, junto de outras casas de sua propriedade

---

<sup>8</sup> AMSNS. CMSNS. Vereações, liv. 9, fls. 11-11v., 20 de julho de 1747.

no mesmo local, porque «caza [estava] deytada para fora das paredes»<sup>9</sup>. Possivelmente era uma parede construída para a proteção das areias que ameaçavam a casa: «a tempo que o ditto terreiro se achava atulhado de areya sem licenssa alguma». Reconhece-se que quando fora construída, o fora sem licença, mas que se permitiu a edificação dado que as areias ameaçavam atulhar o local. No entanto, em 1752 a situação parece ter-se alterado, o que se deduz do tom do texto, e apesar dos adjetivos usados:

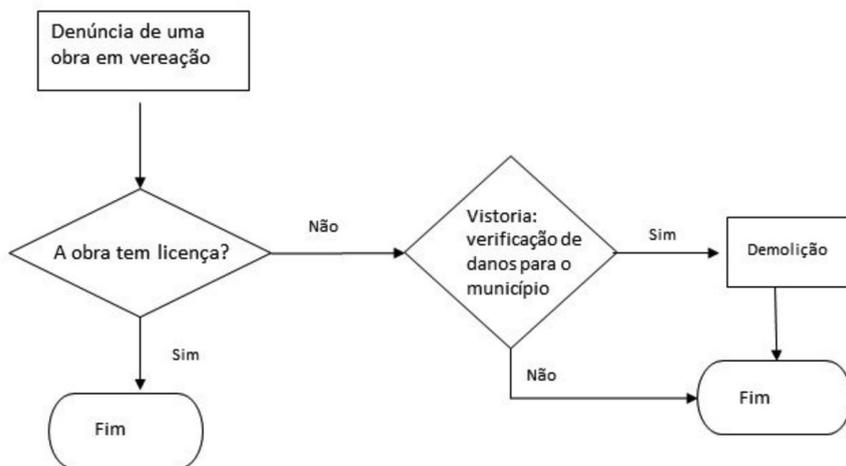
e porque agora se achava o terreyro entulhado hera bem comum do povo se mandace noteficar o ditto João Leytão Rajão para que em termo de vinte e quatro horas demulla a ditta caza e parede que tem por diante das suas cazas com penna que não o fazendo assim se mandar demullir a sua custa.

Também neste caso não há registo do desenlace do caso nas vereações. Outro registo, este de 1751, refere-se a uma chaminé de um forno construído por José Machado de Vilhena «dentro das suas cazas que são misticas com estas da camara e fazia ximine arimada a esttas mesma cazas em prejuizo dellas»<sup>10</sup>. Foram nomeados dois «louvados» para vistoriar a obra e determinar se a construção era prejudicial ao edifício dos Paços do Concelho e se por isso deveria ser demolida, ou se, pelo contrário, poderia manter-se de pé. A vistoria foi feita no mesmo dia. António Neto, mestre carpinteiro, e João Baptista, mestre pedreiro: «E logo pellos ditos louvados foi declarado não fazia prejuizo algum a ximine de que se trata por não ser xegada a esta parede das cazas da camara». Os paços do concelho situavam-se então no torneamento entre as atuais Rua Cândido dos Reis e Rua Serpa Pinto, pelo que o forno poderia situar-se ou numa rua ou na outra.

Este registo comprova que a figura da comissão de vistoria verificada em Lisboa foi também utilizada em Sines. Na capital as vistorias eram diligenciadas por uma comissão constituída por cinco pessoas: o vereador do pelouro das obras, um procurador da cidade, o síndico ou juiz do tomo, o escrivão do tomo e o medidor da cidade. O ato de medição e alinhamento, o «cordeamento», tinha como testemunhas o dono da obra e os oficiais responsáveis pela execução da obra (Pinto, 2016, pp. 267-267). O procedimento registado nas vereações de Sines está representado no Fluxograma 1.

<sup>9</sup> AMSNS. CMSNS. Vereações, liv. 9, fls. 154v.-155v., 7 de outubro de 1752.

<sup>10</sup> AMSNS. CMSNS. Vereações, liv. 9, fls. 107-108v., 9 de março de 1751.



Fluxograma 1 – O procedimento de licenciamento de acordo com as vereações.

A Câmara também atuava quando não era pedida licença e, portanto, não era delineado o alinhamento para a obra de construção ou reconstrução. Em 1813, José Fernandes Barroso comprara uma casa no sítio do Curral a José Neto. No entanto, sem pedir licença, deitou uma parede abaixo e levantou outra, o que resultou no facto de a mesma ter ficado «fora do alinhamento quatro ou cinco palmos». Foi intimado para que, no prazo de vinte e quatro horas, «recolhesse a dita parede ao seu antigo limitte pena de que não o fazendo assim se lhe mandar deita abaixo a sua custa»<sup>11</sup>. Dado que não houve referências posteriores a este caso, José Fernandes Barroso deve ter cumprido a deliberação camarária.

Além das obras particulares propriamente ditas, as licenças eram também necessárias para outras intervenções no espaço público, nomeadamente a ocupação da via pública, uma característica partilhada pela documentação do período liberal, até à primeira metade do século XX<sup>12</sup>. Em 1781 foi concedida a uma licença a António de Campos Cardeira, lavrador, para fazer um curral junto a uma cerca já existente de outro vizinho, José Carlos Louzeiro de Reboredo, por um período de três anos. Neste caso, foi também solicitado a concordância do vizinho, que podia ser prejudicado, pois teria que

<sup>11</sup> AMSNS. CMSNS. *Vereações*, liv. 11, fls. 127v.-129, 13 de outubro de 1813.

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, os requerimentos de 1915 números 1 a 3 no Instrumento de Descrição Documental n.º 25 do Arquivo Municipal de Sines.

instalar uma estrutura que «terá de cumprimento de cerca toquanto do dito Jose Cárillos the a porta da mesma cerca; e de cumprimento digo, e de largura somente a da alcárcova do mesmo valádo, tirando toda a terra que lhe for perciza para o dito velado de dentro da mesma alcorcova»<sup>13</sup>. Possivelmente o curral seria instalado em propriedade municipal.

A abertura e exploração de pedreiras era também uma área de licenciamento pela Câmara. Em 1746 João Baptista<sup>14</sup>, oficial de pedreiro, morador em Sines, pediu licença para abrir «huma pedreira por detras do quintal de Manoel Pires Garras desta villa para a parte do norte (...) na forma do despacho que o mesmo cenado lhe havia posto em huma sua petição». O requerente obrigou-se a pagar toda a perda e dano que causasse a abertura da pedreira durante o tempo que estivesse aberta, nomeadamente «pagando outrocim para o concelho hum tostão por cada quinze carradas de pedra que tirar, ou huma carrada de cada numero destes á eleição do procurador do concelho». Após o fim dos trabalhos comprometeu-se a deixá-la num «estado de não prejudicar a couza alguma».

Também a livre passagem era dirimida pela Câmara. Noutro local da vila constantemente areado, a Atalaia, José Ferreira, morador em Lisboa, pediu licença para aforar uns chãos na Atalaia para que, através da construção de casas, se evitasse a invasão das areias. Em 17 de novembro de 1766 fez-se uma reunião com «o povo em prasa e pregão do porteiro e assentaráo ser a mesma obra conveniente ao povo ficando livre pasagem para o bem comum»<sup>15</sup>. O «chão da Atalaia» fora aforado a José Ferreira «para fazer humas cazas para segurar as areias que corrião, e intravão pello citio chamado da Atalaia as quaes fazião grande perjuízo aquelle povo emtuilhando a sua emtrada lhe derão chão»<sup>16</sup>. Neste caso não estava em causa a licença, que pelo teor do registo fora concedida, mas se a obra poderia limitar a passagem de pessoas e bens.

Quanto aos livros dos provimentos do corregedor e provedor da comarca, estes referem apenas, na lista de quesitos que o magistrado apresentava à vereação, a conservação de fontes, calçadas e pontes, portanto, a rede viária, no âmbito das obras municipais: «Se havia algumas pontes, couthos, calçadas que necessitasem de consertos e reparos diceram que ao diante o

<sup>13</sup> AMSNS. CMSNS. *Vereações*, liv. 10, fls. 230v.-231v., 7 de abril de 1781.

<sup>14</sup> AMSNS. CMSNS. *Vereações*, liv. 8, fls. 169-169v., 21 de abril de 1746.

<sup>15</sup> AMSNS. CMSNS. *Vereações*, liv. 10, fls. 11v.-12, 17 de novembro de 1766.

<sup>16</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Desembargo do Paço, Repartição do Alentejo e Algarve, Requerimentos e Petições, mç. 319, doc. 75, fls. 1766-1767.

declarrarião»<sup>17</sup>. Tal como sucede nas vereações, a única menção a obras de particulares nos provimentos, em que participavam os «Oficiais da camara, nobreza e povo», resultou na notificação ao beneficiado José Pereira da Fonseca para que reedificasse ou demolisse uns «casarões na Rua Direita»<sup>18</sup>. Portanto, no mesmo sentido dos atos registados nas vereações, no sentido da demolição ou reedificação de edifícios que perigassem a circulação e a segurança pública. Por outro lado, o provedor e corregedor, também emitiam provimentos acerca do desentulho das ruas no século XVIII (Silva, 2018, vol. II, p. 128), o que de facto aconteceu no Terreiro da Godinha.

Outro ato registado nos provimentos é a alteração de uma postura que permitia encoimar os donos dos serrados das Percebeiras e das Barradas em 12000 reis sempre que não mantivessem os caminhos «dezembarassados». O provedor foi sensível às queixas dos moradores «porquanto tem muitas as queichas a dita condemnação em que facilmente caem os donos dos referidos serrados» e reduziu a pena para 1000 reis<sup>19</sup>.

Ao longo do século XVIII, as respostas tornam-se estereotipadas e os provimentos específicos mais raros. Estes últimos contêm deliberações do provedor a partir das queixas e informações recolhidas na correição. Os assuntos mais frequentes foram o gado, a reparação de edifícios e caminhos públicos, a cobrança de coimas, administração de justiça, a administração do paul, assim como as visitas só com provimentos genéricos (Silva, 2018, vol. I, pp. 378-379).

Mas a «cultura construtiva corrente promovia a execução de obras sem qualquer projeto desenhado» (Pinto, 2016a, p. 169), o que era ainda mais notável em freguesias e concelhos diminutos, como era o caso de Sines. Para facilitar a entrega dos prospetos pelos munícipes, previstos nos códigos administrativos do século XIX, algumas câmaras forneciam-nos, pelos seus técnicos, no local da obra e após a marcação do alinhamento. Outras forneciam desenhos-tipo de fachadas, automaticamente aprovados (Pinto, 2016a, p. 170). No entanto, este procedimento só se verificou em Sines no século XX<sup>20</sup>.

Da mesma forma, não se conservaram, entre 1842 e até à extinção do concelho em 1855, quaisquer unidades documentais referentes exclusiva-

<sup>17</sup> AMSNS. CMSNS. *Provimentos*, liv. 1, fls. 37v.-39, 27 de abril de 1726.

<sup>18</sup> AMSNS. CMSNS. *Provimentos*, liv. 2, fls. 45-47, 17 de setembro de 1776.

<sup>19</sup> AMSNS. CMSNS. *Provimentos*, liv. 2, fls. 87-89v., 9 de setembro de 1791.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, as deliberações relativas ao «Bairro industrial de pesca e Bairro das Classes Pobres» em Sines, na década de 60 do século XX. AMSNS. CMSNS. *Atas da Câmara Municipal de Sines, livro n° 30*, fl. 59, 5 de fevereiro de 1965.

mente a obras particulares. É possível que essas unidades documentais, se produzidas, tenham sido transferidas para o concelho de Santiago do Cacém, ao qual o de Sines foi anexo. No entanto, para confirmar ou refutar esta hipótese é necessária uma investigação futura no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém e nas suas atas e possíveis prospetos de obras particulares. O que sabemos neste momento é que, aquando da restauração do concelho, em 1914, entre os documentos devolvidos ao concelho de Sines, não constavam nenhuns relativos à gestão urbanística, sendo que apenas foram devolvidos aqueles produzidos antes da anexação (Patrício, 2021, pp. 300, 313-315). É possível que os documentos a esse respeito tenham sido organizados pela Câmara de Santiago do Cacém em unidades de informação que não foram ordenadas de acordo com o critério geográfico, como as atas.

## Conclusões

A bibliografia existente acerca da fiscalização das obras particulares na Época Moderna ainda é escassa e respeita especialmente a Lisboa. No entanto, a gestão urbanística é uma competência municipal secular, que gerou as maiores massas documentais existentes nos arquivos municipais. São também fontes fundamentais para a história social e urbanística de cada concelho, além da utilidade óbvia para as administrações e para os cidadãos, especialmente quando os processos de obras contemporâneos nem sempre permitem averiguar a história e a antiguidade dos edifícios.

Tendo em conta o carácter permanente desta competência, desde o período medieval, com poucas e excecionais interrupções, assim como a sua importância para os sistemas de informação municipais, quer abertos quer fechados, é fundamental conhecer com mais pormenor, através de estudos de caso, as práticas e os procedimentos locais ao longo do tempo.

A preocupação inicial das câmaras municipais em relação às obras particulares consistia em verificar se os espaços públicos estavam a ser usurpados pelos particulares. A fiscalização era partilhada pela almotaçaria e pela vereação e, no caso do concelho de Sines, as evidências documentais mostram uma área de atuação municipal nesta área episódica durante a Época Moderna. A história administrativa e custodial dos sistemas de informação pode explicar em parte esta ausência, como a importância da oralidade e das perdas documentais ao longo do tempo. É possível que o sub-sistema de informação Almotaçaria, se tivesse sido integralmente preservado, pudesse ser também uma fonte viável para esta matéria.

Mais do que gestão urbanística, ainda que incipiente, o que é notável no caso de Sines é a proteção do espaço público e do direito à circulação, os grandes motores da fiscalização da ação construtiva dos particulares. A concessão de licenças e a fiscalização do espaço público foram documentadas nas vereações e nos provimentos.

Espera-se que este artigo, embora modesto, contribua para uma necessária investigação nos arquivos municipais acerca das evidências da gestão urbanística e da génese da fiscalização de obras particulares, dada a sua relevância para a compreensão da história administrativa das unidades de informação que são os processos de obras particulares, essenciais quer à administração local, quer aos cidadãos e aos investigadores.

## Referências bibliográficas

- António, R., & Silva, C. G. da. (2006). *Organização de arquivos definitivos: manual ARQBASE* (1.ª ed.). Edições Colibri.
- Batista, P. (2019). A gestão da unidade de informação processos de obra particulares nos municípios portugueses. *BAD. Atas – Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, (13: 13º Encontro Nacional de Arquivos Municipais), 1-12. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1965>
- Brito, V. (2001). Os Processos de Obra no Município de Lisboa: Origem Documental, Estrutura Tipológica e Classificação Patrimonial. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (5), 128-142. <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/cadernos-do-arquivo-municipal/anos-1998-2010/numero-5/>
- Carita, H. (2019). De Constantinopla a Lisboa: génese, percursos e epílogo das leis Zenonianas da Vista do Mar. In H. Carita, & J. M. Garcia (Eds.), *A imagem de Lisboa: O Tejo e as Leis Zenonianas da Vista do Mar* (pp. 16-27). Câmara Municipal de Lisboa, Instituto de História da Arte e (IHA) – NOVA FCSH.
- Hespanha, A. M. (1988). Sábios e rústicos: a violência doce da razão jurídica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (25/26), 31-60.
- Lopes, F. L. (2016). *Breve notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama* (3.ª ed.). Câmara Municipal de Sines.
- Patrício, S., & Pereira, P. (2017). *Sines, a terra e o mar* (1.ª ed.). Câmara Municipal de Sines.
- Patrício, S. (2021). *Sistemas de Informação Locais: Sines 1655-1855* (1.ª ed.). Edições Colibri.
- Pinto, S. M. G. (2012). *As Interações no Sistema das Operações Urbanísticas nos Espaços Urbanos Portugueses até Meados de Oitocentos* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/20466>
- Pinto, S. M. G. (2016). “Veer e medir”. O licenciamento de obras particulares em Lisboa no período moderno. *Cuadernos de Historia del Derecho*, 23, 259-283. [https://doi.org/10.5209/rev\\_CUHD.2016.v23.53065](https://doi.org/10.5209/rev_CUHD.2016.v23.53065)

- Pinto, S. M. G. (2016a). A regulação jurídica das fachadas em Portugal (séc. XIV-XIX). *Revista de Estudos Histórico-Jurídicos*, (38), 149-177. <http://dx.doi.org/10.4067/50716-54552016000100006>
- Pinto, S. M. G. (2018). Demolir ou reparar: das normas jurídicas portuguesas para edifícios em ruína (séculos XV a XIX). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 18, 89-108. [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_18\\_5](https://doi.org/10.14195/1645-2259_18_5)
- Silva, A. de M. e. (1869). *Annaes do Municipio de Sant'Iago de Cacem* (2.ª ed.). Imprensa Nacional.
- Silva, A. M. da. (2006). *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico* (1.ª ed.). CETAC & Edições Afrontamento.
- Silva, S. C. P. da. (2018). *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855* (2 vols.) [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33401>
- Vale, C., & Abrantes, V. (2010). *Os processos de licenças de obra na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no Eixo da Boavista* [Comunicação]. Reabilitar 2010 – Encontro Nacional Conservação e Restauro de Estruturas, Lisboa. [https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_doc\\_id=3026](https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=3026)
- Viegas, M. I. F. M., & Batista, P. J. dos M. (2015). A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (3), 265-285. [http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/015\\_varia.pdf](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/015_varia.pdf)



**A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos  
no discurso direto.  
Ação e atividade programática através  
dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de  
Portugal (1914-1949)***

**The Inspection of Libraries and Archives  
in direct speech.  
Programmatic action and activity  
through the *Annals of the Libraries and  
Archives of Portugal (1914-1949)***

MARIA BEATRIZ MERÊNCIO

Bolseira de Investigação (BII) no Projeto ERC Vinculum (IEM-FCSH)  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
mbeatrizmerencio@gmail.com  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5297-311X>

Artigo entregue em: 22 de fevereiro de 2022

Artigo aprovado em: 24 de maio 2022

**RESUMO**

A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos (1887-1965) foi uma instituição absolutamente central para a consolidação da Arquivística em Portugal, para o conhecimento das grandes incorporações documentais nas coleções do Estado, das práticas arquivísticas da primeira metade do século XX e para a estruturação do Arquivo Nacional e Arquivos Distritais. Destarte, através

dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* (1914-1949) pretende-se delinear a atividade programática e as linhas doutrinárias que pautaram a ação deste organismo, bem como uma proposta de índice remissivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inspeção das Bibliotecas e Arquivos; *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*; práticas arquivísticas contemporâneas.

#### **ABSTRACT**

The Inspection of Libraries and Archives (1887-1965) was a central institution for the consolidation of Archival Science in Portugal, for the knowledge of the great documentary incorporations in the state collections, of the archival practices of the first half of the 20th century and the structuring of the National Archives and District Archives. Thus, through the *Annals of the Libraries and Archives of Portugal* (1914-1949), it is intended to outline the programmatic activity and the doctrinal lines that guided the action of this organism, as well as a proposal for a remissive index.

**KEYWORDS:** Inspection of Libraries and Archives; *Annals of the Libraries and Archives of Portugal*; contemporary archival practices.

## **1. Nota introdutória**

A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos (1887-1965) foi uma instituição absolutamente decisiva para a consolidação da Arquivística em Portugal, para o conhecimento das grandes incorporações documentais nas coleções do Estado, das práticas arquivísticas da primeira metade do século XX e para a estruturação do Arquivo Nacional e Arquivos Distritais. Desta constatação interessa-nos compreender a atividade programática e as linhas doutrinárias que pautaram a ação deste organismo, cuja longevidade contou perto de oito décadas. Para a prossecução deste objetivo, selecionaram-se os *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* publicados entre 1914 e 1949, órgão oficial de comunicação com o Governo e sucessor do *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais* (1902-1911), como fonte direta para o estudo da Inspeção através do discurso dos seus intervenientes, o qual dá corpo ao presente trabalho.

Antes de mais, foi necessário perspetivar a ação da Inspeção a partir do que considerámos ser os principais vetores de intervenção, procedendo-se a um levantamento intensivo dos índices sequenciais por números, seguindo a estrutura física de cada publicação. Assim, foi possível conceptualizar

cinco tópicos de análise, fundamentalmente organizados segundo os títulos de cada entrada: os ciclos de incorporações e a criação de arquivos distritais; a supervisão dos primeiros estágios e cursos em arquivística e biblioteconomia; as reformas na Biblioteca Nacional; iniciativas no plano técnico; e, por fim, uma reflexão sobre as questões teórico-práticas levantadas a respeito da paisagem arquivística portuguesa contemporânea, sobretudo presentes em relatórios de atividade e outras crónicas apresentadas. Posteriormente, tais vieram a constituir as categorias do nosso *roteiro* e resultaram numa proposta de índice remissivo, disponível em *Anexos*.

Importa ainda notar que a historiografia portuguesa permanece relativamente incipiente na produção de estudos sobre a Inspeção, destacando-se indiscutivelmente, todavia, os contributos de Fernanda Ribeiro (1998; 2004; 2008a; 2008b) pela caracterização que empreende da instituição no tempo longo. Neste contexto há que partir essencialmente das fontes — mormente da legislação promulgada com vista à regulamentação dos organismos sob a sua tutela e à salvaguarda da documentação histórica, e dos próprios *Anais* —, representando este trabalho um contributo original nesse sentido.

## **2. Breve história da institucionalização da *Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos***

A *Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos*, criada pelo decreto de 29 de dezembro de 1887, foi incumbida, sob a jurisdição da Direção-Geral de Instrução Pública, do Ministério dos Negócios do Reino, da “direcção e administração, ou da fiscalisação superior, dos archivos e das bibliothecas pertencentes ao estado e às corporações e instituições sujeitas à superintendencia do estado ou por elle subsidiadas”<sup>1</sup>. O cargo

---

<sup>1</sup> Instituiu duas categorias para os arquivos e bibliotecas: “A 1a comprehende o real archivo da Torre do Tombo, a bibliotheca nacional de Lisboa e a bibliotheca publica de Evora; a 2a comprehende os archivos e bibliothecas existentes nas repartições e estabelecimentos do estado, nos tribunaes e suas dependencias, bem como os que pertencem ou estão entregues a corporações administrativas, instituições publicas de beneficencia e quaesquer outras fiscalisadas ou subsidiadas pelo estado”. Nos arts. 5º e 9º fica consagrada a salvaguarda do património documental como preocupação central deste organismo, relativamente à recolha de documentos pelo Estado: “Art. 5º As disposições do decreto de 2 de outubro de 1862, que mandou recolher no real archivo da Torre do Tombo os documentos anteriores ao anno de 1600 existentes nos cartorios das igrejas e corporações religiosas comprehendidas no artigo 5o da Lei de 4 de abril de 1861, ficam sendo extensivas a todos os documentos d’esses cartorios anteriores ao anno de 1834, bem como aos que houverem pertencido a tribunaes, repartições e estabelecimentos de estado actualmente extinctos, e aos que não forem necessarios ao serviço e expediente d’aquelles em cuja posse estejam. § unico.

de primeiro Inspetor-Geral incidiu em António Enes, contando também com Gabriel Pereira (1847-1911), diretor da Biblioteca Nacional, e José da Costa Basto, diretor do Real Arquivo da Torre do Tombo e professor de Diplomática do Curso de Bibliotecário-Arquivista. Este momento inaugura um novo período na vida dos arquivos nacionais, na medida em que, além de encerrar um ciclo de instabilidade e desordem da paisagem arquivística, insere-se num “plano global de gestão do património arquivístico (...) de acordo com perspetivas técnicas evidentes”<sup>2</sup>. Para Fernanda Ribeiro, a Inspeção afirma-se como o mais moderno organismo dos “serviços públicos de informação e documentação” que a história do Portugal contemporâneo conhece, de tal relevância que o sistema por si instituído ultrapassou a sua extinção, permanecendo “praticamente inalterado até algum tempo depois do 25 de Abril de 1974, mais concretamente até meados dos anos oitenta”<sup>3</sup>.

Embora afastada por um século dos *Archives Nationales*, a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos institucionalizou em Portugal a tutela dos serviços de conservação e gestão dos manuscritos e espécimes a cargo do Estado, isto é, o paradigma patrimonialista e custodial<sup>4</sup>. Além das razões de ordem administrativo-financeira, a ideologia liberal antecipava-a para fins culturais segundo os mesmos pressupostos que fundaram a atitude disciplinar da História em oitocentos e lhe conferiram um imenso prestígio sociocultural. Pela emergência dos nacionalismos, “fazer a História da Nação foi um leit motiv suficientemente forte para favorecer a recolha de documentos nos arquivos e nas bibliotecas” e motivar a salvaguarda do património documental, valorizado sobretudo pelo seu contributo histórico e informativo (valor secundário)<sup>5</sup>. Este contexto desencadeou uma política massiva de incorporações desde 1834, depois toldada por uma *febre de centralização*<sup>6</sup> das

---

Um regulamento especial determinará quaes são os documentos que devem ser considerados desnecessarios aos tribunaes, repartições e estabelecimentos do estado, e quaes a epocha e o processo de remoção para o real archivo da Torre do Tombo d’esses documentos, e quaesquer outros que para elle devam ser transferidos, na conformidade d’este artigo. (...) [art. 9º] São expressamente prohibidas sob responsabilidade de quem as auctorisar ou effectuar, as alienações por venda, troca, doação ou outro qualquer titulo, de livros, documentos ou demais objectos existentes nos archivos e bibliothecas do estado, a não ser que estejam inteira e provadamente inutilizados” (DIGIGOV/Diário do Governo Digital (1820-1910), 1888a, p. 1).

<sup>2</sup> Ribeiro, 1998, p. 542.

<sup>3</sup> *Idem*, 2008a, p. 223.

<sup>4</sup> *Idem*, 2008b, p. 13.

<sup>5</sup> *Idem*, 2004, p. 6.

<sup>6</sup> Silva, M. (1914). Arquivos locais. *A Póvoa de Varzim*. 4(4), 1 *apud* Ribeiro, 1998, p. 597.

coleções pertencentes ao Estado na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ambos situados em Lisboa<sup>7</sup>.

A primeira reforma da Inspeção chegou em 1901, pelo decreto de 28 de dezembro, “por se ter evidenciado na prática não corresponder a sua primitiva forma às vantagens de interesse publico, que havia a esperar da sua criação”, e pela necessidade de fixar as funções e responsabilidades da Biblioteca Nacional e do Real Arquivo para melhor cumprirem os desígnios de supervisão da conservação das coleções bibliográficas<sup>8</sup>.

Já o novo quadro cultural do republicanismo trouxe uma “aposta política na área da instrução” e reorientação ideológica dos princípios que pautavam a ação da Inspeção e respetivos serviços<sup>9</sup>, segundo o decreto-lei de 18 de março de 1911<sup>10</sup>. Mais tarde, Pedro de Azevedo considerava-a uma “miserável reforma, promulgada em ditadura” no quadro de “uma perseguição injustificável, perseguição no que toca ao pessoal, às verbas e às coleções”<sup>11</sup>. Por motivos de espaço e de conservação dos documentos e manuscritos, a par dos ciclos de incorporação motivados pelo recém-nomeado Inspetor, Júlio Dantas (dir. 1912-1946), a República optou pela criação de arquivos *satélites* na capital e de arquivos distritais. De facto, podemos

---

<sup>7</sup> Ribeiro, 2008b, pp. 22-23.

<sup>8</sup> A reforma de 1901 instituiu, ainda, um Conselho Administrativo, composto pelos dois primeiros diretores da Biblioteca e Real Arquivo e respetivos primeiros conservadores, reunindo mensalmente para efeito de “I. Organização de serviços; II. Organização de regulamentos; III. Programmas de concursos e das cadeiras do curso de bibliothecario-archivista; IV. Apreciação do merito absoluto e relativo dos empregados; V. Applicação de penas disciplinares; VI. Organização de catalogos; VII. Impressões; VIII. Utilidade da compra de valiosas colleções bibliographicas ou numismaticas; IX. Troca de livros ou documentos entre as diversas bibliothecas e archivos do Estado; X. E sobre todos os assumptos que o bibliothecario-mor submitter á sua apreciação, ou apresentados em propostas assignadas por dois vogaes” (DIGIGOV/Diário do Governo Digital (1820-1910), 1888b, pp. 3663-3681).

<sup>9</sup> Ribeiro, 2008a, p. 224.

<sup>10</sup> “No interesse da Patria e da Republica, urge que as Bibliotecas e Archivos portugueses operem a cultura mental, funcionando como universidades livres, facultando ao povo, na lição do livro, o segredo da vida social moderna; destruindo a ignorancia, que foi o mais forte sustentaculo do antigo regime; investigando, no documento do passado, o papel de Portugal na civilização. (...) Não é conservar os livros, mas torná-los uteis, o fim das Bibliotecas. (...) Para o antigo regime, o perigo era pensar; para a Republica, o perigo é a ignorancia, crime publico, attentado contra a patria, tão prejudicial no operario como no burguês, confinando aquella barbara depressão da miseria, inutilizando-lhe o esforço pela incapacidade profissional e annullando este na rotina e na incultura. (...) Teremos assim Bibliotecas votadas, umas á expansão do livro, outras ao repositorio da alta cultura philosophica, scientifica, literaria e artistica, e Archivos destinados aos estudos historicos, que reivindicarão o verdadeiro legado, pertencente, na historia da civilização, ao glorioso povo português” (Ministerio do Interior; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1911, p. 1213).

<sup>11</sup> Azevedo, 1911, p. 181.

considerar que os primeiros se desenvolveram no sentido da formalização da “teoria das três idades”<sup>12</sup> no Portugal contemporâneo. Nas palavras de Azevedo,

a necessidade de desaccumular as repartições de papeis inúteis, fez nascer dois tipos de depósitos: um onde se conservam os documentos que teem relação com os negócios em andamento, o outro onde se conservam os inúteis e que só servem para o passado, isto é, os históricos<sup>13</sup>.

No mesmo sentido, também Gabriel Pereira defendera, em 1910, a incapacidade de o Arquivo Nacional albergar infindáveis coleções quando propunha a criação dos arquivos distritais e de um “edifício proprio, vasto, para Archivo Central, em Lisboa ou fóra de Lisboa, onde se reunam os papeis do Estado não precisos nas repartições publicas”<sup>14</sup>.

A par da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, o decreto de 29 de dezembro de 1887 instituiu também o “curso de instrução superior, denominado de bibliothecario-archivista” (art.º 13), devendo funcionar “junto do real archivo da Torre do Tombo ou da bibliotheca nacional de Lisboa, sendo regidas por empregados d’estes estabelecimentos, de qualquer categoria, para isso nomeados pelo ministerio do reino, sob proposta da inspecção geral” (art.º 14)<sup>15</sup>. Estruturado à semelhança de outros países europeus (Itália, França, Espanha e Países Baixos), do currículo

---

<sup>12</sup> Tendo em conta o ciclo de vida dos documentos por três tipos de arquivos: arquivos correntes ou administrativos, arquivo intermédio e histórico, ou definitivo.

<sup>13</sup> [Continuação] “O primeiro dêsses depósitos chama-se em França greffe e na Alemanha Registratur. Os funcionários respectivamente teem os nomes de greffier e Registrator. O segundo dos referidos depósitos chama-se como entre nós, arquivo. A nossa primitiva designação de depósito de documentos era de chartairo ou chartorio, mas êsse termo tem cada vez menor uso, desde que no seculo XVI começou a empregar-se a palavra arquivo, mais distinta. Os archivistas dos ministérios deveriam pois chamar-se cartorários, designação que ainda hoje conserva o empregado da Misericórdia do Pôrto que recolhe os documentos daquele instituto. Os ministerios francêses além dos seus cartórios, teem arquivos abertos ao público que neles vai estudar os assuntos que tem necessidade de conhecer historicamente, sem que ninguém pense em os ir deslocar e reunir num edificio especial. (...) O serviço do cartorário termina aqui, para começar o do archivista. (...) Com pouca despesa seria facil entre nós criar em quási todos os districtos arquivos onde se depositassem os cartórios dos conventos, os livros notariais anteriores a 1800, os livros findos das igrejas paroquiais, e os cartórios das câmaras municipais que não soubessem pôr em ordem os documentos dentro de certo prazo. O archivista seria remunerado pelo distrito, ficando, porém, sujeito à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos” (*Ibidem*, pp. 182-183).

<sup>14</sup> Pereira, 1910, p. 7.

<sup>15</sup> DIGIGOV/Diário do Governo Digital, 1888a, p. 2.

letivo faziam parte as cadeiras de Numismática, Bibliologia e Diplomática, a que acresceu a de Paleografia a partir de 1901. Pedro de Azevedo e António Baião apontavam-lhe uma insuficiência no que respeita às disciplinas lecionadas comparativamente aos países referidos anteriormente, bem como quanto ao “desenvolvimento a que tem jus a carreira dos funcionários das [sic] arquivos e bibliotecas”, concluindo que “até agora [1905] nenhum curso satisfaz plenamente os deveres que impõem as funções de conservadores do Archivo da Torre do Tombo e da Bibliotheca Nacional de Lisboa”<sup>16</sup>. Porém, a “prova de que ao “saber” prático começava a aliar-se a reflexão sobre esse mesmo saber, um sinal, sem dúvida, de afirmação disciplinar”<sup>17</sup> saldou-se, mais tarde, na criação do “Estágio de Arquivistas” pelo decreto n.º 130 de 11 de setembro de 1913<sup>18</sup>, também sintomático da matriz técnico-historicista.

Já em 1931, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista sofreu uma redução curricular em prol de uma crescente profissionalização, já sem acompanhar as tendências no plano internacional, o que para F. Ribeiro foi sintomático do gradual isolamento causado pelo regime ditatorial em vigor, que “não favoreceu os contactos internacionais nem o acompanhamento da evolução que se verificava na Arquivística”<sup>19</sup>. Transferido de Lisboa para Coimbra em 1935 e paulatinamente desfasado dos interesses da classe profissional portuguesa, a extinção da Inspeção deu-se a par do surgimento de modelos de formação alternativos, tendo sido institucionalizado um novo Estágio já em 1969, destinado à profissionalização de bibliotecários, arquivistas e documentalistas<sup>20</sup>. Não obstante, esteve em vigor até 1982, data em que foi substituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais.

Além dos modelos formativos instituídos, o esforço por uma crescente tecnicização teve ainda que ver não só com as *Regras Portuguesas de Catalogação* de Raul Proença (1884-1941) — gradualmente afastadas com a Ditadura Militar —, mas também com a ação da Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos em matérias de tratamento técnico-documental, e os inquéritos levados a cabo nos anos de 1932-1933, 1943 e 1946, com o

---

<sup>16</sup> Azevedo & Baião, 1905, pp. 210-211.

<sup>17</sup> Ribeiro, 1998, p. 545.

<sup>18</sup> Ministério de Instrução Pública; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1913, p. 3464.

<sup>19</sup> Ribeiro, 2008a, p. 234.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 234.

objetivo de identificar e caracterizar os serviços detentores de documentação. Contudo, segundo F. Ribeiro, os seus resultados “nunca chegaram a efetivar-se” e à exceção da direção de António Ferrão (1946-1954), “nada de relevante merece ser assinalado”<sup>21</sup>.

### **3. Roteiro para o estudo da ação da Inspeção através dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal (1914-1949)***

#### **3.1. Ciclos de incorporações e a criação de arquivos distritais**

*A força dos ideais republicanos* saldou-se numa aposta sistemática nos serviços de incorporações documentais nas coleções do Estado (1913-1914 e 1915-1916), nos termos da legislação vigente, e na criação de arquivos distritais e bibliotecas eruditas potenciados pela Inspeção, lançando as bases para a constituição de uma rede nacional de arquivos. Tal evidenciou, antes de mais, a continuação de uma política de desmantelamento das estruturas multisseculares de Antigo Regime, numa primeira fase rumo à centralização dos serviços, política que se reverte no decénio de 1920.

Os relatórios de Júlio Dantas com descrições sumárias das coleções incorporadas remetem as incorporações para o interesse da *população intelectual*, tendo abrangido um vasto conjunto de instituições: livrarias e cartórios de congregações religiosas; cartórios notariais, de mitras, cabidos e antigas colegiadas; arquivos das sés; livrarias de mitras e seminários; livrarias, papéis e cartórios dos paços reais e da nobreza; documentos pertencentes a tribunais, repartições e extintas instituições do Estado; cartórios paroquiais do país anteriores aos últimos cem anos; cartórios de hospitais e de misericórdias; até coleções existentes no estrangeiro, entre outros. Nas suas palavras, sumariando as riquezas bibliográficas e documentais incorporadas nos primeiros dois anos de direção,

Incorporar nas bibliotecas e arquivos do Estado os monumentos paleográficos e o património da livraria nacional, não é apenas salvá-los dum eventual destruição, reunindo-os, instalando-os e conservando-os: é colocá-los em condições de os tornar úteis, facilitando a sua consulta, promovendo a sua catalogação, inventariando, sumariando,

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 233.

vulgarizando documentos pela publicação de índices, de repertórios, de coleções<sup>22</sup>.

Foi ainda levado a cabo um intenso processo de contabilização dos documentos e coleções, em jeito de inventário do património nacional, a par da sua reorganização, que contava já com descrições sistemáticas acerca do seu teor e catalogações. Concomitantemente, registaram-se também as datas exatas das incorporações, que se distribuíram pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Municipal de Setúbal, Biblioteca Pública de Braga, Biblioteca Municipal de Santarém, Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Municipal de Viseu, Biblioteca Pública de Braga e pela Reitoria do Liceu de Santarém<sup>23</sup>.

Além do mais, todo o processo foi alicerçado na ação legislativa do Governo, inexoravelmente associando-lhe a salvaguarda das riquezas bibliográficas e documentais do país, “da dispersão e da destruição provável, recolhendo-as, organizando-as e inventariando-as”<sup>24</sup>. Porém, a opção centralizadora que presidiu até 1916 resultou numa acumulação excessiva de espécimes na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, não havendo espaço para recolher as incorporações efetuadas. Tal conduziu à necessidade de conceber arquivos *satélites* dependentes do arquivo central, em Lisboa, de modo a aumentar a capacidade de organização das coleções numerosas, como o Arquivo dos Feitos Findos (decreto n.º 1659, de 15 de junho de 1915<sup>25</sup>), instalado no extinto Convento da Estrela), o Arquivo dos Registos Paroquiais e Registo Civil (decreto n.º 2225, de 18 de janeiro de 1916, no antigo Paço de S. Vicente), o Arquivo das Congregações (decreto n.º 3410, de 28 de setembro de 1917<sup>26</sup>), o Arquivo Histórico Militar — que, apesar de criado pelo decreto de 25 de maio de 1911, só dez anos mais tarde surge regulamentado no *Diário do Governo*, a 14 de outubro de 1921. Já no decénio de 1930, surgiram o Arquivo Histórico Colonial (decreto n.º 19868, de 9 de junho de 1931<sup>27</sup>) e o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, já

---

22 Dantas, 1914, p. 1.

23 *Ibidem*, pp. 1-8; *idem*, 1916, pp. 119-132.

24 *Idem*, 1917, p. 1.

25 Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística, 1915, p. 544.

26 Ministério de Instrução Pública; Secretaria-Geral, 1917b, p. 944.

27 Ministério das Colónias, 1931, p. 1080.

de 1937, constituído pelos núcleos e fundos do antigo Arquivo da Direção-Geral da Fazenda Pública (decreto-lei n.º 28187, de 17 de novembro<sup>28</sup>)<sup>29</sup>.

Insuficientes, perante as “repetidas reclamações de interesses locais e a congestão dos Arquivos de Lisboa determinada pelo afluxo incessante de novas livrarias e cartórios da província, a inconveniência e a dificuldade de persistir no regime centralista”, a ação da Inspeção reorientou-se para a criação de arquivos distritais. Numa lógica de descentralização dos serviços de Lisboa rumo às sedes de distrito, encarregues dos núcleos documentais da respetiva proveniência, esperava-se que as Juntas Gerais tomassem, “pelos respetivos orçamentos, a responsabilidade de as instalar, conservar, inventariar e guardar em arquivos distritais e bibliotecas eruditas”. O que Dantas entendeu por “[fazer] interessar os municípios na função organizadora da Inspeção” significou, na prática, a desresponsabilização dos organismos centrais, da Inspeção e do Governo, sobre os encargos financeiros provenientes da reorganização da paisagem arquivística do país, feita à custa dos orçamentos municipais, modelo consagrado mais tarde no art.º 26 do decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931<sup>30</sup> <sup>31</sup>.

De tipo estadual-municipal, até 1917 tinham sido criados a Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria (decreto n.º 2250-J, de 3 de agosto de 1916<sup>32</sup>), Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Bragança (decreto n.º 2858, de 29 de novembro de 1916<sup>33</sup>), o Arquivo Distrital de Évora (decreto n.º 2859, de 29 de novembro de 1916<sup>34</sup>), o Arquivo Distrital de Braga (decreto n.º 3286, de 11 de agosto de 1917<sup>35</sup>) e ao Arquivo da Universidade de Coimbra foi atribuída a função de arquivo distrital. Encontravam-se em vias de organização o Arquivo Distrital e Biblioteca Erudita de Viana do Castelo e Arquivo Distrital de Vila Real. Através dos *Anais* foi ainda possível delimitar procedimentos no que respeita à constituição física destes arquivos, notando-se uma preocupação inevitável com o edificado, recain-

---

28 Ministério das Finanças; Direção-Geral da Fazenda Pública, 1937, p. 1217.

29 Dantas, 1917, pp. 1-2; Azevedo, 1921, p. 333.

30 Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1931, pp. 1253-1269.

31 Dantas, 1917, pp. 2-3; *Idem*, 1932a, pp. 7-9.

32 Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística, 1916a, p. 765J.

33 *Idem*, 1916b, p. 1096.

34 *Idem*, 1916c, pp. 1096-1097.

35 Ministério de Instrução Pública; Secretaria-Geral, 1917a, pp. 646-647.

do sobre antigos conventos extintos, havendo necessidade de adaptação e melhorias dos espaços de modo a terem capacidade de albergar e preservar tamanha documentação. É também interessante notar que, muitas vezes, em zonas rurais onde subsistiam lógicas sociais de Antigo Regime, estes processos envolviam ainda um esforço de persuasão das famílias nobres para que depositassem no arquivo distrital os seus cartórios. Por outro lado, é evidente que as excessivas burocracias não só atrasavam como, por vezes, impediam mesmo a concretização destes projetos. Destarte, estes relatórios servem também para o reconhecimento da paisagem socio-cultural regional, mormente do ponto de vista arquivístico e documental, na medida em que os seus responsáveis empreendem um complexo registo da documentação já perdida e do estado da que se conserva, segundo um levantamento do estado atual arquivístico em cada paróquia, conservatória e cartório<sup>36</sup>.

«Não compreendo a existência de democracias que não façam ler o povo», — disse o presidente Madison. E Melvil Dewey concluiu: «Se a idade-média teve uma preocupação — construir catedrais, nós devemos ter outra — fundar bibliotecas»<sup>37</sup>.

No plano da reorganização das bibliotecas eruditas e populares, segundo Dantas, para a Biblioteca Nacional ser restituída “à sua exclusiva função conservadora e erudita”, era antes necessário “transformar as bibliotecas municipais de Lisboa em bibliotecas populares”, à luz das *free libraries*, *leschallen*, *sockenbibliotheker* e das *biblioteche del popolo*, através da promoção de serviços como a leitura domiciliária, das hemerotecas satélites e sucursais de empréstimo<sup>38</sup>.

Para a arquivística portuguesa, a orientação manteve-se rumo à *rede provincial de arquivos*, através da criação quer de arquivos centrais nas sedes de distrito, excecionalmente de arquivos locais, quer de bibliotecas eruditas distritais ou locais, “sempre que haja núcleos de livreria de carácter erudito que convenha reunir, organizar e conservar”. Inovadora foi ainda a proposta, obviamente dependente dos orçamentos financeiros do Estado, de organização de um corpo móvel de arquivistas-paleógrafos, a agregar antigos estagiários ou diplomados do Curso de Bibliotecário-Arquivista que percor-

<sup>36</sup> Azevedo, 1916, pp. 133-136; Salgueiro, 1916, pp. 148-150.

<sup>37</sup> Dantas, 1917, p. 19.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 18.

ressem os arquivos até então fundados, de modo a estudar e gerir coleções, bem como a elaborar cópias documentais e índices<sup>39</sup>.

Ainda que o decreto n.º 19952 tenha impulsionado, no mesmo ano, o estabelecimento dos arquivos distritais de Ponta Delgada (decreto n.º 20484, de 7 novembro de 1931<sup>40</sup>) e do Funchal (decreto n.º 20690, 30 de dezembro de 1931<sup>41</sup>), persistiam dificuldades sistémicas junto das juntas gerais e das comissões administrativas dos municípios, nomeadamente no que diz respeito à concessão de imóveis para a instalação dos arquivos e de verbas orçamentais para a sua efetiva concretização.

(...) apesar do carácter obrigatório que o artigo 27.º e seus parágrafos do decreto n.º 19:952 lhe atribui, a cooperação das corporações administrativas na instituição dos arquivos de distrito continua a ser, de facto, meramente facultativa, porquanto nem a lei confere a esta inspecção Geral os meios legais indispensáveis para tornar efectiva semelhante organização, nem as juntas e os municípios se encontram, na sua grande parte, em circunstâncias que lhes permitam assumir a responsabilidade de novos encargos<sup>42</sup>.

Por conseguinte, verifica-se que a ação da Inspeção se encontrava fortemente condicionada pela institucionalização de uma rede de interdependências e de uma teia de burocracias das quais fazia parte. Com o passar dos anos, se o problema da criação dos arquivos se encontrava resolvido, a insuficiência de verbas, as dificuldades administrativas ou as questões de instalação, continuariam a impedir arquivos de completar as incorporações previstas na lei respetivas à sua região. Daí que, de modo a melhor supervisionar estes processos, a Inspeção requeresse junto de cada direção relatórios a respeito das incorporações sucedidas, com o registo do seu estado de avanço, se completo se incompleto, e perspectiva quantitativa da documentação<sup>43</sup>.

---

39 *Ibidem*.

40 Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1931a, p. 2476.

41 *Idem*, 1931b, p. 2778.

42 Dantas, 1932a, pp. 10-11.

43 Arquivos distritais: Estado das incorporações no primeiro trimestre de 1937, 1937, p. 113.

### 3.2 Modelos formativos especializados em biblioteconomia e arquivística

No que respeita aos modelos formativos especializados e promovidos pela Inspeção<sup>44</sup>, sabemos que, de facto, o paradigma por esta instituído ultrapassou a sua própria extinção. Como referido anteriormente, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista foi apenas dissolvido em 1982, aproximadamente duas décadas depois e formalizando até então perto de um século de existência, em grande parte quase exclusivamente quanto à formação de profissionais, ou cientistas da informação.

Funcionando em concomitância com o curso de biblioteconomia e arquivística e seguindo também as influências da arquivística histórico-tecnicista espanhola e francesa, em 1913 foi instituído, pelo decreto n.º 130 de 11 de setembro, o Estágio de Arquivistas, com vista a completar a formação teórica com a prática profissional, visando também a “organização e o inventário das coleções arquivadas nos diferentes Ministérios”<sup>45</sup>. Além da componente prática, do Estágio faziam parte os cursos de Arquivologia, destinados à prática de registos de entrada, sumarização dos documentos e ao contacto no terreno com arquivos — pautando-se pelo paradigma tecnicista do “Manual dos Arquivistas Holandeses” de 1898; Paleografia, para o estudo da história da escrita e diferentes tipologias de caracteres sucessivamente utilizados; e Biblioteconomia, especificamente destinado a trabalhos de catalogação<sup>46</sup>.

Todavia, dos *Anais* obtemos uma perspetiva crítica com base na apresentação de dados estatísticos feita por José da Silva Pessanha, diretor do Estágio, relativos ao seu funcionamento nos anos letivos de 1913-14, 1914-15 e 1915-16. Se no primeiro ano o *movimento de curiosidade* motivara 94 inscrições, a segunda edição assistiu a um decréscimo brutal, de aproximadamente 68%, contando apenas com 30 inscritos. No ano de 1915-16, a tendência manteve-se, assinalando uma diferença percentual de 84% face a 1913-14, com 15 inscritos. No último ano, aliás, as desistências que se somaram ao número reduzido de alunos conduziu ao encerramento do Estágio antes do termo do ano letivo por decisão dos próprios professores do curso<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> Para uma análise do contexto, organização e funcionamento do Estágio de Arquivistas (1913-1918) e do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, entre 1931 e 1936, cf. Vivas, 2021.

<sup>45</sup> Ministério de Instrução Pública; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1913, p. 3464.

<sup>46</sup> Pessanha, 1915, pp. 205-207.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 204; *idem*, 1916, p. 146.

Segundo Pessanha, “O Estágio interessa em especial a uma classe de funcionários, que, sendo restrita, é, por isso mesmo, de lenta renovação: a dos funcionários incumbidos de bibliotecas e arquivos, nas diferentes repartições públicas”<sup>48</sup>. De facto, a grande maioria dos inscritos pertencia ao funcionalismo público e estimava-se que exercia já funções em arquivos, como se verifica para 93% dos inscritos em 1914-15. Era este o público que o Estágio pretendia captar, tal como expresso no decreto de 11 de setembro<sup>49</sup>. Estes que, após a participação em visitas de estudo aos arquivos oficiais, referiram a sua “péssima instalação” à semelhança das palavras do próprio diretor do Estágio, caracterizando-os como “caóticos acervos de papéis, alojados em casas sem ventilação nem luz, a que, nalgumas repartições do Estado, se dá, pela mais pungente das ironias, o nome de arquivos”<sup>50</sup>. Foi encerrado no ano de 1918.

Sem mais apontamentos sobre o Estágio de Arquivistas, seria de esperar a existência de relatórios a respeito do funcionamento do único curso de bibliotecário-arquivista no panorama nacional. Porém, temos apenas três referências do ano de 1920<sup>51</sup>. Ainda que publicada a composição dos professores do Curso de Biblioteconomia e Arquivística a 30 de agosto de 1919, sabemos que as lições — Paleografia, Diplomática, Bibliologia, Biblioteconomia, Iconografia — foram inauguradas já em abril do ano seguinte, após publicação no regulamento do *Diário do Governo* a 12 de fevereiro de 1920 (decreto n.º 6:385).

### 3.3. Reformas na Biblioteca Nacional

Da Biblioteca Nacional os *Anais* conferem-nos essencialmente três vetores de análise relativos ao funcionamento desta instituição. Primeiramente, é através de Raul Proença (membro do quadro entre 1911-1927 e Chefe dos Serviços Técnicos) e Jaime Cortesão (diretor entre 1919-1927), republicanos e figuras da *Seara Nova*, que conseguimos perspetivar criticamente o estado

---

<sup>48</sup> *Idem*, 1916, p. 146.

<sup>49</sup> Destinava-se “Ao pessoal, a cujo cargo se encontram ou venham a encontrar-se todos os arquivos que direta ou indiretamente dependam das Secretarias Gerais dos Ministérios do Interior, Justiça, Finanças, Marinha, Estrangeiros, Fomento, Colónias e Instrução Pública” (Ministério de Instrução Pública; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1913, p. 3464).

<sup>50</sup> Pessanha, 1915, pp. 205; 207.

<sup>51</sup> Curso de Biblioteconomia e Arquivística, 1920a, p. 68; Curso de Biblioteconomia e Arquivística, 1920b, p. 151; Curso de Biblioteconomia e Arquivística, 1920c, p. 292.

de conservação da instituição e a reforma levada a cabo até 1919, enunciando os trabalhos realizados na instituição. De seguida, os números transmitem-nos a preocupação eminente a respeito das condições da instalação da Biblioteca e possível transferência para um novo edifício.

O espírito republicano em Raul Proença fala-nos de uma organização *rude* que nem a própria conservação dos manuscritos conseguia assegurar, referindo-se à anterior administração como *inorgânica* e *caótica*<sup>52</sup>, em conformidade com o relato de 1914 de José António Moniz, para quem “a última classificação que se pretendeu adotar é perfeitamente deficiente e antibibliográfica”<sup>53</sup>. Segundo Proença, “Nessa Biblioteca, à magreza anémica da concepção” — referindo-se ao que considerava ser uma ausência de atitude filosófica e ideias gerais — “correspondia a frouxidão absoluta dos processos. Nada que se parecesse com os mais grosseiros rudimentos duma divisão do trabalho: nem diferenciação de serviços, nem hierarquia de funções, nem unidade de direção técnica”<sup>54</sup>. Noutra passagem, referindo-se à ingerência excessiva do funcionalismo público, responsável pela compressão do pessoal e ineficaz condução dos serviços e necessários melhoramentos, chamava a atenção para a necessidade da sua redução *críteriosa* e *inflexível*<sup>55</sup>. Mais do que uma avaliação da Biblioteca o autor traçava o panorama geral das bibliotecas portuguesas que a I República acolhera. Com uma visão claramente progressiva, salientava o que, para si, representava o verdadeiro problema a resolver, o de encontrar um compromisso “entre os interesses dos leitores do tempo atual e os dos tempos futuros”, sob pena de as bibliotecas e arquivos nacionais faltarem à sua principal missão, “a de ser um reservatório onde os homens de hoje, como os de amanhã, possam achar as fontes dos seus estudos”<sup>56</sup>.

Destarte, no país da papelada, que é ao mesmo tempo o Reino do Paradoxo, era necessário fazer da Biblioteca Nacional o epicentro, a par do Arquivo Nacional, da conservação do património da cultura nacional, e levantava-se a questão de uma classificação nacional de bibliotecas por tipologia (cultura, informação, educação e recreio), em conformidade com

---

<sup>52</sup> Proença, 1920b, p. 106.

<sup>53</sup> [Continuação] “não só não tem lugar para a Sociologia, Economia Política e tantas outras ciências, mas pretende separar as Ciências das Artes, o que é realizável sob o ponto de vista conceptual, mas impossível sob o ponto de vista bibliográfico” (Moniz, 1914, p. 10).

<sup>54</sup> Proença, 1920a, pp. 19; 22.

<sup>55</sup> *Idem*, 1920e, p. 208.

<sup>56</sup> *Idem*, 1920a, p. 22.

os ideais republicanos a respeito da cultura e do ensino. É neste sentido que Proença conceptualiza uma Biblioteca Nacional enquanto instrumento de investigações científicas, Repositório Geral da Livraria Nacional, Organismo Bibliográfico Nacional, depósito do *Catálogo Coletivo da Nação*, Conservatória Nacional do Registo de Propriedade Literária e Repartição Central do Serviço de Trocas Internacionais<sup>57</sup>.

Por conseguinte, é enunciado explicitamente o escopo da reforma de 1919, obra de Proença e Cortesão impressa no decreto n.º 5618 de 10 de maio<sup>58</sup>, de acordo com a centralização já empreendida no âmbito dos ciclos de incorporações. Pretendia-se conferir a organicidade inexistente à Biblioteca e “Levar a divisão do trabalho e a conseqüente centralização de serviços até aos limites do possível”. Para a prossecução deste objetivo, empreenderam-se esforços no sentido da diferenciação dos serviços técnicos de catalogação, alfabetação e classificação bibliográfica, e de natureza administrativa (tesouraria, serviço de aquisições), que deram origem às duas grandes divisões<sup>59</sup>. Segundo o plano elaborado pelo Inspetor Júlio Dantas, procedeu-se, em primeiro lugar, à fixação e elaboração dos catálogos, seguidamente, à organização dos respetivos serviços e, por fim, à distribuição do pessoal<sup>60</sup>. Além do mais, regulamentaram-se as promoções por distinção, gratificações superiores e o aumento dos vencimentos, excedendo, até, os ordenados do pessoal da secretaria do Ministério da Instrução<sup>61</sup>. Aliás, a valorização do pessoal dos quadros da Biblioteca e do corpo profissional tinha sido já patente na elaboração dos decretos para a reforma de 1919, na medida em que foram feitos não só a partir de institutos científicos e literários nacionais, mas sobretudo da consulta junto dos funcionários do estabelecimento<sup>62</sup>.

Do relatório do primeiro ano da direção de Jaime Cortesão, no que aos serviços técnicos e administrativos diz respeito salienta-se a elaboração de projetos de regulamento tanto da Biblioteca Nacional como do Curso de Biblioteconomia e Arquivística; de instruções minuciosas a reger os serviços bibliotecários, as *Regras Portuguesas de Catalogação* de Proença; da Lista das Rubricas Ideográficas; a publicação de artigos de especialidade nos *Anais*; constituição da secção de Bibliografia; inventariação dos volumes incorpo-

---

57 *Idem*, 1920a, pp. 21; 23.

58 Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior, 1919, pp. 966-975.

59 Proença, 1920b, p. 107.

60 Moniz, 1914, pp. 9-10.

61 Proença, 1920e, pp. 209-210.

62 Reforma e regulamento da Biblioteca Nacional, 1920, p. 47.

rados dos conventos extintos; organização do serviço de aquisições e fiscalização do depósito legal e do primeiro catálogo coletivo de revistas e enciclopédias existentes nas bibliotecas de Lisboa<sup>63</sup>.

Por fim, os números dos *Anais* revelam que entre 1921 e 1936 foi estudada a reinstalação BN, por se considerarem insuficientes as condições de alojamento dos fundos documentais. Tal passou pela nomeação de uma Comissão Especial de modo a propor ao Governo a adaptação do edifício então existente, no antigo Convento de S. Francisco, ou a construção de um novo no mesmo local, medida que foi reprovada uma vez que aplicaria a sua destruição. A solução foi que o antigo Convento se adaptasse a qualquer outra repartição pública do Estado e que se reconstruísse um novo edifício, noutra local, destinado à Biblioteca — determinando ainda que ficasse isolado de arruamentos e aglomerações habitacionais, bem como a área mínima que deveria conter. Todavia, quinze anos volvidos mantinha-se a urgência da transferência das instalações, sendo outro caso paradigmático de como a falta de recursos financeiros impedia o desenvolvimento dos serviços arquivísticos portugueses<sup>64</sup>.

### 3.4. Iniciativas no plano técnico

Ao longo de pouco mais de duas décadas, os números dos *Anais* sugerem-nos que as questões de catalogação foram de máxima importância para a biblioteconomia e arquivística portuguesas. Numa primeira fase, os esforços empreendidos resultaram na compilação das *Regras Portuguesas de Catalogação* por Raul Proença, não tendo sido alheios ao facto de, na mesma altura, ter sido atribuída autonomia técnica e administrativa à Biblioteca Nacional, no seguimento da organização dos serviços<sup>65</sup>. De valor indelével, os resultados de um trabalho conjunto representam uma tentativa precoce em direção a uma *uniformidade de métodos* ao nível nacional<sup>66</sup>, tendo sido as *regras* distribuídas pelas várias bibliotecas do país, academias, escolas e particulares, em prol de uma catalogação o mais normalizada possível. Até

<sup>63</sup> Cortesão, 1920, pp. 217-230.

<sup>64</sup> A Biblioteca Nacional, 1923, pp. 146-148; Relatório da Comissão do edifício da Biblioteca Nacional, 1921, pp. 335-338. Programa das novas instalações da Biblioteca Nacional, 1936, pp. 33-40a. No último artigo referido encontra-se um plano minucioso para a instalação do novo edifício.

<sup>65</sup> Ribeiro, 1998, p. 603.

<sup>66</sup> No ano seguinte são publicadas as 25 regras de catalogação que precedem o catálogo manuscrito da Biblioteca de Mafra. Cf. Proença, 1921, pp. 154-155.

então, “A cada passo do catalogador surgiam dúvidas (...) não só entre os vários empregados duma mesma biblioteca, como entre a prática dum dia e a prática do dia seguinte do mesmo catalogador”. Por conseguinte, visava-se “fixar métodos precisos de trabalho, resolver dúvidas e estabelecer decisão entre critérios alternativos, unificar os serviços de catalogação”, e permitir, posteriormente, a constituição de um *catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas*<sup>67</sup>. Nas palavras de Proença, “fixar as regras de maneira que a pesquisa de qualquer obra fosse a mais rápida e o mais segura possível: pôr um termo ao trabalho de tentativas, fazer do catálogo uma espécie de mecanismo de relojoaria, duma precisão matemática”<sup>68</sup>.

No mesmo sentido, destinaram-se não só à uniformização bibliográfica, mas também a tornar conhecidas dos estudiosos e académicos o que podemos denominar de regras de investigação, elementos elucidativos das pesquisas, ao pretender implementar e institucionalizar critérios sistemáticos de consulta<sup>69</sup>. As próprias *regras* constituem *per se* um instrumento de máxima importância, uma vez que servem ainda para o estudo do aprimoramento dos métodos de catalogação em Portugal, mormente no período contemporâneo, num momento em que se procurava aproximar dos desenvolvimentos internacionais. Estas questões são reavivadas após a nomeação de António Ferrão<sup>70</sup> para o cargo de subinspetor em 1929, sendo dez anos após a reforma de 1919 iniciados os trabalhos para a elaboração do *Catálogo geral das bibliotecas portuguesas*, em conformidade com os artigos 3º do decreto n.º 8734, de 7 de agosto de 1930, e 174º do decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931<sup>71</sup>. Deste modo, a aposta no desenvolvimento de instrumentos de acesso à informação, de princípios orientadores e sistemas de classificação, tais como as *regras de catalogação*, são reveladores de uma

---

<sup>67</sup> Proença, 1920c, pp. 107-108.

<sup>68</sup> *Idem*, 1920f, p. 210.

<sup>69</sup> Catálogos que se pretendiam organizar na Biblioteca Nacional: geral onomástico; geral de títulos; geral ideográfico-cronológico; sistemático por secções; topográfico; alfabético do registo de entrada e de propriedade literária (Moniz, 1914, pp. 10-11).

<sup>70</sup> Nas suas palavras, “tem-se procurado, por uma crescente regulamentação, indo no maior detalhe, alcançar toda a possível uniformidade nos processos e nas práticas do trabalho catalogar, reduzindo ao mínimo o arbitrário e o subjectivo dos catalogadores. (...) de maneira a facilitar, pela forma única desses elementos, uma boa ordenação alfabética e, por natural consequência, uma profícua consulta catalogar (...) tem-se procurado conseguir que a descrição catalográfica das espécies seja tão completa quanto possível, por forma que, pelo menos, para os não cimeiros, se possa por meio de verbete identificar uma espécie e, mesmo, avaliar o seu mérito bibliológico e bibliográfico” (Ferrão, 1937, pp. 65-66).

<sup>71</sup> *Idem*, 1932, pp. 13-21; Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1931, p. 1253; *idem*, 1930, p. 1609.

vontade explícita de disponibilizar a informação contida nos documentos conservados, arquivos e bibliotecas.

No âmbito do plano técnico merece também destaque a criação de um “Posto de Saneamento e Desinfecção de Livros” na Biblioteca Nacional, regulado por decreto de 8 de outubro de 1914, destinado ao tratamento e restauro decorrentes de infestações e à profilaxia do próprio leitor, de modo a eliminar fontes suspeitas de contaminação, contando com a construção de um pavilhão destinado especificamente para este efeito. Trata-se de uma tomada de consciência sobre os insuficientes cuidados na conservação dos manuscritos e consequente perda da documentação, alertando para a necessidade de desinfecção periódica dos livros e de *biblioterapêutica*. Por biblioterapêutica, entende-se o conjunto das “operações destinadas a preservar o leitor pela desinfecção do livro, e as operações tendentes a defender os próprios livros das doenças que os atacam, isolando-os e tratando-os sistematicamente”<sup>72</sup>.

Note-se os trabalhos de Arnaldo Ataíde e Melo e António Baião para a identificação de manuscritos e elaboração de um dicionário de bibliotecnia, e para o estudo do inventário geral da Torre do Tombo, respetivamente. Ataíde e Melo traz aos *Anais* estudos de diplomática e autenticidade dos documentos, em quatro números, com vista a determinar e controlar a idade e origem da maior parte dos manuscritos e impressos nos arquivos portugueses, bem como publica uma extensiva “Tentativa de um dicionário de bibliotecnia”, em seis números<sup>73</sup>. Já António Baião, diretor da Torre do Tombo entre 1908 e 1949, sugere que até à data nunca fora concretizado um inventário geral da Torre do Tombo, em jeito de defesa e garantia da integral conservação do arquivo. Ao invés, o que existira seria um inventário-guia elaborado pelo anterior diretor, José Basto, para uso dos empregados, além de *O Arquivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compoem e organização*, da iniciativa de Baião e Pedro de Azevedo, publicado em 1905<sup>74</sup>.

Por fim, são notáveis as formulações no tocante a uma tentativa de conceptualização do método arquivístico e as confrontações entre saberes

---

<sup>72</sup> O sobredito pavilhão compreende: “a) o hemiciclo para arejamento e exposição ao sol; b) a sala para saneamento de livros pelos processos mecânicos; c) a instalação dos serviços de desinfecção, dotada com duas estufas modelo Soubiron para desinfecção de livros pela acção do aldeído fórmico, e com duas caixas de fumigação, tipo Du Buysson modificado, para destruição dos insectos bibliófagos, suas larvas e ovos, pelo cloro gasoso ou pelo sulfureto de carbónio; d) crematório anexo para incineração das espécies inutilizadas ou intratáveis” (Dantas, 1915, pp. 49-50).

<sup>73</sup> Cf. Melo, 1924a; 1924b; 1924c; 1924d; 1925a; 1925b; 1925c; 1925d; 1925e; 1926.

<sup>74</sup> Baião, 1937, pp. 163-165.

e práticas. A este respeito, atente-se nas palavras de Pedro de Azevedo em artigo de 1921 e nas seguintes aceções para *documento*:

Em arquivologia os documentos dividem-se em duas espécies: arquivados e de expediente. Os primeiros são os documentos ou processos existentes de tempos antigos nos arquivos ou remetidos recentemente pelas repartições públicas; os segundos são os guardados nas mesmas repartições públicas e que estão constantemente a ser folheados para objeto do serviço corrente<sup>75</sup>.

### 3.5. Relatórios de atividade, programas, e outras questões teórico-práticas

Por fim, a partir da publicação nos *Anais* de relatórios de atividade e outros estudos e reflexões, foi possível compreender um conjunto de questões teórico-práticas levantadas a respeito da paisagem arquivística portuguesa contemporânea, além das iniciativas presentes nos sucessivos relatórios de atividade.

Numa primeira fase, é notável o alento cultural concedido pela República ao quadro em que se inseria a Inspeção, nomeadamente através das preocupações com a instrução e o papel das bibliotecas como potenciadoras de um novo dinamismo civilizacional, bem como nas tentativas em acompanhar os progressos no plano internacional. Desde logo, surge expressa a ideia que presidira à criação das Bibliotecas Populares, a de que “O mundo moderno será, em grande parte, o que for a educação das massas proletárias”<sup>76</sup>. Por conseguinte, para as camadas modernas e intelectuais, as bibliotecas deveriam ser tomadas como a propulsoras do saber e propulsoras do *progresso filosófico*, tão caro ao republicanismo, as transmissoras da cultura pela *coletividade*, cujo poder passaria inexoravelmente pela sua organização, em conformidade com os trabalhos então levados a cabo pela Inspeção, anteriormente analisados<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Azevedo, 1921, p. 333. De 2018, o *Glossário de termos arquivísticos* dá a seguinte explicação para o conceito de “documento administrativo”: “Qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades do Estado e das Regiões Autónomas, ou detidos em seu nome. (Lei n.º 46/2007)”, sendo possível notar semelhanças concretas com quase um século de diferença e evolução da arquivística (Fundação para a Ciência e Tecnologia; Arquivo de Ciência e Tecnologia, 2018, p. 4).

<sup>76</sup> Proença, 1920d, p. 109.

<sup>77</sup> Cordeiro, 1920, pp. 114-115.

Por outro lado, os esforços por aproximar a arquivística e biblioteconomia portuguesas às estrangeiras, nomeadamente à belga, pautaram-se por iniciativas um tanto ou quanto ténues. Entre estas, a promoção de estudos no estrangeiro dos funcionários superiores da Biblioteca Nacional e o estabelecimento e organização do serviço de empréstimo internacional de livros e documentos entre os membros da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (1919-1946), segundo parecer emitido pela Inspeção a 10 de novembro de 1925<sup>78</sup>. Neste, sugere-se a Biblioteca Nacional como correspondente com o organismo central recetor e coordenador, o Instituto de Bruxelas, fornecendo informações requeridas pelos académicos, bibliografias e cópias ou reproduções fotográficas requisitadas. Todavia, é Júlio Dantas que, em 1931-1932, alerta para os perigos que resultaram da venda ao estrangeiro de espécies bibliográficas, artísticas e arqueológicas, alertando para a necessidade de defender e proteger o património nacional através de diplomas legislativos e de um inventário do património nacional, em relatório dirigido à Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes<sup>79</sup>. Foi, então, que tiveram início as primeiras *inspeções* a arquivos — Arquivo do Tribunal de Contas, Arquivo do Tribunal da Relação de Lisboa, Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo Distrital do Porto, Cartório e Casa do Cabido de Évora — com o intuito de um reconhecimento geral da documentação neles conservada e condições dessa preservação<sup>80</sup>.

Em 1936, com a atribuição da subsecção “Literatura, bibliotecas e arquivos”, dentro da 6.ª secção de Belas Artes, a cargo da direção da Inspeção, surgiram novas medidas com vista a dinamizar a atividade programática deste organismo e no sentido da defesa e valorização da propriedade intelectual do Estado. Entre outras, tal passou pela concessão de prémios e publicação de obras originais “que melhor realizem a conjugação da arte com o espírito nacionalista”; promoção da elaboração de diretrizes técnicas e uniformizadas para o inventário e catalogação de todas as espécies existentes nas bibliotecas e arquivos do Estado ou outra entidade pública, bem como da classificação das bibliotecas e arquivos; concretização do catálogo das bibliotecas portuguesas — a arrastar-se desde 1919; constituição de núcleos locais de proteção documentária, em prol da criação de uma biblioteca-arquivo em cada concelho — sendo um passo

---

<sup>78</sup> Cortesão, 1921, p. 10; Dantas, 1926, pp. 5-7.

<sup>79</sup> Dantas, 1931, pp. 23-26.

<sup>80</sup> *Idem*, 1932b, pp. 121-133.

essencial para a constituição de arquivos municipais; e, por fim, a criação, em 1932, dos *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, de Lisboa, a cargo de Joaquim Leitão<sup>81</sup> 82.

#### 4. Considerações finais

Em 1933 foi suspensa a publicação dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, apenas retomada em 1936. Das razões que determinaram a sua interrupção, Dantas justifica-as por dificuldades de ordem administrativa, desde logo pela eliminação na tabela de despesas do Ministério da Instrução Pública da verba designada aos encargos da respetiva composição e impressão nos anos de 1933, 1934 e 1935<sup>83</sup>. Porém, à medida que entramos na última fase da sua direção, notamos uma clara reorientação dos *Anais*. De estudos, crónicas e comunicações, passamos a constatar relatórios mais densos — “muitíssimo mais bibliotecnia, catalografia e arquivoeconomia”, como anunciava o subinspetor António Ferrão. Sugeria também a realização de trabalhos prévios como inquéritos anexos — um analítico, aos estabelecimentos, e outro sumário, com vista a conhecer o estado atual dos restantes arquivos e bibliotecas alheios à Inspeção, bem como à elaboração de um Guia das Bibliotecas de Lisboa —, e monografias especializadas, de carácter técnico<sup>84</sup>. A partir de então, são vários os “Relatórios dos diretores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção” publicados, cujo escopo é a atividade dessas bibliotecas e arquivos<sup>85</sup>, em conformidade com os sobreditos inquéritos<sup>86</sup>. A verdade é que as publi-

---

<sup>81</sup> Publicação destinada a “constituir instrumentos de permuta com as revistas dos municípios estrangeiros, a versar assuntos de pré-história, história e actualidade olisiponense, a registar as entradas de novas espécies nas bibliotecas, de novos documentos no arquivo e de novas coleções nos museus municipais” (*Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, 1932, p. 26).

<sup>82</sup> Dantas, 1936, pp. 87-91.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>84</sup> Cf. Ferrão, 1946, pp. 5-60.

<sup>85</sup> Já em 1931, a jurisdição da Inspeção recaía sobre inúmeros organismos, tais como: Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca de Évora, arquivos distritais do Porto e de Coimbra, Arquivo Municipal de Guimarães, bibliotecas públicas de Braga, de Castelo Branco, de Vila Real e de Ponta Delgada, bibliotecas eruditas de Leiria e de Bragança, Biblioteca Popular Central de Lisboa, bibliotecas populares e móveis e arquivos e bibliotecas municipais e paroquiais, entre outros (Ribeiro, 1998, p. 230).

<sup>86</sup> Os vários âmbitos dos inquéritos realizados, segundo as “crónicas” de Ferrão: 1) precauções e vigilância na leitura pública de modo a evitar a danificação dos espécimes; 2) o perigo de roubo de espécimes; 3) normas para a elaboração de catálogos, roteiros e índices das bibliotecas e arquivos; 4) necessidade de reclassificação das bibliotecas portuguesas por categorias e tipologias, segundo obje-

cações mais se assemelham a peditórios à Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes do que a relatórios de atividade ou somatório de contas de obras realizadas, permitindo-nos reconhecer o estado deficitário das bibliotecas e arquivos portugueses à época, sendo possível depreender que a dependência de um organismo superior limitava fortemente a ação da Inspeção.

Em suma, a par da legislação publicada, os *Anais* são ilustrativos da atividade programática da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, permitindo radiografar as várias orientações tomadas ao longo da primeira metade do século XX, mormente da intensa atividade deste organismo sobretudo a partir da nomeação de Júlio Dantas para o cargo de Inspetor, em 1912. No que diz respeito às práticas arquivísticas e biblioteconómicas no espectro em análise, foi com “tíbieza na acção”<sup>87</sup> que a Inspeção procurou soluções transitórias para desafios do momento, enfrentando o excesso de burocratização e a falta de recursos financeiros.

(...) o período do pós-guerra, Portugal entrou numa fase de imobilismo e estagnação, em consequência do regime político vigente, contrastando com a abertura e acelerado progresso que se viviam em outros países da Europa. Neste contexto, os arquivos e a Arquivística não viram surgir nada de novo; pelo contrário, sofreram as consequências óbvias do estado de apatia que sobre eles se abatera. Em matéria de legislação não houve qualquer medida de valor, resumindo-se os diplomas a questões de gestão corrente. A própria Inspeção perdera o vigor de outrora e tornava-se num organismo ineficaz e até mesmo inoperante, não pro-

---

tivos e finalidade de ação cultural; 5) estabelecimento de programas de aquisições de obras estrangeiras para as bibliotecas; 6) obras a realizar na Biblioteca Nacional; 7) necessidade de estabelecimento de bibliotecas administrativas junto de cada organismo ou serviço público; 8) a ação das bibliotecas municipais como centros de distribuição bibliaca no funcionamento das bibliotecas rurais; 9) criação de bibliotecas populares anexas às escolas primárias; 10) necessidade de criação de bibliotecas rurais nas regiões de população dispersa; 11) solicitação de verba para a necessidade de organização e multiplicação das salas públicas de leitura; 12) classificação geral dos arquivos portugueses, arrumação segundo a natureza e proveniência dos manuscritos; programa de incorporações futuras; 13) a classificação e arrumação dos núcleos de manuscritos e a elaboração de roteiros-índices, ou inventários-índices, e de catálogos de arquivos e de secções de manuscritos de bibliotecas; 14) necessidade de acabar com a atual dispersão dos núcleos do ANTT, tornando-os homogêneos e tão completos quanto possível, mercê de uma conveniente classificação, ordenação e arrumação; 15) dispersão de núcleos de manuscritos da mesma natureza por arquivos diferentes: inconvenientes arquivísticos e científicos de tal desorganização e forma de a solucionar; 16) perigos de incêndio que ameaçam as bibliotecas e arquivos; 17) reuniões dos diretores das principais bibliotecas de Lisboa; 18) criação de um Instituto Nacional de Bibliografia; 19) visitas aos Arquivos de Registos Paroquiais e dos Feitos Findos; 20) criação de um serviço permanente de receção de espécies oferecidas para as Bibliotecas e Arquivos públicos; 21) realização anual da “Semana do Livro”; 21) os depósitos ou armazéns das bibliotecas. Cf. Ferrão, 1946, pp. 5-60; *idem*, 1947, pp. 5-60; *idem*, 1948, pp. 5-50.

<sup>87</sup> Ribeiro, 2008b, p. 197.

movendo contactos com os organismos internacionais que desenvolviam trabalho e estudos na área dos arquivos como era o caso do Conselho Internacional de Arquivos, nascido em 1950<sup>88</sup>.

Foram os vícios da *inoperância* e *imobilismo* que ditaram a extinção da Inspeção pela reforma legislativa de 22 de maio de 1965 (decreto-lei n.º 46.350), na qual se reconhecia que “os nossos serviços bibliotecários e arquivísticos estão muito longe de cumprir a sua missão”, na medida em que os núcleos documentais se encontravam desordenados e dispersos por todo o país, carecendo de uma correta conservação e preservação dos espécimes, e os próprios fundos permaneciam erroneamente inventariados, “quando não estão convertidos em simples armazéns de papéis e livros sobre que não se exerceu ainda o mais leve trabalho de reconhecimento”<sup>89</sup>. Além do mais, o próprio património documental deixara de ser acessível aos investigadores e ao público que procurava os arquivos portugueses, tendência que percorre o período do Estado Novo (1933-1974). Assim surgiram vozes inconformadas no sentido de uma renovação urgente, a passar pela elaboração e difusão de novos roteiros e inventários, bem como por uma reorganização de cada arquivo<sup>90</sup>.

## 5. Bibliografia final

### 5.1. Fontes impressas

#### 5.1.1. Legislação

Decreto de 29 de dezembro de 1887 do DIGIGOV/Diário do Governo Digital (1820-1910). (1888a). Diário do Governo: 1, pp. 1-4. [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1888&mes=1&tipo=a-diario&filename=1888/01/02/D\\_0001\\_1888-01-02&pag=1&txt=tombo](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1888&mes=1&tipo=a-diario&filename=1888/01/02/D_0001_1888-01-02&pag=1&txt=tombo)

---

<sup>88</sup> Ribeiro, 1998, p. 622.

<sup>89</sup> Ministério da Educação Nacional; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1965.

<sup>90</sup> Rau, V. (1953). Arquivos de Portugal: Lisboa. In Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, *Atas* (pp. 189-213). The Vanderbiet University Press *apud* Ribeiro, 1998, p. 622. Cf. Peixoto, J. (1957). *Para uma reforma das bibliotecas e arquivos portuguesas*. Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências *apud* Ribeiro, 1998, p. 623; *idem*. (1966). Sessão de encerramento: relatório final, pelo secretário da Comissão Organizadora. In *Atas Do I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses* (p. 624). Universidade de Coimbra *apud* Ribeiro, 1998, p. 624.

- Decreto de 28 de dezembro de 1901 do DIGIGOV/Diário do Governo Digital (1820-1910). (1888b). Diário do Governo, 294, pp. 3663-3881. [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=12&tipo=a-diario&filename=1901/12/28/D\\_0294\\_1901-12-28&pag=10&txt=collecções](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=12&tipo=a-diario&filename=1901/12/28/D_0294_1901-12-28&pag=10&txt=collecções)
- Decreto n.º 130 do Ministério de Instrução Pública; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. (1913). Diário do Governo: I série, n.º 213, p. 3464. <https://dre.tretas.org/dre/2400857/decreto-130-de-11-de-setembro>
- Decreto n.º 1659 do Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística. (1915). Diário do Governo: I série, n.º 113, pp. 544-545. <https://dre.tretas.org/dre/2404161/decreto-1659-de-15-de-junho>
- Decreto n.º 2250-J do Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística. (1916a). Diário do Governo: I série, n.º 154, pp. 765J-766J. <https://dre.tretas.org/dre/2405686/decreto-2550-J-de-3-de-agosto>
- Decreto n.º 2858 do Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística. (1916b). Diário do Governo: I série, n.º 242, p. 1096. <https://dre.tretas.org/dre/2406652/decreto-2858-de-29-de-novembro>
- Decreto n.º 2859 do Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística. (1916c). Diário do Governo: I série, n.º 242, pp. 1096-1097. <https://dre.tretas.org/dre/2406653/decreto-2859-de-29-de-novembro>
- Decreto n.º 3286 do Ministério de Instrução Pública; Secretaria-Geral. (1917a). Diário do Governo: I série, n.º 132, pp. 646-647. <https://dre.tretas.org/dre/2407393/decreto-3286-de-11-de-agosto>
- Decreto n.º 3410 do Ministério de Instrução Pública; Secretaria-Geral. (1917b). Diário do Governo: I série, n.º 168, pp. 944-945. <https://dre.tretas.org/dre/2407590/decreto-3410-de-28-de-setembro>
- Decreto n.º 5618 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior. (1919). Diário do Governo: I série I, n.º 98, pp. 966-975. <https://dre.tretas.org/dre/2413200/decreto-5618-de-10-de-maio>
- Decreto n.º 18734 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1930). Diário do Governo: I série, n.º 182, pp. 1609-1610. <https://dre.tretas.org/dre/2442612/decreto-18734-de-7-de-agosto>
- Decreto n.º 19868 do Ministério das Colónias. (1931). Diário do Governo: I série, n.º 133, pp. 1080-1081. <https://dre.tretas.org/dre/286581/decreto-19868-de-9-de-junho>
- Decreto n.º 19952 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1931). Diário do Governo: I série, n.º 147, pp. 1253-1269. <https://dre.tretas.org/dre/39128/decreto-19952-de-27-de-junho>
- Decreto n.º 20484 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1931a). Diário do Governo: I série, n.º 258, pp. 2476-2474. <https://dre.tretas.org/dre/2445511/decreto-20484-de-7-de-novembro>
- Decreto n.º 20690 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1931b). Diário do Governo: I série, n.º 300, pp. 2778-2779. <https://dre.tretas.org/dre/2445792/decreto-20690-de-30-de-dezembro>
- Decreto-Lei n.º 28187 do Ministério das Finanças; Direção-Geral da Fazenda Pública. (1937). Diário do Governo: I série, n.º 268, pp. 1217-1219. <https://dre.tretas.org/dre/274693/decreto-lei-28187-de-17-de-novembro>

Decreto-Lei de 18 de março de 1911 do Ministério do Interior; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. (1911). Diário do Governo: I série, n.º 65, pp. 1213-1215. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/206996>

Decreto-Lei n.º 46350 do Ministério da Educação Nacional; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1965). Diário do Governo: I série, n.º 114. <https://dre.tretas.org/dre/216540/decreto-lei-46350-de-22-de-maio>

### **5.1.2. Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal<sup>91</sup>**

Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais. (1932). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 10, n.º 37 e 38, p. 26). Biblioteca Nacional.

Arquivos distritais: Estado das incorporações no primeiro trimestre de 1937. (1937). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 12, n.º 47 e 48, pp. 113-136). Biblioteca Nacional.

Azevedo, P. de. (1916). Creação de um Arquivo Distrital em Vila Rial. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 133-136). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Azevedo, P. de. (1921). O Regulamento do Arquivo Histórico Militar. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 333-335). Biblioteca Nacional.

Baião, A. (1937). O inventário geral da Torre do Tombo: Tentativas e indispensabilidade. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 12, n.º 49 e 50, pp. 163-165). Biblioteca Nacional.

Cordeiro, J. M. (1920). Função das bibliotecas na instrução dum povo. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 114-116). Biblioteca Nacional.

Cortesão, J. (1920). Do Diretor da Biblioteca Nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 3, pp. 217-230). Biblioteca Nacional.

Cortesão, J. (1921). Relatório duma viagem ao estrangeiro. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 5, pp. 10-18). Biblioteca Nacional.

Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920a). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, p. 68). Biblioteca Nacional.

Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920b). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Lisboa (vol. 1, n.º 1, p. 151). Biblioteca Nacional.

Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920c). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, p. 292). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1914). Serviço de Incorporações pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, pp. 1-8). Imprensa da Universidade de Coimbra.

---

<sup>91</sup> Disponíveis em <https://purl.pt/258/1/> [consult. 15 nov. 2021].

V. 1, n.º 1 (out. 1914); V. 3, n.º 10/11 (abr. 1917) — Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914-1917.

V. 1, n.º 1 (mar. 1920); V. 21, n.º 77/78 (1949) — Biblioteca Nacional, 1920-1949.

- Dantas, J. (1915). Serviços de Nova Criação: o Posto de Saneamento e Desinfecção de Livros. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 49-54). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1916). O Segundo Ciclo de Incorporações. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 119-132). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1917). Serviços da Inspecção: Novas Bibliotecas, Novos Arquivos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 3, n.º 10 e 11, pp. 1-19). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1926). Empréstimo internacional de livros e documentos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 7, n.º 25-28, pp. 5-7). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1931). A ineficácia da legislação de protecção do património nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 9, n.º 33 e 34, pp. 23-26). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1932a). Criação e organização dos Arquivos Distritais. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 10, n.º 37 e 38, pp. 7-13). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1932b). Relatórios do Inspector Geral. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 10, n.º 39 e 40, pp. 121-133). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1936). Crónica: Rasões de ordem administrativa que determinaram a suspensão temporária desta publicação [...]. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 11, n.º 43 e 44, pp. 87-91). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1932). Catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 10, n.º 37 e 38, pp. 13-21). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1937). Normas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 12, n.º 49 e 50, pp. 165-182). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1946). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos: Alguns serviços efectuados durante o 2.º semestre de 1946: Relatórios e anexos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 18, n.º 71 e 72, pp. 5-60). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1947). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Alguns serviços efectuados ainda em 1946, e 1947. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 19, n.º 73 e 74, pp. 5-60). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1948). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Alguns assuntos tratados e anexos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 20, n.º 75 e 76, pp. 5-50). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924a). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 5, n.º 17 e 18, pp. 6-12). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924b). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 5, n.º 17 e 18, pp. 13-23). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924c). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 5, n.º 19 e 20, pp. 98-117). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924d). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 5, n.º 19 e 20, pp. 159-175). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925a). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 21, pp. 6-17). Biblioteca Nacional.

- Melo, A. A. e. (1925b). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 21, pp. 43-59). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925c). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 22, pp. 66-80). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925d). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 22, pp. 126-134). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925e). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 23, pp. 166-176). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1926). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 7, n.º 25 e 28, p. 115). Biblioteca Nacional.
- Moniz, J. A. (1914). Organização dos Serviços de Catalogação na Biblioteca Nacional de Lisboa. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, pp. 9-28). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pessanha, J. da S. (1915). O Estágio de Arquivistas. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 5, pp. 204-208). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pessanha, J. da S. (1916). O Estágio de Arquivistas (1915-1916). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 146-147). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Proença, R. (1920a). A última reforma da Biblioteca Nacional: I. Ideias gerais. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, pp. 19-23). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920b). A última reforma da Biblioteca Nacional: II. Organização de conjunto. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 106-107). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920c). As Regras Portuguesas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 107-109). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920d). As Bibliotecas populares e o mundo moderno: O que há a fazer em Portugal, Condições prévias da resolução dum grande problema. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 109-113). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920e). A última reforma da Biblioteca Nacional: III. Funcionalismo e disciplina interna. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 3, pp. 208-210). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920f). As Regras Portuguesas de catalogação: II. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 3, pp. 210-211). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1921). Palestra inaugural da discussão das regras de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 6, pp. 154-155). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1923). A Biblioteca Nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 4, n.º 15, pp. 146-148). Biblioteca Nacional.
- Programa das novas instalações da Biblioteca Nacional. (1936). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vols. 11, n.º 45 e 46, pp. 33-40a). Biblioteca Nacional.
- Reforma e regulamento da Biblioteca Nacional. (1920). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, p. 47). Biblioteca Nacional.

- Relatório da Comissão do edifício da Biblioteca Nacional. (1921). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 335-338). Biblioteca Nacional.
- Salgueiro, M. (1916). Creação de uma Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Bragança. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 148-150). Imprensa da Universidade de Coimbra.

## 5.2. Estudos

- Azevedo, P. de., & Baião, A. (1905). *O Archivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e organização* (1.ª ed.). Academia de Estudos Livres. <https://archive.org/details/oarchivodatorred00azevuoft/page/n5/mode/2up>
- Azevedo, P. de. (1911). A Reorganização da Biblioteca Nacional de Lisboa de 18 de Março de 1911. In *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa* (vol. 1, n.º 2).
- Fundação para a Ciência e Tecnologia; Arquivo de Ciência e Tecnologia. (2018). *Glossário de termos arquivísticos*. <https://act.fct.pt/wp-content/uploads/2018/09/Glossário-ACT-Outubro2018.pdf>
- Pereira, G. (1910). *Archivos nacionaes: these apresentada ao Congresso Nacional em 23 de Maio de 1910* (1.ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316.2/3215>
- Ribeiro, F. (1998). *O Acesso à Informação nos Arquivos* [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/7058>
- Ribeiro, F. (2004). A Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos e seu papel na consolidação do paradigma histórico-tecnicista. In T. L. da Assunção, *Memória da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos* (pp. 5-10). Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Museu Bernardino Machado.
- Ribeiro, F. (2008a). A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo. In L. R. Torgal, & H. Paulo (Coords.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória* (pp. 223-237). Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316.2/2751>
- Ribeiro, F. (2008b). *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão: 1887-1965* (1.ª ed.). CETAC – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento.
- Vivas, D. A. C. (2021). Dois modelos formativos “dissidentes” na formação superior de bibliotecários e arquivistas em Portugal. *Biblos*, (7), 139-166. <https://impactum-journals.uc.pt/biblos/article/view/8903>

## 6. Anexo — proposta de índice remissivo para os *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal (1914-1949)*

### I. Ciclos de incorporações e a criação de arquivos distritais

- Arquivos distritais: Estado das incorporações no primeiro trimestre de 1937. (1937). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 47-48, pp. 113-136). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Azevedo, P. de. (1916). Creação de um Arquivo Distrital em Vila Rial. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 133-136). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Azevedo, P. de. (1921). O Regulamento do Arquivo Histórico Militar. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 333-335). Biblioteca Nacional.
- Creação do Arquivo de S. Vicente – Creação da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria – Incorporação dos Cartórios Notariais do País. (1916). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 163-170). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1914). Serviço de Incorporações pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 1, n.º 1, pp. 1-8). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1916). O Segundo Ciclo de Incorporações. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 119-132). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1917). Serviços da Inspeção: Novas Bibliotecas, Novos Arquivos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 3, n.º 10-11, pp. 1-19). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1931). A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Évora. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 9, n.º 35-36, pp. 81-87). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1932). Criação e organização dos Arquivos Distritais. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 37-38, pp. 7-13). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1936). Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vols. 11-12, n.º 45-46, pp. 16-17). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1937). Crónica: Abre-se ao público a Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. É criado o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 49-50, pp. 161-163). Biblioteca Nacional.
- Iria, A. (1945). Os Arquivos municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 17, n.º 69-70, pp. 175-190). Biblioteca Nacional.
- Iria, A. (1947). Os Arquivos municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 19, n.º 73-74, pp. 117-149). Biblioteca Nacional.
- Legislação: Creação da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Bragança: Creação do Arquivo Distrital de Évora. (1916). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 9, pp. 216-220). Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Salgueiro, M. (1916). Creação de uma Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Bragança. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 148-150). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Simas, J. de. (1948). Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada (1946-1948). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 20, n.º 75-76, pp. 77-93). Biblioteca Nacional.

## II. Modelos formativos especializados em biblioteconomia e arquivística

- Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920a). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 1, p. 68). Biblioteca Nacional.
- Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920b). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, p. 151). Biblioteca Nacional.
- Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920c). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 4, p. 292). Biblioteca Nacional.
- Pessanha, J. da S. (1915). O Estágio de Arquivistas. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 1, n.º 5, pp. 204-208). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pessanha, J. da S. (1916). O Estágio de Arquivistas (1915-1916). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 146-147). Imprensa da Universidade de Coimbra.

## III. Reformas na Biblioteca Nacional

- A Biblioteca Nacional. (1923). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 4, n.º 15, pp. 146-148). Biblioteca Nacional.
- Cortêsão, J. (1920). Do Diretor da Biblioteca Nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 3, pp. 217-230). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920a). A última reforma da Biblioteca Nacional: I. Ideias gerais. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 1, pp. 19-23). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920b). A última reforma da Biblioteca Nacional: II. Organização de conjunto. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 106-107). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920c). A última reforma da Biblioteca Nacional: III. Funcionalismo e disciplina interna. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 3, pp. 208-210). Biblioteca Nacional.
- Programa das novas instalações da Biblioteca Nacional. (1936). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 11, n.º 45-46, pp. 33-40a). Biblioteca Nacional.
- Reforma e regulamento da Biblioteca Nacional. (1920). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 1, p. 47). Biblioteca Nacional.
- Relatório da Comissão do edifício da Biblioteca Nacional. (1921). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 8, n.º 8, pp. 335-338). Biblioteca Nacional.

#### IV. Iniciativas no plano técnico

- Baião, A. (1937). O inventário geral da Torre do Tombo: Tentativas e indispensabilidade. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 49-50, pp. 163-165). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1915). Serviços de Nova Criação: o Posto de Saneamento e Desinfecção de Livros. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 49-54). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ferrão, A. (1932). Catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 37-38, pp. 13-21). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1937). Normas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 49-50, pp. 165-182). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1938). Normas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 13, n.º 51-54, pp. 29-38). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924a). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 5, n.º 17-18, pp. 6-12). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924b). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 5, n.º 17-18, pp. 13-23). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924c). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 5, n.º 19-20, pp. 98-117). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924d). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 5, n.º 19-20, pp. 159-175). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925a). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 21, pp. 6-17). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925b). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 21, pp. 43-59). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925c). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 22, pp. 66-80). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925d). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 22, pp. 126-134). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925e). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 23, pp. 166-176). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1926). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 7, n.º 25-28, p. 115). Biblioteca Nacional.
- Moniz, J. A. (1914). Organização dos Serviços de Catalogação na Biblioteca Nacional de Lisboa. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 1, n.º 1, pp. 9-28). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Proença, R. (1920a). As Regras Portuguesas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 107-109). Biblioteca Nacional.

Proença, R. (1920b). As Regras Portuguesas de catalogação: II. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 3, pp. 210-211). Biblioteca Nacional.

Proença, R. (1921). Palestra inaugural da discussão das regras de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 2, n.º 6, pp. 154-155). Biblioteca Nacional.

## V. Relatórios de atividade, comunicações e outras questões teórico-práticas

A actividade das bibliotecas e arquivos, dependentes da inspecção, em 1949. (1949). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 21, n.º 77-78, pp. 44-49). Biblioteca Nacional.

Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais. (1932). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 37-38, p. 26). Biblioteca Nacional.

Cordeiro, J. M. (1920). Função das bibliotecas na instrução dum povo. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 114-116). Biblioteca Nacional.

Cortesão, J. (1921). Relatório duma viagem ao estrangeiro. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 2, n.º 5, pp. 10-18). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1926). Empréstimo internacional de livros e documentos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 7, n.º 25-28, pp. 5-7). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1931). A ineficácia da legislação de protecção do património nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 9, n.º 33-34, pp. 23-26). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1932). Relatórios do Inspector Geral. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 39-40, pp. 121-133). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1936). Crónica: Rasões de ordem administrativa que determinaram a suspensão temporária desta publicação [...]. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 11, n.º 43-44, pp. 87-91). Biblioteca Nacional.

Ferrão, A. (1946). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos: Alguns serviços efectuados durante o 2.º semestre de 1946: Relatórios e anexos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 18, n.º 71-72, pp. 5-60). Biblioteca Nacional.

Ferrão, A. (1947). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Alguns serviços efectuados ainda em 1946, e 1947. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 19, n.º 73-74, pp. 5-60). Biblioteca Nacional.

Ferrão, A. (1948). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Alguns assuntos tratados e anexos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 20, n.º 75-76, pp. 5-50). Biblioteca Nacional.

Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. (1931). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 9, n.º 35-36, pp. 104-106). Biblioteca Nacional.

Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. (1932). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 37-38, pp. 75-81). Biblioteca Nacional.

Proença, R. (1920). As Bibliotecas populares e o mundo moderno: O que há a fazer em Portugal, Condições prévias da resolução dum grande problema. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 109-113). Biblioteca Nacional.

- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1936). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 11, n.º 43-44, pp. 113-114). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1937). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 49-50, pp. 208-222). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1938). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 13, n.º 51-54, pp. 61-72). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1939). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 14, n.º 55-56, pp. 90-109). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1941). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 16, n.º 61-62, pp. 68-71). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1942). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 16, n.º 63-64, pp. 130-138). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1944). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 17, n.º 67-68, pp. 123-126). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1945). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 17, n.º 69-70, p. 123). Biblioteca Nacional.

# **Bibliofoto: repertório bibliográfico latino- americano sobre documentos fotográficos em arquivos Estudos e procedimentos**

## **Bibliofoto: Latin American bibliographic repertoire on photographic documents in archives Studies and procedures**

**\*JULIA ARAUJO DONATO**

Mestranda em Ciência da Informação na Universidade de Brasília  
Universidade de Brasília  
juliaadonato@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3411-9347>

**\*\*ANDRÉ PORTO ANCONA LOPEZ**

Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da  
Universidade de Brasília  
Universidade de Brasília  
apalopez@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2823-1914>

Artigo entregue em: 20 de setembro de 2021

Artigo aprovado em: 11 de maio 2022

---

\* Artigo financiado parcialmente com bolsa de Pós-Graduação para a primeira autora, pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

\*\* Artigo financiado parcialmente com bolsa de Produtividade Científica para o segundo autor, pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o repertório bibliográfico dos documentos fotográficos de arquivos de alguns países da América Latina. Tal pesquisa listou tanto os materiais bibliográficos conhecidos internacionalmente quanto os menos conhecidos, a fim de consolidar a produção de conhecimento colaborativo, proporcionando mais atores, mais estudos e maior reconhecimento do material da América Latina. Como resultado deste artigo, tem-se a comparação do repertório bibliográfico dos seis países, verificando-se, em conclusão, a consolidação na bibliografia da temática arquivos e coleções fotográficas nas instituições de memória, designadamente nos arquivos, da América Latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** América Latina; documento fotográfico de arquivo; Fotodocumentação.

## ABSTRACT

This article aims to present a bibliographic record of photographic archival documents from a selection of Latin American countries. This research lists both internationally known and less recognized bibliographic materials to consolidate the production of collaborative knowledge, providing more operators, studies and greater recognition of material originated in Latin America. The result is a comparison of bibliographic records from six countries, and, in conclusion, a consolidation of the bibliography about the thematic photographic collections and archives in the memory institutions of this region.

**KEYWORDS:** Latin America; photographic archival documents; Photodocumentation.

## INTRODUÇÃO

O uso constante da fotografia em ações administrativas é pouco refletido nos acervos arquivísticos. A bibliografia sobre o tema é limitada, especializada, de difícil acesso e pouco conhecida. Está concentrada em nichos institucionais e é, quantitativamente, pouco expressiva, em comparação com outros temas arquivísticos. Polos aglutinadores acabam por ter maior protagonismo em relação à bibliografia específica relativa ao fenômeno dos documentos fotográficos em arquivos, centralizando parte dos estudos ao

seu redor. Outros pesquisadores, grupos e instituições se valem da bibliografia internacional consolidada por tais protagonistas, sem conseguir dar a conhecer, em esferas mais amplas, os avanços locais e desconhecendo, igualmente, a produção técnica e científica de outros grupos similares. A ausência de repertórios bibliográficos, capazes de consolidar a produção dos pesquisadores e instituições de menor renome, prejudica a produção científica e técnica da área que, embora ainda apareça em pequena quantidade, apresenta qualidade.

A pesquisa colaborativa em rede, para tais atores — e, por extensão, para a área da América Latina — sugere que a atual prática intelectual de paráfrases científicas<sup>1</sup> pudesse ser transformada em inovação, calcada na realidade local. Em face desse cenário, a proposta visa sistematizar informações sobre recursos bibliográficos produzidos no âmbito da América Latina relacionados ao fenômeno dos documentos fotográficos nos arquivos. O trabalho em rede potencializa a produção colaborativa de conhecimento ao credenciar novos protagonistas e demais atores. A democratização dos saberes passa, então, a ser fruto de mudanças no modo de produzir saberes e, ao mesmo tempo, impulsiona novas transformações. Os novos conhecimentos tendem a criar novos espaços de legitimação, menos dependentes das instituições tradicionais de legitimação do conhecimento. Em tal processo, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) passam a ter um papel vital.

O projeto Bibliofoto consistiu na criação de um repertório bibliográfico virtual que apresenta referências consolidadas sobre estudos e práticas relacionadas aos documentos fotográficos de arquivo e na conformação de balanços sobre a produção bibliográfica relativa ao tema, em forma de artigo publicável, focalizando, ao menos, os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai.

O objetivo do Bibliofoto foi arrolar não apenas o material bibliográfico já internacionalmente conhecido, como também a produção de outros grupos e instituições que se dedicam de igual modo ao tema da fotografia nas instituições de memória, permitindo consolidar redes de produção de conhecimento colaborativo, estimular debates, multiplicar os atores e seus respectivos estudos —, bem como permitir o seu reconhecimento por outros pares. O repertório criado possibilita, neste momento, por meio de relatórios, a

---

<sup>1</sup> Nos referimos à prática de extensas sessões nos trabalhos acadêmicos destinados, unicamente, a resumir ideias de autores já consolidados na área, sem dialogar efetivamente com eles, não apresentando novos pontos de vista.

estruturação de quadros-resumo por assuntos e países, como insumo à revisão bibliográfica de qualquer pesquisa na área, ampliando o foco para além dos estudos já demasiadamente conhecidos. Em um segundo momento possibilitou a construção de um banco de dados não-exaustivo em relação à América Latina, contendo referências bibliográficas (em formato APA), informações para acesso ao material (preferivelmente url, quando possível), um sistema de busca por categorias de material e uma brevíssima indicação do conteúdo (máximo de 50 palavras). Por meio de uma rede de conhecimento, o Bibliofoto pretende ampliar a articulação de experiências, até este momento dispersas, de pesquisas que buscam, em maior ou menor medida, trabalhar arquivisticamente a questão da fotografia, de modo a promover sinergia entre tais estudos e estimular a produção de novos conhecimentos no âmbito da Arquivologia.

Os objetivos do projeto podem ser assim resumidos:

- contribuir com a sistematização de insumos para a discussão sobre a organicidade arquivística de documentos fotográficos e incrementar o debate acerca do tratamento de documentos fotográficos de arquivo, para além dos aspectos relacionados à conservação/pre-servação;
- estimular a produção de conhecimento colaborativo em rede relacionado a documentos arquivísticos fotográficos;
- contribuir para a difusão de estudos especializados, relativos à temática.

## 1. METODOLOGIA

O projeto Bibliofoto, metodologicamente, trabalhou, de modo exploratório e qualitativo com uma seleção bibliográfica, seletiva e não-exaustiva, da área, dividida de acordo com os países prospectados, permitindo. A seleção de obras foi pautada no conhecimento anterior da equipe com relação os recursos bibliográficos e na prospecção de informações com a comunidade internacional especializada de cada país, por meio de uma enquete *on-line*, permitindo a elaboração de informes regionais, explicados mais adiante.

O repertório bibliográfico parte da proposta de cinco elementos verificados que influenciam na produção científica relacionada aos materiais fotográficos de arquivo (Lopez, 2008 e 2009; Lacerda, 2008, por

exemplo): (i) o descompasso entre a utilização administrativa e social de recursos fotográficos e a sua incorporação aos arquivos; (ii) a pouca representatividade quantitativa da produção técnica e científica de tais estudos no panorama geral da produção bibliográfica da Arquivologia; (iii) a existência de nichos de reflexão sobre o tema, pouco articulados entre si; (iv) a ausência de informações consolidadas sobre tais estudos; (v) a necessidade de atitudes em rede para impulsionar a inovação científica na América Latina. O repertório bibliográfico é uma listagem de obras sobre documentos fotográficos que abordam os países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai, e pode ser consultado diretamente no ambiente *on-line*, por autor, área predominante (além da fotografia) e país. Pelo fato de os recursos serem acedidos diretamente por meio de *tags*, não foi necessário ordená-los por nenhum método.

A execução dos informes regionais foi feita mediante um levantamento inicial de recursos bibliográficos de interesse potencial à discussão sobre Fotodocumentação na América Latina, sendo inseridos em uma planilha Excel, elencando, como campos, dados sobre o recurso bibliográfico, os motivos do interesse potencial ao projeto, às áreas correlatas e os membros da equipe responsáveis pela informação. Paralelamente, procedeu-se à prospecção de outros recursos — e/ou confirmação da importância do levantamento inicial — com a comunidade internacional especializada, através da aplicação de formulário específico. À medida que a planilha crescia, a equipe do Bibliofoto foi sistematizando as ocorrências e consolidando a informação, compartilhando esse arquivo via Google Drive, com a equipe dos Informes Regionais em uma planilha restrita à equipe de pesquisa, elencando, como campos, dados do recurso selecionado, pessoal responsável por seu tratamento, *link* de acesso (quando pertinente), informações relacionadas à primeira prospecção e status de execução.

Foram criadas abas específicas para cada país, designando um membro responsável para cada um. Em paralelo buscou-se o apoio de colaboradores específicos que auxiliaram na seleção qualitativa e, eventualmente, na inserção de novos recursos. Cada pesquisador ficou responsável por indicar os textos a serem selecionados, para uma tomada de decisão coletiva, e inseri-los no formulário de mapeamento de referências com vistas ao estabelecimento de um mini resumo (cerca de 50 palavras) sobre o recurso, usando o mesmo formulário. Os resumos foram feitos diretamente pela equipe de pesquisa, usando diretrizes de

técnicas de fichamento de texto. O resumo original do recurso (quando existente) foi levado em consideração apenas como indicativo do conteúdo, podendo, ou não ter trechos aproveitados. Por essa razão, alguns informes apresentam uma quantidade maior de textos identificados do que os efetivamente inseridos no sistema, que, necessariamente, são objeto de um mini resumo. Buscou-se obter ao menos dez mini resumos, salvo as situações nas quais o universo identificado não possibilitou atingir tal número.

Textos considerados como mais significativos foram analisados mais a fundo e foram apresentados para toda a equipe e discutidos criticamente, com vistas à elaboração de resumos estruturados, nessa fase, ao menos quatro recursos por país — exceto nos casos nos quais o quantitativo não permitiu alcançar tal cifra —, valendo-se de formulários específicos para isso. Os resumos estruturados buscaram identificar (i) o problema geral do texto; (ii) sua tese principal, (iii) os argumentos elencados para sustentar a tese e/ou discutir o problema e (iv) os principais autores mencionados.

Cada informe é composto por uma tabela geral de recursos identificados na primeira fase, dez mini resumos (salvo as exceções já apontadas), quatro resumos (*idem*), dados sobre os autores mais relevantes apontados na prospecção primária internacional e no trato com o material pelos responsáveis pelos informes. Tais dados não têm a pretensão de serem numericamente consistentes, apenas anotam a impressão geral identificada pelos responsáveis. Por ser um projeto dinâmico, a autoria das fichas não corresponde linearmente à autoria dos informes.

Os recursos mapeados, ao menos ao nível de mini resumo, foram, nesta aplicação, desdobrados em fichas, que trazem minimamente a referência APA do recurso, seu mini resumo, a indicação de áreas relevantes do texto e a autoria da ficha. Quanto existente, foram ainda agregados o resumo estruturado e as respectivas informações relativas à identificação das informações mais relevantes dos textos.

Os recursos se comportam de maneira dinâmica e, paulatinamente, a equipe Bibliofoto vai incrementando a base, seja aprofundando as informações iniciais — isto é, realizando mini resumos de recursos apenas elencados e/ou resumos estruturados de textos que somente estavam na fase de mini resumo — e/ou acrescentando novos recursos. Igualmente, para buscar maior consistência, é possível que algumas referências sejam eliminadas para que o quadro geral apresentado possa melhor dar conta de recursos mais significativos, posto que não há pretensão de exaustividade.

Os informes, por haverem sido elaborados por diferentes pesquisadores, careciam de sistematização padronizada da informação, bem como de uma análise que consolidasse informações gerais sobre o conjunto dos seis países observados. A pesquisa atual, através da análise comparativa dos resultados de cada um dos informes, buscou construir tais informações gerais.

## 2. RESULTADOS

Para colocar em prática a rede de conhecimento, é importante enxergar as individualidades, no sentido de captar as experiências, conhecer os campos de estudos, estratégias, a realidade de cada país, e enxergar a evolução do conjunto como parte do continente americano e identificar os pontos comuns entre eles, e tornar colaborativo, por meio das redes sociais, toda essa análise da documentação e fotografia.

O repertório bibliográfico sobre documentação fotográfica e os informes regionais, que geraram os mini resumos e resumos estruturados pelo Bibliofoto embasaram as análises das obras da América Latina. O material se encontra na plataforma virtual Bibliofoto<sup>2</sup>, a qual abrange especificações genéricas sobre as obras e identificação de autores nesta pesquisa. O ambiente virtual Bibliofoto está acessível na *Rede FotoArq*, por meio do ícone do projeto, que direciona o consulente a uma página de informações gerais, a qual apresenta informações básicas de referência: objetivos, pressupostos, palavras-chave e os produtos disponíveis, bem como alguns dados específicos sobre a amplitude geral dos mesmos e sua forma de acesso. As figuras 1 e 2 ilustram o *layout* de navegação do ambiente.

---

<sup>2</sup> Disponível em <https://bibliofotopaf.blogspot.com/p/informes-regionais.html>.

Figura 1 – Layout de navegação do Biliofoto.

The image shows a screenshot of the BIBLIOfOTO website with several yellow annotations pointing to specific elements:

- Aba da Rede FotoAra**: Points to the top left navigation bar.
- Url da Rede FotoArq**: Points to the URL 'gpaf.info' in the browser address bar.
- Links superiores do Biliofoto**: Points to the main navigation menu.
- Links superiores externos**: Points to external links like 'GPA' and 'PAAG/LCA'.
- Página de entrada ao Biliofoto**: Points to the main heading of the page.
- Caixa de busca nas fichas**: Points to the search box on the right.
- Formulário para comentários dos consulentes**: Points to the comment form on the right.
- Tags**: Points to the vertical 'T a g s' list on the right.
- Autores**: Points to the 'Autores' list on the right.
- Áreas predominantes**: Points to the 'Áreas predominantes' list on the right.
- Países**: Points to the 'Países' list on the right.

Fonte: Página inicial de BIBLIOfOTO (2019), com etiquetas explicativas.

Figura 2 – Página principal da Rede FotoArq, com link de acesso ao Bibliofoto.



Fonte: Página inicial de REDE FOTOARQ (2021).

Ao entrar no ambiente, o interessado tem acesso a todos os recursos do projeto através dos *links* superiores ou das *tags* laterais. Na parte superior, localizam-se as seguintes guias:

- BIBLIOFOTO: página de entrada no ambiente, com informações de referência geral;
- Recursos bibliográficos: acesso às fichas de referência dos recursos apresentados pelo projeto;
- Informes regionais: acesso aos informes regionais, a informações de referência sobre a realização dos mesmos, bem como dados técnicos sobre eles;
- Ficha técnica: dados sumários de referência do projeto Bibliofoto;
- Revista *Photo & Documento*: *link* externo vinculado do projeto;
- GPAP: *link* externo vinculado do projeto;
- PAAG/ICA: *link* externo vinculado do projeto.

Na coluna lateral se acede aos recursos de pesquisa no ambiente, participação colaborativa e acesso aos recursos bibliográficos indexados:

- Caixa de pesquisa: permite buscar informações nas fichas de recurso;

- Formulário para comentários: permite ao interessado interagir com a equipe do projeto;
- *Tags* de acesso por sobrenome mais conhecido de autores para as fichas disponíveis *on-line*;
- *Tags* de acesso por áreas principais (além de Fotografia) para as fichas disponíveis *on-line*;
- *Tags* de acesso por países para as fichas disponíveis *on-line*.

Os dados específicos do projeto podem ser resumidos conforme informações abaixo:

- Informes regionais: 06 (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai).
- Recursos bibliográficos arrolados: 121 (presentes nos informes).
- Mini-resumos realizados: 64 (apresentados em fichas específicas).
- Resumos estruturados e/ou analíticos: 23 (incluídos nas fichas).
- *Tags* de indexação e acesso às fichas: autor, área principal<sup>3</sup> (além de Fotografia), país.
- Autores indexados: 72.
- Informações disponíveis em todas as fichas: título do recurso, referência APA, mini-resumo, área predominante (além de Fotografia), autoria da ficha, *tags* de indexação.
- Informações extras em algumas fichas: resumo estruturado/analítico, tema principal, área secundária, problema discutido pelo autor na redação original, problema discutido pelo autor em redação de paráfrase, tese defendida no texto na redação original, tese defendida no texto em redação de paráfrase, principais argumentos trabalhados pelo autor, principais autores mencionados pelo autor.

A sistematização do conteúdo dos informes regionais consistiu em reunir todas as informações relevantes e interessantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai e posteriormente a consolidação de uma perspectiva da América Latina. Para todos os países a indicação de assuntos recorrentes partiu de uma identificação apenas instrumental (de acordo com

---

<sup>3</sup> A prospecção inicial apresentava um rol determinado de áreas, além de permitir o acréscimo de novas ocorrências, não previstas. Na consolidação das informações, restringiu-se relação em Antropologia, Arquitetura, Arquivologia, Arte, Comunicação, Direito, História, Museologia, Política, Psicologia e Sociologia, como opções fechadas.

a perspectiva exploratória do projeto), a partir do contato direto com as obras, sem buscar estabelecer uma metodologia de identificação ou consolidar uma tipologia de temas encontrados.

Algumas obras da bibliografia fotográfica sobre a Argentina refletem desafios e dificuldades na análise da fotografia, afinal a fotografia era apoio em investigações que hoje sustentam a memória e a identidade do país. A fotografia é a evidência histórica, sendo assim a fotografia tem papel de representatividade social e política. As obras abordam o uso da fotografia como instrumento de denúncia às violações dos direitos humanos durante a ditadura militar argentina, nos anos de 1976 a 1983, a ressignificação da fotografia por movimentos sociais e humanitários na busca por informações de desaparecidos políticos, como instrumento que comprova a existência de cidadãos quando da omissão do Estado argentino nestes desaparecimentos. O processo de produção e uso da fotografia na mobilização pública e nacional e internacional, na construção de sentidos e na análise histórica, às ferramentas de preservação da memória para a sociedade e pesquisadores em geral, ou o uso da fotografia como uma mera mercadoria às agências de comunicação para produção de notícias.

A bibliografia fotográfica selecionada para o Brasil é norteadada por temas preocupados com os aspectos históricos do conhecimento gerado em torno ou a partir da produção fotográfica e os desafios do tratamento arquivístico de acervos fotográficos. As obras abordam a importância de tratar os acervos fotográficos como fontes de informação para pesquisas históricas e para isto os processos de Fotodocumentação precisam ser revistos e aprimorados na intenção de que estes conjuntos não se reduzam a apenas guarda de imagens descontextualizadas de sua gênese.

O que integra a bibliografia fotográfica apresentada para o Chile são as obras que discutem aspectos de ordem técnica, tais como conservação, composição química da fotografia, fatores de deterioração da imagem e recomendações de tratamento, bem como de metodologias, ferramentas e técnicas descritivas empregadas em coleções fotográficas. Os temas abordados nas obras possuem uma crítica social a partir da biografia dos fotógrafos, os fotógrafos visto como os criadores da história por expor os elementos estéticos, técnicos e sociais que se relacionam com a história e o patrimônio fotográfico do Chile.

Encontramos os mais diversificados temas na bibliografia fotográfica da Colômbia, dentro da perspectiva técnica e informacional, como organização de arquivo fotográfico, avaliação documental, Direitos Humanos, fotografia analógica e fotografia digital, memória coletiva e memória histórica. A produção

bibliográfica sobre fotografia ainda é pequena e desconhecida e de extrema importância para auxiliar no resgate da memória histórica e coletiva colombiana, resgate dos direitos humanos e para difundir a fotografia como arte. Segundo Gómez Castañeda (2015), a Colômbia carece de lugares especializados para a exposição e tratamento de fotografias e necessita de incentivos para a formação da história e construção de uma identidade cultural, que são criados a partir da narrativa que as fotografias sugerem. É interessante ressaltar apenas dois autores prospectados que possuem formação acadêmica na área da Ciência da Informação — Diana Rocio Gómez Castañeda e Jorge Caicedo Santacruz — e apenas uma instituição — Biblioteca Pública Piloto — se liga a essa área. Das dez obras observadas, apenas quatro compreendem a fotografia como documento de arquivo, o que gera alguma preocupação quanto às questões arquivísticas no que se refere ao documento como prova e instrumento de denúncia.

Os temas mais recorrentes na bibliografia fotográfica no México são relacionados ao potencial investigativo das imagens, e fazem uso das fotografias em diferentes contextos, como fontes de pesquisa em inúmeros campos de estudo. Também foram ressaltados os primeiros registros fotográficos e as contradições apresentadas por pesquisadores e os primeiros usos do daguerreótipo no México, no ano de 1840, em que a fotografia foi considerada uma arte plástica. Há uma forte tendência de identificação e construção de um repertório fotográfico mexicano voltado para a formação da identidade nacional.

A partir da pesquisa sobre a bibliografia, percebemos que a maior fonte de informações sobre Fotodocumentação no Uruguai é o Centro de Fotografía de Montevideo (CdF), que gera conteúdos, atividades, espaços de intercâmbio e desenvolvimento nas diferentes áreas que compõem a fotografia em um sentido mais amplo. O objetivo principal do CdF é trabalhar com a fotografia visando incentivar a reflexão e o pensamento crítico, promovendo o debate sobre a formação da identidade e contribuindo para a construção da cidadania. É interessante afirmar que o CdF faz a gestão do seu acervo utilizando padrões internacionais de imagens dos séculos XIX, XX e XXI, em constante expansão, com ênfase na cidade de Montevideu, gerando fotos da cidade e sempre buscando promover o acesso e a divulgação de fotografias de interesse individual e coletivo, especialmente para uruguaios e latino-americanos. A fim de estimular a produção de obras e livros sobre fotografia, realiza anualmente uma chamada aberta para a publicação de livros fotográficos de autor e pesquisa, e consolidou a linha editorial CdF Ediciones. Também realiza o encontro de *foto*books chamado En CMYK, composto por palestras, exposições, *workshops*, feiras, entrevistas e revisão de modelos.

Comparando os países mencionados acima, entendemos que os materiais bibliográficos latino-americanos (levando em consideração o recorte do Bibliofoto) permitem uma discussão em Fotodocumentação sobre os procedimentos de tratamento arquivístico, organização, avaliação, questões sobre conservação, composição química da fotografia, deterioração do suporte e recomendações para os acervos fotográficos, bem como o acesso e a difusão. Analisam, ainda, a fotografia no processo representativo, como uma evidência histórica nas investigações, que constroem a memória coletiva e a identidade nacional de cada país. Também abordam as atividades pioneiras na fotografia no século XX; o uso da fotografia como fonte de informação e auxílio nos estudos científicos que promovem a utilização desse tipo de recursos por outras frentes e atores; e os avanços da fotografia como documento de arquivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Bibliofoto, ao criar um repertório bibliográfico virtual, com referências selecionadas e balanços bibliográficos regionais sobre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai, pode cumprir com seus objetivos iniciais, consolidando a produção de conhecimento colaborativo, proporcionando mais atores, mais estudos e maior reconhecimento do material fotográfico na América Latina, contribuindo para a difusão de estudos especializados, relativos à temática.

A rede de conhecimento articula as experiências dispersas de pesquisas, que buscam trabalhar arquivisticamente a questão da fotografia. De modo a promover a cooperação entre tais estudos e a estimular a produção de novos conhecimentos no âmbito da Arquivologia, o trabalho em rede potencializa a produção colaborativa<sup>4</sup> de conhecimento ao integrar novos protagonistas e demais atores.

A sistematização a partir do repertório bibliográfico elaborado pelo Bibliofoto sobre documentação fotográfica da América Latina, de obras conhecidas internacionalmente juntamente com os menos conhecidos elaborados por outros grupos e instituições, auxilia consolidar redes de produção de conhecimento colaborativo por meio das redes sociais.

A pesquisa utilizou os recursos intelectuais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai, analisados separadamente, para enriquecer o debate sobre tratamento de documentos fotográficos e aspectos sobre con-

---

<sup>4</sup> Sobre a produção colaborativa cabe mencionar, como indicações mínimas, Campos, 2014; Castells, 1999; Castells & Cardoso, 2006; Franco, 2009; Lopez, 2014; Lopez, 2016; Medeiros, 2014; Ortega Mohedano & Cardeñosa Tejedor, 2011.

servação e restauração, social e político e histórico a fim de estimular a produção, auxiliar na difusão e posteriormente capacitação de pesquisadores.

Considera-se que é de extrema importância observar as individualidades e a realidade dos países mencionados, numa perspectiva particular, de história e experiências e, ao juntar toda a análise feita, percebe-se a evolução por parte da América Latina, facilitando a identificação dos pontos comuns entre os países e tornando colaborativa as discussões sobre documentação e fotografia também nas redes sociais. Os informes regionais se encontram numa plataforma virtual Bibliofoto, que abrangem especificações genéricas sobre as obras e a identificação de autores nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. ESTUDOS:

- Campos, F. (2014). A Investigação e as Redes – a impossível separação. *Diálogos En Red: Nuestra América*, 1(1), 107-120. [https://static.wixstatic.com/ugd/e4b54e\\_e01237086ad8407b-83948c43f20e06b5.pdf](https://static.wixstatic.com/ugd/e4b54e_e01237086ad8407b-83948c43f20e06b5.pdf)
- Castells, M., & Cardoso, G. (2006, março 4-5). *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política* [Conferência promovida pelo Presidente da República]. A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Centro Cultural de Belém, Lisboa. [http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf)
- Castells, M., Majer, R., & Cardoso, F. (2007). *A sociedade em rede* (1ª ed.). Paz e Terra.
- Franco, A. (2009). Uma introdução às redes sociais. *Política Democrática: Revista De Política E Cultura, Especial*(23), 99-108.
- Gómez Castañeda, D. R. (2015). *La valoración documental de fotografías tomadas en la primera mitad del siglo XX de familias bogotanas* [Tesis, Universidad de La Salle]. Red de Repositorios LatinoAmericanos. <http://hdl.handle.net/10185/17986>
- Lacerda, A. (2008). *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à Febre Amarela no Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/td-11092008-145559/publico/TESE\\_ALINE\\_LOPES\\_DE\\_LACERDA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/td-11092008-145559/publico/TESE_ALINE_LOPES_DE_LACERDA.pdf)
- Lopez, A. (2008). El contexto archivístico como directriz para la gestión documental de materiales fotográficos de archivo. *Revista Universum*, 23(2), 12-37. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-23762008000200002>
- Lopez, A. (2009, março 25-27). Photographic document as image archival document. In v Radencih, *Tehnični in vsebinski problemi klasičnega in elektronskega arhiviranja: Zbornik referatov dopolnilnega izobraževanja s področij arhivistike, dokumentalistike in informatike* [Conference paper] (pp. 263-272). Maribor. [http://eprints.rclis.org/12846/6/A\\_LOPEZ\\_Maribor\\_2009.pdf](http://eprints.rclis.org/12846/6/A_LOPEZ_Maribor_2009.pdf)

- Lopez, A. (2014). La estructuración de redes académicas: cinco puntos fundamentales para el acceso a la información. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 4(número especial), 212-218. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/21277/11760>
- Lopez, A. (2016). Réseaux sociaux et accès à l'information: Nouveaux modes de production, de circulation et de légitimation de la connaissance. In L. Dahan-Gaida (Dir.), *Circulation des savoirs et reconfiguration des idées: perspectives croisées France-Brésil* (pp. 239-253). Presses Universitaires du Septentrion.
- Medeiros, C. (2014). O papel da confiança no trabalho em Rede. *Diálogos Em Red: Nuestra América*, 1(1), 30-39. [https://static.wixstatic.com/ugd/e4b54e\\_e9e4309d00e74a7a-86fc20b2a37848bf.pdf](https://static.wixstatic.com/ugd/e4b54e_e9e4309d00e74a7a-86fc20b2a37848bf.pdf)
- Ortega Mohedano, F., & Cardeñosa Tejedor, L. (2011). *Nuevos medios; nueva comunicación: libro de actas del II Congreso Internacional de Comunicación 3.0* (1ª ed.). Universidad de Salamanca. <https://comunicacion3punto0.files.wordpress.com/2011/05/comunicacion3punto0libroactas2010.pdf>

## 2. FONTES

- Américo, E. T. (2019). *Huellas fotográficas*. BIBLIOFOTO: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: estudos e procedimentos. <https://bibliofotogpaf.blogspot.com/p/argentina.html>
- Donato, J. A. (2019). *Arte, prova e memória*. BIBLIOFOTO: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: estudos e procedimentos. <https://bibliofotogpaf.blogspot.com/p/colombia.html>
- Lopez, A. (2021). *REDE FOTOARQ: Ambiente científico virtual sobre documentos fotográficos de arquivo. Rede de investigação, discussão e compartilhamento de informação sobre acervos fotográficos*. <http://gpaf.info/>
- Lopez, A., Saraiva, N., & Pereira, T. (2019). *BIBLIOFOTO: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: estudos e procedimentos* <https://bibliofotogpaf.blogspot.com>
- Morelli, R. F. (2019). *Os desafios da fotografia como documento em/de arquivos*. BIBLIOFOTO: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: estudos e procedimentos. <https://bibliofotogpaf.blogspot.com/p/brasil.html>
- Pereira, T. M. de M. (2019). *Retratos cotidianos*. BIBLIOFOTO: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: estudos e procedimentos. <https://bibliofotogpaf.blogspot.com/p/mexico.html>
- Saraiva, N. L. (2019). *Entre a técnica e a história*. BIBLIOFOTO: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: estudos e procedimentos. <https://bibliofotogpaf.blogspot.com/p/chile.html>
- Silva, R. D. da. (2019). *Fotografia no Uruguai: história e usos sociais*. BIBLIOFOTO: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: estudos e procedimentos. <https://bibliofotogpaf.blogspot.com/p/uruguai.html>



# **A custódia arquivística na prática do Poder Executivo Federal brasileiro: cenários retrospectivos de uma realidade custodial e prospectivos de uma proposta pós-custodial**

## **Archival custody in the practice of the Brazilian Federal Executive Branch: retrospective scenarios of a custodial reality and prospective scenarios of a post-custodial proposal**

THIAGO DE OLIVEIRA VIEIRA

Investigador Colaborador do CEIS20

Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra

[thiagooov@lwmmail.com.br](mailto:thiagooov@lwmmail.com.br)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5736-1689>

Artigo entregue em: 27 de abril de 2022

Artigo aprovado em: 23 de maio 2022

### **RESUMO**

Este estudo pretende analisar, a partir de dados retrospectivos dos acervos custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil, desde a implementação da Lei de Arquivos de 1991, as práticas de recolhimento dos documentos de valor permanente à instituição, produzidos na esfera do Poder Executivo Federal (PEF), conforme competência determinada no texto da lei. Além disso, pretende, com base em dados prospectivos,

coletados por meio de um inquérito por questionário nas unidades organizacionais do PEF, prospectar possíveis cenários e/ou óbices na eventual efetivação de um modelo pós-custodial, a “custódia compartilhada”, consoante desenhado na proposta de *Política de Gestão de Documentos e Arquivos* (PGDeARQ), da administração pública federal. De natureza descritiva e explicativa, recorre-se a uma abordagem quali-quantitativa para tratamento e análise dos dados. Identificou-se uma ausência de recolhimentos ao Arquivo Nacional, em que pese a intenção da lei de centralizar a custódia dos acervos arquivísticos do PEF, na instituição arquivística responsável por esse Poder. Do ponto de vista das ações do Arquivo Nacional, enquanto autoridade arquivística, e dos recursos e das infraestruturas, disponibilizadas pelas unidades organizacionais analisadas, para a guarda, a preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico sob a posse física dessas instituições, avista-se um cenário desafiador em uma eventual concretização dessa proposta de “custódia compartilhada”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivologia; Arquivo Nacional do Brasil; custódia; pós-custódia.

#### **ABSTRACT**

This study intends to analyze, based on retrospective data of the archives in custody by the Brazilian National Archives, since the implementation of the 1991 Law of Archives, the practices of transfer of records of permanent value to the institution, produced in the sphere of the Federal Executive Branch (PEF), according to the competence determined in the text of the law. In addition, it intends, based on prospective data, collected through a questionnaire survey in the organizational units of the PEF, to prospect possible scenarios and/or obstacles in an eventual implementation of the post-custodial model, the “shared custody”, as designed in the proposed *Policy for Records Management and Archives* (PGDeARQ), of the federal public administration. If a descriptive and explanatory nature, a quali-quantitative approach is used for data treatment and analysis. An absence of transfer to the National Archive was identified, despite the intention of the law to centralize the custody of the PEF archives in the archival institution responsible for this Branch. From the point of view of the actions of the National Archive, as the archival authority, and of the resources and infrastructures, made available by the organizational units analyzed, for the custody, preservation, and access to the archival heritage under the physical possession of these

institutions, a challenging scenario is insight in the eventual materialization of this “shared custody” proposal.

**KEYWORDS:** Archival science; National Archives of Brazil; custody; postcustodial.

## INTRODUÇÃO

A custódia assume, nas últimas três décadas, um debate crescente no campo arquivístico, sobretudo ao nível teórico-conceitual. Destaca-se, ainda, que a custódia é incluída no epicentro de uma mudança paradigmática da Arquivologia<sup>1</sup>, fruto do impacto do avanço das tecnologias de informação e comunicação nos arquivos, a partir da década de 1990.

Essa mudança de perspectiva da custódia, fundamentada, sobretudo, na influência dos impactos causados pelas tecnologias da informação e no pensamento pós-moderno, direcionou para a defesa de um modelo pós-custódia<sup>2</sup>.

Na abordagem pós-custodial a missão dos arquivos não se limita às práticas tradicionais de custódia. Os arquivos adquirem uma nova função, mais ampla e proativa, que abarca uma série de ações para efetivar uma *distributed custody* (custódia distribuída) dos documentos de arquivo. Nessa nova abordagem, não há uma negação ou rejeição da custódia enquanto uma estratégia válida (Cunningham, 2015, p. 274).

Se a defesa da pós-custódia, em maior ou menor grau, encontra apoio na revolução tecnológica e na crescente produção de documentos digitais, os autores que sustentam a custódia, em instituições arquivísticas ou arquivos, ratificam a sua importância nos desafios de preservar e garantir a autenticidade dos documentos digitais. Para os defensores da custódia, “a corrente pós-moderna propôs o abandono e a rejeição da custódia a ser exercida por uma instituição arquivística centralizada como condições para enfrentar os desafios dos documentos contemporâneos” (Silva, 2017, p. 241).

---

<sup>1</sup> Utiliza-se, no decorrer deste trabalho, a terminologia arquivística brasileira.

<sup>2</sup> Esta nova mudança conceitual no campo arquivístico, como defende Cook (2001), Thomassen (1999), Silva et al. (2009), entre outros autores, inaugura um paradigma “pós-moderno” ou “pós-custodial” da área. Na esfera da Arquivologia, essa discussão, de cunho epistemológico, vai muito além de uma mudança entre um modelo de custódia e pós-custódia, buscando repensar o seu estatuto científico, objeto, objetivos e métodos. Neste sentido, não sendo o objetivo deste trabalho uma discussão epistemológica em torno desse novo paradigma, centra-se apenas nos aspetos teórico-práticos acerca da custódia.

A abdicação do vínculo entre os documentos arquivísticos e um lugar de preservação, sob uma jurisdição distinta do produtor, implica na impossibilidade da custódia, ou seja, na defesa moral dos arquivos pelo arquivista, visto que esta requer a posse física dos documentos (Duranti, 2007, p. 465).

A relação entre autenticidade e custódia foi apontada por Jenkinson (1922)<sup>3</sup> como essencial à caracterização de um arquivo, pois como os arquivos estão sujeitos a uma série de ameaças, demonstrar que os documentos permanecem sem alteração e não foram corrompidos ou subtraídos, é uma função essencial da custódia (Silva, 2019, p. 52).

O termo custódia, de origem latina, é apresentado nas fontes jurídicas romanas, em sentido geral, como “a atividade de guarda, vigilância, exercida sobre determinadas coisas” (Nacata Junior, 2012, p. 10). Já em uma acepção técnica, a custódia assume o “(a) cuidado de certa coisa («*cura rei*») que o devedor está obrigado a «*praestare*» ao credor; (b) conservação («*conservatio*»); (c) poder sobre coisas («*potestas rei*»); (d) poder sobre pessoas (tais como réus, fugitivos, condenados)” (*ibidem*, pp. 11-12).

Silva (2017, pp. 51-52), a partir de uma análise minuciosa da terminologia arquivística, identifica três elementos essenciais que estão presentes no entendimento do conceito de custódia: a guarda, que requer a posse e se caracteriza pela existência de um lugar para a preservação; a proteção, que envolve a responsabilidade legal com a preservação dos documentos, dado que estes requerem um cuidado devido à sua fragilidade e vulnerabilidade; e a relação entre o arquivo custodiado e o seu custodiador, entre o material preservado e o seu preservador.

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, a custódia é entendida enquanto “responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p. 62).

A responsabilidade jurídica é a qualidade de ser responsável, determinando a obrigação, o encargo, o dever de fazer algo (Silva, 2014, n.p.). Assim, a custódia caracteriza-se como uma obrigação ou dever de proteção da coisa custodiada, pelo seu custodiador, definido em um ato legal ou normativo.

---

<sup>3</sup> Jenkinson, H. (1922). *A Manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* (1st ed.). Oxford University.

Em âmbito prático, no contexto brasileiro, a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também conhecida por Lei de Arquivos, em seu artigo 18.º, define a competência pelo recolhimento dos documentos de guarda permanente, produzidos na esfera do Poder Executivo Federal<sup>4</sup> (PEF), ao Arquivo Nacional. A Lei de Arquivos determina, desta maneira, a custódia centralizada no Arquivo Nacional, dos arquivos identificados com valor para guarda permanente, no âmbito do PEF.

A intenção de uma eventual alteração deste modelo de custódia, centrado no Arquivo Nacional, é sinalizada em uma proposta de decreto presidencial para implementação de uma *Política de Gestão de Documentos e Arquivos* (Arquivo Nacional (Brasil), 2021), resultado da devolutiva da Consulta Pública AN n.º 01/2020<sup>5</sup>.

Nesta proposição, o Arquivo Nacional poderá “autorizar a custódia compartilhada de documentos de guarda permanente pelos órgãos e entidades da administração pública federal” (Arquivo Nacional (Brasil), 2021, paginação irregular). Essa “custódia compartilhada” é apontada, no documento que apresenta a devolutiva das contribuições resultantes da consulta pública, como um “novo paradigma custodial” (*ibidem*):

É preciso reconhecer que, com o gigantesco volume de documentos, informações e dados produzidos e recebido pela atual administração pública federal, com o grande número de órgãos, funções, políticas, programas e sistemas, **o Arquivo Nacional não tem condições estruturais para recolher e custodiar toda a documentação pública federal de guarda permanente**, independente do seu suporte ou formato (*ibidem*, paginação irregular, [grifo nosso]).

---

<sup>4</sup> O Estado brasileiro, ao nível Federal, está estruturado em Três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O PEF, que tem enquanto chefe o presidente da República, é formado pelas unidades organizacionais da administração direta e indireta, respetivamente. Possui a responsabilidade da aplicação das leis e das políticas sociais.

<sup>5</sup> A devolutiva da consulta pública foi divulgada na página da internet da instituição no dia 23 de julho de 2021, disponível em [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/copy\\_of\\_noticias/devolutiva-apresenta-contribuicoes-de-consulta-publica-sobre-a-politica-de-gestao-de-documentos-e-arquivos-do-siga](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/devolutiva-apresenta-contribuicoes-de-consulta-publica-sobre-a-politica-de-gestao-de-documentos-e-arquivos-do-siga) (acedido em 15/04/2022). Em uma análise da PGDeARQ, na versão posta em consulta pública no dia 04 de agosto de 2020, pelo Arquivo Nacional, identificou-se que essa proposição da “custódia compartilhada”, constante na versão final da proposta de decreto presidencial, publicada pela instituição no dia 23 de julho de 2021, não foi apresentada no documental inicial da consulta pública (proposta de decreto), disponível em [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/noticias/arquivo-nacional-abre-consulta-publica-sobre-a-politica-de-gestao-de-documentos](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias/arquivo-nacional-abre-consulta-publica-sobre-a-politica-de-gestao-de-documentos) (acedido em 15/04/2022).

No intento de modernização da Lei de Arquivos, atualmente em curso na Câmara dos Deputados, sob o Projeto de Lei n.º 2.789, de 2021, o substitutivo apresentado pela relatora, a Deputada Fernanda Melchionna, propõe que os Serviços de Gestão de Documentos e Arquivos, da administração pública, possam, **em caráter excepcional**, “assumir a custódia e o acesso a documentos permanentes do órgão a que se encontra vinculado, desde que sob a autorização, normatização e fiscalização da instituição arquivística de sua área de competência” (Câmara dos Deputados (Brasil). Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, 2021, p. 13).

Enxerga-se, portanto, a partir das propositivas mencionadas acima, uma intenção, em maior ou menor amplitude, de instrumentalização prática de uma nova perspectiva para a responsabilidade pela custódia dos documentos identificados com valor permanente, na esfera da administração pública brasileira, oriunda, possivelmente, das novas acepções teóricas no domínio arquivístico para a custódia.

As opções custodiais ou pós-custodiais não devem ser tomadas de forma impensada. Elas devem servir para refletirmos sobre a história dos arquivos brasileiros e da administração pública, e verificarmos quais serão as melhores propostas para o nosso caso presente. [...] O lugar não é um depósito qualquer, onde os documentos são meramente armazenados, mas significa a condição de poder manter a sua preservação e o seu acesso. A definição da autoridade e da responsabilidade é requisito para a preservação, mas esta não se reduz apenas à custódia (Silva, 2017, pp. 266–267).

Diante deste cenário, objetiva-se, a partir de dados retrospectivos, caracterizar as ações de recolhimento no PEF, enquanto autoridade arquivística desse Poder, identificando a efetividade do atual modelo custodial em vigor, e prospectar possíveis cenários e/ou óbices em uma eventual implementação do modelo pós-custodial, a “custódia compartilhada” no cenário do PEF brasileiro, conforme desenhado na proposta de PGDeARQ. Propõe-se, portanto, discutir os dois modelos teóricos para a custódia arquivística sob uma perspectiva prática, analisando uma determinada realidade.

O recorte empírico do presente estudo é oriundo de uma pesquisa de doutoramento em Ciência da Informação, intitulada “O patrimônio e as políticas arquivísticas: uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil”, finalizada no ano de 2021, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e coorientação da Professora Doutora Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

## MÉTODO<sup>6</sup>

De natureza descritiva e explicativa, o presente estudo vale-se dos dados coletados via uma pesquisa documental no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e de um inquérito por questionário realizado com as unidades organizacionais que compõem o PEF, alçada de competência do Arquivo Nacional do Brasil.

Quanto ao seu desenvolvimento no tempo, caracteriza-se como uma pesquisa prospectiva e retrospectiva.

Na pesquisa prospectiva, o estudo é conduzido a partir do momento presente e caminha em direção ao futuro, já na retrospectiva, o estudo é desenhado para explorar fatos do passado, podendo ser delimitado para retornar, do momento atual até um determinado ponto no passado, há vários anos, por exemplo, como ocorre nos estudos caso-controle, ou o pesquisador pode marcar um ponto no passado e conduzir a pesquisa até o momento presente, pela análise documental (Fontelles et al., 2009, n.p.)

Os dados referentes aos acervos arquivísticos que tiveram a sua primeira entrada, no Arquivo Nacional, a partir do início do ano de 1991 (publicação da Lei de Arquivos) até o final do ano de 2017, foram coletados entre os dias 19 e 22 de julho de 2018, no portal *web* da instituição (<http://sian.an.gov.br>). Utilizou-se enquanto parâmetro de recolha: uma pesquisa avançada, a partir do campo data de entrada (1991 (inicial) e 2017 (final)), tendo como resultado 299 fundos ou coleções. Somente foram recolhidas as informações referentes ao nível de descrição de fundo (nível 1), pois possuem os dados gerais do fundo.

O critério geral adotado para determinar o universo de pesquisa do inquérito por questionário foi a existência de instrumentos de gestão de documentos das atividades-fim, aprovados pela autoridade arquivística competente, o Arquivo Nacional, pontualmente o código de classificação e a tabela de temporalidade e destinação de documentos.

---

<sup>6</sup> Uma descrição detalhada dos critérios de seleção da amostra, bem como dos dados empíricos recolhidos, pode ser obtida na Tese de Doutoramento do presente autor, conforme explicitado na seção introdutória deste trabalho, disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/98853> (acedido em 15/04/2022).

A partir de um exame nos instrumentos de gestão de documentos, aprovados e publicados pelo Arquivo Nacional, optou-se pela escolha das instituições federais de ensino superior (IFES), baseada em dois parâmetros: estão entre os primeiros instrumentos de gestão de documentos aprovados e publicados, na esfera do PEF; têm abrangência nacional, abarcando todas as cinco regiões do país. Além disso, decidiu-se selecionar as IFES que efetivamente participaram da discussão e da elaboração dos seus instrumentos de gestão de documentos, no GT-IFES-AN, visto que foram atores do processo. Assim, o envolvimento dessas instituições, por meio da participação dos seus servidores, no processo de elaboração dos instrumentos, tende a conferir uma responsabilidade adicional para com o seu conteúdo e utilização, por meio das práticas de gestão de documentos, resultando na identificação e constituição do seu patrimônio arquivístico a ser recolhido ao Arquivo Nacional.

Além das IFES, elegeu-se o segmento das agências reguladoras no Brasil, visando estender o estudo para além do setor da educação superior. As agências reguladoras contam com algumas particularidades, inerentes às suas funções e atribuições, caracterizadas pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, além de gozarem de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.

O inquérito foi enviado, aos responsáveis pelos serviços arquivísticos das instituições selecionadas, no dia 30 de julho de 2020, via Sistema Eletrônico de Informações (e-SIC).

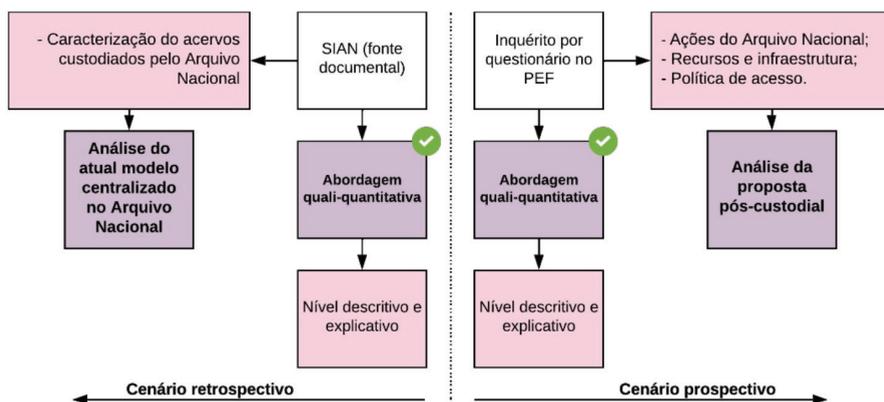
A amostra final da pesquisa, após o prazo de resposta definido pelo próprio sistema e-SIC, foi composta por nove instituições federais de ensino superior (IFES) e quatro agências reguladoras: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal Fluminense (UFF); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Agência Nacional de Águas (ANA); Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC).

Os dados aqui utilizados são analisados a partir de uma abordagem quali-quantitativa, buscando descrevê-los e explicá-los à luz das atuais competências do Arquivo Nacional do Brasil, conforme estabelecido pela Lei de Arquivos de 1991, e da intenção de adoção de um modelo de “custódia compartilhada”, proposta na PGDeARQ. Busca-se confrontar

os dados coletados sob duas perspectivas: do atual modelo custodial, centralizado no Arquivo Nacional, no âmbito do PEF, e de uma proposta pós-custodial, conforme explicitado no próprio documento resultante da consulta pública, realizada pela instituição, conforme mencionado anteriormente.

Sintetiza-se, na figura 1, a matriz de tratamento e análise de dados deste estudo.

Figura 1 – Matriz de tratamento e análise dos dados.



Fonte: Elaboração nossa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A Lei de Arquivos e a competência do Arquivo Nacional pelo recolhimento e custódia dos documentos do Poder Executivo Federal: do intento da lei ao cenário real

Iniciando esta análise, importa ressaltar que a Lei de Arquivos de 1991 dota o Estado brasileiro com uma legislação específica para o campo arquivístico. Nela, são definidas as jurisdições das instituições arquivísticas, enquanto autoridades competentes pela gestão e recolhimento, em seus respectivos âmbitos de atuação.

No caso do Arquivo Nacional, este reconhecimento legal é apontado, pelos sucessivos diretores da instituição, como uma solução para a ausência de compreensão do seu papel no âmbito do Estado brasileiro. Um dos pro-

blemas apresentados constantemente, ao longo da história do órgão, é a ausência do recolhimento dos documentos para a custódia na instituição.

Desta forma, a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, estabelece um sujeito ativo com a competência, e, conseqüentemente, o poder para promover o recolhimento dos documentos, independentemente da vontade do sujeito passivo. Para Bastos (1980, p. 9), a definição, no ordenamento jurídico brasileiro, do sujeito ativo do recolhimento era de fundamental importância para a relação jurídica do recolhimento de documentos ao Arquivo Nacional, pelas unidades organizacionais do PEF.

Portanto, é a intenção do legislador que o Arquivo Nacional seja o local de custódia do patrimônio arquivístico do PEF, conforme a legislação vigente, por meio das ações de recolhimento dos documentos identificados com valor para guarda permanente.

Ressalta-se que essa competência legal não está dissociada do seu conhecimento e aptidão com a proteção e acesso ao patrimônio arquivístico. Ou seja, a lei confere ao Arquivo Nacional essa função, pois reconhece nele o conhecimento (*know-how*) para essa incumbência.

A partir do inquérito por questionário, identificou-se que 100% (n=13) das instituições analisadas possuem documentos identificados com valor para guarda permanente sob a sua custódia.

Além disso, quando indagados a respeito da realização de recolhimento de documento ao Arquivo Nacional, após a publicação da Lei de Arquivos de 1991, verificou-se que 84,6% (n=11) nunca efetuaram recolhimento de documentos. Uma instituição (n=7,7%) afirmou haver recolhido documentos ao Arquivo Nacional e um órgão (n=7,7%) não soube responder.

Analisando sob o prisma dos fundos adquiridos pelo Arquivo Nacional (n=299), com critério de primeira entrada, no período de 1991 e 2017, observou-se que o recolhimento corresponde a 38,5% (n=115) dessas aquisições, sendo a doação 33,8% (n=101), o comodato 27,4% (n=82), e a transferência e recolhimento 0,3% (n=1).

Interpretando essas formas de entrada, na perspectiva da sua natureza jurídica, detecta-se que 40,1% (n=120) constituem-se acervos de natureza jurídica pública, tendo a natureza jurídica privada a maior representatividade nessas aquisições efetuadas pela instituição, ao longo do período estudado, com 58,9% (n=176) e 1% (n=3) caracteriza-se como mista (pública e privada).

Para entender melhor a relação entre a natureza jurídica dos acervos e a forma de aquisição deles, demonstra-se na tabela abaixo (Tabela 1) um cruzamento destes dados.

Tabela 1 – Relação entre natureza jurídica x forma de entrada.

Natureza jurídica	Forma de entrada				Total
	comodato	doação	recolhimento	mista (transferência e recolhimento)	
pública	0	5	114	1	120
privada	81	94	1	0	176
mista	1	2	0	0	3
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>101</b>	<b>115</b>	<b>1</b>	<b>299</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com a coleta de dados no SIAN.

Frisa-se que esse quantitativo de acervos recolhidos (38,5%; n=115) ou de natureza jurídica pública (40,1%; n=120) não necessariamente são constituídos de arquivos produzidos/recolhidos pelas unidades organizacionais do PEF.

Esses dados ratificam o cenário apresentado por Mattar (2003, p. 31), que, a partir de uma análise do guia de fundos do Arquivo Nacional, percebe a baixa proporção entre o dispositivo da Lei de Arquivos, que centraliza a custódia dos documentos do PEF na instituição, e os documentos que se encontram efetivamente sob a sua custódia. Para a autora, “perde-se o controle e até, em certo sentido, a razão de ser do instrumental criado para viabilizar a centralização pretendida” (Mattar, 2003, p. 31).

Ao traçar a evolução da natureza jurídica e das formas de aquisição dos acervos custodiados pelo Arquivo Nacional, com os critérios definidos pela pesquisa, percebeu-se um aumento na frequência de recolhimentos de documentos entre os anos de 2007 e 2012.

Ao proceder a um exame exploratório nas descrições arquivísticas destes fundos, principalmente, a partir da especificação do conteúdo e da história arquivística, verificou-se que este aumento nos recolhimentos foi consequência dos esforços implementados por uma determinada política de governo, iniciada a partir da criação de um grupo de trabalho para a criação de um “Centro de Referência [...] sobre as violações dos Direitos Humanos durante o período da ditadura militar no Brasil”, no ano de 2005 (Portaria n.º 21, de 21 de fevereiro de 2005, 2005).

Assim, a partir de uma investigação em todos os fundos de natureza pública, recolhidos entre os anos de 2005 e 2017 (n=78), com o propósito de apurar os que foram oriundos dos esforços implementados a partir dessa política de governo, relacionada com a criação e manutenção do

“Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas”, inferiu-se que ao menos 47 fundos arquivísticos (n=60,3%) possuem relações com essa política de governo, de reunir e disponibilizar os documentos referentes ao período da ditadura militar brasileira, sendo, por esta razão, recolhidos ao Arquivo Nacional para atender aos objetivos desse projeto.

Comparando o dado acima (47 fundos) com o quantitativo de acervos recolhidos no período integral analisado (115 fundos), verificou-se que esse representa 40,9% do total dos acervos públicos recolhidos, no período de 1991 a 2017, enquanto resultado dos esforços empreendidos nesta política de governo.

No decorrer da análise dos fundos de natureza pública, constatou-se que, pelo menos, 72 fundos possuem características que permitam identificá-los como fundos fechados, nos quais as funções e atividades do seu produtor (ao mesmo nível que determinou a constituição/nomeação do fundo) foram extintas, liquidadas, privatizadas, reestruturadas ou transferidas para outra instituição, no conjunto de unidades organizacionais que compõem a estrutura hierárquica do PEF.

Se comparado com o total de fundos de natureza pública (n=120), adquiridos pelo Arquivo Nacional, entre 1991 e 2017, esse número representa 60% (n=72) do total de fundos de natureza pública, sendo os fundos abertos um percentual de 40% (n=48).

Portanto, essas duas categorias acima (fundos fechados e fundos tematicamente relacionados ao projeto Memórias Reveladas, excluídas as repetições) determinam a configuração de 75,8% (n=91) do patrimônio arquivístico, de natureza pública, adquirido pelo Arquivo Nacional, com critério de primeira entrada, entre os anos de 1991 e 2017.

O cenário identificado corrobora os apontamentos de Silva (2017, p. 266) e Jardim (1995, p. 7) que, na realidade brasileira, a constituição do patrimônio arquivístico pelos arquivos públicos tende a não ser resultado de uma política de recolhimento, mas consequência de ações isoladas, extinção de órgãos públicos ou ausência de espaços físicos pelas instituições produtoras.

O panorama apresentado acima revela que a Lei de Arquivos de 1991 não resolveu o problema dos recolhimentos dos documentos de guarda permanente, ao Arquivo Nacional, e, conseqüentemente, da guarda centralizada desse patrimônio arquivístico. Na mesma linha, Jardim afirma que: **“após 27 anos da Lei de Arquivos que confere às instituições arquivísticas a competência de recolher os documentos da admi-**

**nistração pública, há sinais de que, no caso federal, essa atribuição ainda não é plenamente cumprida pelo Arquivo Nacional”** (Jardim, 2018, n.p., [grifo nosso]).

Importa ressaltar que a Lei de Arquivos, ao definir a competência do Arquivo Nacional pelo recolhimento dos arquivos permanentes do PEF, pareceu indicar uma das condições para o seu efetivo cumprimento: a possibilidade de criação de unidades regionais.

Embora previsto, nesses pouco mais de 30 anos da aprovação da Lei de Arquivos, não houve a criação de nenhuma unidade regional da instituição, que segundo Mattar (2003) pode servir de justificativa para esse cenário de ausência de recolhimento.

Segundo Neide de Sordi, ex-diretora do Arquivo Nacional durante os anos de 2019 e 2021, “para haver recolhimento regular da documentação [...], é preciso ampliar a capacidade de armazenamento do AN, que se encontra com 90% de ocupação” (Sordi, 2022).

A não criação de unidades regionais do Arquivo Nacional, como previsto na Lei de Arquivos, visando dotar a instituição com uma capacidade para cumprir a sua missão de recolher os documentos de guarda permanente, das unidades organizacionais do PEF, considerando a dimensão territorial do país e a complexa estrutura desse Poder, já indicam que o Estado brasileiro parece não ter empreendido os esforços necessários para concretizar determinadas disposições legais.

Diante do exposto, uma eventual mudança na perspectiva da custódia dos documentos de guarda permanente, no âmbito do PEF, não mais centrada no Arquivo Nacional, em que pese o estabelecido pela Lei de Arquivos, pode ser resultado: i) da ausência de recolhimentos de documentos, e, como consequência, da guarda desses arquivos de guarda permanente nas entidades produtoras; ii) da escassez de espaços físicos, diante da não criação de unidades regionais, conforme estabelecido na lei; iii) da ausência de uma política de recolhimento, inserida em um cenário de efetivação de uma política pública arquivística, no domínio do PEF; iv) da inexistência, segundo Mattar (2003, p. 32), de um poder fiscalizador para o Arquivo Nacional, sendo esta uma das razões que obstaculizam a instituição de cumprir a sua atribuição legal de gerir e recolher os documentos de valor permanente produzidos pelo PEF.

Nesta perspectiva, parte-se para a análise de alguns dados relativos às unidades organizacionais do PEF, coletados a partir do inquérito por questionário, visando prospectar algumas questões em uma eventual adoção dessa proposta de “custódia compartilhada”.

## A proposta de “custódia compartilhada” para o Poder Executivo Federal: será este “novo paradigma custodial” o salvatério<sup>7</sup> para o cenário atual?

Inicia-se esta seção retomando a ideia de uma “custódia compartilhada”, descrita como um “novo paradigma custodial”, no âmbito do PEF brasileiro, constante na proposta de decreto de implementação da *Política de Gestão de Documentos e Arquivos*, resultado da devolutiva da Consulta Pública n.º 1/2020, realizada pelo Arquivo Nacional (Arquivo Nacional (Brasil), 2021).

Conforme a proposição, além de promover o recolhimento, o Arquivo Nacional poderá autorizar uma “custódia compartilhada” dos documentos de guarda permanente, em conjunto com as unidades organizacionais que compõem o PEF. Na prática, essa proposta altera o atual modelo centralizado de guarda do patrimônio arquivístico do PEF, centrado no Arquivo Nacional, conforme disposto em lei.

Nos termos da “custódia compartilhada”, cabe às unidades organizacionais autorizadas custodiar os seus acervos arquivísticos de guarda permanente: “o processamento técnico, a preservação, disponibilizar o acesso e promover a difusão de documentos públicos de guarda permanente acumulados em decorrência da sua natureza, função ou atividade específica” (*ibidem*, paginação irregular).

Ao Arquivo Nacional, enquanto autoridade arquivística, no cenário de uma “custódia compartilhada”, compete:

Art. 25. O Arquivo Nacional, na condição de Autoridade Arquivística do Poder Executivo Federal, editará normas a serem observados pelos órgãos e entidades da administração pública autorizados para a custódia compartilhada de documentos de guarda permanente, qualquer que seja o formato, suporte ou a natureza dos documentos, com vista a:

I – regulamentar a padronização dos procedimentos e atividades relativos ao processamento técnico, acondicionamento, manuseio, transporte e preservação do acervo;

II – orientar as condições de infraestrutura física, tecnológica, climáticas e ambientais adequadas e seguras para as áreas de

---

<sup>7</sup> “Que representa a única solução para um problema. [...] A salvação ou solução mais conveniente para um problema ou dificuldade” (Editora Melhoramentos Ltda., 2022).

guarda do acervo, bem como das instalações reservadas ao trabalho técnico que atendam as funções específicas de um arquivo permanente;

III – orientar as atividades de análise e gerenciamento de riscos e controles internos relacionados ao acervo sob sua guarda, bem como de elaboração de planos de contingência visando a preservação e segurança do patrimônio documental;

IV – garantir a disponibilidade de acesso e consulta ao acervo, inclusive por meio de sistemas informatizados, bases de dados e instrumentos de pesquisa de apoio à recuperação, uso e reuso de documentos, informações e dados em apoio à administração e aos cidadãos na garantia de direitos;

V – orientar a difusão do patrimônio documental do Poder Executivo Federal por meio de eventos técnicos, científicos e culturais bem como pela realização de pesquisas históricas;

VI – promover a capacitação, o aperfeiçoamento e o treinamento dos servidores que atuam nas atividades relacionadas à gestão de arquivos e preservação de documentos de guarda permanente;

VIII – promover a realização de estudos de usuários e pesquisas de satisfação, com vistas à melhoria contínua dos serviços arquivísticos; e

IX – definir o modelo de supervisão das atividades relacionadas à gestão de arquivos permanentes (Arquivo Nacional (Brasil), 2021, paginação irregular).

É importante destacar que, nas disposições gerais da minuta de decreto, não consta no artigo dedicado à conceituação terminológica adotada no documento o entendimento dessa “custódia compartilhada”, embora apresente uma definição para o termo custódia.

Na ausência de um entendimento conceitual dessa proposição de “custódia compartilhada”, procedeu-se a uma pesquisa na terminologia arquivística e jurídica brasileira, com vistas a verificar a existência de uma definição. Os instrumentos consultados foram: *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*, 1989; *Dicionário de Terminologia Arquivística*, 1996; *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, 2005; *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, 2008; *Dicionário Jurídico Brasileiro*, 2001; *Dicionário Técnico Jurídico*, 2013; *Vocabulário Jurídico*, 2014; *Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas*, 2016.

Não foi encontrado nenhum termo/definição para “custódia compartilhada”, nos instrumentos terminológicos analisados<sup>8</sup>.

Presume-se que essa “custódia compartilhada” seja influência da noção de custódia distribuída, termo cunhado por David Bearman, na década de 1990, já sob influência de uma visão pós-custodial (Cunningham, 2015, p. 275; Society of American Archivists, n.d.), definida como: “an approach to electronic recordkeeping in which the originating creator retains physical custody of the records while the archives or another entity is responsible for access to the same records” (Society of American Archivists, n.d.).

Contextualiza-se que, na realidade americana, a custódia é, legalmente, dividida em custódia física (*physical custody*), concebida como a guarda física e a preservação, e a custódia legal (*legal custody*), entendida como a propriedade, independentemente da localização física dos documentos, e a responsabilidade pela definição de sua política de acesso (*ibidem*). “In the United States, the Schellenberg model of physical and legal custody continues to be strongly championed by the National Archives of the United States. **Its Center for Electronic Records supports centralized custody to protect and ensure evidential value**” (Bastian, 2002, p. 90, [grifo nosso]).

Ademais, importa pontuar que a noção de pós-custódia, em âmbito pragmático, é construída como uma “solução” às questões impostas pelos impactos da revolução tecnológica, ou seja, da crescente produção e uso dos documentos digitais.

Dollar (1994, pp. 3-11), ao reconhecer que as tecnologias da informação possuem um impacto profundo na sociedade, examina as suas consequências nos princípios e práticas arquivísticas. Para o autor, a custódia, na ótica dos documentos em papel, nas instituições arquivísticas, justifica-se por três aspectos: a garantia da preservação da integridade dos documentos; uma visão econômica, em que é mais barato armazenar os documentos de guarda perene em um depósito central de baixo custo; e pela facilidade aos usuários, pois disponibiliza um lugar onde estão custodiados os documentos de diversas organizações.

No contexto dos documentos digitais, Dollar (1994, p. 11) questiona se os arquivos conseguirão arcar com os altos custos que envolvem a transferência dos documentos. Além disso, se os produtores já possuem

---

<sup>8</sup> Identificou-se, na literatura jurídica, o uso da expressão “custódia compartilhada” como sinônimo de “guarda compartilhada”, está última instituída no Brasil pela Lei n.º 11.698, de 13 de junho de 2008, alterando o Código Civil Brasileiro, na esfera de ruptura conjugal e, conseqüentemente, no estabelecimento da possibilidade da guarda unilateral ou compartilhada dos filhos. Portanto, neste contexto, o Código Civil instituiu a figura da guarda compartilhada.

infraestrutura tecnológica para a manutenção dos documentos de uso corrente, também poderão dar acesso aos documentos armazenados permanentemente.

Destaca-se o caso da Austrália, onde o impacto teórico-prático da custódia distribuída pode ser percebido pela pronta e ampla participação dos arquivistas australianos neste debate, rapidamente materializado, ainda na década de 1990, em uma política adotada pelo *National Archives of Australia* (NAA). Os arquivistas australianos, neste contexto, deslocam-se para uma atuação mais ativa junto ao ambiente do produtor, em conjunto com os *records managers*, estes últimos com uma nova responsabilidade, a possibilidade da custódia dos seus *records of continuing value* (Boadle, 2004).

Conforme apontado por Boadle (2004), essa instrumentalização teórico-prática de uma custódia distribuída foi marcada por um esforço dos australianos, em especial de McKemmish e Upward, em criar uma teoria e uma prática distintivamente australiana. Assim, pode-se observar que a estratégia pós-custodial australiana evoluiu atrelada a uma ideia de *continuum*, abordagem australiana criada na década de 1960 e que se desenvolveu mais fortemente na década de 1990, por conta da expansão da produção de documentos em formato digital, que culminou no desenvolvimento de um modelo conceitual, o *records continuum*. “In doing so they would reinvent themselves as ‘recordkeepers’, who would be interested in the management of records throughout what Americans called their **‘life-cycle’**, and what Australian advocates of distributed management increasingly preferred to describe as the **‘records continuum’**” (Boadle, 2004, p. 243, [grifo nosso]).

Atualmente, o modelo de custódia distribuída, em vigor no NAA, está assentado por meio da “Distributed custody policy”<sup>9</sup>, publicada no ano de 2015.

Põe-se em evidência, que no caso australiano, assentado na sua legislação arquivística, o *Archives Act 1983*, há uma relação entre a custódia e o cuidado (*care*):

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.naa.gov.au/about-us/our-organisation/accountability-and-reporting/archival-policy-and-planning/distributed-custody-policy> (acedido em 15/04/2022).

Salienta-se que a adoção do modelo de custódia distribuída, pelo Arquivo Nacional Australiano, não ocorreu de forma ininterrupta. Como exemplo, Boadle (2004) destaca que, a partir do ano 2000, esse modelo foi abandonado pelo NAA: “However, NAA’s corporate stance had shifted sufficiently by March 2000 for it to announce that it had abandoned ‘the distributed custody model’, which it had adopted for most of the 1990s, in favour of custodial management of ‘digital records of archival (that is, long-term) value’” (Boadle, 2004, p. 249).

Custody refers to responsibility for the care of records based on their physical possession. It differs from 'care' which relates to responsibility for records regardless of their custody.

In a distributed custody arrangement, custody is by the organisation where the records are held, but care remains with the Archives (National Archives of Australia, 2015).

Contextualizada a intenção de adoção de um novo modelo de custódia, na realidade do PEF brasileiro, a "custódia compartilhada", à luz da realidade brasileira e da própria conjuntura de construção da perspectiva pós-custodial, operacionalizada a partir de uma custódia distribuída, parte-se para uma análise dos dados oriundos do inquérito por questionário, que objetivaram compreender as ações do Arquivo Nacional com o patrimônio arquivístico "fora" do seu lugar de custódia, dos recursos e das infraestruturas disponibilizadas para essa guarda, preservação e acesso, pelas unidades organizacionais analisadas, e das ações e instrumentos de acesso aos documentos.

Busca-se, com isso, prospectar possíveis cenários e/ou óbices na implementação deste novo "paradigma custodial", a partir da análise de uma realidade atual, em que todas as instituições analisadas (n=13) possuem documentos de guarda permanente sob a sua posse física, e 84,6% (n=11) delas não recolheram documentos ao Arquivo Nacional, desde a publicação da Lei de Arquivos, em que pese o determinado no próprio texto da lei.

Esta análise se dará sob duas perspectivas: a primeira, do Arquivo Nacional, a partir das ações de fiscalização e/ou controle do patrimônio arquivístico, bem como do direcionamento de orientações e/ou instruções para a sua preservação e acesso; a segunda, de responsabilidade das unidades organizacionais, assumida a partir da posse física dos documentos de guarda permanente, cuja responsabilidade legal é do Arquivo Nacional, com as ações, recursos e infraestruturas que garantam a sua guarda, preservação e acesso.

A partir de uma escala de frequência, buscou-se averiguar as ações da autoridade arquivística do PEF, no que diz respeito ao recolhimento, orientação e controle do patrimônio arquivístico produzido pelas unidades organizacionais que compõem a sua esfera de competência.

Ao verificar as ações do Arquivo Nacional que visam a impelir o recolhimento dos documentos, identificados como de guarda permanente e que estão sob a posse física dessas instituições, observou-se que 100% (n=13) das unidades organizacionais inquiridas indicaram como nada frequente essa ação por parte da autoridade arquivística do PEF.

Com relação ao direcionamento de orientações e/ou instruções referentes à preservação do patrimônio arquivístico, pelo Arquivo Nacional, às instituições que compõem o seu raio de atuação, identificou-se um índice alto de frequência para 30,8% (n=4) dos respondentes (15,4% muito frequente e 15,4% frequente), enquanto 69,2% (n=9) indicaram um nível baixo de frequência (38,4% pouco frequente e 30,8% nada frequente).

Quando indagados sobre as orientações e/ou instruções acerca do acesso ao patrimônio arquivístico, obteve-se o percentual alto de frequência no patamar de 30,8% (n=4) (15,4% muito frequente e 15,4% frequente), enquanto 69,2% (n=9) corresponderam ao índice de baixa frequência (30,8% pouco frequente e 38,4% nada frequente).

Por fim, a respeito de alguma atividade de controle e/ou fiscalização do patrimônio arquivístico, pelo Arquivo Nacional, que está sob a guarda das instituições que integram a amostra desta pesquisa, verificou-se que 15,4% (n=2) dos entrevistados informaram ser muito frequente esse controle e/ou fiscalização pela autoridade arquivística competente, ao passo que 84,6% (n=11) responderam ser pouco ou nada frequente essa ação (15,4% pouco frequente e 69,2% nada frequente).

Diante desta nova perspectiva de custódia e, em decorrência, da própria previsão de um papel mais ativo do Arquivo Nacional, conforme estabelecido na proposição de decreto, esses dados apontam para uma necessidade de mudança no papel da instituição junto às unidades organizacionais do PEF.

Salienta-se que, atualmente, a responsabilidade jurídica de guarda e proteção do patrimônio arquivístico do PEF, conforme estabelecido pela Lei de Arquivos, é do Arquivo Nacional, estando esses patrimônios sob a sua posse física ou não.

O não recolhimento dos documentos de valor permanente, ao Arquivo Nacional, sugere que as unidades organizacionais do PEF se estruturaram para manter os seus patrimônios arquivísticos sob a sua própria guarda. Em um cenário descentralizado da custódia, a partir de uma eventual implementação dessa proposta de PGDeARQ, essa infraestrutura se faz ainda mais indispensável.

Essa infraestrutura não está dissociada da existência e disponibilização de recursos humanos, físicos, financeiros, tecnológicos, etc., que permitam as ações de preservação e acesso aos documentos. Nessa perspectiva, importa averiguar, em uma escala de satisfação dos responsáveis pelos serviços arquivísticos dessas instituições, os recursos e infraestruturas atualmente disponíveis para execução dessas atividades.

Com relação aos recursos humanos, em quantitativo apropriado, nas unidades responsáveis pela guarda e preservação do patrimônio arquivístico, 61,5%

(n=8) dos entrevistados indicaram satisfação (61,5% satisfatório) e 38,5% (n=5) apontaram insatisfação (15,4% pouco satisfatório e 23,1% nada satisfatório).

No tocante à disponibilidade de arquivistas, em quantitativo adequado, para orientar e gerenciar as atividades relacionadas à guarda e à preservação do patrimônio arquivístico, a satisfação foi de 69,2% (n=9) (69,2% satisfatório) e a insatisfação foi de 30,8% (n=4) (15,4% pouco satisfatório e 15,4% nada satisfatório).

Quanto aos recursos humanos, capacitado e com o devido conhecimento (*know-how*), para garantir a proteção e a preservação do patrimônio arquivístico, a satisfação dos entrevistados foi de 69,2% (n=9) (15,4% muito satisfatório e 53,8% satisfatório), e 30,8% (n=4) (30,8% pouco satisfatório) indicaram ser insatisfatória a capacidade e o conhecimento para garantir a proteção e a preservação do patrimônio arquivístico sob a sua guarda.

Acerca da infraestrutura física, compatível e suficiente para a guarda e a preservação do patrimônio arquivístico, os entrevistados mencionaram um índice de satisfação de 61,5% (n=8) (7,7% muito satisfatório e 53,8% satisfatório) e 38,5% (n=5) apontaram para um índice de insatisfação (15,4% pouco satisfatório e 23,1% nada satisfatório).

Em relação à infraestrutura tecnológica, apropriada para a guarda, a proteção e a preservação do patrimônio arquivístico em meio digital, o nível de satisfação apontado pelos entrevistados foi de 30,8% (n=4) (30,8% satisfatório) e 69,2% (n=9) indicaram um nível de insatisfação (46,1% pouco satisfatório e 23,1% nada satisfatório).

Quando perguntados sobre a infraestrutura tecnológica, para acesso ao patrimônio arquivístico em meio digital, 46,1% (n=6) apontaram para um nível de satisfação (46,1% satisfatório) e 53,9% (n=7) para um índice de insatisfação (30,8%, pouco satisfatório e 23,1%, nada satisfatório).

Concluindo o questionamento a respeito dos recursos e infraestrutura, para guarda, proteção e acesso ao patrimônio arquivístico, indaga-se quanto aos recursos financeiros, indispensáveis para manutenção da custódia dos documentos de guarda permanente. Em quantidade, os recursos financeiros são compatíveis com as atuais necessidades, garantindo a guarda, a proteção e o acesso ao patrimônio arquivístico?

Um nível baixo de satisfação foi mencionado pela maioria dos participantes, com 61,53% (n=8) (23,07% pouco satisfatório e 38,46% nada satisfatório) e 38,5% (n=5) (38,5% satisfatório) assinalaram que os recursos financeiros são satisfatórios.

No Brasil, o acesso aos documentos públicos é uma garantia constitucional (inciso XXXIII do art. 5.º, da Constituição Federal de 1988), regulada

pela Lei de Acesso à Informação, aprovada pela Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A posse física de arquivos identificados com valor para guarda permanente, pelas instituições que compõem o PEF, implica na sua disponibilização para acesso e reprodução aos cidadãos. Neste sentido, indagou-se se os serviços arquivísticos, das unidades organizacionais analisadas, proporcionam aos cidadãos o acesso ao patrimônio arquivístico sob a sua guarda.

Como resposta, 92,3% (n=12) disseram dar acesso ao patrimônio arquivístico sob a sua guarda, sendo que 7,7% (n=1) indicou não proporcionar o acesso aos documentos de guarda permanente da instituição.

Visto que 92,3% (n=12) das instituições disseram franquear o acesso aos documentos de guarda permanente, quais ferramentas e/ou instrumentos são disponibilizados pelas instituições para que os cidadãos tenham acesso às informações existentes e sob a sua guarda?

Buscou-se saber sobre a disponibilização de instrumentos de pesquisa, impressos ou em sistemas informatizados, que proporcionam aos cidadãos a consulta e o acesso ao patrimônio arquivístico presente nas instituições. Informaram disponibilizar instrumentos de pesquisa para consulta e acesso 53,8% (n=7) e 46,2% (n=6) mencionaram não oferecer esses instrumentos de pesquisa.

Os dados acima levantam o seguinte questionamento: sendo os instrumentos de pesquisa o “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p. 108), como garantir ou franquear o acesso às informações compreendidas nos acervos de guarda permanente, sem instrumentos que permitam descrever e disponibilizar os seus conteúdos?

Já com relação à frequência de acesso e/ou reprodução de documentos, pela sociedade, foi apontado ser pouco ou nada frequente essas ações em 53,8% (n=7) das instituições pesquisadas, sendo muito frequente ou frequente em 46,2% (n=6) das unidades organizacionais estudadas.

## **ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou trazer uma discussão contemporânea, entre dois modelos teóricos para a custódia arquivística, analisada sob uma perspectiva prática. Neste sentido, procurou analisar um determinado contexto prático, o do Poder Executivo Federal brasileiro, que possui como autoridade arquivística o Arquivo Nacional.

Importa destacar, ao longo da história do órgão, apesar das diversas medidas para regular o envio dos documentos para custódia na instituição, as sucessivas reclamações de seus diretores quanto à ausência das práticas de recolhimento e das formas, muitas vezes caóticas, como os documentos eram remetidos ao órgão. Uma solução, muito apontada para essa questão, era a definição de uma lei que reconhecesse o Arquivo Nacional como uma autoridade arquivística responsável pelo recolhimento do patrimônio arquivístico.

Neste sentido, a Lei de Arquivos deu ao Arquivo Nacional a responsabilidade de administrar, durante todo o seu ciclo de vida, os documentos produzidos pelo PEF, por meio de um conjunto de procedimentos e operações técnicas, oriundos da gestão de documentos, que culminam na eliminação ou recolhimento dos documentos para guarda permanente. Sobre este último, o recolhimento, a própria lei cuidou de afirmá-lo explicitamente como uma competência do próprio Arquivo Nacional, revelando a sua intenção com uma custódia centralizada do patrimônio arquivístico do PEF na instituição.

Os dados demonstraram que a Lei de Arquivos parece não ter resolvido o problema dos recolhimentos dos documentos de guarda permanente ao Arquivo Nacional e, conseqüentemente, da guarda centralizada desse patrimônio arquivístico.

Como consequência, as unidades organizacionais do PEF (entidades produtoras) passaram a assumir a atribuição de guarda, preservação e acesso aos documentos identificados com valor para guarda permanente, por ela produzidos, não obstante a determinação disposta no texto da lei.

Diante deste cenário, indaga-se: a problemática apresentada acima pode ser consequência do atual modelo de custódia do patrimônio arquivístico, na esfera do PEF, centralizado no Arquivo Nacional?

Não tendo esta pesquisa a pretensão de responder esta questão com a profundidade necessária, os dados coletados e analisados permitem inferir algumas hipóteses que, possivelmente, influenciaram no cenário apresentado: i) a ausência de uma política de recolhimento no PEF; ii) a escassez de espaço físico, resultado da não criação de unidades regionais do Arquivo Nacional, conforme estabelecido na Lei de Arquivos, diante da extensão territorial do país e da complexa dimensão e estrutura do próprio PEF e/ou da ampliação programada de sua capacidade operacional nas instalações existentes; iii) a ausência de ações do próprio Arquivo Nacional, junto às entidades produtoras, visando impelir o recolhimento; iv) dos recursos orçamentários, que constituem um obstáculo à ausência de recolhimento, uma vez que, para a sua realização, é necessário que os documentos estejam classificados, avaliados, organizados, higienizados, acondicionados e sejam

acompanhados de instrumento de identificação e controle do acervo (Mattar, 2003, p. 32); v) em suma, em última instância, de uma efetiva política pública arquivística no Estado brasileiro.

Partindo para a proposição de um novo “paradigma custodial”, na esfera do PEF, constante na proposta de decreto de implementação da *Política de Gestão de Documentos e Arquivos*, mediante a possibilidade de autorização de uma “custódia compartilhada”, é oportuno observar que a ausência de uma definição para essa “custódia compartilhada”, nas disposições gerais do texto apresentado, dificulta a análise e a compreensão dos intentos que circundam esta ideia.

Pelo que está posto na proposta apresentada, ela apropria-se dos pressupostos de um modelo pós-custodial: de uma atuação mais ampla e proativa da instituição arquivística junto aos órgãos do PEF, para efetivação desta “custódia compartilhada”, estabelecendo normativas e orientações para a guarda e a preservação do patrimônio arquivístico, bem como garantir e disponibilizar o seu acesso.

Neste ponto, retoma-se o contexto de construção do modelo pós-custodial, centrado na crescente produção de documentos em formato digital, fruto do impacto das tecnologias de informação e comunicação.

Em geral, métodos e modelos são apresentados como soluções para determinados problemas, e, equivocadamente, considerados aplicáveis em qualquer realidade e/ou circunstância.

Desta maneira, reconhecendo a importância deste modelo teórico-conceitual para (re)pensar algumas bases do campo arquivístico, pondera-se a necessidade desse modelo ser compreendido e contextualizado, no campo de aplicação prática, a partir de uma determinada realidade de aplicação. “[a Arquivologia é] extremamente ligada aos sistemas jurídicos governamentais e administrativos de cada país e que, por conseqüência, seu vocabulário reflete todo um conjunto de conceitos que, por definição, dificilmente são transportáveis de um país a outro” (Duchein, 2011, p. 15).

É importante ressaltar que a aplicação e/ou reprodução de modelos teóricos ou práticos, existentes em determinadas realidades, devem ser pensadas e/ou transpostas, levando-se em consideração os contextos nos quais serão aplicados ou reproduzidos.

But models are not rules; they describe a situation which is free of bias and culture-independent. When, on the basis of the model, decisions are taken about methods and techniques, then organizational, cultural, political, and technical factors will lead to a choice for

implementation models which will differ according to the organization, the culture, the political environment, and the technical possibilities in a particular case (Ketelaar, 1997, p. 147).

Portanto, a definição e aplicação de um determinado modelo de custódia requer uma ampla análise do contexto arquivístico, administrativo, cultural, jurídico, político e institucional local, do seu âmbito de execução.

Como exemplo da importância de entender os contextos de construção e aplicação de modelos teórico-práticos, a política de “custódia compartilhada” brasileira, nos moldes apresentados na proposta de decreto presidencial, resultado da devolutiva da consulta pública, se comparada à política de custódia distribuída australiana, sob o prisma do contexto arquivístico e institucional local, pode-se perceber, de forma superficial, três diferenças: i) o Arquivo Nacional do Brasil trabalha com o modelo de ciclo de vida e os australianos de um *continuum*; ii) a existência de uma divisão profissional entre *records managers* e os *archivists*, na dicotomia entre *records* e *archives*, no caso australiano, inexistente na realidade brasileira; iii) o entendimento da legislação arquivística australiana de uma diferença entre *care* e *custody*, ou seja, o cuidado (*care*) é mais amplo que a custódia, envolvendo a responsabilidade com os *records*, independentemente da custódia e da posse física, diferentemente na concepção jurídica e arquivística brasileira, onde a custódia requer a posse física, compreendendo a responsabilidade pela guarda e a proteção.

Millar (2014, p. 120), aponta que no contexto dos documentos digitais, a divisão entre *records* e *archives* é inadequada: “We need to shun the dueling dichotomies of records versus archives, creator versus custodian, current versus historical [...] us versus them”. No contexto brasileiro, onde não há uma separação profissional entre os *records managers* e os *archivists*, o arquivista atua em todas as três idades dos arquivos, da produção à custódia, dos arquivos correntes aos arquivos permanentes. Do mesmo modo, ao Arquivo Nacional do Brasil, conforme determinado na Lei de Arquivos, compete à administração dos documentos produzidos pelo PEF, da gestão ao recolhimento e custódia dos documentos identificados com valor para guarda permanente.

Um ponto que merece reflexão é quanto à relação jurídica dessa proposta de “custódia compartilhada”, levando-se em consideração, como afirmado por Silva (2017, p. 264), que **o Direito brasileiro não prevê a separação entre a guarda física e a responsabilidade jurídica**, como no caso dos norte-americanos, quando da separação entre a custódia física (posse) e a custódia legal (propriedade), e dos australianos, entre o cuidado e a custódia. Assim, é preciso compreender a relação jurídica dessa “custódia com-

partilhada”, proposta na PGDeARQ, e, conseqüentemente, a delimitação das responsabilidades de cada ator — Arquivo Nacional e serviços arquivísticos do PEF — inerentes ao conceito de custódia, visto que essa ideia não foi elucidada, no âmbito das noções e conceitos utilizados na política proposta.

Do ponto de vista desta atuação mais ampla e proativa da instituição arquivística, em um eventual modelo de “custódia compartilhada”, as unidades organizacionais do PEF analisadas apontaram, na atualidade, para uma baixa atuação do Arquivo Nacional quanto ao provimento de orientações e/ou instruções referentes à guarda, preservação, acesso e ao controle e/ou fiscalização do patrimônio arquivístico, sob a posse desses serviços arquivísticos.

Parte-se do entendimento de que a responsabilidade pela custódia requer condições apropriadas para praticar as diversas ações e procedimentos que envolvem a guarda, a proteção e o acesso aos documentos, garantindo, deste modo, a manutenção da integridade e da autenticidade do patrimônio arquivístico produzido pelo PEF.

A atual transformação digital<sup>10</sup>, implementada no âmbito do Governo Federal brasileiro, incluindo a construção e implementação de sistemas de processos eletrônicos que objetivam a migração da tramitação de processos e documentos do papel para o meio digital, impõe desafios quanto à gestão e, posteriormente, à guarda, preservação e acesso ao que é identificado como patrimônio arquivístico.

Salienta-se que essa transformação digital, em curso no PEF, parece não ter repercutido, com igualdade, nos serviços arquivísticos das unidades organizacionais estudadas, relativamente aos recursos tecnológicos atualmente disponíveis para a guarda, a preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico sob a custódia dessas instituições.

Se há dificuldades à consecução do atual modelo de custódia centralizado no Arquivo Nacional, em um eventual modelo de “custódia compartilhada”, esse desafio não será diferente. A responsabilidade pela custódia requer do custodiante, para além do sentido de atribuição, a condição de preservar e, conseqüentemente, dar acesso ao patrimônio arquivístico sob a sua guarda. No contexto de uma transformação digital dos serviços públicos brasileiros, esse requisito adquire um sentido ainda mais impositivo, compartilhado entre produtor e custodiador, sob pena de não se compreender esse patrimônio arquivístico em meio digital, ao longo do tempo.

---

<sup>10</sup> O termo transformação digital é utilizado pelo Governo brasileiro, no âmbito do Governo Digital, como pode ser recuperado de <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/transformacao-digital/o-que-e>, em 15 de abril de 2022.

Cabe lembrar que um dos posicionamentos em defesa da pós-custódia é, no contexto dos documentos digitais, fruto do avanço das tecnologias de informação e comunicação, o aproveitamento dos ambientes tecnológicos já existentes nas unidades produtoras (Bantin, 1998, pp. 22-23). Neste sentido, o cenário apresentado pelos serviços arquivísticos das instituições analisadas, não reforçam essa defesa, visto que indicaram um alto índice de insatisfação acerca dos recursos tecnológicos disponíveis para a guarda, a preservação e o acesso aos documentos digitais, incluindo, do mesmo modo, os recursos financeiros, essenciais para a implementação e manutenção da devida infraestrutura tecnológica.

Dado que a custódia envolve o dever de proteção com a coisa custodiada (Silva, 2014, n.p.), o debate em torno de uma eventual mudança normativa, no cenário vigente, necessita de uma análise do ponto de vista dos recursos e das infraestruturas disponíveis nos serviços arquivísticos do PEF, que permitam o cumprimento do dever de preservar e facultar o acesso ao patrimônio arquivístico sob a posse dessas instituições. Não se preserva o patrimônio arquivístico sem recursos humanos, financeiros, tecnológicos, etc.

Quanto à função que os arquivos exercem na sociedade, convém enfatizar o dado, apontado a partir do inquérito nas unidades organizacionais do PEF, que revelou uma baixa frequência (53,8%) no acesso e reprodução dos documentos de guarda permanente sob a posse dessas instituições, além da informação de que 46,2% desses órgãos não disponibilizam instrumentos de pesquisa aos cidadãos. Soma-se a isso, o registro de que 69,2% dos serviços arquivísticos estudados indicaram a baixa frequência do Arquivo Nacional, na disseminação de ações e/ou instruções acerca do acesso ao patrimônio arquivístico que se encontra na guarda dessas entidades produtoras.

Esses dados sinalizam a emergência da definição de uma política de acesso ao patrimônio arquivístico do PEF, para garantir a disponibilização desses documentos aos cidadãos, independentemente de onde estejam armazenados. Salienta-se que a adoção de um futuro modelo de “custódia compartilhada”, do ponto de vista da importância dos arquivos no exercício da cidadania, requer que os serviços arquivísticos, das unidades organizacionais do PEF, assumam, equanimemente, uma dupla vocação: servir ao Estado e à sociedade. Nesta perspectiva, servir à sociedade significa garantir que esse patrimônio arquivístico esteja acessível, íntegro, autêntico e que reflita o seu verdadeiro contexto de produção.

Diante do exposto, do ponto de vista das (não) práticas de recolhimento dos documentos e do patrimônio arquivístico (não) custodiado pelo Arquivo Nacional, em contraposição à definição centralizada da custódia pela Lei de Arquivos, não se enxerga um modelo custodial, em prática, no âmbito do PEF.

Do mesmo modo, do prisma da exiguidade de ações e mecanismos, por parte do Arquivo Nacional, enquanto autoridade arquivística, que vise a orientar o gerenciamento do patrimônio arquivístico que não está sob a sua custódia, além de auxiliar na definição de estratégias e políticas de preservação e acesso, na esfera do PEF; e da baixa satisfação acerca dos recursos tecnológicos disponíveis nas unidades organizacionais analisadas, para a guarda, a preservação e o acesso aos documentos de guarda permanente, uma das justificativas, do ponto de vista teórico, para adoção de uma mudança na perspectiva da custódia, tampouco sugerem a existência de um modelo pós-custodial atualmente em prática, a despeito da legislação em vigor, na realidade do PEF.

Finaliza-se com as seguintes questões: a efetivação dessa proposta de “custódia compartilhada” será o salvação para os problemas apresentados? Este é o melhor modelo para o nosso contexto arquivístico, administrativo, cultural, jurídico, político, institucional local?

Retoma-se a argumentação de Silva (2017, pp. 266-267) de que o “lugar de custódia”, independentemente do modelo adotado, custodial ou pós-custodial, não é “um depósito qualquer”. Para a autora, as opções custodiais ou pós-custodiais servem para “para refletirmos sobre a história dos arquivos brasileiros e da administração pública, e verificarmos quais serão as melhores propostas para o nosso caso presente”.

A avaliação da efetividade de um determinado modelo de custódia, em vigor, deve ser analisada, compreendendo todo o seu (não) funcionamento. O confronto com a perspectiva pós-custodial requer que se realize, de fato, e com anterioridade, as atividades custodiais clássicas. Caso contrário, a adoção de uma custódia distribuída, do mesmo modo, pode não ser garantia de alteração de um determinado *status quo*.

Espera-se que outros estudos possam, no futuro, responder a essas indagações, a partir de uma análise teórico-prática de sua efetivação, uma vez implementado esse “novo paradigma custodial” (Arquivo Nacional (Brasil), 2021). Por ora, os dados coletados neste estudo prospectaram que, do mesmo modo que a custódia centralizada no Arquivo Nacional enfrenta inúmeros desafios para o seu cumprimento, em um eventual modelo pós-custodial esse cenário não será diferente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (1ª ed.). Arquivo Nacional.
- Arquivo Nacional (Brasil). (2021). *Proposta de decreto de implementação da Política de Gestão de Documentos e Arquivos – PGDeARQ, da Administração Pública Federal* [devolutiva da consulta pública n.º 01/2020]. [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/copy\\_of\\_noticias/devolutiva-apresenta-contribuicoes-de-consulta-publica-sobre-a-politica-de-gestao-de-documentos-e-arquivos-do-siga](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/devolutiva-apresenta-contribuicoes-de-consulta-publica-sobre-a-politica-de-gestao-de-documentos-e-arquivos-do-siga)
- Bastian, J. A. (2002). Taking custody, giving access: a postcustodial role for a new century. *Archivaria*, 53, 76-93. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12838>
- Bastos, A. W. C. (1980). A ordem jurídica e os documentos de pesquisa no Brasil. *Arquivo & Administração*, 8(1), 3-18.
- Bantin, P. C. (1998). Strategies for managing electronic records: A new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? *Archival Issues*, 23(1), 17-34. <http://digital.library.wisc.edu/1793/45860>
- Boadle, D. (2004). Reinventing the archive in a virtual environment: Australians and the non-custodial management of electronic records. *Australian Academic & Research Libraries*, 35(3), 242-252. <https://doi.org/10.1080/00048623.2004.10755274>
- Câmara dos Deputados (Brasil). Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. (2021). *Parecer da Relatora, Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS), pela aprovação, com substitutivo*. [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2128798](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2128798)
- Cook, T. (2001). Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, 1, 3-24. <https://doi.org/10.1007/BF02435636>
- Cunningham, A. (2015). Postcustodialism. In L. Duranti, & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 274-278). Rowman & Littlefield.
- Dollar, C. M. (1994). O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. *Acervo*, 7(1-2), 3-38. [http://www.arquivonacional.gov.br/media/v7\\_n1\\_2\\_jan\\_dez\\_1994.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/media/v7_n1_2_jan_dez_1994.pdf)
- Duchain, M. (2011). Os Arquivos na Torre de Babel: Problemas de terminologia arquivística internacional. *Acervo*, 20(1), 13-22.
- Duranti, L. (2007). Archives as a place. *Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research*, 1(0), 445-466.
- Editores Melhoramentos Ltda. (2022). *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. <https://michaelis.uol.com.br/>
- Fontelles, M. J., Simões, M. G., Farias, S. H., & Fontelles, R. G. S. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*, 23(3).
- Jardim, J. M. (1995). A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, 25(2), 1-13.
- Jardim, J. M. (2018, novembro 11). *Políticas e governança arquivísticas: arquivos permanentes do Poder Executivo Federal brasileiro* [Comunicação]. Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade, VII, Madrid, 2018

- Seminários e Conferências Documentação: *actas*, Madrid. <https://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/337>
- Ketelaar, E. (1997). The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science. *Archivaria*, 44, 142-148. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12201/13218>
- Mattar, E. (2003). Dos arquivos em defesa do Estado ao Estado em defesa dos arquivos. In E. Mattar (Ed.), *Acesso à informação e política de arquivos* (pp. 13-36). Arquivo Nacional (Brasil).
- Millar, L. (2014). Coming Up With Plan B: Considering the Future of Canadian Archives. *Archivaria*, 77, 103-139. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13485>
- Nacata Junior, E. K. (2012). *A responsabilidade por custódia no direito romano: análise do problema na compra e venda (emptio venditio)* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-06062013-143148/pt-br.php>
- National Archives of Australia. (2015). *Distributed custody policy*. <https://www.naa.gov.au/about-us/our-organisation/accountability-and-reporting/archival-policy-and-planning/distributed-custody-policy#legislation>
- Portaria n.º 21, de 21 de fevereiro de 2005. (2005). In *Diário Oficial da União n.º 35, Seção 2, pág. 3, 22 de fevereiro de 2005*. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/02/2005&jornal=2&pagina=3&totalArquivos=28>
- Silva, A. M. da., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. (2009). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (3ª ed.). Edições Afrontamento.
- Silva, M. da. (2017). *O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos* (1ª ed.). EDUFF.
- Silva, M. da. (2019). Custódia, cadeia de preservação e custodiante confiável: conceitos para a preservação de documentos digitais autênticos. *Conhecimento em Ação*, 4(2), 46-64. <https://doi.org/10.47681/rca.v4i2>
- Silva, O. J. de P. e. (2014). *Vocabulário jurídico* (31ª ed.). Forense.
- Society of American Archivists. (n.d.). *Dictionary of Archives Terminology*. <https://dictionary.archivists.org/index.html>
- Sordi, N. de. (2022, fevereiro 7). *Considerações sobre o Decreto n.º 10.148, de 2019*. Biblio. <https://biblio.info/consideracoes-sobre-o-decreto-n-10-148-de-2019/>
- Thomassen, T. (1999). *The development of archival science and its European dimension*. *z/a/d*. <http://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>



# Seguindo rastros e encontrando vestígios: Um mapeamento da teoria das três idades dos arquivos

## Following traces and finding traces: A mapping of the theory of the three ages of archives

PAOLA RODRIGUES BITTENCOURT

Investigadora e colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da  
Universidade de Coimbra  
Arquivista no Arquivo Nacional (Brasil)  
paolarb@gmail.com  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5946-8121>

Artigo entregue em: 28 de abril de 2022

Artigo aprovado em: 12 de junho 2022

### RESUMO

A presente análise tem o objetivo de construir, em uma perspectiva evolutiva, um mapeamento dos primeiros indícios relacionados ao surgimento e desenvolvimento da teoria das três idades, em países da América do Norte e Europa, buscando verificar como seu desenvolvimento teórico-conceitual é caracterizado pela literatura arquivística e como tornou-se referência para o gerenciamento dos arquivos. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, caracterizada a partir da análise, como qualitativa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa, tendo, como principais recursos, as fontes documentais e bibliográficas. O desenvolvimento deste estudo possibilitou identificar um possível marco de surgimento da teoria das três

idades dos arquivos e verificar seu percurso demarcado pela literatura, a partir da qual foi possível perceber que a divisão dos arquivos em estágios de guarda corrente, intermediário e permanente, tem seus primeiros indícios na divisão entre *records* e *archives*, resultado do período revolucionário francês, do final do século XVIII, com a então criação de um novo modelo arquivístico estabelecido a partir da criação do Arquivo Nacional francês. Na sequência foi possível identificar, nas práticas arquivísticas italianas, a introdução de um estágio extra de guarda, entre os *records* e *archives*, onze anos depois da criação da instituição arquivística francesa, designado como arquivos de depósito. Portanto, conclui-se que, ao contrário do que apontam numerosos autores do campo arquivístico, a teoria das três idades não tem seu surgimento atrelado ao surgimento da gestão de documentos, na administração governamental americana, entretanto, foi um método amplamente difundido a reboque da propagação dos preceitos teóricos e práticos do modelo de gestão de documentos surgido no ambiente norte-americano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivística; Teoria arquivística; Teoria das três idades dos arquivos; Gestão de documentos.

#### **ABSTRACT**

The present analysis aims to build, in an evolutionary perspective, a mapping of the first indications related to the emergence and development of the three ages theory of archives, in countries of North America and Europe, seeking to verify how its theoretical-conceptual development is characterized by the archival literature and how it became a reference for archival management. This study is characterized as basic research, characterized from the analysis, as qualitative, of an exploratory, descriptive and explanatory nature, having, as main resources, the documentary and bibliographic sources. The development of this study made it possible to identify a possible landmark for the emergence of the theory of the three ages of archives and to verify its path demarcated by the literature, from which it was possible to perceive that the division of archives into stages of current, intermediate and permanent custody, has its consequences first signs of the division between records and archives, a result of the French revolutionary period, at the end of the 18th century, with the creation of a new archival model established after the creation of the French National Archives. Subsequently, it was possible to identify, in Italian archival practices, the introduction of an extra stage of custody, between records and archives, eleven years after the creation of the French archival institution, designated as a deposit of archives. Therefore, it is concluded that, contrary to

what many authors in the archival field point out, the theory of the three ages does not have its emergence linked to the emergence of records management, in the American government administration, however, it was a widely disseminated method in the wake of the propagation of the theoretical and practical precepts of the records management model that emerged in the North American environment.

**KEYWORDS:** Archival science; Archival theory; Three ages theory of archives; Records management.

## INTRODUÇÃO

A Arquivística teve, ao longo de sua história, um desenvolvimento marcado essencialmente pela busca de soluções práticas para o gerenciamento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos e arquivos. Compreender os antecedentes que deram origem a uma área do saber não é uma tarefa simples, tão pouco pode-se estimar que seja linear.

Conforme aponta Schmidt (2015, p. 39), “a Arquivologia<sup>1</sup> surge da observação e reflexão de uma experiência prática, também relacionada enquanto resultado de experimentos e conhecimentos reunidos pela observação consciente”. Por esta razão, cada nova tecnologia desde o surgimento da escrita, ponto fundamental reconhecido de aparecimento dos arquivos, impõe à Arquivística a necessidade de revisitar, questionar, repensar e, por vezes, até ampliar os seus conceitos mais fundamentais enquanto área do conhecimento, cuja base está assentada na prática desenvolvida nos arquivos.

Duranti e Franks explicam a teoria arquivística

The term has on occasion been used in the explanatory, scientific sense. It has also been used also a number of times to refer to the meaning of purpose of archival work in the grand scheme of things. But by far the most common view of archival theory considers it archival thinking as a whole (Duranti & Franks, 2015, p. 90).

As autoras afirmam, ainda, que, em sentindo mais amplo, a teoria arquivística pode significar qualquer reflexão publicada em uma revista pro-

---

<sup>1</sup> Arquivologia e Arquivística são utilizadas neste artigo como sinônimo, ambas são utilizadas para designar a área do conhecimento.

fissional, dada a compreensão de que há, na teoria arquivística, o “archivists’ thinking” e o “principles guiding the work”. Mas explicam que essa visão é resultado da própria natureza da área e, por esta razão, esclarecem

On reflection, it becomes clear that both these senses of theory — archival thinking and principles guiding the work — are based in a simple distinction between theory and practice. This distinction is both understandable and problematic. It’s understandable to contrast archivists’ thinking about their work from the work itself, simply because it reflect reality; archivists, as practitioners of an applied field of work both, think and do (Duranti & Franks, 2015, p. 90).

Fica evidente, a partir desta análise, que, por ser uma área do conhecimento de natureza aplicada, teoria e prática configuram-se como duas faces de uma mesma moeda. Portanto, é um ponto central, ao desenvolvimento da Arquivística, compreender desde a origem, se possível, estas teorias e métodos que fundamentam os procedimentos adotados para a manutenção, o tratamento e o gerenciamento dos arquivos. Conforme Ketelaar pontua “The differences in archival systems have to be seen against the background of cultural differences, differences with respect to power distance, individualism, and uncertainty avoidance” (1997, p. 145).

Não basta olhar para um determinado modelo ou elemento sem considerar o contexto ou, ainda, sem perceber que não se trata apenas de uma reprodução isolada. Por esta razão, é fundamental compreender como cada referencial teórico da Arquivística se desenvolveu em contextos diversos do contexto de origem. Também, por isso, o autor aponta a grande necessidade de se investigar e entender as diferenças, uma vez que não considera ser produtivo sugerirmos conformidade onde há tanta diversidade. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Santos afirma que

a teoria arquivística não deve ser, como acontece muitas vezes como um conjunto imutável de leis, estabelecidas desinteressadamente; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Trata-se, ao contrário, de um mosaico de ideias distintas, que coexistem e misturam-se, encontrando seus campos de aplicação em diferentes tradições político-administrativas, sociais e culturais (2008, p. 94).

Portanto, conclui Ketelaar, somente depois de se compreender a adoção de cada método ou modelo, em seu contexto de origem, é que se pode

revelar um princípio universalmente norteador, pois muitas vezes esses princípios são considerados como ponto de partida do discurso e ao contrário de resultado, que seria uma teoria arquivística universal (ou teorias, como destaca o autor) (Ketelaar, 1997).

A teoria das três idades já foi discutida por autores do campo arquivístico como um elemento presente nas práticas adotadas para a gestão de documentos. Ainda que abordada de forma transversal, a utilização da teoria das três idades é explicada no bojo dos procedimentos aplicados durante o ciclo de vida dos documentos, adotada em consequência do processo de avaliação de documentos (Cruz Mundet, 2012; Heredia Herrera, 1991). Entretanto, até o momento, não foi identificado nenhum estudo que tenha se detido a uma análise mais aprofundada sobre seu surgimento enquanto ferramenta gerencial e referencial teórico de muitas práticas arquivísticas, ao redor do mundo.

Michel Roberge afirma que a teoria das três idades foi desenvolvida pelo arquivista norte-americano Theodore Schellenberg, cuja publicação data de 1956. Outros autores, como Caya (2004), Marques (2011) e Santos (2011) apontam que o surgimento da divisão dos arquivos entre diferentes estágios de guarda, caracterizada por idades, está diretamente associada ao crescimento da produção documental resultante da adoção de tecnologias de informação e comunicação, na produção de documentos durante a primeira metade do século XX, nos Estados Unidos. Isto, principalmente, em razão do clima bélico, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, e do crescimento exponencial na produção de documentos, especificamente por causa da Segunda Guerra Mundial, mesmo contexto e período em que surgiu a gestão de documentos.

A partir de uma análise prévia da literatura arquivística, científica e técnica, percebe-se que cada país pode posicionar um fenômeno em um lugar diferente, determinados a partir de suas estruturas políticas, administrativas, culturais e sociais. Esta é a razão pela qual torna-se fundamental, aos avanços de uma área científica, realizar um aprofundamento epistemológico que dê conta de explicar quais os primeiros indícios de surgimento e desenvolvimento da teoria das três nas diferentes realidades arquivísticas na tentativa de sair de um discurso comum e, até certo ponto, superficial sobre seu surgimento e adoção. Somente a partir disto será possível compreender suas diferentes alocações, aplicações atuais e, ainda, questionar suas fronteiras e as possibilidades de ser considerado um método obsoleto para gerenciamento dos arquivos.

Portanto, o objetivo desta análise é oferecer um breve panorama que contextualiza o fenômeno da teoria das três idades dos arquivos em uma perspectiva evolutiva, a partir da literatura arquivística, permitindo a identificação

de seus principais marcos e elementos de desenvolvimento. Tal análise visa contribuir para uma melhor compreensão e caracterização do processo de construção e definição dos princípios, teorias e métodos arquivísticos.

## CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

A construção desta análise está assentada em um estudo exploratório, descritivo e explicativo que visa mapear e compreender o fenômeno a partir das diversas abordagens associadas a ele. De acordo com Gil (2002, p. 41), as pesquisas devem ser caracterizadas mediante a identificação da finalidade que se pretende e a partir da definição de seus objetivos, podendo ser definidas como exploratórias, descritivas e explicativas. Conforme explica o autor:

- As pesquisas exploratórias têm o objetivo de ampliar o conhecimento do pesquisador sobre o tema objeto do estudo;
- As pesquisas descritivas têm por objetivo compreender as características de um determinado grupo ou fenômeno, além de, em geral, tentar estabelecer relações entre determinadas variáveis;
- As pesquisas explicativas têm o objetivo de identificar e explicar os diferentes fatores que influenciam na ocorrência dos fenômenos.

Portanto, este artigo compreende parte de uma análise teórica acerca de possíveis origens e percursos da teoria das três idades dos arquivos, fenômeno sobre o qual se pretende compreender o surgimento, desenvolvimento e possíveis elementos associados. Uma vez que a teoria das três idades nos arquivos compreende a adoção de três diferentes estágios de guarda — corrente, intermediária e permanente — busca-se, então, mapear os primeiros indícios de tais divisões.

Assim, parte-se de uma historicização, que utiliza, como recorte inicial, o ano de 1898, por ser o ano de publicação do *Handlciding vocr het ordenen en beschrijven van Archieven*, de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin. A publicação é considerada por numerosos autores do campo arquivístico como o marco fundador da Arquivística científica (Fonseca, 2005; Heredia Herrera, 1991; Schmidt, 2012; Silva et al., 2009; Tognoli, 2013). Assim, busca-se na vasta bibliografia arquivística produzida a partir de 1898 a construção narrativa que subsidia a compreensão sobre a divisão dos arquivos.

Desta forma, foram pesquisadas publicações a partir de 1898, desde os autores mais clássicos como *Sir* Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e

Theodore R. Schellenberg, até autores contemporâneos como Eric Ketelaar, Paul Desalle e Luciana Duranti, para construir a melhor compreensão possível sobre a divisão dos arquivos em fases que se plasmou, posteriormente, em alguns países, na teoria das três idades.

Um levantamento de fontes buscou identificar os principais autores da área de arquivos e gestão de documentos a partir de referências de pesquisa dos autores mais recentes, como Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, Joaquim Llansó, Luciana Duranti, Antonia Heredia Herrera, Armando Malheiro da Silva e José Maria Jardim. Com a busca nas obras mais recentes, foi possível identificar as publicações e autores citados anteriormente à década de 1990, principalmente, para em uma perspectiva histórica, rastrear o surgimento e enquadramento da teoria das três idades, na literatura.

Feito o recorte cronológico para busca e análise das fontes, é preciso realçar o que é o potencial, mas também a sua dificuldade, nos estudos qualitativos: produzir uma quantidade densa em dados e possibilidades de manipulação para delinear e executar o estudo. Bauer, Gaskell e Allum (2002) explicam que as pesquisas sociais estão apoiadas sobre evidências desta realidade (a social). Destas evidências, citam as comunicações, os registros produzidos por diferentes atores de uma dada realidade.

Para esta análise, utiliza-se a análise de conteúdo expressa por Bardin (2016), correspondendo à análise qualitativa do conjunto de assuntos, conceitos, temas e ideias expressos nos documentos.

Para Laurence Bardin (2016<sup>2</sup>), a análise de conteúdo corresponde a dois objetivos: o de transpor, de ultrapassar o limite das incertezas, em que o pesquisador questiona a si próprio se irá encontrar de fato o que pretende nas fontes que escolheu, para compor o universo de pesquisa; e também o alcance do fator enriquecedor que tem a leitura, quando elas permitem descobertas que confirmam ou não o que se pretende demonstrar com o trabalho, mas independente disso, esclarecem cenários dos quais não se tinha conhecimento anterior.

A primeira fase de análise (denominada pré-análise) partiu de uma leitura menos profunda dos materiais, com análise de resumos, sumários, busca de termos, verificação de ocorrências, definições, temática e incidências de abordagens. A partir desta pré-análise, foi possível identificar quais fontes precisavam ser analisadas com profundidade e chegou-se, então, à

---

<sup>2</sup> A versão original de Laurence Bardin, sob o título *L'Analyse de Contenu*, foi publicada em francês no ano de 1977. A publicação consultada é a traduzida para o português e publicada pela Edições 70 no ano de 2016.

segunda fase: a análise propriamente dita. Nesta etapa, as fontes foram analisadas exaustivamente, verificadas as ocorrências, termos, formas de abordagens e eventuais relações conceituais com outros termos e conceitos.

O último passo é a interpretação dos dados verificados e a construção de inferências para, em seguida, serem incluídas na construção da análise, o que se considera como fase 3 nas etapas de análise das fontes.

É importante frisar que esta pesquisa é parte de uma pesquisa doutoral mais ampla e profunda, desenvolvida no âmbito do Doutorado em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra. Portanto, perscruta-se neste apartado uma construção, que explora, descreve e explica, em uma perspectiva histórica, como surgiu e se desenvolveu essa divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente, a partir da literatura arquivística examinada.

## **RECORDS E ARCHIVES: VESTÍGIOS DE UMA RUPTURA**

Eric Ketelaar, em um estudo RAMP sobre legislação e regulamentos para os arquivos e a gestão de documentos, afirma que em vários países é feita a distinção entre *records* e *archives*.

Records may be defined as recorded information regardless of form or medium created, received and maintained by an agency, institution, organisation or individual in pursuance of its legal obligation or in the transaction of business of any kind.

Archives are a function of the records of an organisation or person. They may be defined as non-current records permanently preserved, with or without selection, by those responsible for their creation or by their successors in function for their own use or by an appropriate archival repository because of their archival value (Ketelaar, 1985, p. 6).

A distinção evidenciada por Ketelaar compreende os registros fora do escopo arquivístico. Desta forma, um primeiro indício para entender a divisão em fases dos arquivos, tal como se conhece hoje, pode estar relacionada à distinção entre *records* e *archives*. Tal separação tem impacto não apenas na prática de gerenciamento dos arquivos, mas principalmente no campo teórico onde a adoção de termos e conceitos, se realizada de forma descontextualizada, tende a produzir efeitos que comprometem a adoção de determinados modelos. Conforme destaca P. R. E. dos Santos,

Se por um lado, o crescimento da produção documental e a evolução tecnológica colocavam desafios de ordem prática, a definição da arquivística logo se colocou como um problema teórico e prático. A separação que se estabeleceu entre os conceitos de records e de archives, sobretudo nos países anglo-saxões, acabou por gerar novas preocupações de caráter teórico e por fomentar, a partir dos anos 60, o debate em torno do que deveria ou não ser considerado material de arquivo (2008, pp. 72-73).

A distinção evidenciada por P. R. E. dos Santos não é somente um problema de ordem prática, na medida em que identificam campos e profissionais distintos. Reflete também uma questão cujo desdobramento implica na percepção sobre a teoria das três idades como referência para o gerenciamento dos arquivos.

Portanto, ao longo de sua história os arquivos eram formados tendo em vista o seu papel probatório, geralmente relacionado à manutenção dos direitos e privilégios das elites e da nobreza, e dos deveres dos governados. Ou seja, “de l’Antiquité à la Révolution française, les archives étaient des actes notariés qui servaient d’abord aux différentes institutions et aux personnes à prouver leurs droits” (Kern et al., 2015, p. 44).

Este caráter probatório, evidenciando a natureza exclusivamente administrativa dos arquivos, prevaleceu por muitos anos (Duranti, 2007; Mendo Carmona, 1995; Rondinelli, 2002).

Casanova aponta que, entre os séculos XVI e XVII, os documentos contidos nos arquivos começaram a receber atenção especial dos historiadores. Os documentos antigos passaram a ter o reconhecimento de fonte para a compreensão do passado, fato que impulsiona a necessidade de os historiadores pleitearem direito de acesso aos registros para realização de estudos sobre a história. Paul Delsalle (2018, p. 131) reforça essa explicação:

This period marks the start of enquiry into the theory and practice of archives administration, of thinking about, of thinking about the use of archives and of the best ways of managing them. Throughout Europe, chanceries and archives started to divide into separate entities, the former creating the records and the latter keeping them (Delsalle, 2018).

Apesar de algumas iniciativas, como pontua Delsalle, até o fim do século XVIII, mantinha-se, de um modo geral, a percepção e utilização dos

arquivos apenas pela administração que os tinha gerado, como instrumentos de governança, com acesso restrito e previamente autorizado. Porém, as diversas transformações sociais trazidas à Europa, pelo século das luzes, tiveram impacto também na forma como os arquivos eram percebidos pela sociedade. Diferentes percepções dão conta de explicar tais transformações no universo arquivístico.

Ao examinar a trajetória percorrida pelo arquivo entre deixar de ser somente o local de guarda dos documentos para ser reconhecido (com a mesma nomenclatura) como o conjunto de documentos que era mantido nestes locais, Duranti aponta para a consequência deste movimento, que viria a resultar na diferenciação entre “*records*” e “*archives*”.

While the diplomatists, who examined documents preserved in archival places, called them all “archival documents,” jurists of both Latin and German tongue would distinguish between “acts” (i.e., the documents that have not yet passed the archival threshold) and “archival documents” (i.e., the documents that have passed the archival threshold). This of course did not create any problem until the French revolution, because the documents were kept and used for the same reasons for which they were generated, and by the same juridical persons (Duranti, 2007, pp. 452-453).

Duranti explica que, apesar da diferenciação de termos ter sido adotada por juristas latinos e alemães<sup>3</sup>, tal fato não produzia efeitos na prática dos arquivos, enquanto os documentos lá depositados não tinham uso diferente daqueles para os quais foram produzidos. Este uso para fins diferentes dos quais foram criados, e por outros interessados que não exclusivamente os produtores, é exatamente um dos eixos de fundamentação básica na constituição dos *archives* (ou dos arquivos permanentes). A autora aponta, ainda, que o termo arquivo, utilizado também para designar o local de guarda, é consolidado no século XVIII.

Por um lado, de acordo com Duranti (2007), a distinção entre documentos e documentos de arquivo não significou nenhuma alteração profunda neste contexto, até que a Revolução Francesa abriu uma brecha ao novo

---

<sup>3</sup> Segundo Silva (2017), no período de guerras e conflitos territoriais, a movimentação de arquivos e as discussões sobre a territorialidade destes conjuntos levaram juristas e profissionais da administração a desenvolver os primeiros aportes da literatura arquivística utilizando o direito romano para fundamentar “as prerrogativas de instituir um arquivo e como os documentos ali reunidos podem ser considerados autênticos” (2017, p. 123).

mondo, também para a história dos arquivos, conforme afirma Brenneke (1967)<sup>4</sup>, pois este momento histórico

creò i presupposti per ciò che noi possiamo considerare l'impronta caratteristica del nuovo periodo archivistico: la raccolta degli atti di archivio nel moderno archivio di concentrazione, l'autonomizzazione dell'amministrazione archivistica, costituita in ramo amministrativo specifico, la pubblicità degli archivi ed il loro organico collegamento con gli uffici e con le loro registature, nonché l'organizzazione della loro utilizzazione per fini scientifici (Brenneke, 1967).

Posner (1940), no artigo *Some Aspects of Archival Development from the French Evolution*, analisa alguns dos impactos da Revolução Francesa no campo dos arquivos. Assim como Brenneke, Posner avalia que a Revolução Francesa marca o início de uma nova era na administração dos arquivos. O autor indica, ainda, três pontos os quais considera as principais consequências do evento para os arquivos.

O primeiro ponto, a criação do Arquivo Nacional francês, com a centralização de responsabilidade sobre os diversos depósitos de arquivos existentes na França, que foram então definidos como arquivos departamentais. O segundo efeito, apontado pelo autor, foi o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre os documentos do passado, ainda que, nos primeiros anos de revolução, tenha sido instituída a destruição de imensa quantidade de documentos históricos que eram relativos ao regime feudal. O terceiro impacto foi a determinação legal de abertura dos arquivos ao público (Posner, 1940, pp. 161-162).

A formação dos estados nacionais, e a consequente criação de diversas instituições públicas, acarretou também na ideia de criação de uma instituição centralizadora dos arquivos produzidos pelo Estado. Até à Revolução Francesa, existiam mais de 400 depósitos de arquivos espalhados por Paris e, em toda a França, somavam-se mais de 1.000 depósitos (Mariz, 2005, p. 49).

A criação de uma instituição arquivística, que fosse responsável por centralizar todos os documentos produzidos pelo Estado francês, trouxe consigo a ideia de que os arquivos deveriam estar reunidos e disponíveis para acesso da sociedade.

---

<sup>4</sup> A edição utilizada na pesquisa é a versão italiana, publicada em 1967. O texto original, de Adolf Brenneke, *Archivkunde – Ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwesens*, foi publicado em 1953.

Estabeleceu-se o quadro de uma gerência de arquivos públicos de âmbito nacional: o Arquivo Nacional passou a ser um órgão central dos arquivos do Estado, ao qual se subordinaram os depósitos existentes. Pela primeira vez uma administração orgânica de arquivos englobou toda a rede de depósitos (Mariz, 2005, p. 50).

Por ter impactado de diferentes formas e causado diversas transformações, no âmbito arquivístico, este período representou um marco na história dos arquivos, tanto pela criação do Arquivo Nacional francês, que imprimiu um modelo institucional posteriormente seguido por muitos arquivos nacionais pelo mundo, quanto pelo princípio de acesso aos arquivos estabelecido a partir da Revolução Francesa. Posner afirma também que "The French had established a central archives depository for the noncurrent records of central agencies and Archives Departementales for such records of the administrative sections of the state. Most of the other countries found it convenient to imitate this organization" (1940, p. 163).

Assim, é possível verificar que este período de significativas mudanças representou também um momento de profundas rupturas. O estabelecimento de uma instituição responsável por custodiar os documentos considerados representativos da história francesa teve consequências, conforme explica Duranti.

As a consequence, the records created prior to the Revolution and not necessary to the current administration of the new state, were concentrated in the National and departmental archives (departments are regional governments in France) and open to consultation, while records still active were maintained in the offices of the new administration and kept secret. This determined a material and theoretical distinction between administrative and historical archives, which is still present in Romance countries and corresponds to the German distinction between *registratur* and *archiv* and the Anglo-Saxon distinction between records and archives (Duranti, 1989b, p. 8).

Por um lado, a instituição do Arquivo Nacional francês representou uma grande mudança na história dos arquivos, pois significou a criação de um modelo de instituição arquivística bastante comum ainda nos dias atuais. Um modelo de instituição responsável por centralizar, custodiar, organizar e preservar toda a documentação produzida pelo Estado é produto dos ideais da Revolução Francesa.

Por outro lado, conforme destaca Duranti (2007), este não foi exatamente um período muito feliz para os arquivos, pois, neste mesmo período, a destruição dos arquivos administrativos alterou profundamente o perfil dos conjuntos de documentos franceses, imprimindo a estes um papel exclusivamente de arquivo histórico.

Este desenvolvimento de um novo perfil, que não somente o administrativo, dos arquivos foi também resultado da Revolução Francesa, conforme destaca M. da Silva (2017, p. 144): “Com a Revolução Francesa e o desenvolvimento da historiografia voltada para as fontes do passado, os arquivos que eram estreitamente vinculados à administração estatal, se tornam arquivos históricos e perdem sua função administrativa e legal”.

Esta percepção dos arquivos como fonte de conhecimento histórico fez com que os acervos fossem subtraídos de seus organismos geradores para serem incorporados a instituição arquivística criada na França, para atender à nova demanda da sociedade por conhecimento sobre sua própria história. Conforme indica Duranti (2007, p. 454),

However, the documents created by living bodies were for the first time subtracted to a controlled procedure aimed to ensure the reliability of their creation and the authenticity of their transmission and preservation, and were kept by the creators or their successors until old age transformed them into sources for history. The dichotomy between administrative and historical archives was born.

A criação do Arquivo Nacional francês, não obstante tudo o que ele representou enquanto modelo institucional para os diversos arquivos do mundo, significou também uma ruptura brusca que viria a impactar, de forma definitiva, nas teorias e práticas arquivísticas. Constituiu também uma divisão de responsabilidade e guarda para os documentos criados até à Revolução Francesa, considerados históricos, e os criados a partir daquele momento, como os documentos administrativos.

A terceira das três principais consequências indicadas por Posner é a abertura dos arquivos ao público. A ideia de que os historiadores precisavam ter acesso aos registros antigos se torna mais ampla com a chegada do século XVIII, o século das luzes, onde as transformações na sociedade tiveram grande impacto na manutenção e uso dos arquivos. Sousa analisa as reflexões de Duchein (1983) e conclui a apontar que

Essas transformações na manutenção e utilização dos arquivos possui uma relação direta com o fim do regime absolutista e tem como consequência uma abertura gradativa dos arquivos para o acesso ao público. O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma conquista da Revolução Francesa, que gerou importantes realizações no campo arquivístico: criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos; reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor do passado (Sousa, 2004, p. 107).

Com a Revolução Francesa, os arquivos deixaram de ser percebidos apenas em suas funções puramente jurídica e administrativa e passaram a ser considerados fundamentais não apenas à manutenção dos direitos da nobreza, mas a toda a sociedade. De acordo com Schellenberg

Durante toda a Revolução Francesa, os documentos foram considerados básicos para a manutenção de uma antiga sociedade e para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados, principalmente e, talvez, sem essa intenção, para usos culturais. Os da nova sociedade o foram para proteção de direitos públicos. O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa (2003, p. 27).

Este reconhecimento, de que o Estado deveria ser o responsável pela manutenção e acesso aos documentos por ele produzidos, pode ser considerado um marco não apenas na história dos arquivos ou na evolução do papel dos arquivos como fonte para o estudo e compreensão da história, mas também para a percepção de que os arquivos possuíam momentos distintos entre produção, manutenção e acesso aos documentos. Santos aponta que

A Revolução Francesa foi um marco na conceituação, organização, tratamento e uso dos arquivos. No século XVIII os arquivos públicos ainda eram entendidos no âmbito restrito da administração pública. [...] Durante a Revolução Francesa proclamou-se um princípio fundamental que só algumas décadas depois teria desdobramentos: o de que

os arquivos, propriedade da Nação, deveriam ser postos à disposição dos cidadãos (2008, p. 67).

Os arquivos, que até então serviam somente ao Estado e à manutenção de privilégios das elites, a partir do século XVIII passaram a ser usados por grupos de pesquisadores e intelectuais que teriam o privilégio de ter acesso aos registros do passado e comunicá-los à sociedade. Apesar de um novo princípio de acesso aos arquivos, aprovado pelo artigo 37 da Lei do 7 Messidor<sup>5</sup>, avanços e retrocessos foram registrados nos períodos que se seguiram à Revolução Francesa.

Assim, pode-se compreender que as três principais consequências do período revolucionário francês, indicadas por Posner (1967), relacionam-se de forma mais ou menos direta com a construção da ideia de que os arquivos cumprem diferentes fases ou etapas durante sua existência. Primeiro, por ser percebido que os documentos podem possuir interesses outros que não somente o de cumprir a finalidade para o qual foram criados. Segundo, conforme aponta Duranti (2007), pela ruptura criada entre os arquivos gerados pela administração — que seriam mantidos por esta — e os documentos antigos mantidos pelo Estado, em uma instituição criada para esta finalidade.

É bastante evidente que esta diferenciação entre *records* e *archives* desenvolveu-se de formas distintas em determinados contextos arquivísticos. Entretanto, alguns países deixaram essa separação mais evidente não apenas na teoria, mas também na prática arquivística.

No momento em que os arquivos deixam de servir somente aos seus produtores e são percebidos como fonte de conhecimento para a história da sociedade, cria-se uma separação que pode ser reconhecida como uma primeira base do que futuramente viria a ser as três idades nos arquivos. Esta separação, entre os documentos que serviam à administração e os arquivos que serviam à história, cumpriu o entendimento do que viriam, mais tarde, a ser dois dos três estágios, da teoria das três idades — o arquivo corrente que serve à administração e o arquivo permanente como o que serve à compreensão histórica, ou como se conhece na língua inglesa, os *records* e os *archives*.

Essas alterações no perfil, em função da percepção dos arquivos como fundamentais para a sociedade e sua compreensão da história, a responsa-

---

<sup>5</sup> A Lei do 7 Messidor foi promulgada em 25 de junho de 1794, durante a Revolução Francesa, e estabelecia que todos os documentos dos arquivos nacionais franceses deveriam ser de livre acesso a todos os cidadãos que solicitasse acesso (Duchein, 1983, p. 3).

bilidade do Estado sobre estas fontes e a criação de uma instituição responsável por manter e preservar fontes históricas para gerações futuras, assim como outras alterações resultantes da Revolução Francesa, trouxeram aos arquivos significativas transformações no percurso.

Conforme explicado por Duranti, essas mudanças representaram, para o campo arquivístico, uma transformação que ainda se mantém nos dias atuais, no contexto anglo-saxão. A separação entre *records* (documentos em fase corrente ou intermediária) e os *archives* (arquivos permanentes) atende não somente à distinção do perfil profissional que deverá atuar em cada uma destas etapas, mas também pressupõe funções e responsabilidades distintas para quem atua em cada um destes estágios. Assim, a partir de então, a divisão entre *records* e *archives* representou uma revolução na concepção sobre os arquivos.

Conforme se pode observar, duas das três idades dos arquivos tem suas raízes também no período revolucionário francês, assim como tantos outros elementos ainda presentes nas práticas arquivísticas atuais. A partir da identificação de duas das três idades, buscou-se verificar onde estariam os vestígios de adoção de um estágio de guarda intermediário entre os *records* e os *archives*.

## LAÇOS E DESENLACES ENTRE OS ARQUIVOS INTERMEDIÁRIOS E A GESTÃO DE DOCUMENTOS

Conforme já citamos, pode-se reconhecer, a partir da literatura, que numerosos autores situam, ainda que de forma breve e vaga, o surgimento da teoria das três idades dos arquivos no mesmo ambiente e contexto da gestão de documentos surgida em meados de 1940.

Buscando verificar a literatura arquivística produzida a partir da publicação do manual dos arquivistas holandeses, em 1898, propõe-se a identificar o surgimento da guarda intermediária que se plasma, ao juntar-se aos *records* e *archives*, na teoria das três idades dos arquivos.

Ao discutir "*The limit of current use and the passing of Documents into Archives*" Jenkinson (1922) propõe que, após uma análise inicial, os documentos devam passar por um período em que fiquem "*sub judice*", em que o produtor possa reconsiderar a análise inicial e alterar a decisão anterior, fosse ela de eliminar ou transferir para os "*archives*", dado o reconhecimento da importância do registro para a história.

Na ocasião, não havia uma proposta clara de que deveria haver um local de guarda específico e separação física dos documentos. Apenas um

prazo para que os documentos pudessem passar por uma nova análise e confirmar, ou não, a definição inicial quanto à destinação dos documentos. O que, por um lado, não é efetivamente o que se plasmou como as três idades nos arquivos, por outro, pode-se perceber que já era vislumbrada uma necessidade de guarda que não fosse a definitiva, mas que também resguardasse a administração da incerteza na decisão pela eliminação.

O *National Archives Act*, de 1934, define além das competências do *National Archives* e do Arquivista responsável pela instituição, a possibilidade de transferência dos documentos públicos para depósitos temporários, cuja definição compete ao gestor responsável pelo acervo.

Ao discutir sobre a custódia, controle e destinação dos documentos, Chatfield (1940, pp. 99-100), afirma que

The fact that documents are constantly coming into existence and accumulating indicates the necessity of control.

During their life cycle they pass through the following periods:

1. The period of accumulation and current use;
2. The period of infrequent governmental use; and
3. The period of historical use.

It is axiomatic that the material should be located near the people who are to use it most frequently. This requirement necessitates that record material be not kept in the same place throughout its life cycle (Chatfield, 1940, [grifo nosso]).

Chatfield (1940) evidencia de forma clara, talvez pela primeira vez registrada na literatura arquivística norte-americana, a necessidade de os documentos produzidos pelas agências governamentais americanas passarem por três estágios distintos de guarda, durante o que denomina seu ciclo de vida: uma fase corrente, para as quais salas de arquivo deveriam ser instaladas pelas organizações com o objetivo de manter os documentos de uso corrente; uma fase intermediária, cujas salas podem ficar mais distantes das unidades produtoras dos documentos, uma vez que estes já reduziram a frequência de uso destes documentos; e uma fase histórica, cujo local de guarda deve manter os documentos definidos para guarda definitiva.

O Arquivo Nacional americano, criado recentemente, já tinha um enorme problema pela frente. Os documentos se acumulavam nas agências produtoras, fato que pode ser verificado, inclusive, por ser um problema abordado de forma recorrente nos artigos publicados na revista *The American Archivist* já em seus anos iniciais.

Ao apontar questões sobre a necessidade de programas de redução de documentos públicos, Leahy, examinador especial do National Archives, assinala ser importante para sua análise a comparação com *“policies in the reduction of archival materials of the more important European government”* (Leahy, 1940, p. 13) e destaca, ainda, que, em muitos desses países europeus, além do processo administrativo de seleção de documentos, podem-se discutir alguns elementos usados que, frequentemente, podem influenciar no grau de eficácia desses programas. Como exemplo o autor explica que

intelligent planning of the reduction program may safely include a selection of records worthy of temporary or permanent in situ, in the archival depository, or in specially selected depositories, and an indication of categories of valueless documents, accumulated and to be accumulated, which may be promptly disposed of after stated lapses of time (Leahy, 1940, p. 26).

Leahy retrata, no texto, suas buscas por experiências diversas pelo mundo na tentativa de levar ao modelo americano as melhores práticas na avaliação e seleção de documentos arquivísticos. A prática de separar os documentos já sem uso começava a aparecer em alguns países, ainda que não aparecesse como uma “guarda temporária” de arquivos sem “valor arquivístico”. Nesse período, a administração pública nos Estados Unidos possuía uma grande quantidade de documentos acumulados sem que se pudesse controlar o acúmulo desses documentos. Esse aumento na quantidade de documentos era resultante não só da produção desenfreada e agravada pelas tecnologias e pelo período de guerras, mas também pela proibição legal de destruí-los.

Os relatórios anuais do Arquivo Nacional americano apresentavam, ano a ano, as mudanças na forma de perceber os problemas crescentes com o acúmulo de documentos assim como na forma de reduzir esse acúmulo de documentos. O *Seventh Annual Report of the Archivist of the United States (1940-1941)* (United State Government, 1941), apresenta, ainda, os “records administrations problems” como um reconhecimento oficial da necessidade de resolver as questões que envolviam a administração dos documentos.

A instituição norte-americana possuía, nos limites de suas atribuições legais, um problema crítico. Por um lado, precisava ser criterioso para definir o que iria compor o acervo custodiado pela instituição e representar a “história e a memória do país”. Por outro, precisava resolver o excessivo acúmulo de documentos nos escritórios governamentais, resultado da burocracia

e, também, do uso elevado de técnicas de reprodução de documentos que gerava elevada quantidade, também de duplicatas.

Ainda que, nos relatórios anteriores, constem as ações empreendidas para avaliação e destinação de documentos, foi o relatório produzido para sistematizar as atividades desenvolvidas no período 1941-1942, que pode talvez ser o indicador mais exato da concepção da gestão de documentos naquele contexto, ainda que com outro termo.

A criação do *records administration* ocorre sob a prerrogativa dos poderes concedidos ao "Archivist", pelo *National Archives Act*, de 1934, e ainda sob a alegação de que a instituição estava sendo obrigada a aceitar quantidades cada vez maiores de documentos não correntes, que se acreditava terem valor permanente e interesse histórico.

Apesar dos esforços já iniciados para resolver o grande acúmulo de documentos, a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial teve impacto direto nesse cenário. A produção de documentos já crescente nas agências do governo americano, tomou proporções ainda maiores e as questões que envolviam o armazenamento escapavam ao controle.

Dado esse contexto, no âmbito de um conjunto estruturado de ações visando a uma ampla reestruturação na organização e administração do Estado Americano, durante o governo do presidente Truman foi instituída a *Commission on Organization of the Executive Branch of the Government*.

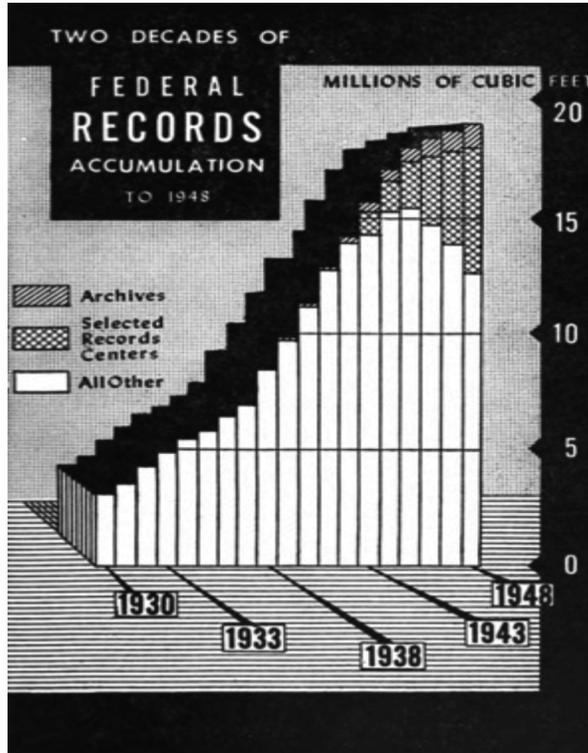
A Comissão tinha por objetivo apresentar propostas de mudanças administrativas ao governo americano. Conforme consta do sítio eletrônico do *National Archives and Records Administration*<sup>6</sup>, "Studied and investigated organization and methods of operation of the Executive branch of the Federal Government, and recommended organization changes to promote economy, efficiency, and improved service". Presidida pelo ex-presidente Herbert Hoover, a Comissão mais tarde ficaria conhecida como Comissão Hoover.

O trabalho da Comissão Hoover resultou na reorganização do poder executivo dos EUA e teve, no seu escopo, entre as diversas alterações profundas na forma de administrar o governo americano, propostas de mudanças na forma de se produzir, gerenciar e arquivar os "public records". Pela primeira vez foi apresentada, com números inclusive, a quantidade de documentos armazenada e o qual o gasto do governo americano para manter todos os documentos guardados, um valor estimado à época em 20 milhões de dólares (conforme figura 2).

---

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/264.html>

Figura 1 – Federal Records Accumulation.



Fonte: The Commission Hoover Report, 1948, p. 79.

A partir dos apontamentos da primeira Comissão Hoover (1947-1949), a utilização de *records centers* ganhou projeção como uma solução mais adequada ao conjunto de ferramentas sobre as quais estava apoiada a recém-nascida gestão de documentos.

O termo utilizado no inglês para designar a guarda dos documentos nos *records centers* ficou conhecido como *intermediate* (Bellardo & Bellardo, 1992, como citado em Pearce-Moses, 2005), mas na Europa os termos para esta etapa entre os *records* e os *archives*, tiveram designações diversas nos vários países.

A passagem dos arquivos por fases e a própria designação de idades, na literatura arquivística foram primeiramente identificadas na publicação de 1928, de Eugenio Casanova. Entretanto, o próprio autor explica que o papel do arquivo de depósito já constava da legislação francesa de 1918, como depósito provisório e essa divisão constava também do *Decreto del Regno* de

“25 gennaio 1900, n.º 35, che approva il Regolamento per gli uffici di registrazione e di archivio nelle amministrazioni centrali” (Casanova, 1928, p. 6).

Assim, no contexto europeu, Casanova foi, talvez, o primeiro autor a sistematizar a passagem dos arquivos por uma fase extra entre os *records* e os *archives*. O autor explica que os arquivos correntes são, pelo próprio nome, atuais e devem apoiar a administração que os criou, e a que os arquivos de depósito devem também atender, embora em menor intensidade. Para os *archivos de deposito*, Casanova afirma que “è quello in cui si considerano tuttora necessari atti antichi, che non vengono, ma che possono ancora venire in uso” (1928, p. 149).

O Decreto Real n.º 35, de 25 de janeiro de 1900, citado e explicado por Casanova (p. 137), foi resultado de uma comissão especial definida para estudar e propor “un metodo di registrazione e di archiviazione delle carte che faccia risparmiare lavoro e spesa; che garantisca la buona custodia degli atti; che permetta di eliminare con facilità e sicurezza quelli, dei quali sarebbe inutile la conservazione”.

Para além de abordar etapas e procedimentos de recebimento, registro, classificação, transcrição e expedição de documentos, determina, em seu artigo 79, “Ogni Ufficio di registrazione avrà un archivio per gli affari che esigono ancora provvedimenti, e si chiamerà corrente. Ogni Ministero avrà un archivio per gli atti sui quali fu definitivamente provveduto e si chiamerà deposito” (Itália, 1900).

No francês, essa etapa intermediária, ou o arquivo de depósito italiano, ficou conhecida como *préarchivage*. Em compreensão semelhante à dos EUA, o termo determinava uma fase anterior aos *archives* — onde a guarda é definitiva.

Um dos primeiros autores franceses a explicitar a ideia de que os arquivos deveriam passar por três diferentes estágios guarda foi Jean Favier. O autor, cuja primeira edição de sua publicação *Les Archives* foi publicada em 1958, afirma que:

Les administrations ne versent qu’exceptionnellement leurs archives triées et classées en vue de la conservation définitive. Des étapes intermédiaires, dites de «préarchivage», s’imposent donc pendant la période où les dossiers, ayant cessé de s’enrichir et de servir couramment, sont encore trop récents pour qu’une élimination puisse être faite sans risque pour l’administration.

[...]

Après vingt ou trente ans, vient le temps de l’archivage définitif, que prépare un triage et l’élimination de divers types de documents.

Restent ceux que l'on pense pouvoir servir à l'histoire, et ceux dont l'administration peut avoir un besoin illimité (Favier, 1975, p. 39).

O autor discute, ainda, a recente mudança na forma dos arquivistas gerirem os arquivos e afirma que a mudança nos métodos de gestão fez com que o arquivista ao final do século XX não aparecesse até que os documentos perdessem parte de seu uso corrente. Tal reflexão é decorrente de uma perspectiva em curso. Até o surgimento da gestão de documentos, os arquivistas apenas tinham responsabilidade pelos conjuntos quando eles chegavam aos arquivos — entendido como aquele de guarda definitiva. É preciso ressaltar que no modelo arquivístico americano, o arquivo ainda é somente aquele identificado como de guarda permanente. A gestão de documentos ainda é responsabilidade dos “*records managers*”.

Assim como Favier, Yves Pérotin foi outro autor francês que atuou na difusão da da teoria das três idades, sendo apontado por Michel Caya como o difusor das três idades nos arquivos para o mundo francófono (Caya, 2004). Pérotin publicou um artigo na *American Archivist Journal*, em 1966<sup>7</sup>, denominado *Administration and the “Three ages” of archives*. No artigo, o autor defende o que chama de “A naive view of things” quando explica que, ao contrário do que se possa imaginar, há ainda uma fase fundamental entre a Administração e a História. Para o autor:

At this point of the analysis, current records and archival records seem perfectly heterogeneous, which renders unthinkable the passage from one stage to another, a passage which nevertheless must have been made. The little-informed observer is not troubled by this mystery because he does not see the problem. If, however, you apply him cleverly with questions, he will eventually discover that an intermediate stage exists between the apparent order of the dossiers of the bureaus and the apparent order of the archival containers. He will quickly recognize that, if the papers conserved in the archives did not proceed directly from the portfolios of the administrators, they must have come from those accumulations that are found in the corridors of offices and in the closets of bureaus, or they may have been hidden in hovels or storage places that

---

<sup>7</sup> Em nota de rodapé, Pérotin explica que, apesar da orientação editorial ser para publicação de artigos inéditos, o editor, reconhecendo a importância do tema, recomendou a publicação. O artigo original foi publicado por ele em 1961 sob o título *L'Administration et les “trois ages” des archives*, publicado na revista *Seine et Paris*.

are firetraps or even in lofts and cellars that rain and water from rivers and sewers do not always spare. Thus an intermediate age is revealed, the awkward age, that of piles [of papers] — the troublesome transition between Administration and History (Pérotin, 1966, p. 364).

Essa visão, defendida por Pérotin e Favier, não era uma concepção absolutamente nova nas práticas de gerenciamento dos documentos nas agências americanas. Foi uma das soluções encontradas para reduzir o volume de documentos nas unidades de trabalho, ao mesmo tempo em que se implementavam o “*records administration program*”, que deveria controlar os documentos desde o momento da sua criação, racionalizando a produção e garantindo a destinação adequada.

A criação de depósitos, para armazenamento de documentos que ainda atendiam à administração e não cumpriam os requisitos para serem transferidos à autoridade arquivística, era a solução reconhecida como mais adequada por parte dos especialistas em arquivo e pelos gestores responsáveis pelos documentos. Entretanto, para além da guarda física, Pérotin (1966) reconheceu nesta proposta, de uma fase intermediária de guarda entre as já reconhecidas “*current records*” e “*archives*”, uma solução adequada e a difundiu, como uma nova concepção teórica no campo dos arquivos.

Duboscq (1974), assim como Favier e Pérotin, também é indicado pela literatura como responsável pela difusão do termo e do conceito das “três idades dos arquivos” para a Europa, especialmente para os países de língua francesa. O então diretor do Arquivo Nacional de França elaborou pela Unesco, juntamente com A. W. Mabbs, do Reino Unido, um documento intitulado “*The organization of intermediate record storage*” (Mabbs & Duboscq, 1974), tendo como referências as práticas dos países anglo-saxões. Um documento alinhado às necessidades da França também foi elaborado pelos autores, considerando as diferenças existentes nas diferentes realidades administrativas e, conseqüentemente, arquivísticas.

O documento publicado pela Unesco, entre os pontos abordados no tratamento dos arquivos mantidos nos *records centers*, examina os princípios gerais dos *records centers* em uso, por muitos países, e, também, a transferência de documentos dos *records centers* para os *archives*. Os autores afirmam, ainda na introdução do documento, que, em muitos países, mesmo os que possuem menor experiência no gerenciamento dos arquivos, para um controle efetivo dos documentos, é preciso dar especial atenção aos locais para seu armazenamento, enquanto ainda são necessários à administração que os produziu. E concluem que “*The generally accepted solution is for the public*

archival authority to provide intermediate storage of the kind which has come to be known as the records centre" (Mabbs & Duboscq, 1974, p. 10).

Mabbs e Duboscq (1974) destacam que um depósito de arquivamento intermediário era a solução mais satisfatória, uma vez que reúne as condições para a redução de custos, por retirar o excesso de documentos dos escritórios, para manter o cuidado ao realizar a avaliação e a eliminação, assim como também cumpre o requisito de não enviar para os *archives* documentos que ainda eram úteis às unidades produtoras. Mabbs e Duboscq registram, ainda, que problemas similares ao aumento do acúmulo de documentos públicos foram registrados inicialmente nos Estados Unidos, mas também em outros países. Assim como a mesma solução tinha sido adotada e exemplifica que, na França os *records centers* eram conhecidos por *depôts prearchive*, enquanto na Alemanha eram conhecidos por *zwischenarchive*. E em Londres, nos primeiros dias de desenvolvimento do seu repositório intermediário, o *Public Record Office* usava o termo limbo para descrever um repositório com documentos que aguardavam eliminação ou guarda definitiva (Mabbs & Duboscq, 1974).

Descrevem, também, os problemas com o acúmulo de documentos em diversos países: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Tchecoslováquia, Israel, Malásia, Itália, Noruega, Holanda, Polônia, Romênia, Suécia, Suíça, Reino Unido e Iugoslávia. Ao citar os problemas enfrentados também por outros países, além dos já nos conhecidos Estados Unidos e Canadá, no próprio contexto de surgimento da gestão de documentos, assim como na França, país de Guy Duboscq, os autores colocam na discussão a realidade arquivística de diversos países.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi possível observar, no decorrer deste breve percurso sobre a teoria das três idades, apesar de ser amplamente citada em diferentes contextos e perspectivas por diversos autores, ainda não tinha sido objeto de um estudo mais profundo com a finalidade de mapeá-la e identificar efetivamente os primeiros indícios relativamente ao seu surgimento e adoção na literatura arquivística.

Tal mapeamento permitiu contextualizar e perceber o fenômeno das três idades nos arquivos, sem isolá-lo dos contextos nos quais foi adotado. Pudemos perceber, portanto, um possível ponto de partida para a divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda e identificou-se, ainda, que distintas formas de abordar a teoria das três idades estão presentes na literatura arquivística.

A coleta de fontes bibliográficas, incontornáveis à compreensão evolutiva da teoria das três idades, buscou identificar e analisar todos os indícios que

pudessem indicar os momentos iniciais da adoção da divisão dos arquivos em estágios diferenciados de guarda e tratamento. Entretanto, cumpre esclarecer, que a abordagem das fontes, neste percurso, foi realizada com algum grau de seletividade, fator que é inerente ao processo, uma vez que não é factível esgotar todas as fontes possíveis de serem utilizadas para a análise proposta, razão pela qual pode haver omissões não intencionais na literatura utilizada.

Com o mapeamento da literatura, constatou-se que os primeiros indícios de divisão dos arquivos em estágios de guarda são anteriores aos preceitos da gestão de documentos, oriunda da administração governamental americana. A divisão dos arquivos tem suas bases na distinção entre *records* e *archives* surgidas, conforme reflete Luciana Duranti (1994, 2007), ainda no período revolucionário francês com a criação de uma instituição arquivística responsável pela guarda centralizada dos conjuntos documentais que iriam compor o patrimônio arquivístico francês. Até então os documentos produzidos pelos Estados serviam apenas à administração que os produziu e a partir da Revolução Francesa, com a criação de uma instituição de guarda responsável por custodiar os documentos do Estado, tais documentos passam a ser percebidos como de interesse da sociedade. Esta primeira ruptura, na percepção sobre os documentos, resultou na primeira dicotomia arquivística: os documentos para a administração e os documentos para a história da sociedade.

A partir da identificação do surgimento de duas das três idades, partiu-se para o mapeamento de onde estaria localizado o surgimento de mais um estágio de guarda, entre os *records* (os arquivos correntes) e os *archives* (os arquivos de guarda permanente). Ainda que Marcel Caya (2004) afirme que a teoria das três idades apareceu pela primeira vez no Hoover Commission Report, em 1948, a literatura verificada, no decorrer desta análise, permite reconhecer que a divisão dos arquivos entre as fases corrente, intermediária e permanente está presente em uma legislação italiana de 1900.

Tal presença está registrada na literatura arquivística, possivelmente pela primeira vez, na publicação *Archivistica*, de Eugenio Casanova, em 1928, onde o autor se refere à legislação italiana e aos procedimentos adotados pelo governo italiano para gerenciar os arquivos correntes, os depósitos e a passagem dos documentos para os *archivos del regno*. Somente cerca de 30 anos mais tarde, também na busca por soluções para gerenciamento dos grandes volumes de documentos produzidos e acumulados pelas instituições governamentais dos Estados Unidos da América, conforme apontam os relatórios institucionais do *National Archives and Records Service*, são identificadas as ações iniciais do que viria a ser institucionalizada, tanto em âmbito prático como teórico, como gestão de documentos.

Importa destacar, também, que apesar de não ter surgido atrelada ao surgimento da gestão de documentos a partir dos anos de 1940, sua formulação teórica, sob a designação “teoria das três idades dos arquivos”, foi identificada, no escopo desta análise, a partir das reflexões do arquivista francês Yves Pérotin, em 1961 (cujo artigo foi publicado na revista *The American Archivist*, em 1966).

Assim, ainda que se possa constatar que a teoria das três idades dos arquivos é anterior à gestão de documentos, a difusão de tal divisão, principalmente a adoção de um estágio de guarda intermediário entre os *records* e os *archives* visando reduzir os custos de manutenção e otimizar o gerenciamento dos arquivos, foi impulsionado não apenas pela adoção dos preceitos práticos, mas também pelas formulações teóricas decorrentes da adoção dos procedimentos adotados no âmbito da gestão dos documentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baggio, C. C., Costa, H., & Blattmann, U. (2016). Seleção de tipos de fontes de informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 6(2), 32-47. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/26798/16520>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (5.ª ed.). Edições 70.
- Bauer, G. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (1.ª ed.). Editora Vozes.
- Brenneke, A. (1967). *Archivistica – Contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea* (1.ª ed.). Fondazione Italiana per la Storia Amministrativa.
- Casanova, E. (1928). *Archivistica* (2.ª ed.). Grafiche Lazzeri.
- Caya, M. (2004, décembre 2). *La théorie des trois âges en archivistique. En avons nous toujours besoin ?* [conférence]. Elec – École des chartes, Paris. <http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya>
- Chatfield, H. (1940). Problem of records from the standpoint of management. *The American Archivist*, 3(2), 93-101. <https://doi.org/10.17723/aarc.3.2.d7683226j7167838>
- Cruz Mundet, J. R. (2012). *Archivistica: Gestión de documentos y administración de archivos* (1.ª ed.). Alianza Editorial.
- Delsalle, P. (2018). *A History of Archival Practice* (1st ed.). Routledge.
- Demo, P. (2012). *Metodologia Científica em Ciências Sociais* (3.ª ed.). Atlas.
- Duchain, M. (1983). *Obstacles to the Access, Use and Transfer of Information from Archives: A RAMP Study* (1st ed.). Unesco.
- Duranti, L. (1989a). The Odyssey of Records Management – Part I From the Dawn of Civilization to the Fall of the Roman Empire. *ARMA International – Records Management Quarterly*, 23(3), 3-11.
- Duranti, L. (1989b). The Odyssey of Records Management – Part II From the Middle Ages to Modern Times. *ARMA International – Records Management Quarterly*, 23(4), 1-11.

- Duranti, L. (1994). The Concept of Appraisal and Archival Theory. *The American Archivist*, 57(2) 328-344. <https://doi.org/10.17723/aarc.57.2.pu548273j5j1p816>
- Duranti, L. (2007). Archives as a place. *Archives & Social Studies: a journal of interdisciplinary research*, 1(0), 445-466. [https://archivo.cartagena.es/doc/Archivos\\_Social\\_Studies/Vol1\\_n0/07-duranti\\_archives.pdf](https://archivo.cartagena.es/doc/Archivos_Social_Studies/Vol1_n0/07-duranti_archives.pdf)
- Duranti, L., & Franks, P. C. (2015). *Encyclopedia of Archival Science* (1st ed.). Rowman & Littlefield.
- Favier, J. (1975). *Les Archives* (4.ª ed.). Universitaires de France.
- Fonseca, M. O. (2005). *Arquivologia e ciência da informação* (1.ª ed.). FGV.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4.ª ed.). Atlas.
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística General: Teoría y práctica* (5.ª ed.). Diputacion Provincial de Sevilla.
- Hoover, H. (1949). *The Hoover Commission Report: On organization of the executive branch of the government* (p. 524). HathiTrust. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015043507113;view=1up;seq=525>
- Jardim, J. M. (2015). Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *ACERVO: Revista do Arquivo Nacional*, 28(2), 19-50.
- Jenkinson, H. (1922). *A manual of archive administration* (1.ª ed.). Percy Lund, Humphries & Co.
- Kern, G., Holgado, S., & Cottin, M. (2015). Cinquante nuances de cycle de vie. Quelles évolutions possibles? *Les Cahiers du Numérique*, 11(2), 37-76.
- Ketelaar, E. (1985). *Archival and records management legislation and regulations: A RAMP study with guidelines*. UNESCO – Digital Library. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000064948?posInSet=1&queryId=246514d7-f755-44c7-b4d9-8159d9d4e4e6>
- Ketelaar, E. (1997). The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science. *Archivaria*, (44), 142-148. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12201/13218>
- Leahy, E. J. (1940). Reduction of Public Records. *The American Archivist*, 3(1), 13-38.
- Mabbs, A. W., & Duboscq, G. (1974). *The organization of intermediate records storage* (1st ed.). Unesco.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos da metodologia científica* (7.ª ed.). Atlas.
- Mariz, A. C. A. (2005). *Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na internet* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibict). <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/681>
- Marques, A. A. C. (2011). *Interlocações entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>
- Mendo Carmona, C. (1995). El largo camino de la archivística: De práctica a ciencia. *Revista de Historia de la Cultura Escrita da Universidad de Alcalá de Henares*, (2), 113-132.
- National Arcgives Catalog. (n.d.). *An Act of June 19, 1934 ("National Archives Act"), Public Law 73-432, 48 STAT 1122, to Create a National Archives of the United States Government, and for Other Purposes*. <https://catalog.archives.gov/id/299840>
- Pearce-Moses, R. (2005). *A Glossary of Archival and Records Terminology* (1.ª ed.). The Society of American Archivists. <https://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>

- Pérotin, Y. (1966). Administration and the "Three Ages" of Archives. *The American Archivist*, 29(3), 363-369. <https://doi.org/10.17723/aarc.29.3.j6162758673p3740>
- Posner, E. (1940). Some Aspects of Archival Development Since The French Revolution. *The American Archivist*, 3(3), 159-172.
- Posner, E. (1967). Archives & the public interest; selected essays. *Archives & Manuscripts*, 3(5), 19-20.
- Regolamento per gli Uffici di registrazione e di archivio delle Amministrazioni centrali. (1900). Regio Decreto 25 gennaio 1900: n.º 35.
- Roberge, M. (2012, março 23). *La théorie des trois âges revisitée*. Les Carnets de Michel Roberge. <http://gestarcarnets.blogspot.com/2012/03/532-la-theorie-des-trois-ages-revisitee.html>
- Rondinelli, R. C. (2002). *Gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos* (1.ª ed.). Fundação Getulio Vargas.
- Santos, P. R. E. dos. (2008). *A arquivística no laboratório: História, teoria e métodos de uma disciplina* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>
- Santos, V. B. dos. (2011). *A teoria arquivística a partir de 1898: Em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10323>
- Schellenberg, T. R. (2003). *Modern Archives: Principles and techniques* (3.ª ed.). The society of american archivist.
- Schmidt, C. M. dos S. (2012). *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: Concepções, trajetória e contextualizações* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>
- Schmidt, C. M. dos S. (2015). *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia* (1.ª ed.). Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo.
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (2009). *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação* (1.ª ed.). Afrontamento.
- Silva, M. da. (2017). *O arquivo e o lugar: A custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos* (1.ª ed.). EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Sousa, R. T. B. de. (2004). *Classificação em arquivística: Trajetória e apropriação de um conceito* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Universidade de Brasília - Biblioteca Central. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/948>
- Tognoli, N. B. (2013). *A construção teórica da Diplomática: Em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/103383>
- United State Government. (1940). Sixth Annual Report of the Archivist of the United States (1939-1940). *The National Archives*, (15), 61. <https://www.archives.gov/files/about/history/sources/reports/1940-annual-report.pdf>
- United State Government. (1941). Seventh Annual Report of the Archivist of the United States (1940-1941). *The National Archives*, (20), 57. <https://www.archives.gov/files/about/history/sources/reports/1941-annual-report.pdf>

## Recensões críticas



**Almeida, M. B. (2020). *Ontologia em Ciência da Informação: Teoria e Método* (1ª ed., Vol. 1). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978655578679.8>**

**Almeida, M. B. (2021). *Ontologia em Ciência da Informação: Tecnologia e Aplicações* (1ª ed., Vol. 2). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978652511477.4>**

**Almeida, M. B., & Emygdio, J. L. (2021). *Ontologia em Ciência da Informação: Curso completo com teoria e exercícios* (1ª ed., volume suplementar para professores). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978652511267.1>**

por JORGE REVEZ

Professor Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa

CEIS20, Universidade de Coimbra

[jrevez@campus.ul.pt](mailto:jrevez@campus.ul.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3058-943X>

Nos últimos 30 anos, o tema das ontologias tem sido um dos terrenos mais férteis de investigação na área da Organização do Conhecimento. É um tema complexo e revestido de polémica, pela dificuldade na definição do próprio conceito e pelas apropriações que diferentes campos científicos têm exercido sobre ele. Com origem no domínio da filosofia, a ontologia é hoje um território partilhado pelas Ciências da Computação, com destaque para a Ciência dos Dados (*Data Science*), e pela Ciência da Informação, particularmente pela Organização do Conhecimento. São raros os autores desta área que não escreveram sobre o tema, abordando as suas fronteiras conceptuais ou discutindo a relação das ontologias com outros sistemas de organização do conhecimento, como as taxonomias, os tesouros ou as classificações. A entrada sobre ontologias na Enciclopédia virtual editada pela International Society of Knowledge Organization (ISKO) é reveladora do intenso debate que esta problemática tem suscitado (Biagetti, 2021). Por outro lado, é cada vez mais significativa a importância das ontologias para as áreas da saúde, da biologia, entre outras, tal como a sua relevância para as questões da interoperabilidade, matéria essencial para o enorme desafio do desenvolvimento sustentável (Revez & Silva, 2021).

Neste percurso de investigação em torno das ontologias, Mauricio Barcellos Almeida tem sido um dos autores mais destacados. Doutorado (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e Pós-Doutorado (State University of New York) em Ciência da Informação, tem um currículo extenso de investigação, com mais de duas centenas de publicações ao longo de 20 anos, participação em projetos, atividades de consultoria, desenvolvimento de aplicações e outros exercícios de transferência de conhecimento muito relevantes, como o recente 'Saúde Digital: Plano de Ação para o Brasil', sendo atualmente Professor Associado da UFMG. Com Renato Souza Rocha (Fundação Getúlio Vargas), lidera o ReCOL, Grupo de Pesquisa Representação do Conhecimento, Ontologias e Linguagem, equipa sediada na mesma universidade. Almeida tem mais de 1800 citações registadas no *Google Scholar* e mais de 200 na *Scopus*.

Tendo em conta a capacidade de realizar investigação de elevada qualidade e a sua experiência como docente, Mauricio Almeida publicou uma trilogia de publicações na coleção 'Representação do Conhecimento em Ciência da Informação' da editora CRV, de Curitiba, Brasil. Esta coleção não está terminada, faltando um volume, previsto para 2022, mas revela-se já como incontornável para o campo científico da Organização do Conhecimento, em particular para todos os estudantes, docentes e investigadores que dominam a língua portuguesa.

Com um forte pendor didático, pode afirmar-se que os três livros analisados são manuais (no sentido técnico e escolar) dirigidos a estudantes e professores, claramente construídos para servir quem está a aprender e a ensinar Organização do Conhecimento. Não são, contudo, propedêuticos, nem breves, pois as muitas centenas de páginas que os compõem exigem um fôlego e uma vontade suplementar de aprofundar a temática. Se os dois primeiros volumes estabelecem o quadro geral da problemática das ontologias (Almeida, 2020, 2021), o volume suplementar, dirigido a professores, é um documento de cariz pedagógico, de enorme oportunidade e relevância, redigido em conjunto com Jeanne Louize Emygdio (Almeida & Emygdio, 2021).

Se olharmos para a taxonomia dos sistemas de organização do conhecimento proposta por Marcia Zeng (2008), as ontologias ocupam o lugar cimeiro, como o dispositivo mais rico do ponto de vista semântico, quer quanto à estrutura, quer quanto às funções desempenhadas. É por isso estranho o tempo que demorou a ser publicada uma obra em língua portuguesa, com esta densidade, sobre a problemática das ontologias. Almeida explica, no terceiro volume, que

a criação da coleção partiu da constatação de que, depois de mais de 20 anos de evolução, a Ontologia Aplicada é hoje uma disciplina madura, englobando teoria e método, capaz de prover resultados em diversos campos do conhecimento. No Brasil, a disseminação do tema nas duas primeiras décadas foi lenta, talvez pela falta de material adequado às necessidades da Ciência da Informação (p. 14).

Além disso, como aponta Vanda Broughton (2015), as ontologias tornaram-se uma moda no seio dos estudos sobre os sistemas de organização do conhecimento; por exemplo, há vários anos que se aborda o problema da 'ontologização' de ferramentas como os tesouros, como se todas as estradas fossem dar a Roma, ou neste caso, como se todos os sistemas de organização do conhecimento se transformassem ou tivessem de se transformar, paulatinamente, em ontologias. Não sendo um tema novo, estudado há décadas por autores como Emilia Currás (2010), Staab & Studer (Staab & Studer, 2009), ou pelo próprio Mauricio Almeida (Almeida & Bax, 2003), não há dúvidas sobre a oportunidade e a pertinência desta sequência de volumes.

O primeiro volume (Almeida, 2020) apresenta uma estrutura equilibrada, com nove capítulos, que parte de uma abordagem introdutória para uma complexificação do problema. O volume inicia-se com um prefácio de Barry Smith, prestigiado autor da área, que destaca o trabalho de Almeida e o seu

contributo para a Ontologia Aplicada. Smith assinala ainda o contributo de Almeida para a norma ISO 21838, cujas duas partes — Top-Level Ontologies e Basic Formal Ontology — viriam a ser publicadas durante o ano de 2021. Pela leitura da Apresentação da obra, percebe-se que o projeto do autor foi criar três volumes, estando ainda por publicar o terceiro (previsto para 2022), intitulado ‘Estudos Avançados’.

Almeida tem o cuidado de fornecer ao leitor um grafo com o esquema do primeiro volume (p. 17). Seguindo este esquema, além da Introdução (Por que ontologias?), os nove capítulos estão organizados em três blocos: um sobre Teoria (Noções preliminares, Noções de metafísica, Representação, Lógica e semântica, Classificação e categorização); outro sobre Método (Entidade em ontologia, Relações em ontologia, Ontologia do social); e um bloco final sobre Metodologia para construir ontologias, com dois estudos de caso.

Todo o volume evidencia a dimensão didática da obra, com a inclusão de quadros para definições e exemplos simples, destacados do corpo do texto, bem como figuras, imagens e diagramas, que procuram auxiliar o leitor na compreensão do conteúdo, algumas com recurso ao humor ou a elementos da cultura *mainstream*. É muito interessante, novamente, o cuidado de Almeida em incluir no final de cada capítulo um item designado ‘Sumário e importância’, em que se explicita a relevância daquela porção de texto e as suas implicações para o conjunto dos problemas em análise. Por fim, cada capítulo contém ainda, no final, um quadro com leituras adicionais, orientando o leitor para outras possibilidades de aprofundamento no conjunto da literatura científica publicada; apresentam-se também as referências respeitantes a cada capítulo, não existindo, por isso, em nenhum dos volumes, uma lista final e global de referências.

O final do volume contém um índice remissivo de autores e assuntos, que poderia conter mais facetas ou estar construído de outra forma, pois, por exemplo, as entradas ‘Ontologia’ ou ‘Entidades’ têm dezenas de números de página, o que não permite um uso eficiente. Mesmo o carácter generalista do termo ‘Ontologia’, numa obra sobre ontologia, dificulta o que se pretende atingir com um índice remissivo.

O segundo volume (Almeida, 2021) já contém na capa a indicação ‘Atualizado com a Norma ISO/IEC 21838 Top-level ontologies’. Com oito capítulos, organizados em três partes, o volume apresenta uma viagem das ‘Fronteiras da Web’ (Parte 1) para o ‘Mundo das máquinas’ (Parte 2), e o seu regresso ‘De volta ao mundo real’ (Parte 3). O prefácio é de Mathias Brochhausen, professor de Informática Biomédica na University of Arkansas for Medical Sciences, onde Almeida foi professor visitante. Tal como refere Brochhausen,

o segundo volume trata de uma dimensão tecnológica, isto é, como colocar as ontologias a funcionar do ponto de vista dos sistemas de informação, criando-se assim a base para o desenvolvimento da Web Semântica.

Almeida clarifica que este segundo volume incidirá sobretudo na ontologia como artefacto, por contraste com o primeiro volume, que abordava a ontologia como disciplina. Contudo, o autor sublinha que esta vertente tecnológica não é excessivamente complexificada na obra, procurando-se “um texto acessível para não iniciados no tema” (p. 21). Pretende-se, afinal, a nosso ver, mostrar a importância da Ciência da Informação inter e transdisciplinar, na sua capacidade de ligar a teoria e a tecnologia, a dimensão filosófica, humana e social com a dimensão das máquinas e das linguagens de programação que comandam essas máquinas. Mais do que o saber-fazer, valoriza-se também o porquê-fazer e para-quê fazer. Almeida reafirma a sua abordagem didática, preferindo a dimensão da explicação e da intuição a uma obra ilegível por não-especialistas.

Esta ideia de diálogo, conexão e parceria entre diferentes campos científicos já havia sido avançada por Almeida há uma década:

What connects different fields of research are the ontological principles, which are the common element present in philosophy, computer science, and information science. To reach an interdisciplinary level, one should consider the task of dealing with ontological principles in two stages; the first is a priori and devoted to establishing what kinds of things could exist and coexist in the world, and the second involves the effort to establish what kind of thing does exist according to empirical evidence. The first takes place in philosophy, the second in applied sciences such as information science (Almeida, 2013, p. 1692).

O autor informa que “não existe livro brasileiro similar para ensino e pesquisa para a Ciência da Informação” e revela a convicção que presidiu a este projeto: “a Ontologia Aplicada se constitui no tema a partir do qual a Ciência da Informação pode reencontrar suas origens no contexto digital do séc. XXI” (p. 22). Relembrem-se, do primeiro volume, as palavras de Almeida, que entende a Ontologia Aplicada como “uma junção entre Filosofia e tecnologia da informação que objetiva prover melhorias aos sistemas e possibilitar novos patamares de qualidade as instituições” (p. 34).

A Introdução do segundo volume apresenta novamente um grafo (p. 24) que resume as diferentes partes: o Contexto (A Web no século XX: as marcas; A Web no século XXI: a semântica; Linked Data ou Ontologias?;

Raciocínio e inteligência; Mapa das Representações); a Tecnologia (Representar as máquinas; Linguagens formais; Conjuntos e Diagramas, Para falar algo em OWL; Ferramentas para ajudar); e as Aplicações (Inferências na prática; Cases em OWL; Boas ontologias; Erros ontológicos; Erros comuns). O volume mantém-se rico em exemplos, quadros e figuras, incluindo no final de cada capítulo um breve sumário e uma revisão em tópicos, com as referências utilizadas. Neste volume, já não se justificou a inclusão de leituras adicionais. Manteve-se um índice remissivo no final.

O terceiro volume em análise (Almeida & Emygdio, 2021), dito suplementar, pois o terceiro volume ainda não foi publicado, é uma forma de projeto científico-pedagógico, que “se situa entre o volume 1 e o volume 2, fazendo uso do material desses dois anteriores como livro-texto para uma disciplina (...) organizado com o objetivo de auxiliar docentes e pesquisadores no ensino de ontologias” (p. 13). Do ponto de vista pedagógico, os autores deste terceiro volume esclarecem que adotam o método pedagógico *flipped learning*, promovendo primeiro a aprendizagem dos estudantes e só depois o contacto com os professores.

O prefácio deste volume é de Renato Souza Rocha, que evidencia a dificuldade de estudar problemas como as ontologias numa era marcada pelo relativismo e pelo pós-modernismo, na qual um esforço epistemológico universal ou a busca de consensos e conceptualizações partilhadas parece, por vezes, inútil. É também a questão da(s) verdade(s) e da sua busca que está em debate.

O volume está dividido em três partes. A primeira parte dirige-se aos professores, explicando-se o planeamento da disciplina, o programa e os recursos adicionais que podem ser utilizados. A segunda parte é dirigida aos estudantes. Esta secção é o próprio curso, que pode ser percorrido de forma autónoma pelos estudantes, contemplando dez unidades didáticas, três unidades de revisão, exercícios e a avaliação final. O caminho é progressivo, começando nas noções preliminares e terminando com a construção de uma ontologia, utilizando a *Web Ontology Language* (OWL), com a ferramenta de edição *Web-Protégé* (Stanford University). A terceira parte é constituída por dez anexos, material complementar às unidades didáticas, ‘quizzes’, e um anexo suplementar com exercícios.

Este volume revela a experiência docente de Almeida e a sua capacidade pedagógica, pois todos os pormenores estão devidamente pensados, incluindo o formato das aulas assíncronas e a estrutura dos mapas de atividades. Os materiais propostos têm elevada qualidade, ainda que os textos para leitura sejam apenas referentes aos volumes desta coleção. É assinalá-

vel que, em cada unidade, sejam definidos os objetivos de leitura, o que pode ser muito útil para orientar os estudantes no seu trabalho autónomo. Foram ainda produzidas sínteses, que resumem os principais aspetos dos dois primeiros volumes, mas estes e outros materiais têm de ser encomendados, pois não constam de forma integral no texto da obra.

Destaca-se a qualidade e os detalhes dos Anexos IX e X, referentes ao trabalho final. É a dimensão aplicada que surge a desafiar o estudante, firmando a importância de juntar teoria e prática, e ensinando-o, por exemplo, passo a passo, a utilizar o editor de ontologias (esta parte tem mais de meia centena de imagens e mais de trinta páginas de explicações detalhadas). Só estes dois anexos merecem a leitura atenta deste trabalho e a sua consideração pelos colegas docentes das universidades de língua portuguesa.

Olhando para o conjunto desta obra, ainda não finalizada, deve sublinhar-se a sua elevada qualidade. Mesmo em língua inglesa, não parece existir uma obra que realize, de forma tão completa, a ligação entre teoria, método e tecnologias, a que se soma a proposta de curso, devidamente programado e orientado pedagogicamente. Esta ligação e a transformação deste conhecimento em objeto de ensino-aprendizagem são os principais méritos do trabalho realizado por Mauricio Almeida. Abrem-se, com estes volumes, novas perspetivas para o desenvolvimento científico da Ciência da Informação e uma avenida de oportunidades para o aprofundamento técnico-profissional, que os estudantes da graduação e da pós-graduação podem trilhar no seu percurso de formação profissional contínua. A Ontologia Aplicada será, certamente, uma disciplina e um artefacto essenciais para o ecossistema informacional do futuro. Almeida oferece um roteiro fundamental para este caminho.

## Referências bibliográficas

- Almeida, M. B. (2013). Revisiting ontologies: A necessary clarification. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 64(8), 1682-1693. <https://doi.org/10.1002/asi.22861>
- Almeida, M. B. (2020). *Ontologia em Ciência da Informação: Teoria e Método* (1ª ed., Vol. 1). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978655578679.8>
- Almeida, M. B. (2021). *Ontologia em Ciência da Informação: Tecnologia e Aplicações* (1ª ed., Vol. 2). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978652511477.4>
- Almeida, M. B., & Bax, M. P. (2003). Uma visão geral sobre ontologias: Pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, métodos de avaliação e de construção. *Ciência da Informação*, 32(3), 7-20. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000300002>

- Almeida, M. B., & Emygdio, J. L. (2021). *Ontologia em Ciência da Informação: Curso completo com teoria e exercícios* (1ª ed., volume suplementar para professores). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978652511267.1>
- Biagetti, M. T. (2021, outubro 21). *Ontologies (as knowledge organization systems)*. ISKO – Encyclopedia of Knowledge Organization. <https://www.isko.org/cyclo/ontologies>
- Broughton, V. (2015). *Essential Classification* (2nd ed.). Facet.
- Currás, E. (2010). *Ontologies, Taxonomies and Thesauri in Systems Science and Systematics* (1st ed.). Chandos.
- Revez, J., & Silva, C. G. da. (2021). A organização da informação e a Agenda 2030: A interoperabilidade e o desenvolvimento sustentável. *PontodeAcesso*, 15(3), 70-89. <https://doi.org/10.9771/rpa.v15i3.47474>
- Staab, S., & Studer, R. (Eds.). (2009). *Handbook on Ontologies* (2nd ed.). Springer.
- Zeng, M. (2008). Knowledge Organization Systems. *Knowledge Organization*, 35, 160-182.

**Agustín Lacruz, M. C., & Torregrosa Carmona, J.-F. (2019). *Formas de mirar: usos informativos y documentales de la fotografía* (1.<sup>a</sup> ed.). Ediciones Trea.**

por SUSANA SOFIA CUNHA

Doutoranda em Ciência da Informação

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

[susana.cunha@student.fl.uc.pt](mailto:susana.cunha@student.fl.uc.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4444-4319>

Desde o seu patenteamento, em 1839, que a fotografia tem múltiplas funções e é utilizada das mais variadas formas. Este livro surge como uma reflexão sobre as várias perspetivas da fotografia, desde a obra cultural e social, às funções que lhe estão associadas, como representar, testemunhar, exibir e socializar, com especial enfoque nos seus usos informativos e documentais. Esta obra, trazida à estampa em 2019, assume-se como um auxiliar para todos aqueles que, não sendo especialistas, procuram mais conhecimento acerca da fotografia e suas diferentes manifestações.

Os autores provêm de campos académicos distintos, mas complementares: Maria del Carmen Agustín Lacruz é doutorada em Sistemas de Informação e Documentação pela Universidade de Saragoça e diretora do Departamento de Ciências da Documentação e História da Ciência da mesma universidade, onde leciona nos diferentes ciclos académicos. Foi bibliotecária na Rede de Bibliotecas Públicas Municipais de Saragoça e é autora de várias publicações sobre análise de imagens, leitura e bibliotecas. Juan-Francisco Torregosa Carmona é doutorado em Estruturas, Tecnologias e Tratamento da Informação pela Universidade Complutense e professor no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Rey Juan Carlos, de Madrid. É membro da Cátedra UNESCO de Investigação em Comunicação, autor de diversas publicações e trabalhou como jornalista e documentalista na administração pública e em empresas privadas.

O livro está organizado em oito capítulos, que consistem nos eixos temáticos abordados: a fotografia, significado e alcance; usos e valores documentais da fotografia; fotojornalismo e usos informativos da fotografia; a fotografia na publicidade; usos privados e sociais da fotografia; a era digital; fontes de informação sobre fotografia e agências jornalísticas, centros e instituições fotográficas. Para além das exposições teóricas, os autores apresentam estudos de caso, citações e instituições concretas que nos ajudam a contextualizar e refletir os assuntos abordados.

No primeiro capítulo os autores guiam-nos sobre uma brevíssima história da fotografia, mencionando os principais protagonistas que contribuíram para a sua invenção e evolução técnica até à atualidade. Destacam o progresso científico e tecnológico que teve lugar na Europa, durante a Revolução Industrial, que proporcionam a Niépce, Daguerre, Talbot e Eastman, entre outros, a possibilidade de desenvolver e registar patentes que vão desde o daguerreótipo às câmaras Kodak e aos primeiros rolos fotográficos, popularizando a fotografia amadora. Como referem Almeida e Fernandes (2016, p. 25), o século XIX começou sem fotografias e terminou com milhões de câmaras fotográficas nas mãos de milhares de utilizadores. O início da era digital, em 1986, e o início da fotografia móvel, em 2000, são igualmente catalisadores da popularidade que a fotografia goza na atualidade.

É neste capítulo que os autores abordam alguns conceitos, definições e características da imagem fotográfica, desde logo a sua importância para a representação do quotidiano e construção do passado. A fotografia mudou o modo de representar e perceber o mundo e foi decisiva para a evolução dos meios de comunicação (imprensa, cinema, televisão e redes sociais), na medida em que é uma parte essencial da cultura visual contemporânea e é usada de forma massiva para transmitir informação e tornar mais eficazes e persuasivas as suas mensagens. O que torna a fotografia original é a sua característica de particularidade: ela não capta o geral, mas sim um momento concreto e irrepetível da realidade. O seu poder comunicativo e a sua linguagem universal contribuem para a diferenciar da linguagem verbal: a fotografia nunca poderá ser assertiva, na medida em que não pode afirmar ou negar algo, como as palavras; representa a realidade de forma concreta, sem a capacidade de abstração das palavras; mostra a História, mas não tem capacidade para a narrar. Os autores recorrem a Susan Sontag para salientar que as fotografias são um convite ao sentimentalismo e convertem o passado numa visão para a eternidade. A este respeito, a autora acrescenta que elas são um relato transparente da realidade, uma prova incontroversa de que determinada coisa aconteceu (Sontag, 2012, p. 14).

Neste primeiro capítulo os autores discorrem sobre os principais géneros e temas fotográficos, partindo da premissa que “género fotográfico” se refere a qualidades comuns ou estruturas discursivas pré-definidas que obedecem a critérios: tema (paisagem, retrato, etc.), estilo (fotografia realista, documental, fotojornalismo, etc.), modos de produção e uso estabelecidos em função de contextos, lugares ou tempos (fotografias pessoais ou de família, publicitárias, científicas, documentais, etc.), sistemas de organização (representação, classificação e recuperação de imagens em bases de dados e arquivos) e ainda tópicos ou categorias temáticas usadas nos concursos ou eventos fotográficos (natureza, nu, fotografia de arquitetura, etc.). Os autores voltam a alguns destes temas em diferentes partes desta obra, aprofundando, quando necessário, a sua análise.

Assim, a generalização da fotografia entre artistas que anteriormente se dedicavam profissionalmente a registar e testemunhar acontecimentos e a memória familiar e coletiva vai desencadear uma crescente procura por parte das classes burguesas, que agora tinham ao seu alcance uma forma mais fácil e económica de comunicar socialmente. A fotografia de paisagem e de monumentos vem prolongar a tradição pictórica e romântica da natureza, do pitoresco e do sublime, tendo sido impulsionada, em parte, pelo excursionismo e viagens e proporcionando o aparecimento e colecionismo de postais.

Ainda neste capítulo são analisadas as diferentes abordagens interdisciplinares através das quais a fotografia pode ser estudada. Destaca-se a perspetiva historiográfica, considerando a fotografia como fonte de informação e como documento histórico, relacionada com a Escola dos *Annales*, a História das Mentalidades e História da Atualidade: o surgimento, em 1929, da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, pelas mãos de March Bloch e Lucien Febvre, insistiu na necessidade de ampliar a noção de documento e, como refere Jacques Le Goff, a História pode e deve fazer-se sem documentos escritos, quando estes não existem, utilizando tudo o que exprime e demonstra a presença, a atividade, os gostos e a maneira de ser do homem (Le Goff, 1990, p. 540). Consequência, em parte, desta perspetiva, destaca-se também a abordagem informativa e documental, isto é, a imagem como uma evidência ou registo dentro de um sistema de informação e necessidade de estudar a gestão das coleções iconográficas com vista a gerar representações documentais que tornem possível a recuperação desses documentos e da informação neles contida.

O estudo de caso deste capítulo vai incidir sobre o retrato: popularizado na segunda metade do século XIX através das *carte-de-visite*<sup>1</sup>, impulsionou o

---

<sup>1</sup> Patenteada por Disderi em 1854, a *carte-de-visite* consiste numa prova de albumina colada sobre cartão, com o formato de cerca de 6x9cm. Resultou do avanço tecnológico de permitir que

intercâmbio social e converteu-se num género icónico amplamente difundido por todas as classes sociais e lugares. Nas palavras dos autores, “o retrato vem satisfazer a necessidade humana básica de celebrar o indivíduo que quer ver e ser visto” (p. 30) e satisfaz duas necessidades: o desejo de imortalidade (faz prova da sua existência através da sua própria imagem) e o desejo de poder e diferenciação sobre os outros. Uma nota importante prende-se com o aparecimento de subgéneros do retrato, como o retrato *post-mortem* (por vezes o único testemunho e recordação da pessoa falecida, fotografada com as suas melhores roupas, objetos favoritos e até brinquedos) e o retrato laboral (trabalhadores ou figuras características, fotografadas com os seus utensílios de trabalho), importantes para a criação e manutenção do imaginário coletivo.

O segundo capítulo explora os usos e valores documentais da fotografia. O registo da informação em um suporte analógico ou digital converte a fotografia em documento, com uma série de valores para a investigação histórica e para a atualidade. As imagens enquanto fonte de informação têm uma morfologia específica e características únicas, com capacidades expressivas e valores patrimoniais e documentais próprios: têm sentido de presença e autenticidade, que lhes confere um carácter fidedigno, e transmitem informações acerca de realidades espaço-temporais concretas. A este respeito, os autores chamam a atenção para as limitações, convenções e ruído associado à fotografia. Se, por um lado, a sua natureza mecânica garante fidelidade, objetividade e realismo, por outro a máquina é operada pelo homem e este nunca consegue ser completamente objetivo. Toda a imagem fotográfica resulta de uma eleição do espaço que se decide mostrar e, conseqüentemente, do que fica de fora do enquadramento.

Ainda neste capítulo os autores explicam as características e usos da fotografia documental. Este termo começou a ser utilizado na década de 1930, nos Estados Unidos da América (EUA), para designar cenas da vida quotidiana, sobretudo de classes mais desfavorecidas. As imagens faziam parte de campanhas de reforma social levadas a cabo por instituições governamentais, como a *Farm Security Administration*, e tinham como objetivo alertar consciências para esta realidade, algo que não conseguiam só com textos escritos. O estudo de caso deste capítulo incide precisamente em Lewis W. Hine e no seu trabalho nos inícios do século XX e durante a Grande Depressão dos EUA, na década de 1930, onde procura mostrar as condições em que viviam e trabalhavam emigrantes, exilados, crianças, mulheres e cidadãos mais desfa-

---

um negativo pudesse ser impresso várias vezes. Tal como o seu nome indica, eram trocadas entre amigos e família e guardadas em álbuns próprios (Johnson et al., 2005, p. 734).

vorecidos. Apesar de o termo ter sido cunhado na década de 1930, alguns indícios nos finais do século XIX e inícios do século XX permitiam vislumbrar já uma tendência para o que viria a ser a fotografia documental, como refere nesta obra Jorge Pedro Sousa: a fotografia de viagens e curiosidades etnográficas da segunda metade do século XIX, a documentação fotográfica aquando da conquista do Oeste Americano e conseqüente exaltação dos orgulhos nacionais e subjugação dos povos, as fotografias de África e do Oriente (de orientação colonialista e comercial, através de postais) e as fotografias de tipo social (de vendedores de rua, por exemplo) (p. 47).

De entre os variados usos anteriores e atuais da fotografia documental, os autores destacam a fotografia científica, etnográfica, administrativa (fundamental para documentos de identificação), médica (sobretudo associada à psiquiatria), criminalista, arquitetónica e industrial e política. Este último ponto assume especial relevância quando associado à fotomontagem, à propaganda e à manipulação: embora evidencie a realidade, a fotografia pode ser alterada e retocada, modificando o seu significado, sem que a sociedade o detete. Esta realidade foi particularmente utilizada pelos regimes totalitários da primeira metade do século XX, o que vem comprovar a importância dada à imagem em relação ao texto escrito.

O terceiro capítulo desta obra analisa as principais funções, usos, géneros e modelos de análise da fotografia de imprensa e os autores conferem-lhe uma análise extensa e aprofundada. Foi graças à invenção do *halftone*, ou fototopia (procedimento que permitia imprimir a imagem ao mesmo tempo que o texto) que em 1895 “nasceu” o fotojornalismo (p. 75) e é a partir da década de 1920 que o fotojornalismo internacional emerge, relacionado com revistas e outras publicações em que o elemento visual se sobrepunha aos textos dos melhores repórteres, correspondentes e escritores. A figura do repórter fotográfico surge na década de 1930, traduzindo-se numa maior quantidade e qualidade de fotografias informativas da atualidade. Foram os grandes conflitos do século XX, nomeadamente o final da 2.ª Guerra Mundial e a guerra do Vietname, que impulsionaram o desenvolvimento do fotojornalismo. Os autores referem, também, a Guerra Civil Espanhola e a importante participação de Robert Capa na cobertura deste conflito, que tornou a fotografia “Morte de um miliciano” numa das fotografias mais conhecidas em todo o mundo. A capacidade da fotografia de captar momentos decisivos, nomeadamente, a representação do sofrimento, ocupa um capítulo fundamental da fotografia como meio coletivo de expressão, de denúncia e de ativismo social. Como referem os autores, é a adequada combinação entre a palavra e a imagem que proporciona os melhores resultados.

As funções da fotografia de imprensa são testemunhais, ilustrativas e informativas e as reações que provocam nos leitores comprovam a importância que lhes é concedida: a fotografia chama a atenção antes do texto, memoriza-se mais rapidamente que a informação escrita e os artigos com imagens são mais lidos que os que não as têm. O aumento da importância do fotojornalismo durante o século XX e a capacidade de mobilização emocional da fotografia leva a afirmar que uma notícia sem imagem não é notícia. É neste sentido que a ética da imagem na imprensa tem uma importância fundamental: a fotografia de imprensa confere ao acontecimento transparência e fidedignidade, ao contrário de um texto escrito, que pode omitir ou deturpar a realidade. O *punctum* (aquilo que nos toca, nos afeta e nos fere numa fotografia, segundo Barthes) é essencial na atribuição de significados numa fotografia concebida ou mostrada para simular ou manipular. Barthes (2008, p. 17) refere que uma fotografia pode ser o objeto de três intenções: fazer, experimentar, olhar. O *operator* (fazer) é o fotógrafo; o *spectator* (experimentar) somos todos nós; o *spectrum* (o alvo, o referente) é aquele ou aquilo que é fotografado. Isto resulta em que a natureza da informação fotográfica vá depender dos propósitos e interesses do emissor e do recetor: o contexto de uma imagem varia conforme o contexto da sua produção e dos usos e valores que lhe são atribuídos pelo sujeito que a interpreta. Uma das chamadas de atenção dos autores recai sobre a tentativa de domínio sobre a memória, protagonizada pela manipulação, ocultação e destruição, quer por falta de cuidado e atenção, quer por vontade de apagar e reescrever páginas da História. Como já foi referido, os regimes totalitários do século XX protagonizaram vários episódios de censura e tentativas de domínio sobre a memória, destruindo fotografias de vítimas ou inimigos do regime, manipulando cenas específicas e eliminando indivíduos de fotografias (pp. 90-91).

Na sua análise, os autores identificam seis géneros de fotografia informativa: notícia fotográfica (que responde às cinco perguntas clássicas do jornalismo e pode ser constituída por uma única imagem ou por uma sequência), fotorreportagem (muitas vezes feita por encomenda, em que a fotografia deixa de ser uma mera ilustração da notícia), ensaio fotográfico (série fotográfica sobre determinado tema, em que se evidencia o elemento visual), livro de fotografia (relacionada com a criatividade, seguindo uma sequência narrativa e ritmo próprios da literatura), fotomontagem e retrato.

Ainda neste capítulo, os autores demoram-se sobre a codificação, a leitura, a análise e a interpretação da imagem fotográfica. Não obstante ser um capítulo dedicado à imagem de imprensa, esta reflexão é transversal a todos os tipos de imagens e assume especial importância para o estabele-

cimento de uma metodologia de análise informativa e documental da fotografia. Não é possível falar de leitura e análise de conteúdo de uma imagem sem referir Erwin Panofsky e o seu método de análise em três níveis: pré-iconográfico (descreve os objetos e ações representadas), iconográfico (estabelece o assunto secundário, isto é, o significado mítico, abstrato ou simbólico, identificado a partir de elementos da análise pré-iconográfica) e iconológico (interpretação do significado intrínseco do conteúdo da imagem, ou seja, é construído a partir das análises anteriores juntamente com os conhecimentos do leitor sobre o ambiente cultural e social em que a imagem foi gerada) (Panofsky, 1989). É no seguimento desta teoria que se considera que a imagem deve ser analisada do ponto de vista denotativo (processo descritivo, de âmbito objetivo) e conotativo (processo interpretativo e de âmbito subjetivo, que depende dos conhecimentos prévios de cada um acerca do tema) (p. 96). Acerca destes dois planos, Felix Valle Gastaminza alerta que há sempre uma parte objetiva na conotação, válida em determinado contexto cultural, o que resulta que a leitura e análise da imagem dependa, também, da memória coletiva (Valle Gastaminza, 1993). Este autor é citado, neste capítulo, quando se abordam questões como o polimorfismo e a polissemia da imagem, as relações estabelecidas entre a fotografia, a legenda e o seu referente (assunto), bem como as competências necessárias ao leitor para compreensão das imagens (competências iconográficas, narrativas, estéticas, culturais, entre outras). Ainda neste capítulo, e importantes para a análise documental da fotografia, são analisados os códigos de significação icónica e sua relação com algumas características da fotografia. O destaque dos autores vai para aspetos espaciais (relacionado com os planos e o que fica dentro ou fora do campo de visão), gestuais (comunicação não verbal dos personagens representados), simbólicos (valores culturais, religiosos ou importância da imagem dentro de um contexto), fotográficos (relacionados com a técnica e a tecnologia utilizadas) e de relação e composição (efeitos e sentidos alcançados com a conjugação de todos os outros códigos).

O quarto capítulo é dedicado à fotografia publicitária, isto é, a imagem ao serviço da eficácia comercial. São abordadas questões como o poder persuasivo das imagens e as suas principais características. Como nos anteriores, os autores iniciam o capítulo com uma contextualização histórica, remetendo a sua origem para a década de 1920/1930, coincidindo com o aparecimento das primeiras vanguardas artísticas e cursos de publicidade da Bauhaus, com a crescente procura social de imagens mais realistas que as ilustrações e com o surgimento da fotografia de propaganda política e institucional. É na década de 1950 que a fotografia publicitária se consolida,

graças a uma mudança de conceito, que progressivamente passa a aceitar que a imagem era capaz de mostrar e enumerar as qualidades do produto com maior eficácia que o anúncio escrito.

A imagem publicitária insere-se no grande grupo da “fotografia comercial”, onde se inserem todas as imagens criadas com a finalidade de promover a compra, troca ou venda de objetos, produtos e serviços. As suas principais características prendem-se com a tentativa de influenciar o leitor através de efeitos sensoriais, isto é, dar-nos uma visualização metafórica das qualidades e principais atributos do produto, promovendo o desejo de o possuir. Ao contrário da fotografia de imprensa, esta não está condicionada à obrigação de representar de forma fidedigna a realidade. Como referem os autores, a fotografia publicitária transmite mensagens específicas, cria ícones, influencia a sociedade e a sua ubiquidade permite que se difunda extensivamente através de diferentes meios e suportes (p. 111).

É no quinto capítulo que os autores abordam os usos privados e sociais da fotografia. A fotografia de “aficionados”, ilustres ou populares, generalizou-se nos finais do século XIX, graças em parte à invenção de câmaras pequenas e portáteis como o caso muito particular da câmara Kodak, de George Eastman. Os autores referem as mudanças profundas que se operaram na sociedade com esta popularização da fotografia, facilitando vínculos comunicativos, troca de informações, registos pessoais e sociais: partilhar fotografias e fazer parte do círculo social converteu-se num ritual pessoal, familiar e social que se mantém até hoje (p. 146).

O álbum fotográfico, presença assídua nos meios privados e já objeto de preservação e salvaguarda em arquivos e instituições de memória, surge como forma de organização da quantidade de fotografias (positivos) que se geraram desde finais do século XIX. Destaca-se a sua importância enquanto fonte de informação para o estudo da sociedade porque reflete as formas de estar e a história local dos diferentes grupos sociais de cada época. Também o aparecimento e massificação dos postais ilustrados se constitui como um elemento democratizador da imagem, a par de uma forma de rendimento extra para os fotógrafos, que veem aqui uma forma de comercializar e difundir os seus trabalhos.

O último capítulo de carácter teórico (sexto capítulo) aborda a era digital, nomeadamente o papel da fotografia como protagonista, no contexto narrativo, da identidade pessoal e social nas redes sociais. Os autores alertam para o facto de não existir, ainda, tempo suficiente para um distanciamento que permita uma análise fechada do panorama, mas apontam já algumas considerações. Desde logo, o “fim” da fotografia analógica, reme-

tida agora para aficionados do saber fazer e dos processos tradicionais. Realçam o fenómeno imparável da fotografia feita com telemóveis, que é imediatamente partilhada nas redes sociais, cujo objetivo não é ser conservada ou arquivada, mas sim contribuir para a conversação global e digital. Com este tipo de imagens, os fotógrafos profissionais perderam a exclusividade da linguagem fotográfica, que agora está acessível a qualquer pessoa. Os autores apontam o papel da mulher neste processo, anteriormente destinado maioritariamente a homens.

O estudo de caso deste capítulo incide sobre a *selfie*, anglicismo empregue para designar as fotografias que alguém tira de si mesmo com um *smartphone* ou outro dispositivo móvel, com a finalidade de ser difundida nas redes sociais. A *selfie* não é mais do que um autorretrato, género e prática que é comum desde as primeiras etapas da história da fotografia, uma prática social significativa vinculada ao desejo de projetar uma imagem de si próprio e uma forma de apresentação individual, que agora se converteu num fenómeno de massas (p. 180). É referida a sua importância enquanto fonte de informação visual para o estudo da vida quotidiana contemporânea e constitui, a par dos *smartphones*, um dos principais símbolos da cultura e forma de sociabilização digital entre a população mais jovem.

Os dois últimos capítulos desta obra constituem-se como uma importante fonte de informação para o estudo da história, da técnica, da análise e da contextualização da fotografia, já que elencam as principais obras de consulta e fontes primárias e secundárias, nomeadamente enciclopédias, dicionários especializados e históricos, diretórios, inventários, cronologias, manuais e obras de divulgação, monografias, ensaios, publicações periódicas, catálogos de exposições e bancos de imagens. Referem, também, as principais normas aplicadas à fotografia. Fornecem, ainda, uma relação de agências noticiosas, fototecas e diferentes tipos de arquivos de imagem, sobretudo espanholas, bem como museus, bibliotecas, hemerotecas, fundações e institutos públicos e privados com coleções de fotografia, e ainda associações dedicadas ao estudo e investigação da fotografia.

## Referências bibliográficas

- Agustín Lacruz, M. C., & Torregrosa Carmona, J.-F. (2019). *Formas de mirar: usos informativos y documentales de la fotografía* (1.ª ed.). Ediciones Trea.
- Almeida, C. S., & Fernandes, C. M. (2016). *O lápis mágico. Uma história da construção da fotografia* (3.ª ed.). IST Press.

- Barthes, R. (2008). *A Câmara Clara. Notas sobre a fotografia* (1.ª ed.). Edições 70.
- Johnson, W. S., Rice, M., & Williams, C. (2005). *The George Eastman House Collection: A history of photography. From 1839 to the present* (1.ª ed.). Taschen.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória* (1.ª ed.). Editora da Unicamp.
- Panofsky, E. (1989). *O significado nas artes visuais* (1.ª ed.). Editorial Presença.
- Sontag, S. (2012). *Ensaio sobre fotografia* (1.ª ed.). Quetzal Editores.
- Valle Gastaminza, F. (1993). El análisis documental de la fotografía. *Cuadernos de Documentación Multimedia*, 2, 33-43. <https://revistas.ucm.es/index.php/CDMU/article/view/59340>

# **Corujo, L. (2022). *Introdução aos repositórios digitais* (1ª ed.). Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.**

por **MARÍA-MANUELA MORO-CABERO**

Professora Titular na Universidade de Salamanca

Diretora do Mestrado em Sistemas de Informação Digital

Coordinadora del Grupo de Investigación de la Universidad de Salamanca

“Información, Biblioteca y Patrimonio Documental”

Universidad de Salamanca

[moroca@usal.es](mailto:moroca@usal.es)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5301-1924>

O Doutor Luís Corujo apresenta uma obra sobre repositórios digitais, que, tal como anuncia na introdução da mesma, é fruto tanto da sua trajetória de pesquisa e experiência vivida no âmbito do Repositório RODA, quanto da sua persistência, dado que os primeiros estudos da sua autoria sobre o assunto datam de 2015, ano da defesa da sua Dissertação de Mestrado (Corujo, 2015). O estudo foca-se na ótica da preservação digital. Os ambientes digitais informacionais caracterizam-se pelo contínuo desafio de vários componentes — objetos digitais criados por tecnologias diversas: máquinas, sistemas e linguagens — em permanente mudança. Este facto supedita-se aos objetos digitais, à informação contida neles ou sobre eles e às pessoas interessadas no seu acesso a uma estreita dependência das máquinas ao longo do tempo.

Três assuntos relevantes devem ser ressaltados. O primeiro, a importância dos repositórios e a sua peculiaridade no contexto digital. O segundo, a relevância em manter os objetos digitais e a informação contida neles, acessíveis ao longo do tempo. Finalmente, resta enfatizar o valor do repositório digital como sistema de informação que demonstra confiabilidade, conferindo às informações um acrescido valor enquanto consistentes ativos de conhecimento, seja no que toca à autenticidade seja no que se refere à sua qualidade.

O enfoque etimológico do termo latino “repositório digital” remete para a ideia de espaço/ lugar onde guardar alguma coisa. A partir de Luís Corujo avançamos sobre a sua evolução até à sua convergência nas instituições de memória.

Gil Matos (Corujo, 2022) enfatiza o facto de o termo ter sido há já mais de duas décadas cunhado para definir sistemas agregadores de informação de diversa natureza e proveniência com o fim de facilitar a disseminação, o acesso e a comunicação mediatas sobre os seus conteúdos, acrescentando posteriormente outros serviços. Desses serviços, destacam-se a preservação e o acesso a longo prazo, de modo a salientar os novos valores de atendimento de interesses diversos das comunidades de prática e de pesquisa colaborativa e a criação do conhecimento mediante portais colaborativos de galerias artísticas, bibliotecas, arquivos e museus — a partir de agora designados GLAM. Observe o leitor que dos tradicionais silos ou depósitos destinados ao armazenamento de caixas, pacotes e dossiês, onde prevalecia a natureza física dos fundos e coleções, evoluíram para complexos sistemas informacionais constituídos por agregações de dados, documentos, livros, artefatos acompanhados de todas as suas representações contextuais, descritivas e metanarrativas.

Em segundo lugar, menciona-se facto de preservar e manter o acesso a longo prazo, que nos adentra no tema da “preservação digital”, um desafio em constante emergência, dado que as informações se supeditam às máquinas desde a sua criação até ao seu acesso, o qual é definido no Glosário de InterPares (2022, p. 18) como “The specific process of maintaining digital materials during and **across different generations of technology over time**, irrespective where they reside. [Computer and Information Sciences]”. Em idêntica linha, a DPC no seu manual define o termo nas ações desenvolvidas **para assegurar o acesso** aos objetos digitais, considerando os limites dos erros e **obsolescências dos *media* e das mudanças tecnológicas e organizacionais**. Com maior alcance, mas nos limites do documento, a norma UNE-ISO 30300 (2021, p. 15) define a preservação como conjunto de “medidas adotadas para manter a usabilidade, **autenticidade, fiabilidade e integridade** de documentos ao longo do tempo” [tradução nossa].

Por fim, o estudo centra-se na confiabilidade e certificação. No glossário do manual da DPC, um repositório digital confiável é definido pela sua “missão de fornecer acesso de longo prazo e confiável aos ativos digitais gerenciados para sua comunidade designada, agora e no futuro”. Na terceira parte do estudo, analisam-se os conceitos de “confiabilidade” e “certificação” a par da identificação das ferramentas avaliadoras e certificadoras,

aportando não somente num estudo cronológico, mas de natureza e do alcance das ditas ferramentas.

Sem dúvida alguma, a melhor opção para fazer referência a este livro seria aquela de empregar o prefácio elaborado pelo professor do Curso de Especialização em Ciências Documentais e do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Universidade de Lisboa, António Gil Matos, que o introduz (Corujo, 2022, p. 14) como estudo:

“introdutório quanto exaustivo... obrigatório para todos os estudantes de Ciência da Informação, de Sistemas de Informação e de Tecnologias da Informação, assim como para professores e investigadores das mesmas áreas” interessados neste tema.

O livro, com a finalidade de atualizar os conteúdos da Dissertação de Mestrado, constitui-se numa monografia especializada, estruturada em três partes:

Na primeira parte, intitulada “Repositórios digitais”, o autor demonstra uma ampla análise cronológica do conceito para chegar a uma definição de “repositório digital” e à sua evolução até o vincular com ambientes de uso das instituições da memória. Inclui um estudo conceitual (1.1 conceito e definição), e um estudo das utilidades (1.2 âmbitos de utilização). Adicionalmente, conclui com o estado da arte dos repositórios digitais (1.3). O autor estabelece as diferenças entre arquivo digital, repositório institucional, temático e biblioteca digital e as suas convergências. Fecha o estado da arte percecionando a sua evolução em primeira mão (Silva & Corujo, 2018), onde destacamos as seguintes expressões: arquivos e bibliotecas digitais, sistemas agregadores de informação, objetos digitais mantidos a longo prazo, necessidades e expectativas de comunidades de prática, responsabilidade institucional, acesso e preservação no longo prazo.

Esta parte solidamente referenciada mostra-se muito útil para fundamentar o conceito de repositório digital. Apontamos para as próximas edições, duas sugestões:

- A primeira, orienta-se para a via pedagógica, ao considerar que o livro poderia ter uma audiência potencial de estudantes, entre outros. Por conseguinte, a monografia deveria incluir uma linha de tempo para expressar a evolução conceptual, um mapa conceptual para espelhar o seu alcance e uma tabela em que fosse possível assinalar as analogias e divergências no âmbito de distintos modos de utilização.

- A segunda orienta-se para o estado da arte da evolução do conceito. Considerando a relevância da última parte do livro, alguns qualificativos talvez devam ficar presentes, tais como a confiabilidade ou terceira parte.

A segunda parte do livro (pp. 47-75), centra-se no modelo OAIS. A norma UNE-ISO 14721 (2015, p. 18) entende que o OAIS é um sistema de informação de arquivo aberto, sendo definido como sinónimo de arquivo. Um arquivo OAIS é definido como “aquele dedicado a conservar informação para que possa aceder a ela e utilizá-la numa comunidade específica e que cumpre (“uma série de”) requisitos” uniformizados pela própria norma [tradução nossa]. A leitura desta norma ISO facilita a compreensão do modelo, mas devido à sua complexidade e aos seus tecnicismos, resulta muito melhor esta introdução onde Luís Corujo apresenta o modelo de ambiente externo ao OAIS (2.1), o modelo de informação do OAIS (2.2) e o modelo funcional (2.3). Além do mais, apresenta, e que considero muito interessante, as áreas potenciais de normalização extensiva vinculadas ao modelo OAIS (2.5), aportando informação para a área de submissão de dados, para a área de preservação, para a confiança e certificação, para a interface produtor-arquivo e para aquela de tipo estrutural. Embora esta parte a título de modelo OAIS, o autor não se esquece de expandir os conteúdos para outras normas colaborativas que o mudam para a esfera da meta-normalização.

Esta segunda parte é acompanhada de esquemas e detalhes explicativos que contribuem para a compreensão do modelo. Em edições posteriores aconselha-se a fazê-lo de forma extensiva no ponto 2.5, relativo à meta-normalização.

De forma idêntica no capítulo 1, o autor inclui um estado da arte sob o modelo OAIS, que destacamos, sublinhando expressões como: migração, cooperação, análise dos riscos, guia essencial para implementação para todo o tipo de especialistas, base geral sobre conservação da informação no suporte não digital, estrutura para compor e comparar arquiteturas e funcionamento dos serviços, modelo de sucesso, guia para desenvolvimento de *software*.

A terceira parte do livro (pp. 75-121) intitula-se “Confiança e Certificação”. Abordam-se os dois conceitos para depois enumerar as ferramentas avaliadoras. O autor vincula o primeiro conceito com a segurança do objeto e do ambiente digital, com a segurança da informação e a credibilidade do serviço, com o acesso a longo prazo à informação pelas comunidades específicas; ademais, para o seu sucesso, a organização deve trabalhar com res-

pensabilidade e comunicar o seu compromisso relativamente a esta questão. A norma UNE-ISO 16363 (2017, p. 21) inicia a definição de “repositório digital confiável” como “uma missão de assegurar o acesso da informação às comunidades designadas presentes e futuras no tempo...”, requerindo controle, planeamento e monitorização constantes, a implementação de estratégias e outras ações preservadoras.

O pontal transcendental dos repositórios confiáveis, assevera o autor, sustenta-se na confiança, mas para manter esta característica ao longo do tempo, deve-se integrar a certificação, a qual permite em termos de qualidade, transparência e sequenciamento temporal, dispor de confiabilidade. Isto é, um processo de certificação permanente é a chave para o sucesso da confiabilidade. Este facto nem sempre é valorizado pelos responsáveis dos repositórios. Assim, a qualidade dos objetos digitais e dos serviços, a transparência nas informações e métricas dos resultados e processo da avaliação, e a demonstração de uma sequenciação temporal de análise dos resultados, ao longo do tempo, facilita uma avaliação. Se a esta unirmos a independência institucional e fundamentação na evidência, poder-se-á falar de certificação.

O autor também aponta para várias ferramentas de avaliação, fazendo uma pequena descrição e análise comparadas dos principais elementos objeto de pesquisa; isto é, o marco de critérios e subcritérios a considerar, seja para avaliar ou certificar. Enumera ferramentas que asseguram uma avaliação de princípios-chave tanto na responsabilidade e competência organizacional, quanto sobre o objeto e os serviços, assim como de segurança e riscos potenciais. Estas ferramentas permitem, por vezes, fazer uma autoavaliação (auditoria da primeira parte), e em outras acometer uma avaliação de terceira parte. A norma UNE-ISO 30300 (2021, p. 12) define a terceira parte como “pessoa ou organismo que se reconhece como independente das organizações implicadas, no que respeita ao objeto em questão” [tradução nossa]. Sem dúvida alguma, a característica de independência apresenta-se como uma boa limitante da certificação. Ao considerar as diversas opções, o autor delimita diferentes níveis de avaliação até alcançar a certificação.

Sublinha-se esta última parte da monografia, o estudo dos conceitos, a enumeração das ferramentas mais relevantes do presente, acompanhadas de uma breve apresentação dos princípios e critérios mais pertinentes. Para os futuros leitores e estudantes, aconselhamos em futuras edições incorporar tabelas e figuras ilustrativas das ferramentas, indicando marcos significativos de pesquisa, salientando critérios mais significativos, sublinhando o potencial do uso e os níveis avaliadores até à certificação.

Embora o autor titule a monografia como introdução, concordamos com o Doutor Gil Matos quando afirma que o estudo supera esse objetivo, aportando informação essencial para todos quantos se interessam pelos repositórios e pela sua confiabilidade e certificação, ao considerá-lo não somente uma porta de entrada no assunto, mas um estudo coerente, detalhado nas descrições, sólido nas referências bibliográficas e acompanhado do máximo rigor científico.

## Referências bibliográficas

- AENOR/Asociación Española de Normalización. (2015). *UNE-ISO 14721:2015. Sistemas de transferencia de datos e información espaciales. Sistema abierto de información de archivo (OAIS). Modelo de referencia*. AENOR-Asociación Española de Normalización.
- AENOR/Asociación Española de Normalización. (2017). *UNE-ISO 16363:2017. Sistemas de transferencia de información y datos espaciales. Auditoría y certificación de repositorios digitales de confianza*. AENOR/Asociación Española de Normalización.
- AENOR/Asociación Española de Normalización. (2021). *UNE-ISO 30300. 2021. Información y documentación. Gestión de documentos. Conceptos fundamentales y vocabulario*. AENOR/Asociación Española de Normalización.
- Corujo, L. (2015). *Repositórios digitais e confiança: um exemplo de prevenção digital: o RODA* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/18109>
- Digital Preservation Coalition. (2022). *Digital Preservation Handbook*. <https://www.dpconline.org/handbook>
- InterPARES 2 Project. International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. (2022). *Terminology Database*. [http://www.interpares.org/ip2/ip2\\_terminology\\_db.cfm](http://www.interpares.org/ip2/ip2_terminology_db.cfm)
- Silva, C., & Corujo, L. (2018). Os repositórios digitais e o seu objeto: perspectiva(s) dos estudos acerca de experiências portuguesas. In M. L. Oliveira, C. Marcondes, & A. C. Rodrigues (Eds.), *Produção, tratamento, disseminação e uso de Recursos informacionais heterogêneos: diálogos interdisciplinares* (pp. 37-54). IACS/UFF.

# **Falk, S. (2021). *A Idade Média: A verdadeira Idade das Luzes* (1ª ed.). Bertrand.**

por CARLOS GUARDADO DA SILVA

Professor Auxiliar com Agregação

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

[carlosguardado@campus.ul.pt](mailto:carlosguardado@campus.ul.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

A associação da Idade Média a um tempo de trevas e barbárie não é nova, a que assistimos recorrentemente em debates e comentários televisivos ou, mais recentemente, nas redes sociais a propósito de atos de violência e terrorismo ou perante atitudes de grosseria, falta de educação ou injustiça. Ao invés, as trevas revelam-se neste tipo de comentários, que qualificam como medievais muitas das ações contemporâneas, manifestando um enorme desconhecimento face a este longo período da história de cerca de mil anos, muitas vezes tratado como um bloco monolítico encapsulado no tempo. Assim o entendem os medievalistas para quem a Idade Média é, pelo contrário, a Idade das Luzes, em que se encontram as raízes da civilização europeia, responsável pelo renascimento urbano e pela criação das universidades, que plantou a Europa de mosteiros e catedrais, românicas e góticas, estas erigidas em altura e repletas de vitrais, para também literalmente receberem a luz. A mesma Idade Média, que provocou uma primeira revolução científica e da técnica, que legaria um conhecimento multidisciplinar ao mundo moderno, quando simultaneamente promovia as condições para o surgimento do Renascimento, que emergira em Itália ainda no século XIV. A mesma “idade das trevas” que promoveu a produção, a cópia, a tradução e o uso do livro, que inspiraria a imprensa moderna, e que nos legara magníficos códices iluminados.

Assim se justifica este título, *A Idade Média: A verdadeira Idade das Luzes*, tradução do original *The Light Ages: A Medieval Journey of Discovery* (Penguin Books, 2020), sendo Seb Falk um medievalista, professor de história

medieval e história da ciência na Universidade de Cambridge, e um especialista nos instrumentos científicos da Idade Média e em história da astronomia, da navegação e da matemática. O autor não trata de todas as luzes medievais, pois, dada a sua formação e, sobretudo, a sua especialização, este é um livro de história da ciência e da técnica na Idade Média, que integra os “cientistas” medievais, e os seus textos — escritos, copiados, comentados ou traduzidos (que refletem distintas dimensões de autoria) — bem como os instrumentos. Uma história em contexto, que revela o esforço de Seb Falk na procura de uma história total, ainda que focado numa perspetiva, a da história da ciência na Idade Média, em que considera os aspetos políticos, económicos, sociais, religiosos e de ensino, culturais e linguísticos, entre outros, para a narrativa. Porém, esta é conduzida através da vida, quando não pelo olhar, de John Westwyk, um escolar beneditino do século XIV, monge da abadia de St. Albans (a um dia de caminhada, a norte de Londres), que assumiria o priorado de Tynemouth (junto do extremo nordeste de Inglaterra), que participara numa cruzada, lançada em Westminster em 17 de abril de 1383, e que fora, acima de tudo, um astrónomo. Em cada momento, Seb Falk tem a preocupação de situar John Westwyk no tempo, bem como de situar o leitor em cada um dos tempos narrados. Porém, não se trata de uma biografia, quer porque os dados biográficos do monge são escassos, como é comum para os homens medievos sobretudo quando nos afastamos da realeza, quer porque a protagonista é a própria Idade das Luzes, a Idade Média, vista pelo prisma da ciência e dos seus *instrumenta*.

Logo no prólogo, intitulado “O manuscrito misterioso”, Falk dá-nos o mote para a narrativa, o manuscrito 75 da biblioteca medieval de Peterhouse, o colégio mais antigo de Cambridge, identificado por Derek Price, em 1952, como da autoria de Geoffrey Chaucer (c. 1343-1400), escrito em 1391. Ao manuscrito, que Price designou de *Equatorie of the Planetis* (= *Computador dos Planetas*), dedicou Kari Anne Rand a sua atenção, tendo em estudo de revisita do códice, datado de 2015, descoberto que o mesmo foi produzido no *scriptorium* de St. Albans, por “Dompnus Johannes de Westwycke” (p. 31). Estava apresentado o guia da “viagem de Westwyk pela ciência medieval” (p. 32), sendo este um exímio representante da astronomia, a primeira ciência matemática, a ciência central da Idade Média, que, para além do conhecimento dos planetas, era crucial para a medição do tempo e o estabelecimento do calendário, assim como para a geografia, a arquitetura, a navegação, a medicina e a própria agricultura.

No primeiro capítulo, “Westwyk e Westwick”, Falk situa o monge John de Westwyk no espaço e no tempo. Este é o autor de dois livros de astrono-

mia para além de outros esboços e apontamentos, que tem por apelido Westwyk, um topónimo, ponto de partida para a narrativa. O lugar, que constituía um solar feudal rural, também conhecido por Gorham, encontrava-se sob a influência material e espiritual da abadia St. Albans, que integrava o santuário de Santo Albano, o primeiro mártir de Inglaterra. Neste contexto, nasceu o jovem que ingressaria na abadia beneditina de St. Albans, trocando a vida de camponês pela de monge e inventor de instrumentos. Um momento para o autor nos explicar o quanto a agricultura, que exigia o conhecimento do ciclo das estações do ano, era inseparável da astronomia, permitindo-nos entrar na viagem, e entender, para além da astronomia erudita, a importância da astronomia popular, que explica, por exemplo, o alinhamento perfeito do calendário de Stonehenge na alvorada do solstício (do lat. *solstitium*, “sol parado”) de verão e no ocaso do solstício de inverno. Assim se entende, também, a cópia de *O trabalho da agricultura*, de Paládio, redigido na abadia de St. Albans, de modo a explicar a dimensão desigual das horas ao longo do ano, uma invenção egípcia, até que as horas iguais se tornariam de uso comum na centúria de trezentos (p. 44). Na abadia encontrar-se-ia a escola — uma *schola grammaticalis* — que era também a escola da cidade. Aqui, João Westwyk recebeu conhecimentos rudimentares de aritmética, dominando as funções matemáticas com a numeração, mas também o sistema de decimais hindu-árabes, com os dígitos de 0 a 9, que incluem uma capacidade lugar-valor, e se divulgaram no Ocidente a partir do século XII. O legado indiano dos novos números muito deve a sua disseminação ao polímata Muhammad ibn Musa al-Khwarizmi (*Algorizmi*), a que os tradutores medievais de latim chamaram *algorismus*, em homenagem a al-Khwarizmi, curiosamente a origem do termo ‘algoritmo’ (p. 57).

“Uma questão de tempo” é o título do segundo capítulo, em que Falk nos faz entrar na abadia de St. Albans pela Regra, escrita por Bento cerca de 540: os ofícios diários e o seu *horarium*, e o *kalendarium* (por referência às calendas, o primeiro dia do mês no sistema romano), para que era necessário saber contar o tempo, cuidar do sino e do relógio, tarefas que cabiam ao sacristão. De modo que cada monge chegasse a horas, podia certamente recorrer a um despertador a água, que não dispunha ainda de mostrador (p. 78), marcando as horas com o toque de um pequeno sino, que explica o termo inglês ‘clock’ (do lat. medieval *clocca*, ‘sino’) para relógio. Todavia, a comunidade de St. Albans já dispunha do astrolábio, que permitiria regular cada hora do dia, bem como de um relógio de cilindro com escape *strob*, para bater o tempo certo desde o começo do dia, que não era universal. De modo a contar o tempo universalmente aceite, destaca-se o relógio mecâ-

nico no século XIII, que beneficiara da revolução do mecanismo da corda (c. 1300). Saber contar o tempo requeria conhecimentos astronómicos, originando a disciplina do cômputo, a ciência essencial para qualquer monge na Idade Média. Pois era necessário padronizar o calendário juliano, que permaneceu até à reforma do calendário pelo papa Gregório XIII em 1582, e não era uma questão despicienda saber quando, por exemplo, comemorar a crucificação e a ressurreição de Cristo, acontecimentos ocorridos no festival judaico da Páscoa, na primavera, que começava na lua cheia do mês lunar hebraico de *Nisan* (p. 106). Todos estes conhecimentos, baseados em livros e instrumentos, poderiam ser encontrados na biblioteca do mosteiro, que dispunha também de um *scriptorium* para que os livros pudessem ser copiados. E também aqui se destacariam as *Instruções para dividir as rodas de um relógio astronómico para os movimentos dos planetas*, de Richard de Wallingford, o maior astrónomo da Idade Média.

Os estudos recebidos na escola monástica seriam, por muitos dos membros da comunidade, elevados na Universidade, seguindo a indicação papal, de 1336, para que os mosteiros enviassem 1 em cada 20 dos seus monges. A “*Universitas*” é precisamente o título do terceiro capítulo. Tendo por base precisamente as escolas monásticas e catedralícias, a Idade Média inventou a instituição universitária, adotando a formação assente nas artes liberais, literalmente para pessoas ‘livres’ ou nobres, um programa educativo do final do império romano (p. 121), que, simultaneamente, absorvia o conhecimento das obras ora traduzidas do grego, do hebraico e do árabe para latim. As artes liberais seriam divididas, por volta de 520, por Boécio, em dois grupos: o *trivium* das ciências verbais — gramática, retórica e lógica — e o *quadrivium* das ciências matemáticas — aritmética, geometria, música e astronomia. No século XII, a cidade de Toledo era o centro de tradução mais importante, encontrando-se repleta de eruditos, de que se destaca Gerardo de Cremona, tradutor de mais de 70 obras (p. 127), a quem muito a Idade Média deve a redescoberta da obra de Aristóteles. Dentre as obras que circulavam, encontravam-se a *Física*, *Sobre o céu*, *Da geração e da corrupção*, *Meteorológicos*, *Sobre a alma*, e *História dos animais*, de filosofia natural de Aristóteles, mas também *De Sphera* (= *Tratado da Esfera*), as bases do conhecimento medieval do universo, escritas por João de Sacrobosco cerca de 1230, e *Computus*, a disciplina que asseguraria a conformidade do tempo da observância religiosa com a posição dos corpos celestes. Permitam-nos, ainda, destacar o *Tratado da Luz*, de Robert Grosseteste, não fosse a Idade Média a Idade das Luzes, que “descrevia uma explosão de luz no princípio dos tempos, uma ideia estranhamente reminescente do Big Bang” (p. 161), segundo Seb Falk,

a que não deveria faltar a *lux hominum* (= a luz dos homens), isto é, o entendimento humano, como poderia ser possível ler no Evangelho de João. Em St. Albans, os monges acumularam saber e livros científicos, repletos de conteúdos de astronomia, alguns deles trazidos da Universidade de Oxford, tendo John Westwyk lido e anotado duas destas obras, ainda que não se saiba se frequentou Oxford, a que tiveram acesso muitos membros da sua comunidade conventual.

Da Universidade, Falk regressa a St. Albans, no capítulo quarto, sob o título “Astrolábio e Albion”. Na abadia, Westwyk copiou dois textos escritos de Richard de Wallingford, seu predecessor, que ocupou o cargo de abade, reconhecido como o maior astrónomo inglês da Baixa Idade Média, em cuja obra se percebe o papel dos monges na história da ciência (p. 90) e como o estudo das bibliotecas monásticas o permite antever, como já notáramos em *A livraria do Convento da Arrábida*, de Aurelia Ionel. A este propósito, Falk debruça-se sobre os tratados (copiados por Westwyk) e os *instrumenta* de Wallingford, designadamente o *Rectangulus*, “uma calculadora celeste perfeitamente otimizada” (p. 175) e o *Albion*, um “supercomputador planetário” (p. 182) — bem como o astrolábio, uma vez tratado o relógio no segundo capítulo. Se *Albion*, abreviatura de *all-by-one* (= ‘todos por um’), aludia ao protomártir Albano, reunia num único instrumento, numa espécie de almanaque geométrico, um computador planetário, que tinha as suas partes móveis pré-programadas, gravadas com algoritmos, e podia incluir um astrolábio para o cálculo mecânico sofisticado (p. 215). A presença dos instrumentos testemunha o quanto faziam parte das bibliotecas medievais.

“Saturno na primeira casa” é o título do quinto capítulo, em que Falk descreve a ida de Westwyk para o priorado de Tynemouth, a poucos quilómetros da muralha de Adriano, onde o monge astrónomo, a partir da tabela de ascensões retas de Richard de Wallingford, calculou e compôs a sua tabela de ascensão oblíqua, acrescentando instruções para a divisão de casas de um horóscopo. Aproveitando a estada de Westwyk no priorado do norte de Inglaterra, este é também um momento para o autor de *Idade Média: A verdadeira Idade das Luzes* se debruçar sobre a importância da astrologia, “ciência irmã” da astronomia, na Idade Média, relevante no momento de prever as condições meteorológicas.

Em 1383, John Westwyk deixou Tynemouth e juntou-se a uma cruzada, que teve como destino a Flandres. Distinta de outras cruzadas anteriores, esta tinha por detrás uma crescente identidade nacionalista, reivindicando territórios que os monarcas ingleses reclamavam como seus, mas também os apoiantes do antipapa Clemente VII, em Avignon, no sul de França. Falk

aproveita o momento para debruçar-se sobre a cartografia, as tecnologias de navegação e a compreensão dos fenômenos oceânicos das marés e correntes, todas de enorme relevância na viagem encetada por John Westwyk.

Aqui, explica-nos que os mapas eram guias de viagem, bastando, para tal, mostrar a posição relativa. Assim, introduz os diagramas esquemáticos medievais do mundo de estilo 'T-O', como o popularizado por Isidoro de Sevilha, semelhantes aos atuais diagramas das redes de metro, e os portulanos, bem como a introdução da rosa dos ventos nos mapas, de que o testemunho mais antigo se encontra no *Atlas Catalão* de 1375. Mas também o aparecimento de cartas com linhas loxodrómicas, que se deve ao uso cada vez mais sistemático da bússola magnética na navegação. Desta, conhecemos as primeiras referências no final do século XII, em duas obras de um professor de St. Albans (p. 287). E ainda a balestilha e o astrolábio náutico. Falk acrescenta algumas práticas médicas medievais na resposta à doença, de que são exemplos a 'disenteria' e os humores, igualmente a ter em conta em viagem, para depois discorrer em torno das relações entre os apotecários, que preparavam e vendiam os remédios, e os médicos. Práticas certamente conhecidas dos monges beneditinos desde o século XIII, começando a surgir, na centúria seguinte, uma certa hierarquia no ofício, do topo para a base, sucessivamente: médicos, cirurgiões, barbeiros e apotecários. Na medicina, destacava-se o *Cânone de Medicina*, de Galeno, o "manual mais utilizado nas faculdades de medicina das universidades depois da sua tradução por Gerardo de Cremona" (p. 306).

No sétimo e último capítulo do livro, Falk regressa ao manuscrito misterioso, *Equatorie of the Planetis*, de John Westwyk, redigido no final da sua vida, que conjuga os conhecimentos do monge acerca dos modelos planetários da astronomia ptolomaica com a sua habilidade como fabricante de instrumentos. Sob o título "Computador dos planetas", Falk reencontra Westwyk em Londres, em 1393, a escrever as instruções do seu *Equatorie*, o computador, em língua inglesa, seguindo Chaucer, que fez uso pioneiro da língua inglesa para a ciência (p. 344). O autor faz-nos participar do diálogo de John Westwyk com o leitor, tal é o contexto de uma aula de astronomia, em que é possível encontrar um mestre a ensinar o seu aluno. E no ato de ensinar, lembra-nos Séneca — *homines dum docente discunt* (= "Enquanto os homens ensinam, aprendem") (p. 376). E Westwyk, como Falk, era um pedagogo, que ensinava *theorica*, isto é, tanto uma descrição teórica quanto a sua reprodução física, ensinava a construir o *equatorium*, bem como a usá-lo, efetuando cálculos, experimentando com o compasso a fim de aferir a equidistância das linhas. Como ensinou a construir, assim Westwyk

fabricou um *equatorium*, um solucionador de equações, ou seja, um computador, que estava a calibrar para dar as posições precisas dos planetas, que permitia representar os movimentos dos planetas e computar simultaneamente as suas posições (p. 327).

Por tudo isto, que não cabe nos dedos das mãos, através dos quais se pode aprender a contar até 9999, acompanhado por Westwyk e Falk, este é um livro, para especialistas e não especialistas, que situa o leitor na Idade Média. Um livro que cruza a teoria com a prática, a dimensão epistemológica com a vertente didática, muito bem escrito, um papel que se deve ao autor, respeitado no momento da sua tradução, por Elsa T. S. Vieira, e da sua revisão, por Sara Carvalhais de Oliveira. Todavia, não se esperaria, por exemplo, a tradução de *scriptorium* por escritório.

Esta é uma história da ciência na Idade Média, que procura as descobertas deste tempo longo, ainda que com enfoque no século XIV, mas em que não são descurados os legados grego e romano clássico, persa, hindu e árabe. Nesta perspetiva, é um excelente testemunho de como os textos antigos foram, ao longo de toda a Idade Média, objeto de estudo continuado, desfazendo-se o mito do renascimento do saber antigo no século XV, que mais não foi do que impulsionado, sobretudo com o contributo da imprensa de Gutenberg. Esse renascimento encontra-se logo no século XII. De igual modo, Falk desfaz um outro mito, ao situar alguns dos debates, que permitem questionar, quando não desfazer, o estereótipo da Idade Média como uma era de conformismo escolástico (p. 262).

Este é, também, um livro pertinente, quando a história da ciência tem colocado o seu início na Idade Moderna, quando a história da Ciência tem partido, também ela, literalmente da Idade das Trevas. Seb Falk, na sequência de James Hannan, em *A Origem da Ciência* (2021), obra publicada originalmente em 2009, demonstra como a história da ciência tem um longo passado anterior à centúria de quinhentos. Um livro relevante, ainda, quando a história da ciência está por fazer em Portugal, quando assistimos, ainda recentemente ao lançamento da obra *Ciência, Tecnologia e Medicina na construção de Portugal* (4 vols.) (2021), coordenada por Ana Simões e Maria Paula Diogo, que coloca o início da história da ciência basicamente no mundo moderno. Sublinhe-se a exceção, que constitui o texto “A Universidade medieval e renascentista” (pp. 41-65), de Mário Farelo, inserto no vol. 1 da coleção.

Mas a história da ciência — desde a produção, a circulação e os usos do livro científico está por fazer, incluindo autores, escolas, comunidades de leitores, passando esta história, a história da ciência, obrigatoriamente pelo estudo das bibliotecas das comunidades monásticas, como defendemos em

*A livraria do Convento da Arrábida* (2020). Nesse momento, passaremos também a ter uma história da ciência em Portugal na Idade Média. Em suma, este é um livro que cumpre o seu objetivo, isto é, o projeto de afirmar a Idade Média como Idade das Luzes, contribuindo para o derrube do preconceito da “idade das trevas” amplificado no período iluminista. Nesse mesmo objetivo inscreve-se a escrita de uma história da ciência na Idade Média, quando, regra geral, o início da história da ciência tem sido fixado no século XVI. E tudo isto se lê, como se fosse um romance, caminhando com John de Westwyk, um guia, mas também um representante do que faziam os homens da ciência na Idade Média, uma viagem por distintas geografias, culturas, ciências e línguas, sem barreiras, afinal como se caracterizava então a ciência.

## Referências bibliográficas

- Hannam, J. (2021). *A Origem da Ciência. Como os filósofos do mundo medieval lançaram os fundamentos da ciência moderna* (1ª ed.). Alma dos Livros.
- Ionel, A. (2020). *A livraria do Convento da Arrábida: 1542-1834* (1ª ed.). Edições Colibri.
- Simões, A., & Diogo, M. P. (2021). *Ciência, Tecnologia e Medicina na construção de Portugal* (1ª ed.). Tinta da China.



BAUC VOL. XXXV, N.º 1

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

### ESTUDOS

The student records of the University of Coimbra (1537-1919):  
an Open Data Science approach  
Joaquim Ramos de Carvalho

Gestão urbanística e obras particulares na Época Moderna: o caso de Sines  
Sandra Patrício

A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos no discurso direto.  
Ação e atividade programática através dos  
*Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* (1914-1949)  
Maria Beatriz Merêncio

Bibliofoto: repertório bibliográfico latino-americano sobre  
documentos fotográficos em arquivos: Estudos e procedimentos  
Julia Araujo Donato; André Porto Ancona Lopez

A custódia arquivística na prática do Poder Executivo Federal brasileiro:  
cenários retrospectivos de uma realidade custodial e prospectivos de  
uma proposta pós-custodial  
Thiago de Oliveira Vieira

Seguindo rastros e encontrando vestígios:  
um mapeamento da teoria das três idades dos arquivos  
Paola Rodrigues Bittencourt

### RECENSÕES CRÍTICAS

Almeida, M. B. (2020). *Ontologia em Ciência da Informação: Teoria e Método* (1ª ed., Vol. 1). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978655578679.8>

Almeida, M. B. (2021). *Ontologia em Ciência da Informação: Tecnologia e Aplicações* (1ª ed., Vol. 2). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978652511477.4>

Almeida, M. B., & Emygdio, J. L. (2021). *Ontologia em Ciência da Informação: Curso completo com teoria e exercícios* (1ª ed., volume suplementar para professores). CRV. <http://dx.doi.org/10.24824/978652511267.1>  
Jorge Revez

Agustín Lacruz, M. C., & Torregrosa Carmona, J.-F. (2019). *Formas de mirar: usos informativos y documentales de la fotografía* (1.ª ed.). Ediciones Trea.  
Susana Sofia Cunha

Corujo, L. (2022). *Introdução aos repositórios digitais* (1ª ed.).  
Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.  
Maria-Manuela Moro-Cabero

Falk, S. (2021). *A Idade Média: A verdadeira Idade das Luzes* (1ª ed.). Bertrand.  
Carlos Guardado da Silva

### ISSN

0872-5632  
2182-7974

### MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra  
Arquivo da Universidade de Coimbra  
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal  
URL: <http://www.uc.pt/auc>